



Moções de Carácter Específico

XVII Congresso do LIVRE

10 — 12 de julho

Sintra, Lisboa

Índice

Moções sobre Funcionamento Interno	6
Restauração da Democracia - um caminho Livre	7
Que uma abstenção seja uma abstenção	9
Registo de Votação e Assiduidade	10
Pela preservação da memória do partido: contra a destruição de registos . .	11
Pelo acesso imediato ao Ponto LIVRE	13
Pela transparência e fiabilidade dos processos eleitorais internos	14
Por uma regulamentação de base para Congressos	16
Por um regime de prazos mais exequível nas Primárias do LIVRE	18
Pela revisão e estruturação do processo programático	21
Presidenciais 2031 LIVREs	25
Moção por uma Política de Renovação Democrática	27
Por um LIVRE com regras à medida do que já somos	29
Rever os Estatutos, preparar o futuro	31
Por uma Assembleia do LIVRE (AL) Representativa de todas as Regiões .	34
Moção por uma Assembleia Presente	36
Voto Informado num Partido que Cresce	37
Pela adoção do Voto Único Transferível na eleição da Assembleia do LIVRE	40
Pela criação de um Círculo Temático (CT) Educação	42
Reestruturação dos Círculos Temáticos do LIVRE	44
Em defesa da autonomia administrativa e financeira dos Núcleos Territoriais	47
Por um modelo claro e escalável de implantação territorial e articulação entre níveis territoriais	49
Por uma estratégia de capacitação territorial e apoio de proximidade aos Núcleos Territoriais	52
Por um modelo previsível, transparente e exequível de financiamento dos Núcleos Territoriais do LIVRE	55
Por um maior apoio aos NTs e autarcas eleitos	58
Reforçar a subsidiariedade e a autonomia dos Núcleos Territoriais	61
Concretizar as Assembleias Regionais	63
Cultura & Comunidade	64

Um partido faz-se de gente	67
Mais e Melhor LIVRE em cada Região	69
A Ponte entre o Local e o Nacional	71
Por uma organização territorial mais forte, subsidiária e regionalista no LIVRE	73
Da Implantação Local a uma Rede Territorial	77
LIVRE em Toda a Região Centro	80
Regionalizar o LIVRE: Por Um Partido de todo o País	82
Autarcas em Rede	85
Ativar a rede de autarcas nacional do LIVRE	86
Pensamento regional para uma ação política mais capaz: pela ativação das Assembleia Regionais do LIVRE	89
Pela Inclusão Estrutural: Criação de Quotas de Representação para Pessoas Trans	91
Pela Participação Plena das Mulheres Cuidadoras, Mães e Trabalhadoras na Vida Política	95
Pela criação da Rede GEI - Género, Emancipação, Interseccionalidade . . .	97
Liberdade incondicional - resposta queer à ofensiva reacionária	105
Por uma estratégia de igualdade e diversidade	108
Criação da Linha de Contacto, Acolhimento e Solidariedade Ativa do LIVRE (CASA)	110
Por uma Estratégia Nacional de Auscultação de Proximidade	112
Pela segurança digital dos órgãos internos do LIVRE.....	115
Sobre o Uso de Inteligência Artificial Generativa no LIVRE	117
Saúde em Todas as Políticas, Também Dentro do LIVRE	119
Criação de um Portal da sindicalização	122
Por uma rede de Trabalho LIVRE	124
Moções de Conteúdo Programático	126
Por uma Verdadeira Proporcionalidade Democrática	127
Por uma Reforma do Poder Local	129
Acautelar o Futuro	130
Nenhum Passo Atrás: Defender a Autodeterminação de Género e os Direitos das Pessoas Trans e Intersexo	134
Mais do que paridade: o Feminismo como condição democrática	137

Radicalizar: Todos à Luta de Classes	139
Democratizar a automação. Pela criação de um fundo público da automação	142
Pela promoção da soberania digital e da justiça algorítmica	144
Inteligência Artificial, Soberania Digital e Política	147
Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.	156
Por um software mais soberano e LIVRE	159
Reconhecer o Impacto Aditivo das Redes Sociais e Promover Medidas de Proteção Digital	161
Por uma Ciência Libertadora, Democrática e LIVRE	164
Combater a desinformação, transformar a comunicação social	167
Reforçar a Constituição e combater todas as tentativas de a esvaziar . . .	170
Populus: Democracia com Raizes	174
Territórios Vivos Ou uma agenda onde a natureza, o conhecimento e as comunidades rurais encontram novas formas de prosperar em conjunto .	176
Pela regeneração do ciclo da água, dos solos e pela justiça hídrica	180
Uma nova era de poder político local ecologista, em Portugal	182
Democracia económica, um pilar do pensamento económico do LIVRE . .	191
Taxação da riqueza, justiça fiscal e combate à concentração económica .	194
Moção por uma Agenda Económica Transformadora	196
Revolução na Educação	199
Pelo fim da violência escolar e da rota da institucionalização na neurodivergência e na deficiência	205
Por um Ensino Superior universal, democrático e de progresso	207
Habitar é um direito: concretizar o artigo 65.º	211
Por uma política de habitação justa entre gerações: apoios à primeira habitação para quem ficou de fora	213
O Interior não pode esperar	217
Pela Criação de um Projeto Piloto de Supermercados Públicos de Bens Essenciais	220
Por uma Administração Pública mais transparente na gestão das pessoas: Critérios, mérito e confiança nos procedimentos de mobilidade	223
Pela defesa e valorização das pessoas com doença mental grave	226

A Saúde que Defendemos: por um Serviço Nacional de Saúde público, universal, democrático e sustentável	230
Por uma prestação social e de coesão que combata a pobreza de forma digna e emancipatória.....	235
Uma nova política salarial - Por salários dignos e compatíveis com o custo de vida e os direitos fundamentais	237
Anexos	241
Anexo à moção 16: <i>Voto Informado num Partido que Cresce</i>	242
Anexo à moção 19: <i>Reestruturação dos Círculos Temáticos do LIVRE</i> . . .	274
Anexo à moção 59: <i>Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.</i>	275
Anexo à moção 60: <i>Por um software mais soberano e LIVRE</i>	277

Moções sobre Funcionamento Interno

Moção 1

Restauração da Democracia - um caminho Livre

A democracia atravessa um dos momentos mais delicados das últimas décadas. Em diferentes partes do mundo, assistimos ao crescimento de forças autoritárias, ao aumento da desinformação, à radicalização do debate público e ao enfraquecimento da confiança dos cidadãos nas instituições democráticas.

Mais grave que isto é, nos dias em que vivemos, a ameaça já não ser apenas de natureza institucional. O que passou a ameaçar, verdadeiramente, o futuro de todos é algo muito mais profundo: de natureza cultural, cívica e humana.

Vivemos em democracia e até que ponto os cidadãos, ainda, continuam a reconhecer nela um horizonte de participação, pertença e realização colectiva? Quantos sentem que a sua voz conta quando as urnas se arrumam durante os próximos 4 anos? Quantos, mas quantos mesmo, encontram na democracia um espaço efectivo de construção de um futuro seu?

Nestes nossos dias, a **democracia** continua a existir enquanto regime político, mas enfraqueceu enquanto **experiência quotidiana**. O sentimento de afastamento entre cidadãos e instituições traduz-se em várias formas de desconfiança e muitos se têm sentido pouco representados, pouco protegidos e pouco-pouco envolvidos nos processos que moldam a vida colectiva que é sua.

O LIVRE tem sido uma das forças políticas que mais, consistentemente, tem procurado defender e aprofundar a democracia portuguesa. No entanto, perante os desafios do presente, importa reconhecer que os encargos democráticos exigem, agora, também, a expansão da presença do partido no espaço público e da sua capacidade de mobilização cívica.

Assim, considerando a crescente implantação territorial do partido e a diversidade de conhecimento acumulado pelos seus membros e apoiantes, o LIVRE, enquanto agente último de esperança democrática, encontra-se numa posição privilegiada para arriscar assumir um papel ainda mais activo na **restauração** da democracia portuguesa.

Neste sentido, o proponente desta moção de carácter específico, recomenda aos órgãos nacionais do partido:

1. A implementação de um programa de porta-vozes temáticos, integrado numa **Rede de Embaixadores de Ideias do LIVRE**, permitindo identificar, capacitar e projectar membros e apoiantes com conhecimento especializado, ou experiência relevante, para representar, regularmente, as posições do partido, promover o debate democrático e ampliar a circulação pública de propostas políticas;
2. A criação de um programa regular de **artigos de opinião co-assinados** por dirigentes nacionais, eleitos, membros e apoiantes dos Núcleos Territoriais e elementos da sociedade civil, promovendo a publicação e circulação de ideias a partir de diferentes níveis do partido e reforçando a sua presença no debate público;
3. A criação de uma **coleção de Cadernos LIVRE**, dedicada à publicação regular de ensaios, propostas e reflexões produzidas por membros e apoiantes do partido, especialistas convidados e representantes da sociedade civil;

4. A criação de um **programa de formação e capacitação** para membros e apoiantes interessados em **intervir no espaço público** através da escrita, do debate, da comunicação social ou da produção de conteúdos políticos.
5. Criação de uma **biblioteca digital** de recursos políticos, pedagógicos e programáticos produzidos pelo partido e acessíveis ao público.

Isto porque o estado actual da democracia já não se restaura apenas através de eleições, leis ou reformas institucionais. A restauração democrática que o nosso tempo exige passa por devolver aos cidadãos o sentido de participação, pertença e construção colectiva que dá vida às instituições. Afinal, só quando os cidadãos voltarem a encontrar-se na democracia é que a democracia se voltará a encontrar consigo mesma, num **caminho Livre** e repleto de futuro.

Proponentes

- Gonçalo Soares de Jesus

Moção 2

Que uma abstenção seja uma abstenção

Num boletim de voto do LIVRE, físico ou virtual, é comum existir uma opção chamada "abstenção". Qualquer pessoa que a escolha espera, naturalmente, que ela tenha o efeito que o seu nome anuncia: o mesmo que não votar — prescindir de influenciar o resultado. É isso que a palavra significa.

Não é, porém, isso que acontece. Em vários regulamentos do LIVRE, o voto designado por "abstenção" tem efeitos materialmente diferentes dos de não votar: chega a pesar na aprovação ou na rejeição da proposta ou candidatura em causa. Existem, assim, na prática, duas abstenções — a verdadeira, de quem não preenche o boletim, e uma "falsa" abstenção, que tem o nome de abstenção mas não os seus efeitos.

Isto induz os eleitores em erro. Quem escolhe "abstenção" fá-lo, com toda a probabilidade, convencido de que se está a abster — sem saber que o seu voto produz, afinal, um efeito diferente daquele que o nome lhe promete. Não é uma questão menor: está em causa a integridade dos processos de decisão do partido, porque ninguém pode votar em consciência se o significado do seu voto não corresponde ao que lhe é apresentado. Um boletim que oferece uma opção chamada "abstenção" e lhe atribui, em silêncio, os efeitos de outra coisa, não está a informar o eleitor — está a confundi-lo.

Poderá objectar-se que tornar a abstenção verdadeiramente neutra permitiria aprovar uma proposta com pouco apoio em termos absolutos. Mas, se esse for o receio, a forma honesta de o acautelar não é esvaziar a abstenção do seu significado — é exigir, para a aprovação, um número mínimo de votos a favor, fixado em proporção do colégio eleitoral ou de outra referência adequada. Assim se garante o apoio substancial que se pretende, sem enganar quem se quis abster. Os dois objectivos — uma abstenção que seja uma abstenção e a exigência de apoio real — são plenamente compatíveis; o que não é defensável é sacrificar o primeiro a pretexto do segundo.

A correcção é simples e sem custo. Não retira nem acrescenta direitos a ninguém; apenas faz com que as palavras no boletim signifiquem o que dizem. É uma exigência elementar de honestidade para com quem vota — e um partido que se reclama da transparência e da democracia interna não pode pedir aos seus Membros e Apoiantes que votem sob designações que os enganam.

Defendemos:

1. Que qualquer voto designado por "abstenção", em qualquer processo eleitoral ou deliberativo do partido, deve ter exactamente os mesmos efeitos do não preenchimento do boletim — ou seja, os efeitos de uma abstenção.
2. Que os regulamentos a aprovar de futuro devem respeitar este princípio.
3. Que os órgãos competentes devem promover, nos regulamentos em vigor, as alterações necessárias para que qualquer voto designado por "abstenção" tenha os efeitos de uma abstenção, onde tal ainda não suceda.

Proponentes

- João Vasco Gama
- Marta Setúbal

- João Manso
- Ricardo André

Moção 3

Registo de Votação e Assiduidade

A democracia interna não é um princípio abstracto: é uma prática que só é real quando é verificável. Os Membros e Apoiantes do LIVRE têm o direito de saber como os seus representantes na Assembleia actuam — se estão presentes, como votam, e o que dizem quando apresentam declarações de voto. Sem esse conhecimento, o escrutínio que a Assembleia deve permitir torna-se uma miragem.

Esta informação já é pública. Consta das actas das reuniões da Assembleia. Mas estar disponível não é o mesmo que estar acessível: hoje, para saber como votou um membro ao longo de um mandato, seria preciso reunir e percorrer dezenas de actas, organizar manualmente a informação e cruzá-la — uma tarefa que, na prática, ninguém faz. O resultado é que um direito que existe no papel não existe na realidade. O que se propõe não é tornar público o que era secreto; é tornar fácil de consultar o que já é público mas está, na prática, fora do alcance de quem tem o direito de o conhecer.

Esta não é uma exigência extraordinária. É o mínimo que qualquer democracia digna desse nome oferece aos seus cidadãos relativamente aos seus representantes — e é, aliás, bastante menos do que o LIVRE exige às instituições que critica lá fora. Um partido que se reclama da transparência e da participação não pode senão ser exemplar na forma como as pratica internamente. A transparência sobre a actuação dos representantes não é um ónus sobre eles: é uma forma de fortalecer a confiança e a legitimidade dos órgãos do partido.

Defendemos:

1. Que seja criado um registo centralizado, acessível a todos os Membros e Apoiantes, no qual constem, relativamente à Assembleia do LIVRE:
 - o sentido de voto de cada membro em cada votação pública;
 - as respectivas declarações de voto, quando existam;
 - a assiduidade de cada membro.
2. Que esse registo seja de fácil consulta e mantido actualizado em tempo útil.
3. Que esteja disponível a partir da sua criação e, em particular, em tempo útil antes de cada Congresso electivo — para que os Congressistas que queiram levar esta informação em consideração na hora de votar o possam fazer.

Proponentes

- João Vasco Gama
- Marta Setúbal
- João Manso
- Ricardo André

Moção 4

Pela preservação da memória do partido: contra a destruição de registos

Um partido que se quer democrático e transparente tem o dever de preservar a memória das suas próprias decisões. Os registos das reuniões dos seus órgãos — as actas, e sobretudo as gravações, onde existam — não são um arquivo dispensável. São aquilo que permite, hoje e no futuro, saber o que se decidiu, quem o decidiu e com que fundamento, e por isso são a base de qualquer escrutínio.

Convém não confundir uma acta com uma gravação. A acta é um sumário, escrito por alguém que teve de escolher o que incluir e o que deixar de fora. A gravação é o registo daquilo que de facto se passou, sem intermédio. Quando se guarda apenas a acta, a memória do partido passa a depender do que alguém escreveu sobre cada reunião, e deixa de haver maneira de confirmar, mais tarde, se esse resumo foi fiel. E há uma circunstância que agrava isto entre nós: o artigo 17º do Regulamento da Assembleia manda que cada acta seja discutida e votada na reunião seguinte, mas a prática tem sido outra — não é raro aprovarem-se actas meses depois da reunião a que dizem respeito, quando já ninguém tem a memória fresca para as conferir. Aprova-se, nessa altura, mais por confiança do que por verificação. Existindo gravação, este mal é atenuado: por muito que a acta chegue tarde, há sempre a quem recorrer para saber o que realmente se passou.

Uma coisa é preservar os registos, outra é dar-lhes acesso — e costumam baralhar-se as duas. O acesso pode e deve ser regulado: limitado aos membros, protegido por autenticação individual, com salvaguarda dos dados pessoais e das matérias que estejam legitimamente sob reserva. Mas regular quem vê uma coisa não tem nada que ver com destruí-la. Uma matéria sensível protege-se restringindo o seu acesso, ao invés de apagar o registo de que ela existe.

Dir-se-á que conservar registos facilita fugas de informação. Não é assim. As fugas vêm de quem viola as regras tendo acesso à informação — e quem está disposto a violá-las guarda as suas próprias cópias, aconteça o que acontecer aos arquivos do partido. Destruir os registos oficiais não trava fuga nenhuma: só assegura que quem cumpre as regras fica sem acesso, enquanto quem as desrespeita continua a tê-lo. Consegue-se assim precisamente o contrário do que se dizia querer.

A memória de um partido democrático protege-se, não se apaga. Apagar um registo é abdicar, de forma irreversível, da hipótese de um dia se saber o que ali aconteceu — e não há arrumação nem comodidade que pague esse preço.

Defendemos:

1. Que o partido deve preservar os registos das reuniões dos seus órgãos — actas e gravações, quando existam — e opor-se à sua destruição.
2. Que o acesso a esses registos pode ser regulado e restringido na medida do necessário para salvaguardar dados pessoais e matérias legitimamente sob reserva, mas que essa regulação do acesso não pode justificar a destruição do conteúdo.

3. Que os órgãos competentes devem assegurar que os registos existentes são conservados e que os procedimentos do partido reflectem este princípio.

Proponentes

- João Vasco Gama
- Marta Setúbal
- João Manso
- Ricardo André
- Irene Gomes
- Joel Rodrigues
- Tiago Mota
- Ricardo F. Gonçalves

Moção 5

Pelo acesso imediato ao Ponto LIVRE

Quem se inscreve no LIVRE chega quase sempre no seu momento de maior entusiasmo — é aí, logo no início, que a vontade de participar é mais forte. É também aí que o partido tem mais a ganhar em abrir-lhe a porta depressa, e mais a perder se a deixar fechada.

O Ponto LIVRE é uma das principais ferramentas de participação interna do partido. No entanto, o acesso a ele não é imediato nem evidente para quem acaba de chegar: a conta não vem com a inscrição, e cabe muitas vezes ao próprio novo membro descobrir que a plataforma existe, perceber que precisa de uma conta e tratar de a obter. Cada um destes passos é uma ocasião para o entusiasmo inicial esfriar — e, com demasiada frequência, é o que acontece: quando o acesso finalmente chega — muitas vezes meses depois do pedido de inscrição, quando chega de todo — já a vontade de participar arrefeceu.

Não há razão para que assim seja. Garantir que cada pessoa, ao inscrever-se, recebe desde logo o que precisa para entrar no Ponto LIVRE é uma medida de custo praticamente nulo e de efeito imediato. Aproveita o momento certo — aquele em que a pessoa quis mesmo juntar-se — em vez de o desperdiçar à espera de procedimentos. Um partido que se queixa, e bem, de não aproveitar o potencial dos seus Membros e Apoiantes deve começar por não o deixar esfriar à porta.

Defendemos:

1. Que o processo de inscrição no LIVRE deve assegurar que cada novo Membro ou Apoiente recebe, desde o início, acesso fácil e imediato ao Ponto LIVRE, dispensando-o de ter de descobrir a plataforma ou de diligenciar pela criação da sua conta.

2. Que a mensagem de boas-vindas à inscrição deve incluir o convite a integrar o Ponto LIVRE, uma explicação do seu papel como espaço de participação na vida do partido, e o necessário para que o acesso se concretize sem demora.

3. Que os órgãos competentes definam a forma de o concretizar, salvaguardando a segurança do acesso e a protecção dos dados pessoais.

Proponentes

- João Vasco Gama
- João Manso
- Marta Setúbal
- Tiago Mota
- Francisco Burnay
- Ricardo André
- Ricardo F. Gonçalves

Moção 6

Pela transparência e fiabilidade dos processos eleitorais internos

O LIVRE realiza eleições internas e primárias para escolher quem o representa e quem ocupa os seus órgãos. A legitimidade de quem é escolhido depende inteiramente da confiança no processo — e essa confiança não se pede, ganha-se com transparência e com cuidado.

Vale a pena olhar para o processo que elegeu a própria Comissão Eleitoral que regula este Congresso — porque nele faltaram ambas. Faltou transparência: os resultados publicados limitaram-se aos das candidaturas eleitas, e os votos obtidos pelos restantes candidatos nunca foram divulgados. Isto é difícil de compreender. Numa eleição, os resultados pertencem a quem nela participou e a quem nela votou, não apenas a quem a venceu; publicar só os votos dos eleitos e reservar os dos demais não tem paralelo em nenhuma eleição democrática. Não há razão para que uma Comissão Eleitoral disponha de informação sobre os resultados que os Membros e Apoiantes não possam conhecer — e a opacidade não é neutra: onde os dados não são públicos, não há como verificar nada, nem sequer se algo correu mal.

E, neste caso, faltou também cuidado. As candidaturas foram apresentadas apenas pelo nome, sem fotografia nem qualquer outro elemento que permitisse distingui-las. Havendo candidatos com nomes coincidentes, vários Membros declararam — num canal oficial de trabalho do partido — ter votado numa candidatura convencidos de que votavam noutra pessoa com o mesmo nome. Não se trata de uma hipótese: aconteceu, e há quem o tenha afirmado abertamente. Quantos votos foram depositados por engano, e se isso terá pesado no resultado, não é possível saber — desde logo porque os resultados completos nunca foram publicados. As duas falhas agravam-se uma à outra: um processo que confunde os eleitores e que, ao mesmo tempo, não divulga os dados que permitiriam medir essa confusão.

Nada disto exige presumir má intenção. Exige, isso sim, reconhecer que um processo eleitoral sério não pode depender da sorte de não haver homónimos, nem deixar por publicar metade dos seus próprios resultados. São falhas de transparência e de método — e ambas se corrigem com facilidade, bastando querer.

Defendemos:

1. Que, em todos os processos eleitorais internos e primárias, a Comissão Eleitoral competente divulgue os resultados completos — incluindo os votos de todas as candidaturas, e não apenas das eleitas — salvaguardando os dados pessoais que a lei proteja.
2. Que nenhuma Comissão Eleitoral possa reservar para si informação sobre os resultados a que tenha acesso: tudo o que conhecer sobre o apuramento deve ser igualmente acessível aos Membros e Apoiantes.
3. Que, de futuro, as candidaturas submetidas a votação sejam apresentadas com elementos que permitam identificá-las sem ambiguidade — designadamente quando existam nomes coincidentes — de modo a garantir que cada eleitor vota efetivamente em quem pretende.

Proponentes

- João Vasco Gama
- João Manso
- Marta Setúbal
- Francisco Burnay
- Ricardo F. Gonçalves
- Ricardo André

Moção 7

Por uma regulamentação de base para Congressos

Considerando que:

- O **Congresso** é o principal espaço de deliberação e decisão coletiva do Livre;
- A **participação** dos membros e apoiantes beneficia da existência de regras claras e conhecidas com antecedência razoável;
- O crescimento do partido torna cada vez menos viável depender exclusivamente de **conhecimento informal** transmitido entre equipas sucessivas;
- A **experiência acumulada** em congressos anteriores, incluindo sucessos, dificuldades e falhas, constitui um património que importa documentar e aproveitar;
- A **confiança** nos processos democráticos é **reforçada** quando as regras estruturantes resultam de reflexão prévia, participação alargada e melhoria contínua;

O Congresso delibera:

1. Mandatar a **Assembleia do Livre** para promover, no máximo durante o próximo ano, uma **recolha** e sistematização da experiência acumulada em congressos anteriores, identificando sucessos, dificuldades e oportunidades de melhoria.
2. Promover, nesse processo, a **participação e auscultação** dos membros e apoiantes, e estruturas, recolhendo contributos sobre métodos de discussão, participação, deliberação e votação.
3. Apresentar a um Congresso seguinte uma proposta de **regras base para a organização de congressos, incluindo enquadramento de calendários e prazos, procedimentos e métodos por omissão**, e previsão para caso de maior crescimento. Mantendo a possibilidade de o Congresso aprovar soluções diferentes quando o entenda justificado.
4. Garantir que o resultado desse trabalho constitua um enquadramento estável, com **publicação acessível a todos os Membros e Apoiantes**, evitando a necessidade de redefinir processos essenciais de raiz em cada ciclo.

Motivação

O objetivo da presente moção não é retirar liberdade de decisão aos futuros congressos nem fixar de forma rígida a sua organização. Não se trata de fixar tudo para sempre. Pretende-se antes documentar o que tem sido feito, identificar o que tem funcionado bem e o que tem funcionado menos bem, e criar uma **base comum de conhecimento** que possa ser melhorada ao longo do tempo.

A existência de procedimentos de referência não impede a sua alteração. Pelo contrário, permite que qualquer alteração seja discutida de forma consciente, fundamentada e transparente. Tal como as leis e regulamentos existem para criar previsibilidade e confiança nos processos democráticos, também um enquadramento-base para os congressos pode contribuir para uma **participação mais informada**, inclusiva e previsível.

A ideia é simples: em vez de redefinir aspetos fundamentais do processo em cada congresso, partir de um conjunto de **práticas conhecidas, discutidas e testadas**. Quem entenda que, num determinado caso, deve ser seguido um caminho diferente continuará naturalmente a poder propô-lo e justificá-lo perante o Congresso.

O objetivo final é termos uma metodologia de **melhoria contínua**, assente na experiência acumulada do partido e na participação dos seus membros.

Proponentes

- Ricardo André
- Irene Gomes
- Ricardo F. Gonçalves
- Marta Setúbal

Moção 8

Por um regime de prazos mais exequível nas Primárias do LIVRE

Princípios-chave:

- **Capacitação Democracia interna exequível.** As Primárias do LIVRE devem continuar a garantir participação, transparência, igualdade de oportunidades e escrutínio democrático, mas devem também ser compatíveis com os prazos reais dos processos eleitorais.
- **Proporcionalidade procedimental.** A exigência dos procedimentos internos deve ser proporcional ao tempo disponível, distinguindo processos eleitorais ordinários, com calendário previsível, de processos eleitorais antecipados ou sujeitos a prazos legais curtos.
- **Segurança e previsibilidade.** O regulamento das Primárias deve oferecer soluções claras para situações de urgência eleitoral, evitando que a definição de exceções dependa de decisões casuísticas tomadas já sob pressão de calendário.
- **Eficiência sem perda de legitimidade democrática.** A simplificação de prazos, rondas, voltas ou debates em situações excepcionais deve preservar a escolha democrática das candidaturas, mas remover etapas que possam comprometer a apresentação atempada de listas.
- **Responsabilidade institucional.** O LIVRE deve garantir que os seus mecanismos internos de escolha de candidaturas não colocam em risco o cumprimento dos prazos legais de apresentação de listas nem a capacidade do partido de concorrer em todos os círculos e territórios onde pretende apresentar candidatura.

Fundamentação:

O regulamento das Primárias do LIVRE constitui um instrumento essencial de democracia interna, permitindo a participação de membros e apoiantes na escolha de candidaturas do partido a diferentes atos eleitorais. A existência de fases de apresentação de candidaturas, validação, campanha, debate, votação, reclamações e recursos reforça a transparência do processo e a legitimidade das escolhas coletivas.

No entanto, a robustez democrática de um processo interno deve ser compatível com a sua exequibilidade. Em processos eleitorais ordinários, com calendário previsível e preparação atempada, é possível realizar primárias com maior amplitude temporal, mais rondas, debates, fases de validação e prazos de reclamação e recurso mais alargados. Já em processos eleitorais antecipados ou sujeitos a calendários legais curtos, o mesmo desenho procedimental pode tornar-se excessivamente pesado e comprometer a capacidade prática do partido de fechar listas, reunir documentação, cumprir exigências legais e apresentar candidaturas dentro dos prazos externos aplicáveis.

Este risco é particularmente relevante em eleições legislativas antecipadas, eleições regionais antecipadas ou em quaisquer situações de dissolução de órgãos e convocação de eleições com reduzida margem temporal. Nestes casos, o partido pode dispor de poucas semanas para concluir todo o processo interno, aprovar listas,

assegurar paridade, recolher documentação, validar candidaturas e cumprir os prazos legais junto das entidades competentes.

O regulamento já reconhece, em alguma medida, esta preocupação, ao admitir que, em casos excepcionais, como eleições antecipadas, a Assembleia possa deliberar a realização de apenas uma volta de votação. Porém, esta solução é ainda insuficiente, porque o problema da exequibilidade não resulta apenas da existência de segunda volta. Resulta da acumulação de várias etapas: possíveis rondas sucessivas, debates obrigatórios, prazos de validação, reclamações, recursos, proclamação de resultados, eventual reabertura de candidaturas e aprovação final das listas.

Assim, importa criar um regime mais claro e previsível para processos eleitorais urgentes ou de calendário reduzido. Esse regime não deve substituir a regra geral das Primárias em situações normais, mas deve funcionar como mecanismo excepcional de proteção da capacidade eleitoral do LIVRE. O objetivo não é reduzir a democracia interna, mas garantir que ela pode ser exercida de forma realista, sem criar riscos desnecessários para a apresentação de candidaturas.

Um modelo mais equilibrado deve permitir que, quando os prazos legais sejam curtos, o processo interno seja automaticamente ajustado: reduzindo prazos, concentrando etapas, limitando rondas, admitindo formatos alternativos de debate e clarificando em que circunstâncias pode existir segunda volta. Desta forma, a decisão não dependeria de uma votação da Assembleia do LIVRE, mas estaria pré-determinada. Esta solução reforça a segurança jurídica interna, reduz a necessidade de decisões casuísticas e permite que membros, apoiantes, candidatos/as, órgãos do partido e Comissão Eleitoral saibam previamente quais as regras aplicáveis em contexto de urgência.

Esta moção defende, por isso, que o LIVRE deve rever o regulamento das Primárias para criar um regime especial de prazos abreviados, aplicável a eleições antecipadas ou a atos eleitorais com calendário externo reduzido, assegurando simultaneamente democraticidade, transparência, igualdade de oportunidades e capacidade prática de apresentação de listas.

Objetivos específicos/medidas:

- Criar um regime especial de urgência eleitoral no regulamento das Primárias, aplicável a eleições antecipadas ou a processos eleitorais em que o prazo entre a convocação do ato eleitoral e a data-limite legal de apresentação de candidaturas seja reduzido.
- Prever que, em regime de urgência eleitoral, o processo decorra numa única ronda e numa única volta de votação.
- Clarificar as situações em que pode haver segunda volta, limitando-a aos casos em que o calendário legal externo permita a sua realização sem comprometer a validação final das candidaturas, a resolução de reclamações e recursos e a apresentação legal das listas.
- Permitir a simplificação dos debates em regime de urgência, substituindo, quando necessário, debates presenciais ou múltiplos debates por formatos equivalentes, como sessões online, apresentação conjunta, respostas escritas padronizadas, vídeos de candidatura ou outros meios que garantam informação mínima aos votantes.
- Limitar a reabertura de candidaturas ou rondas adicionais em regime de urgência, admitindo-as apenas quando estritamente necessário para garantir a existência de candidaturas válidas e quando exista tempo útil para concluir o processo sem prejudicar a apresentação de listas.

- Implementar um sistema de volta única em regime de urgência, em que a ordenação dos 6 primeiros classificados na primeira volta, traduz-se no resultado final das eleições primárias, eliminando-se uma segunda volta para ordenação dos 6 primeiros classificados.

Proponentes

- Pedro Von Hafe
- José Barbosa
- Carlos Fragoso
- Jorge Araújo
- Rosa Matos
- Helder Serra
- Mário Martins
- Jorge Lopes
- Andreia Nabeiro
- Luís Rodrigues

Moção 9

Pela revisão e estruturação do processo programático

O LIVRE assenta a sua construção programática na participação coletiva, fundada na intervenção alargada de membros e apoiantes na vida do partido, e na sua abertura à sociedade civil. Tal desígnio tem de ser cumprido na elaboração dos programas apresentados aos diversos atos eleitorais a que o partido se candidata (eleições legislativas, regionais, autárquicas e europeias). Este princípio constitui uma das suas maiores forças, mas também exige um esforço contínuo de aperfeiçoamento dos processos internos, de forma a garantir uma continuidade na abertura, participação, transparência, coerência e eficácia dos mesmos.

Ao nível da elaboração dos programas, a organização tem sido pautada pelo convite à participação de membros e apoiantes, formando um grupo redatorial que inclui membros dos órgãos nacionais (Grupo de Contacto e Assembleia), Núcleos Territoriais, bem como de participantes dos Círculos Temáticos. O trabalho desenvolvido pelos grupos redatoriais organiza-se em várias fases, que incluem a recolha de contributos da sociedade civil, de membros e apoiantes, o acompanhamento pelos Círculos Temáticos, a apresentação de emendas ao programa preliminar por parte de membros e apoiantes, e por fim, a consensualização dessas emendas, promovendo o maior debate possível em congresso.

A experiência dos últimos anos, com sucessivas eleições antecipadas (legislativas e regionais) e de eleições autárquicas e europeias, evidenciaram um conjunto de desafios no processo de construção dos programas, potenciados pela instabilidade política, os prazos internos e externos curtos, e o crescimento do partido. Dos desafios mais prementes destacam-se:

- a ausência de procedimentos estruturados e registados que permitam o apoio ao grupo redatorial e uma consistência no processo de elaboração dos diversos programas;
- a dificuldade de compatibilizar o processo complexo e robusto de desenvolvimento dos programas no partido com a celeridade que é necessária em contexto de eleições antecipadas;
- a extensão e, por vezes, dispersão, do programa, bem como a ausência de formas efetivas de comunicação do seu conteúdo;
- a desconexão com o trabalho desenvolvido pelos Círculos Temáticos, bem como a falta de definição do seu papel no processo como um todo;
- a continuidade do conhecimento dos Grupos Redatoriais recai na experiência acumulada dos participantes, transmitida oralmente a cada grupo, em que as metodologias são definidas entre cada Grupo Redatorial, não existindo um procedimento definido;
- a possibilidade de surgirem incoerências entre propostas apresentadas em capítulos distintos do programa ou entre programas elaborados para diferentes atos eleitorais, nomeadamente com diferente abrangência territorial;

- a assimetria na complexidade e nível de desenvolvimento entre as várias propostas e capítulos, além da falta de harmonia dos registos de escrita e perfis de redação, resultantes da diversidade dos contributos, que vão do mais técnico e teórico, ao mais coloquial;
- a integração insuficiente de estimativas de impacto social, orçamental e ambiental, que contribuam para uma apresentação mais consolidada das medidas bandeira;
- a necessidade de clarificação das competências dos diversos intervenientes, nomeadamente dos Núcleos Territoriais, Círculos Temáticos e Grupo Redatorial;
- a necessidade de salvaguardar que membros e apoiantes dispõem de informação clara, acessível e atempada sobre as formas de participação em cada fase do processo;
- a cada vez mais difícil gestão e tratamento do volume crescente de propostas e emendas apresentadas a congresso, mantendo os processos atuais e tendo em conta o crescimento do partido;
- a complexidade dos mecanismos de decisão em congresso, que impede na prática um debate e participação informados e equilibrados;
- a falta de tempo ou de metodologia para revisão integral do programa, e a respectiva declinação num documento pensado do ponto de vista comunicacional, que possa garantir uma leitura fácil, atrativa e convincente.

Outro problema identificado, prende-se com o volume elevado de trabalho que recai sobre os membros do Grupo Redatorial em períodos relativamente curtos, o que dificulta a conciliação destas tarefas que exigem grande disponibilidade de tempo, com a vida laboral e familiar da maioria dos participantes, que são voluntários, e que muitas vezes acabam por prescindir do respectivo descanso.

Vários participantes de Grupos Redatoriais proponentes desta moção, a partir de reflexões conjuntas, identificaram oportunidades de melhoria no processo de elaboração dos programas. Considera-se pertinente mencionar algumas das sugestões de melhoria, enquanto caminhos possíveis na definição futura deste processo, destacando-se:

- um processo adaptável e mais curto aquando de eleições antecipadas, que possa passar por prescindir ou encurtar significativamente algumas fases;
- melhorar a articulação e integração dos Círculos Temáticos e Núcleos Territoriais num processo contínuo de avaliação de propostas de membros e apoiantes, que resultem no desenvolvimento de medidas programáticas ao longo do tempo;
- melhorar o processo de discussão de emendas potencialmente críticas em sessões prévias ou paralelas ao Congresso;
- assegurar que membros e apoiantes conhecem os processos, calendários e prazos de participação, de forma a otimizar a sua intervenção, e a permitir uma gestão eficaz do trabalho do Grupo Redatorial.

Perante o exposto, propõe-se que o XVII Congresso do LIVRE delibere:

- Constituir um Grupo de Trabalho sobre o Processo Programático, composto por membros da Assembleia, do Grupo de Contacto e de coordenadores de Círculos Temáticos, com os seguintes objetivos:
 - Estudar os modelos de construção de programas de outros partidos, incluindo os partidos verdes europeus, compreendendo as ferramentas, mecanismos e processos de elaboração, atualização e votação;
 - Analisar o processo atual do LIVRE, identificando fragilidades, redundâncias e boas práticas;

- ▶ Estudar a criação de documentos-modelo de alteração, adição ou subtração com campos como fundamentação e, se adequado, bibliografia de forma a permitir uma análise mais rápida e sistemática de cada proposta;
- ▶ Avaliar o equilíbrio entre a participação aberta e a exigência de consistência programática;
- ▶ Recolher contributos de membros, apoiantes e órgãos do partido, através de um processo estruturado de auscultação interna, entre os quais se podem considerar questionários e sessões de auscultação e debate.
- Mandatar este Grupo de Trabalho para apresentar uma proposta do processo de elaboração e atualização dos programas, incluindo a:
 - ▶ Definição do processo e de procedimentos, atualmente informais, garantindo a previsibilidade e continuidade;
 - ▶ Clarificação do papel dos Círculos Temáticos no desenvolvimento de medidas programáticas e na triagem e validação de propostas e emendas;
 - ▶ Definição de competências do Grupo Redatorial, nomeadamente no tratamento de emendas apresentadas a Congresso;
 - ▶ Definição da constituição do Grupo Redatorial, tendo em conta o número de pessoas necessárias para as diferentes fases do trabalho, quer em termos de auscultação à sociedade civil e a nível interno, quer na posterior gestão e tratamento da informação, bem como na criação dos documentos necessários;
 - ▶ Estudar a criação de um modelo de processo programático contínuo;
 - ▶ Estudar mecanismos de compromisso a alterações programáticas, nomeadamente Sessões de Consensualização de Emendas;
 - ▶ Garantia de disponibilização para os Grupos Redatoriais das diferentes versões de trabalho dos programas, das propostas de alteração e das decisões sobre emendas, assegurando transparência e memória do processo;
 - ▶ Definição de um calendário claro com as fases do processo e tempos indicativos;
 - ▶ Especificidade de contextos excepcionais entre os quais as eleições antecipadas ou com muita proximidade, garantindo um processo adaptado;
 - ▶ Refletir sobre a criação de mecanismos que previnam a cristalização de medidas ou factos consumados, de modo a garantir o aprofundamento de medidas programáticas e a assegurar, a cada ato eleitoral, o alinhamento das propostas programáticas com o conhecimento científico e social;
 - ▶ Definição de indicadores de avaliação do processo programático (participação, diversidade de contributos, cumprimento de prazos, coerência programática), analisando a necessidade de um mecanismo de avaliação periódica.

Julho de 2026

Proponentes

- Ana Luísa Natário
- Pedro Gonçalves
- Mafalda Dâmaso
- Hélder Verdade Fontes
- Catarina Cerqueira
- Bernardo Marta
- Francisco Costa
- Max Falcão
- Pedro Leitão
- Filipe Conceição

- Rui Dinis Silva
- Patrícia Robalo
- João Paiva
- Mário Barreira
- Joana Alves Pereira
- Bárbara Ribeiro

Moção 10

Presidenciais 2031 LIVREs

Versão curta: O LIVRE acredita que se decide a votar, e foi assim que sempre tomou as suas posições nas presidenciais. Esta moção estabelece este princípio para 2031: uma eleição interna aberta a toda a esquerda, sem privilégios para membros do partido e com a opção de não apoiar ninguém; feita cedo, para dar tempo e força a quem vencer.

O Congresso do LIVRE, considerando:

que o partido fez da democracia interna e das primárias abertas a sua marca distintiva, e que soube sempre, com acerto, tomar posição nas eleições presidenciais;

que queremos avançar desse acerto caso a caso para uma regra, sendo o partido que representa a esquerda de forma verdadeiramente democrática, com a escolha do apoio presidencial aberta a todo o espaço da esquerda nacional e sem privilégios para os seus próprios membros;

e que, ao perseguir a nossa forma democrática única, movimentamos as bases e damos motivação e ímpeto a membros e apoiantes para participarmos de forma unida nas eleições presidenciais que se irão aproximar;

delibera:

1. Mandatar a Assembleia eleita neste Congresso para aprovar, durante o seu mandato, o Regulamento de Apoio do LIVRE a Candidaturas Presidenciais, tendo por base o sistema de primárias abertas do LIVRE e com as adaptações constantes dos números seguintes.
2. O Regulamento assegura, como princípios vinculativos:
 - i. Candidaturas abertas a qualquer cidadã ou cidadão elegível para a Presidência da República, independentemente de filiação partidária e sem privilégio dos membros ou apoiantes do LIVRE na sua apresentação, mediante subscrição da Declaração de Princípios e de um Compromisso de Candidatura, com admissão fundamentada por critérios e sem referência a partidos, e direito de recurso;
 - ii. O apoio de outros partidos a um candidato em nada afeta a sua elegibilidade para participar nesta eleição;
 - iii. Participação eleitoral não circunscrita aos membros do partido, em todas as votações;
 - iv. Inclusão, em todas as votações, da opção de não apoiar nenhuma candidatura;
 - v. A divulgação da candidatura apoiada, o mais tardar, na véspera do primeiro dia previsível de apresentação de candidaturas, determinado pela Assembleia com base no cenário mais antecipado;
 - vi. O mínimo de uma sessão de apresentação, e um debate com participação obrigatória das candidaturas inscritas;
3. No que não vai contra os princípios vinculativos, a Assembleia define livremente as modalidades do processo (colégios e respetiva ponderação, método de apuramento de um vencedor único, voltas, calendário, debates e campanha) tendo por referência o sistema de primárias abertas em vigor; o Regulamento é aprovado ouvido

o grupo de trabalho sobre o processo de primárias e as suas regras ficam estabilizadas à data da deliberação de abertura, não sendo alteráveis na pendência do processo.

4. Estando em funções um Presidente da República elegível para segundo mandato que não se inscreva, a Assembleia pode deliberar, no ato de aprovação do calendário, a inclusão no boletim da opção de apoio à sua recandidatura, sujeita à mesma validação que as candidaturas inscritas e identificadas como não inscritas no processo; a opção é retirada havendo declaração pública de não recandidatura e, vencendo sem que a recandidatura se concretize, realiza-se segunda volta entre as candidaturas seguintes.
5. A Assembleia delibera a abertura do processo e aprova o calendário, sob proposta do Grupo de Contacto, com a antecedência mínima de 90 dias sobre a abertura das inscrições, cabendo-lhe fixar o número, o formato e as datas dos debates e demais momentos de campanha, bem como a lista de convites protocolares da divulgação; a execução compete à Comissão Eleitoral, com apoio logístico do Grupo de Contacto.
6. O Grupo de Contacto inicia a divulgação pública do processo pelo menos 60 dias antes da abertura das inscrições, sem qualquer juízo prévio sobre potenciais candidaturas; garantindo que a comunicação dá ênfase à natureza não partidária destas eleições.
7. Ao aprovar o calendário, a Assembleia equaciona as datas plausíveis de realização da eleição presidencial e, com base no cenário mais antecipado, determina o primeiro dia previsível de apresentação de candidaturas e de recolha de assinaturas de proponentes; a véspera desse dia é a data-limite para a divulgação da candidatura que o LIVRE apoiará.
8. A Comissão Eleitoral do processo é a constituída nos termos do sistema de primárias abertas em vigor.
9. O Grupo de Contacto e a Assembleia apresentam relatórios de progresso da implementação nos Congressos que se realizem até ao próximo Congresso eletivo e o relatório final de implementação nesse Congresso eletivo.

Proponentes

- Joel Rodrigues
- Tiago Mota
- Célia Figueiredo

Moção 11

Moção por uma Política de Renovação Democrática

I. Preâmbulo

As democracias liberais atravessam um momento de tensão em toda a Europa, e Portugal não é excepção. Cresce a desconfiança nas instituições representativas, nos partidos políticos e nos processos eleitorais. Esse descrédito tem alimentado movimentos que exploram o distanciamento percebido entre os cidadãos e os seus representantes, propondo soluções simplistas para problemas estruturalmente complexos.

A resposta a este fenómeno não pode ser apenas discursiva. Não basta defender a democracia representativa em palavras, é preciso estar disposto a pensá-la, a questioná-la e, onde for necessário, a renová-la. Os partidos que acreditam genuinamente nas instituições democráticas têm uma responsabilidade acrescida, a de refletir sobre as suas próprias práticas e de dar o exemplo, abrindo internamente os debates que defendem para o sistema político em geral.

O LIVRE foi fundado com esse compromisso. Mais do que fechar uma decisão, esta moção quer abrir uma conversa. O que a move é o desejo de que o partido reflita coletivamente sobre o modelo de representação política que quer encarnar, o modelo que assim entenderem os membros e apoiantes que seja mais representativo, diverso e renovador. Várias forças da família verde europeia já trilharam este caminho, do *Ecolo* belga aos Verdes alemães, ensaiando formas de renovar e limitar mandatos com resultados diversos.

II. Fundamentação Política

Coerência com os valores do LIVRE

O LIVRE defende uma democracia mais participativa, mais plural e mais próxima dos cidadãos. Faz sentido que essa defesa seja também ocasião para olharmos para dentro e perguntarmos como as nossas práticas internas refletem esses valores. A questão da renovação e da limitação de mandatos em cargos públicos decorre naturalmente dos princípios fundadores do partido e merece ser discutida com seriedade e abertura, sem que isso traduza qualquer desconfiança dirigida aos eleitos.

Uma resposta séria a uma crise democrática séria

Numa conjuntura em que o descrédito nas instituições é explorado por forças que ameaçam os fundamentos do Estado de direito democrático, os partidos comprometidos com a democracia ganham credibilidade quando se mostram capazes de discutir abertamente as suas próprias regras. O objetivo deste debate é demonstrar que é possível fazer política de outra forma, também na cultura e nas práticas internas, e não apenas no conteúdo programático.

Valorização dos quadros e da participação

Pensar a renovação é também pensar como o partido forma, acompanha e dá oportunidade aos seus quadros. Um debate sobre limites de mandatos é, no fundo, um debate sobre a confiança no coletivo: sobre a convicção de que o LIVRE tem pessoas capazes de representar os seus valores em qualquer cargo e sobre o dever de lhes abrir caminho. Há, naturalmente, argumentos em sentidos diferentes, como o valor da experiência acumulada, a liberdade de escolha de eleitores e militantes ou as especificidades de cada cargo, e é precisamente por isso que vale a pena discutir o tema com tempo, em vez de o decidir à pressa.

III. Deliberação

A experiência dessas forças mostra que a limitação de mandatos é compatível com os valores verdes, mas que a sua eficácia depende do desenho: o *Ecolo* limita a dois os mandatos sucessivos na mesma função, com derrogação possível, enquanto a rotação mais rígida dos Verdes alemães acabou abandonada em 1991.

Considerando o exposto, e com o objetivo de abrir um debate alargado sobre o tema, esta moção propõe que o XVII Congresso do LIVRE delibere:

- Reconhecer a renovação democrática e a questão da limitação de mandatos consecutivos como tema relevante para a vida interna do partido, merecedor de reflexão coletiva;
 - Mandatar os órgãos competentes do partido para promover, ao longo do próximo ciclo, um processo de debate participado sobre o tema, aberto a membros e apoiantes, que recolha contributos, pondere os argumentos a favor e contra e tenha em conta as especificidades de cada tipo de cargo;
 - Que esse processo procure reunir informação útil, incluindo a experiência de outros partidos verdes europeus e de outras democracias, de modo a permitir uma decisão informada e fundamentada em dados;
 - Que, concluído o debate, os órgãos competentes apresentem à futura composição ou a um futuro Congresso uma proposta concreta, ou um conjunto de opções, sobre a eventual adoção de limites de mandatos consecutivos e respetivas modalidades, para deliberação dos congressistas;
 - Que o LIVRE comunique a abertura deste debate como expressão do seu compromisso com uma cultura política aberta, reflexiva e plural.

Sintra, 11 de Julho de 2026.

Proponentes

- Matias Feijoo
- Bárbara Ribeiro

Subscritores

- Márcio Sousa
- Paulo Muacho
- Carlos M.G.L. Teixeira

Moção 12

Por um LIVRE com regras à medida do que já somos

Abertura de um processo de revisão estatutária e regulamentar do LIVRE

Os Estatutos do LIVRE foram aprovados em 2016, num momento em que o partido tinha uma dimensão, uma representação institucional e uma estrutura organizativa substancialmente diferentes das atuais.

O LIVRE elegeu, desde então, representação parlamentar e autárquica que os Estatutos de 2016 não anteciparam de forma desenvolvida, nomeadamente quanto à relação entre titulares de mandatos eletivos e os órgãos internos do partido.

Uma revisão atenta aos Estatutos revela incoerências de redação que podem gerar litígio interpretativo — designadamente quanto às condições de convocação extraordinária do Congresso (Art. 9.º) — e omissões relevantes quanto à composição, quórum e funcionamento da Assembleia (Art. 10.º), hoje não fixados em número, criando incerteza operacional num dos órgãos mais permanentes do partido.

O mecanismo de garantia da igualdade de género nos órgãos e candidaturas do partido, tal como redigido (Art. 8.º), assume formulação de meio e não de resultado, sem consequências definidas em caso de incumprimento, podendo beneficiar de mecanismos de concretização mais robustos.

Os regulamentos internos aprovados em datas distintas — Regulamento da Assembleia (2016), Regimento do Grupo de Contacto (2016/2018), Regulamento dos Núcleos Territoriais (2023), Regulamento Disciplinar e Regulamento dos Círculos Temáticos (ambos de 2014) apresentam, entre si e frente aos Estatutos, pontos de desalinhamento que não foram objeto de harmonização sistemática desde a sua aprovação original.

A definição de funções e responsabilidades dentro de cada órgão do partido é hoje, em vários casos, insuficientemente concretizada, o que pode conduzir a uma distribuição informal e não escrutinada de tarefas de coordenação, comunicação e organização interna, em tensão com o princípio da transparência e da responsabilização que o LIVRE subscreve.

Algumas destas questões, designadamente a relação entre a intensa atividade quotidiana dos titulares de mandatos eletivos e o funcionamento equilibrado dos órgãos executivos do partido envolvem dimensões delicadas, ligadas ao método de eleição por listas e ao resultado das primárias internas, que exigem reflexão amadurecida e não estão devidamente plasmadas nos estatutos e regulamentos.

O LIVRE tem uma visão horizontal da sua organização que privilegie uma forte participação dos seus membros e apoiantes alavancando massa crítica para a sua ação política, o que face ao crescimento rápido e sustentável que teve nos últimos anos mostra ser este o momento adequado para um processo de revisão ponderado, participado e tecnicamente cuidado da sua organização.

Assim, o Congresso do LIVRE delibera:

1. Reconhecer a existência de incoerências, lacunas e desalinhamentos entre os Estatutos do LIVRE e os respetivos regulamentos internos de funcionamento, justificando a abertura de um processo formal de revisão estatutária e regulamentar.

2. Mandatar a Assembleia do LIVRE para coordenar a abertura deste processo de revisão, com a amplitude, o método de trabalho e o calendário que a própria Assembleia, em articulação com o Grupo de Contacto, considere mais adequados à natureza e à complexidade das matérias em causa.

3. Recomendar que o processo de revisão a abrir tenha em especial consideração, sem prejuízo de outras matérias que vierem a ser identificadas:

- a clarificação das normas de convocação extraordinária do Congresso;
- a definição da composição, quórum e regras de funcionamento da Assembleia;
- o reforço dos mecanismos de concretização da igualdade de género nos órgãos e candidaturas do partido;
- a harmonização entre os Estatutos e os regulamentos internos de funcionamento dos diversos órgãos;
- a definição mais clara de funções e responsabilidades dentro de cada órgão colegial do partido, em linha com o princípio da rotatividade já consagrado nos Estatutos.

4. Assegurar que o processo de revisão a abrir prevê a consulta dos Núcleos Territoriais e dos demais órgãos do partido, garantindo participação alargada de membros e apoiantes, nos termos que vierem a ser definidos pela Assembleia.

5. Reconhecer que a relação entre a atividade quotidiana dos titulares de mandatos eletivos do LIVRE e o funcionamento equilibrado dos órgãos executivos do partido constitui uma questão relevante, que deve ser objeto de reflexão própria e amadurecida, sem prejuízo de não integrar, nesta fase, um mandato concreto de revisão, atenta a sua complexidade e a necessidade de evitar soluções apressadas.

6. Mandatar a Assembleia para apresentar, na primeira reunião ordinária seguinte ao Congresso, um ponto de situação sobre a abertura e o andamento deste processo de revisão.

Proponentes

- Luís Manata
- Célia Figueiredo
- Ana Figueiredo

Moção 13

Rever os Estatutos, preparar o futuro

Os próximos dois anos serão decisivos para o futuro do nosso partido. A forma como conseguirmos mudar a nossa estrutura e a nossa forma de funcionamento influenciará decisivamente o percurso do LIVRE e a sua capacidade de se apresentar ao país como alternativa viável para um governo progressista e ecologista, tanto ao nível nacional como regional e local. Vivemos um ciclo político novo, em que assumimos um papel de liderança à esquerda, e é com essa responsabilidade acrescida que devemos olhar para dentro.

Os Estatutos do LIVRE têm uma história curta de alterações. Aprovados no Congresso Fundador, no Porto, a 31 de janeiro e 1 de fevereiro de 2014, sofreram apenas duas revisões: a primeira no II Congresso, em Almada, a 19 de abril de 2015, para alterar a denominação do partido para LIVRE/Tempo de Avançar e servir de plataforma à candidatura cidadã, e a segunda no V Congresso, em Setúbal, a 19 de junho de 2016, para regressar à designação LIVRE e corrigir algumas incongruências pontuais. São estes os Estatutos atualmente em vigor.

Ambas as revisões foram **cirúrgicas**. Nenhuma delas constituiu uma reflexão de fundo sobre o desenho orgânico do partido. Dez anos volvidos sobre a última, o LIVRE nunca submeteu a sua arquitetura institucional e orgânica a uma revisão estrutural e participada.

Entretanto, o partido **creceu** em membros, em apoiantes, em Núcleos Territoriais, em representação autárquica e parlamentar, e em responsabilidade política. Esse crescimento torna inevitável uma reflexão sobre a estrutura orgânica, tanto mais que o LIVRE assenta numa orgânica deliberadamente **experimentalista**: um modelo colegial, sem lideranças uninominais e com equilíbrios próprios entre Congresso, Assembleia, Grupo de Contacto, Conselho de Jurisdição e Núcleos. Essa organização tem sido uma marca identitária e é, em grande medida, um valor a preservar, mas precisa de ser avaliada à luz da experiência acumulada, para percebermos o que funciona, o que deve ser corrigido e o que pode ser aprofundado.

O **momento é o adequado**. Não se perspetivam eleições no horizonte próximo e o LIVRE encontra-se em rota ascendente, sendo hoje o maior partido da esquerda portuguesa em representação parlamentar. É precisamente quando há serenidade e confiança, e não pressão eleitoral nem crise interna, que uma organização deve olhar para dentro e preparar o seu futuro. Adiar esta reflexão para um tempo de urgência seria condená-la à pressa e ao improvisado.

Esta moção **não pretende substituir-se à reflexão que todos devemos fazer em conjunto** e, por isso, não aponta soluções concretas. Pretende ser o ponto de partida de um debate necessário, que precisa de ser feito com tempo e com método. O seu objetivo é que o Congresso manifeste a intenção de proceder a uma revisão estatutária e defina o **caminho** que conduza esse processo de forma sólida, participada e legítima, capaz de reunir a maioria de **dois terços** exigida pelos Estatutos para a sua aprovação. Para isso, propõe-se um processo organizado, transparente e faseado, conduzido segundo os princípios da transparência, da abertura e da procura de consensos.

Fase 1 — Constituição da Comissão de Revisão Estatutária

É constituída uma Comissão de Revisão dos Estatutos, com membros indicados pelos vários órgãos do partido, Grupo de Contacto, Conselho de Jurisdição, Assembleia e Núcleos Territoriais (garantindo a represen-

tação de regiões territoriais distintas) e aprovada pela Assembleia do LIVRE. Os membros indicados devem garantir a paridade de género da Comissão. À Comissão cabe gerir todo o processo de revisão, de acordo com os princípios da transparência, da abertura e da procura de consensos. A Assembleia do LIVRE definirá um calendário que contemple a duração e agendamento de cada uma das fases, devendo o processo completo ter a duração máxima de um ano.

Fase 2 — Análise e identificação das questões

A Comissão analisa os Estatutos atuais e estuda os estatutos de partidos congéneres, nacionais e europeus, apresentando um relatório que identifique as principais questões a discutir durante a revisão.

Fase 3 — Auscultação

A Comissão promove um período alargado de auscultação do partido, que pode incluir a auscultação de todos os órgãos e estruturas (Grupo de Contacto, Assembleia, Conselho de Jurisdição, Núcleos Territoriais, Círculos Temáticos), a realização de um inquérito a membros e apoiantes sobre o funcionamento do partido e da sua estrutura orgânica, e a recolha de contributos individuais.

Fase 4 — Apresentação do projeto

Concluída a auscultação, a Comissão analisa os contributos recolhidos e elabora um projeto de revisão estatutária, fundamentado nesse trabalho.

Fase 5 — Discussão com o partido

O projeto é submetido a um período de discussão alargada com o partido, permitindo o debate aberto das soluções propostas antes da sua formalização.

Fase 6 — Congresso Estatutário

É convocado um Congresso Estatutário, precedido de uma fase de apresentação e discussão de emendas e seguido de votação, nos termos estatutários, com vista à aprovação do novo texto pela maioria de dois terços exigida pelo artigo 28.º dos Estatutos.

Proponentes

- Paulo Muacho
- Diamantino Raposinho

Subscritores

- André Dias
- Rodrigo Teixeira
- Tomás Cardoso Pereira
- Glória Franco
- Manuel Muacho
- Henrique Longa
- Sílvia Vilas
- Maria Esteves Pereira
- Safaa Dib
- Joana Alves Pereira
- Inês Pires
- Joana Loureiro

-
- André Wemans
 - Bernardo Marta
 - Sandra Tomás
 - Madalena Lemos Lorga
 - Daniel Ferreira
 - Mafalda Dâmaso
 - Catarina Martins
 - Geizy Fernandes
 - Afonso M. G. Ferreira
 - Joana Filipe
 - Carlos M. G. L. Teixeira
 - Filipe Honório
 - Patrícia Gonçalves
 - Rita Farias
 - Sílvia Pais
 - Isabel Faria
 - Gabriela Alonso
 - Ruben Vieira
 - André Tenente
 - Nurin Mirzan
 - Filipe Rodrigues Fonseca
 - Matías Feijoo
 - Pedro Mendonça
 - Tomás Horta
 - Pedro Martins
 - Hugo Lourenço
 - Salomé Gomes
 - Hélder Sousa
 - Pedro Vale
 - António Saraiva Lopes
 - Francisco Costa
 - Filipa Pinto
 - Rui Jorge Cabral
 - Diana Barbosa
 - João Monteiro
 - Claudia Martins Costa
 - André Mendes
 - João Ramos
 - Fausto Fialho
 - Alexandre Santos Rodrigo
 - Paulo F. Dias
 - Pedro A. Pinheiro

Moção 14

Por uma Assembleia do LIVRE (AL) Representativa de todas as Regiões

A presente Moção é motivada pelo crescimento do LIVRE nos últimos anos, e principalmente pelos desafios de implantação e representação territorial por todo o país.

Com efeito, o sistema eleitoral da democracia portuguesa, ainda que imperfeito, alicerça a representatividade de todo o território por via do estabelecimento de Círculos Eleitorais que estão indexados desde cedo à divisão administrativa territorial distrital e regional, ao que acrescem os dois círculos eleitorais da diáspora, para a constituição do órgão representativo da nossa Democracia, a Assembleia da República.

Com propósito semelhante – o da representatividade territorial das populações – as Assembleias Municipais integram na sua composição, por inerência, os Presidentes das Juntas de Freguesias dos respetivos concelhos, como forma de representação e aproximação dos munícipes/fregueses destas divisões administrativas neste órgão autárquico concelhio.

A Assembleia do LIVRE, órgão máximo do Partido entre Congressos eletivos, é composta por Membros do Partido eleitos por via de candidaturas uninominais sem expressão representativa territorial e/ou estrutural do partido. O crescimento do LIVRE, que tem sido mais expressivo nas grandes áreas urbanas, resulta naturalmente numa quase total representatividade desses territórios nos órgãos do partido, em particular na Assembleia do LIVRE, sem que esteja assegurada ou sequer contemplada a representatividade da diversidade geográfica dos M&A do LIVRE.

Não é objetivo desta Moção colocar qualquer tipo de reserva ou entrave à eleição incondicional dos membros para a Assembleia do LIVRE, antes, que seja empreendida a devida reflexão interna, que possa garantir no futuro a representatividade com igualdade de direitos e deveres consagrados, de eleitos e eleitas representantes de zonas de norte a sul, interior e ilhas do nosso país, bem como a diáspora, na Assembleia.

A possibilidade de integração de representação distrital, zonas autónomas e diáspora, alicerçada em estruturas internas como Núcleos Territoriais (NTs), que no presente detêm apenas direito de assistência e participação condicionada nas Assembleias do partido, pode ser um caminho para uma maior e justa representatividade da AL, assim como o são as Assembleias Municipais, garantindo-se a continuidade da eleição atual uninominal dos 50 membros.

Assim, propomos que o XVII Congresso do LIVRE delibere que os próximos órgãos nacionais eleitos para o mandato do biénio 2026-2028 empreendam a devida reflexão e estudos necessários ao desenvolvimento de uma proposta a apresentar no próximo congresso estatutário que reforce e estimule a coesão e representação territoriais na Assembleia do LIVRE.

Proponentes

• Rui Simões

• Natércia Rodrigues

• Ricardo Silva

• Mariana Flor

- Afonso Ferreira
- Vera Matos
- Virgílio Bernardino
- Ana Rita Rosa
- Ana Cação
- Hugo Crespo
- David Francisco
- José Nico
- António Ferreira

Moção 15

Moção por uma Assembleia Presente

A Assembleia do LIVRE, o órgão máximo entre congressos, reúne pelo menos três vezes por ano e é constituída por camaradas eleitos uninominalmente em congresso. São competências da Assembleia a definição da ação política e estratégica do partido, a marcação de congressos, a aprovação dos relatórios e contas, orçamentos do partido e a convocação de referendos internos.

Pelo seu tipo de eleição, a Assembleia do LIVRE inclui diferentes visões, prioridades e tendências, algo a saudar e a manter num órgão com a importância que as competências supramencionadas lhe conferem. Contudo, por vezes, durante o debate de várias propostas e iniciativas, a críspação entre camaradas aumenta. As pessoas proponentes desta moção acreditam que este clima de conflitualidade é exacerbado pelo facto destas reuniões serem feitas exclusivamente de forma *online*. O contacto presencial, humanizado, promove a camaradagem e o estreitamento de laços, melhora compreensão e entendimento entre pontos de vista diferentes.

Assim, por forma a fomentar a coesão partidária, a conexão pessoal entre dirigentes, o contacto local direto, a diminuição da distância entre membros e apoiantes e dirigentes e a prossecução de compromissos entre opiniões distintas, sugerimos:

- 1) que pelo menos uma (1) reunião plenária da Assembleia do LIVRE por ano seja feita de forma presencial, garantindo que existam condições para um regime híbrido para quem não se possa deslocar na data prevista;
- 2) que esta Assembleia presencial seja agendada e comunicada, preferencialmente, com pelo menos dois meses de antecedência, por forma a melhor gerir o calendário das pessoas eleitas na Assembleia;
- 3) que a temática desta Assembleia seja definida numa Assembleia anterior, preferencialmente com 15 dias de antecedência, votada em Assembleia. Desta forma, é garantida a actualidade da temática, bem como o fomento do interesse pela discussão;
- 4) Por forma a minimizar deslocações e estadias, considerar a combinação desta Assembleia com o calendário de um dos eventos nacionais mais difundidos, como os “Setembristas” ou a “Festa da Espiga”;

Proponentes

- Ana Natário

- Hélder Verdade Fontes
- Rui Dinis Silva
- Bernardo Marta
- Mafalda Dâmaso
- Tânia Liberato
- Inês Pires
- Catarina Cerqueira
- Pedro Gonçalves
- Sónia Sapinho

Moção 16

Voto Informado num Partido que Cresce

Versão curta: Num partido que cresce, conhecer dezenas, talvez centenas, de candidatos à Assembleia em poucos dias é cada vez mais difícil. Esta moção movimenta a base para escolher as 25 perguntas mais relevantes e os candidatos a responder publicamente antes do voto, para que cada pessoa decida com a devida informação e qualquer candidatura concorra em pé de igualdade, tanto em Lisboa como em Beja.

O Congresso do LIVRE, considerando:

que a Assembleia é eleita por voto uninominal de todo o Congresso, cabendo a cada eleitor votar em dezenas de candidaturas de entre o que podem ser centenas, e que avaliar informadamente tantas pessoas em poucos dias é tarefa que poucos eleitores conseguirão cumprir sem uma infraestrutura de informação;

que o LIVRE é um partido em crescimento, onde quem entra hoje vota amanhã;

quem entra hoje tem uma quantidade de nomes desconhecidos tão grande que decisões concretas em quem votar se tornam difíceis; e que quem entrou há anos, com tanta informação nova, poderá sentir a tentação de votar hoje em quem votou ontem, colocando em risco o carácter dinâmico que distingue estas eleições;

que, entre candidatos que partilham os mesmos valores, as apresentações gerais são naturalmente semelhantes, e são as posições concretas que permitem distinguir, e depois, responsabilizar; posições concretas, ou seja, perguntas fechadas, com escala e justificação, criam um registo público pelo qual quem for eleito presta contas;

que informação pública e igual para todos põe quem concorre de Beja ou de Viana do Castelo no mesmo ponto de partida de quem concorre de Lisboa ou do Porto;

e que com um sistema de perguntas desafiantes, perguntas ao nível dos representantes de um partido verdadeiramente democrático; o LIVRE conserva as suas instituições democráticas adaptando-as a um partido com ambições altas, um voto informado num partido que cresce;

delibera:

1. A partir do primeiro Congresso eletivo posterior à aprovação da presente moção, a eleição da Assembleia é precedida de um processo de informação eleitoral com as fases e garantias constantes dos números seguintes, integrado na convocatória e no calendário do Congresso.
2. O processo é conduzido pela Comissão Eleitoral do Congresso, qualquer que seja o modo da sua constituição. No momento inicial fixado na convocatória, cada membro e apoiante pode submeter uma questão, em formato Concordo/Discordo, será mostrado um código para facilitar a consulta do estado da questão. A primeira fase, de submissão de questões, poderá estar sobre o encargo de outros órgãos capacitados para a tarefa. O sistema de recolha de perguntas deverá ter o mesmo nível de segurança/canais de distribuição que outras votações do LIVRE.

3. A Comissão Eleitoral (juntamente com quaisquer voluntários sobre a responsabilidade dos seus membros) reformata, funde e filtra as questões por redundância e pertinência (sendo pertinente tudo o que respeite à atividade passada e presente da Assembleia, incluindo deliberações anteriores e o exercício dos mandatos, bem como, quanto ao futuro, às matérias compreendidas no âmbito que os Estatutos atribuem à Assembleia) e converte à escala de 1-Discordo Completamente a 5-Concordo Completamente, com 0-Não Respondo.
4. A divulgação de todas as questões é acompanhada de uma tabela de correspondência fundamentada (código de questão, questão original → questão reformulada, fundida ou excluída; se for excluída, deverá dar a razão para a exclusão), com reclamações em vinte e quatro horas, decisão em quarenta e oito (ambos desde o momento da divulgação).
5. Segue-se uma votação de priorização, aberta a membros e apoiantes e incluindo pelo menos um dia de fim de semana, da qual resultam as vinte e cinco questões finais; a mecânica de amostragem e escolha é definida na regulamentação, tendo o anexo carácter exemplificativo.
6. As candidaturas à Assembleia validadas recebem as vinte e cinco questões no dia da divulgação das candidaturas e dispõem de sete dias para responder; a resposta é facultativa, bem como as respetivas justificações: uma curta (com um limite de caracteres) e uma longa (sem limite de caracteres); a resposta à questão por defeito é 0, com ambas as justificações vazias, não tendo a ausência de resposta outra consequência além da sua exibição.
7. As respostas são publicadas em formato pesquisável, em área autenticada de membros e apoiantes, pelo menos sete dias antes da abertura da votação para a Assembleia, com retificação de erros materiais em quarenta e oito horas, e ficam disponíveis para consulta no local do Congresso, com sínteses impressas por candidatura e por questão.
8. A Assembleia verte o presente processo, no prazo de cento e oitenta dias, na metodologia do processo eleitoral congressual cuja aprovação lhe compete, devendo a proposta de regimento de cada Congresso eletivo refleti-lo.
9. O código da questão não estará de forma alguma associado a quem fez a questão, direta ou indiretamente, apenas à questão em si. Após a questão ser submetida, o código é gerado e mostrado ao questionante com instruções para este ser guardado. Este código será único, para fácil consulta será tão pequeno quanto possível, e o seu conteúdo não deverá permitir inferências na ordem de quando a questão foi submetida relativo a outros códigos e questões.
10. A Assembleia apresenta ao Congresso seguinte à primeira aplicação um relatório de avaliação.
11. Os anexos, nomeadamente o calendário-tipo após a implementação, exemplificado com o congresso atual; a demonstração de um sistema de priorização de questões; a maqueta das três Visões da plataforma, demonstram uma possível visão de aplicação desta moção: Contando a partir do 1.º dia do Congresso, enquanto decorre o fim de semana da votação para a Comissão Eleitoral a base submete as questões cerca de 34 dias antes; a CE reformula-as e filtra-as até cerca de 23 dias antes; a votação de priorização que fixa as 25 questões finais decorre entre os 19 e os 15 dias antes; essas questões são entregues às candidaturas a 14 dias do Congresso, que dispõem de 7 dias para responder; e as respostas são publicadas cerca de 6 dias antes, ficando em consulta informada até à abertura da votação, impresso em papel durante o congresso.

Proponentes

- Joel Rodrigues
- Célia Figueiredo
- Tiago Mota

Anexo:

Esta moção tem um anexo, consultável no final do documento: Anexo à moção 16: Voto Informado num Partido que Cresce.

Moção 17

Pela adoção do Voto Único Transferível na eleição da Assembleia do LIVRE

Imaginemos que a Assembleia da República passava a ser eleita como elegemos a nossa Assembleia do LIVRE. Cada eleitor escolheria não um partido, mas um conjunto de nomes individuais — e, como seria natural, cada partido recomendaria aos seus eleitores uma lista desses nomes. Se os eleitores seguissem essas recomendações **o PSD, ainda que com pouco mais de um terço dos votos, ficaria com cerca de 72% dos deputados - os necessários para aprovar revisões constitucionais**. O LIVRE, o Bloco, o PCP, o PAN, qualquer força ecologista ou à esquerda do PS não teria representação na Assembleia.

É contra este tipo de distorção que nos batemos no país: defendemos a proporcionalidade, o círculo nacional de compensação, o fim do voto desperdiçado, a representação fiel da vontade dos eleitores. Recusamos, lá fora, que uma maioria relativa se transforme numa maioria esmagadora de assentos.

No entanto, é assim que elegemos a nossa própria Assembleia.

O método que usamos — escolher várias dezenas de nomes numa só votação — chama-se voto em bloco por pluralidade, e foi estudado exaustivamente cientificamente. As suas consequências são conhecidas e consensuais: desperdiça enormes quantidades de votos, premeia o voto útil, e produz assembleias que não refletem a pluralidade real de quem vota. E há uma agravante: quanto maior o número de nomes que cada eleitor escolhe, mais fortes se tornam todas estas distorções. No último Congresso electivo, esse número subiu de 25 para 36 — em cinquenta lugares. **Quanto mais perto o número de votos por eleitor chega do número total de lugares, maiores as distorções.**

Nada disto pressupõe que alguém vote mal. Pelo contrário: é natural e saudável que, ao escolher quem nos representa, tenhamos em conta as qualidades pessoais de cada candidato e as suas ideias e a sua orientação. O problema não está em quem vota assim; mas num método que converte este comportamento legítimo em elevada desproporção. Em particular, quando cada eleitor escolhe 36 nomes em voto concertado entre duas listas, uma lista com maioria de 55% obtém 72% dos lugares.

Uma das soluções mais robustas para votações uninominais com múltiplas escolhas como a nossa assembleia é o Voto Único Transferível. Este é usado há mais de um século na Irlanda, e também na Escócia, em Malta, e em inúmeras organizações, em particular é o método usado pelo Green Party UK. Este método garante representação proporcional sem exigir listas, **mantendo intacta a escolha individual de pessoas que os nossos estatutos consagram** - mas fazendo com que quase nenhum voto se perca e que a composição final reflita fielmente a pluralidade de preferências de quem vota. A ferramenta de votação que o partido utiliza permite implementá-lo. Esta questão, aliás, já foi colocada publicamente no PL em Janeiro, com a explicação técnica detalhada, e merece agora uma resposta séria - porque o Congresso é o momento para a decidir.

O Voto Único Transferível parte exatamente da mesma realidade - pessoas que votam segundo as suas afinidades - mas tradu-la num resultado proporcional, em que cada sensibilidade tem o peso que os eleitores lhe deram.

Como funcionaria, na prática, para quem vota? De forma simples: em vez de marcar uma cruz em vários nomes, ordena-se os candidatos por ordem de preferência — o primeiro, o segundo, o terceiro, e assim por diante, tantos quantos se quiser, sem obrigação de ordenar todos. Com este sistema, **não há vantagem em votar de forma diferente daquela que exprime as verdadeiras preferências**. Não é preciso calcular se o nosso candidato preferido "tem hipóteses", nem votar em segundas escolhas por medo de desperdiçar o voto. Se a primeira preferência não puder ser aproveitada — porque o candidato já foi eleito com votos a mais, ou porque não reuniu votos suficientes — o voto transfere-se para a preferência seguinte.

É, no fundo, o fim do voto útil aplicado à nossa própria casa. O mesmo princípio que defendemos para o país — que ninguém deva ser forçado a votar no menos mau por medo de deitar o voto fora — passaria a valer dentro do partido.

Um sistema proporcional faz com que a Assembleia se pareça com aquilo que os Membros preferem. É só isso que pedimos: que a nossa Assembleia represente, com fidelidade, quem a elege. Entre os sistemas proporcionalistas para assembleias, o STV é um dos que melhor concilia proporcionalidade, liberdade de escolha individual e representação de minorias.

Assim, o Congresso do LIVRE delibera:

1. Que o partido deve adotar o Voto Único Transferível como método de eleição da Assembleia do LIVRE, em substituição do atual método de voto em bloco por pluralidade.
2. Que os órgãos competentes do partido devem promover as alterações regulamentares necessárias para concretizar esta deliberação, salvaguardando o cumprimento das exigências estatutárias aplicáveis, nomeadamente as relativas à paridade de género.
3. Que essa concretização deve assegurar que os parâmetros técnicos do sistema (nomeadamente o método de apuramento e de transferência de votos) sejam escolhidos de forma a garantir a maior fidelidade possível à proporcionalidade das preferências expressas pelos eleitores.

Proponentes

- Jorge Leitão
- Luis Sousa
- Rita Paixão

Moção 18

Pela criação de um Círculo Temático (CT) Educação

A educação é um dos principais pilares da sociedade e por isso, deve ser também uma das prioridades do Livre.

Face às transformações que o mundo e a escola estão a viver, o Livre já desenvolveu um extenso trabalho de discussão, que se tem refletido a nível programático. Apesar de discreto, o Grupo de Discussão (GD) Educação tem desenvolvido este trabalho de forma proativa, mostrando-se disponível para apoiar o Grupo Parlamentar, assim como os/as autarcas, que atualmente têm cada vez mais responsabilidades a nível educativo. Contudo, este trabalho necessita de mais estrutura e de maior destaque, pelo que propomos que seja criado um CT Educação.

Todos assistimos à forma como a educação, que deveria ser uma prioridade política, é constantemente desvalorizada a nível orçamental e até ao nível mediático, comparativamente a outros temas.

Acreditamos que a fusão com outras áreas como o Ensino Superior, a Ciência, a Cultura ou o Desporto desvaloriza a complexidade e abrangência de cada um destes temas. A transição do GD Educação para o CT Educação permitirá não apenas um melhor planeamento anual das atividades, mas sobretudo uma maior visibilidade das mesmas.

Este destaque é importante, uma vez que são inúmeros os relatos de novos membros, e apoiantes, que não conseguem perceber como podem trazer o seu contributo uma vez que a complexidade da atual organização (GD Educação no interior do CT Esquerda) dificulta muitas vezes este encontro.

Para além de melhorar a nossa capacidade de atrair e desenvolver massa crítica, esta melhor organização, e maior visibilidade, permitirão também organizar mais eventos, semelhantes à formação já realizada sobre os nossos objetos de desejo político para a educação. Gostaríamos também de dinamizar uma Rede de Educadores Livres, de forma a proporcionar o encontro e mobilizar os profissionais de educação que partilham os princípios e valores do Livre. Esta rede permitirá organizar eventos descentralizados, em todo o país, para unir e fortalecer as relações entre estes profissionais, que lutam todos os dias por uma escola mais igualitária, inclusiva e ecológica.

A organização de discussões cada vez mais alargadas é crucial. As mudanças de que a educação precisa não se fazem de um dia para o outro. É por isso que precisamos de mobilizar o maior número possível de membros, apoiantes e simpatizantes para construir comunidade e lutar em conjunto pela escola pública e pelas pequenas mudanças que, em cada uma das nossas famílias, escolas, bairros, cidades, vão contribuir para um sistema educativo mais justo e humano.

Através desta moção propomos que, num processo de revisão e reestruturação dos círculos temáticos, seja finalmente dado à Educação o lugar que merece neste partido. Com as atuais mudanças levadas a cabo por este governo no Ministério da Educação, que colocam em causa a Escola Pública e os seus princípios basilares, esta necessidade revela-se ainda mais urgente.

Proponentes

- Catarina Cerqueira
- Miguel Santos
- Maria João Laranjeiro
- Tiago Domingues

- Francisco Burnay
- Irene Gomes
- João Carraça
- Joana Gonçalves
- Susana Gomes
- Carolina Serrão
- Pedro Gonçalves
- Ana Natário
- André Dias
- Hélder Verdade Fontes

Subscritores

- Margarida Santos
- Manuel Banza

Moção 19

Reestruturação dos Círculos Temáticos do LIVRE

Considerando que:

- Os Círculos Temáticos (CT) são espaços fundamentais de participação política, promovendo a reflexão crítica, a aprendizagem coletiva e o envolvimento de membros e apoiantes, bem como a produção de propostas para o Grupo Parlamentar (GP);
- A atual organização dos CT apresenta fragilidades, nomeadamente:
 - Desatualização das temáticas e inadequação face às necessidades políticas atuais;
 - Baixa participação de membros;
 - Falta de articulação sistemática com o Grupo Parlamentar;
 - Ausência de mecanismos claros e consistentes de coordenação e planeamento;
 - Desuso generalizado dos Grupos de Discussão (GD) enquanto ferramenta de trabalho.
- Existe a necessidade de reforçar a capacidade dos CT para contribuírem de forma estruturada e contínua para a ação política do LIVRE, nomeadamente através de propostas alinhadas com o programa político e com a atividade parlamentar;
- A organização dos Círculos beneficiaria de refletir de forma mais direta:
 - As Comissões Parlamentares da Assembleia da República;
 - As prioridades estratégicas do programa eleitoral do LIVRE (Programa “Para Ser Livre”, 2025).
- O artigo 17º dos Regulamentos do LIVRE determina que “a criação e duração dos círculos temáticos podem ser deliberadas pelos órgãos do partido (...)”, no qual se inclui o Congresso como órgão máximo do partido.

O Congresso do LIVRE delibera:

1. Proceder-se à reorganização dos Círculos Temáticos, alinhando-os com:
 - As Comissões Especializadas Permanentes da Assembleia da República;
 - Os eixos estratégicos do programa político do LIVRE.
2. Aprovar-se, assim, a seguinte proposta de novos Círculos Temáticos, com base no Anexo 1 (ver página 4), revogando os atualmente em vigor:

(as denominações apenas sugestivas)

- Saúde
- Educação e Ciência
- Habitação e Mobilidade
- Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Saúde Animal
- Arte, Cultura e Jornalismo
- Assuntos Europeus e Defesa (incluir temáticas da Proteção Civil e Segurança)

- Liberdade, Democracia e Direitos Fundamentais
 - Economia e Administração Pública
 - Trabalho e Segurança Social
3. Promover-se uma relação bidirecional e estreita entre os Círculos Temáticas e os Núcleos Territoriais, para a tomada de posição sobre temas específicos regionais e/ou locais;
 4. Promover-se uma relação estreita e colaborativa entre os Círculos Temáticas e a Rede de Autarcas LIVRES, bem como com as demais Redes a serem aprovadas e estabelecidas;
 5. Mandatar-se à Assembleia do LIVRE uma revisão do Regulamento dos Círculos Temáticos, que considere:
 - Garantir-se que os trabalhos dos CT respondam às necessidades concretas da atividade parlamentar, do calendário político nacional, do calendário interno do partido e da atualidade do debate público;
 - Promover-se mecanismos formais de articulação entre os Círculos Temáticos e o Grupo Parlamentar, através de reuniões periódicas entre os coordenadores dos CT e representantes do GP e a identificação conjunta de prioridades legislativas e áreas de intervenção;
 - Realizar-se alterações nos modelos de funcionamento das coordenações dos Círculos, prevendo-se:
 - A eleição caber à Assembleia do LIVRE, mediante apresentação de candidaturas individuais ou em grupo;
 - Os mandatos assumirem uma duração de 2 anos;
 - O início e o término dos mandatos dos coordenadores de todos os Círculos ocorrerem nos mesmos dias;
 - A realização de eleições intercalares no caso de demissão num período anterior ao último trimestre do mandato, seguindo a mesma metodologia;
 - Em caso de demissão no decorrer do último trimestre, caber ao Grupo de Contacto nomear uma coordenação interina para terminar o mandato;
 - Tornar-se obrigatória a apresentação à Assembleia do LIVRE de Objetivos Anuais e Plano de atividades alinhado com as prioridades políticas do partido.
- Reformular-se o modo de funcionamentos dos Círculos, garantindo-se:
 - O estabelecimento de periodicidade mínima mensal para as reuniões;
 - O carácter temporário dos Grupos de Discussão, orientados para temas específicos e objetivos concretos;
 - A promoção da participação ativa dos Membros e Apoiantes através de uma melhor integração dos novos M&A nos Círculos e da dinamização conjunta com os Núcleos Territoriais de sessões de apresentação dos diferentes Círculos Temáticos, com periodicidade regular.

Conclusão

A presente moção visa reforçar o papel dos Círculos Temáticos como motor de participação democrática, produção política e ligação entre a base do partido e a sua ação institucional. A sua reestruturação é essencial para garantir maior eficácia, relevância e mobilização no projeto político do LIVRE.

Proponentes

- Afonso M. G. Ferreira
- Rita Farias
- Ana Natário
- Mafalda Dâmaso
- Catarina Cerqueira

Subscritores

- Rui Tavares

Anexo:

Esta moção tem um anexo, consultável no final do documento: Anexo à moção 19: Reestruturação dos Círculos Temáticos do LIVRE.

Moção 20

Em defesa da autonomia administrativa e financeira dos Núcleos Territoriais

Desde a sua fundação em 2014, o LIVRE distinguiu-se das demais forças políticas, não só pela ideologia mas também pela organização interna, assente em processos de decisão inclusivos, nomeadamente os associados à escolha de candidatas e candidatos através de eleições primárias abertas à generalidade das pessoas.

É neste desejo de inclusão - enfim, de explicitação da democracia - que se integra, em grande medida, o programa eleitoral sufragado nas eleições legislativas de 2025, em particular considerando o apelo a “um país territorialmente mais justo e sustentável”, que permita “concretizar a regionalização” e “implementar progressivamente a descentralização dos organismos públicos”.

Entretanto, em 2024 e 2025, com a conquista de mandatos à Assembleia da República, nos distritos do Porto e de Setúbal, iniciou-se um decisivo processo de crescimento do partido, alargando a sua base de apoio e inscrição social; e este trajeto acelerou em outubro do ano passado com a eleição de 68 pessoas para assembleias municipais e de freguesia espalhadas por todo o país.

Foi bonito, foi importante e esperamos que seja mais um passo numa história feliz e capaz de transformar Portugal num país mais progressista e justo; mas a verdade é que não estávamos preparados para este crescimento e dispersão das pessoas que quotidianamente representam o partido em assembleias com escalas e contextos diversos.

Atualmente - 9 meses depois do ato eleitoral - as deputadas e os deputados do LIVRE, nas autarquias portuguesas, permanecem reféns de regras e práticas centralizadas, que não permitem o exercício dos mandatos com a capacidade de produção e visibilidade que o partido, e quem nele votou, merece.

No que a si próprio diz respeito, o partido não deve passar ao lado dos princípios da regionalização e descentralização que projeta para o país, mantendo os núcleos territoriais numa situação de dependência, fragilidade e imaturidade, que não permite o apoio quotidiano reclamado pelas dezenas de mandatos autárquicos.

Assim, esta moção propõe que o LIVRE consagre uma assertiva autonomia administrativa e financeira dos NTs, dotando-os também dos respetivos recursos, de modo a permitir uma gestão descentralizada, que garanta a implantação municipal e distrital do partido, e também o apoio ao exercício dos mandatos autárquicos.

Proponentes

- Carlos Costa
- André Sousa
- António Valverde
- Catarina Martins
- Cláudio Santos
- Diana Azevedo
- Diamantino Raposinho
- Filipe Pinto
- Gisela Leal
- Hélder Sousa
- João Gomes
- Julieta Guimarães
- Patrícia Teixeira

-
- Paulo Cunha
 - Pedro Sarmiento
 - Rui Moreira

Moção 21

Por um modelo claro e escalável de implantação territorial e articulação entre níveis territoriais

Princípios-chave:

- **Subsidiariedade.** O partido deve organizar a sua ação territorial de modo a que as decisões e iniciativas sejam tomadas, sempre que possível, no nível mais próximo das populações e dos problemas concretos, com articulação adequada com os restantes órgãos do partido.
- **Clareza de competências.** A implantação territorial do LIVRE deve assentar numa distribuição clara de funções entre núcleos municipais, intermunicipais, interdistritais, distritais e regionais, evitando sobreposições territoriais, ambiguidades e bloqueios operacionais.
- **Escalabilidade organizativa.** O modelo territorial do partido deve ser ajustado à realidade de um partido com presença nacional, representação institucional crescente e ambição de reforço da sua implantação local e regional.
- **Coerência política e cooperação interna.** O reforço da capacidade de ação local deve ser compatível com a unidade política do partido, promovendo mecanismos de cooperação eficaz entre núcleos territoriais, Grupo de Contacto, Assembleia e restantes órgãos.
- **Responsabilização e previsibilidade.** Um modelo territorial eficaz exige regras claras sobre competências, articulação, planeamento e prestação de contas, de modo a que cada estrutura saiba o que lhe compete, com que instrumentos atua e perante quem responde.

Fundamentação:

O LIVRE dispõe já de uma estrutura territorial diversificada, com núcleos distritais, interdistritais, regionais, municipais e intermunicipais, assim como núcleos da diáspora. O Regulamento dos Núcleos Territoriais atribui a estes núcleos competências de representação, acompanhamento político da respetiva circunscrição, organização de iniciativas, apoio a eleitos/as e elaboração anual de plano de atividades, orçamento e relatório. O mesmo regulamento estabelece ainda que os núcleos municipais e intermunicipais acompanham a política local da sua circunscrição, enquanto os núcleos distritais e regionais coordenam a ação conjunta dos núcleos municipais da respetiva área e, na ausência destes, podem exercer competências de intervenção nesse plano.

Este quadro permitiu ao partido consolidar uma base organizativa relevante. No entanto, a evolução do LIVRE enquanto partido de presença nacional, com maior diversidade territorial e maior complexidade organizativa, torna mais evidente a necessidade de clarificar o modo como os diferentes níveis territoriais se articulam entre si e com os órgãos nacionais. A existência simultânea de núcleos municipais e de núcleos interdistritais, distritais, intermunicipais e regionais, embora politicamente útil, pode gerar indefinições práticas quanto ao âmbito de intervenção de cada estrutura, à condução de campanhas, à representação política de proximidade e à coordenação de ação em territórios sobrepostos. Esta leitura resulta da conjugação das regras hoje existentes com a experiência prática de crescimento territorial do partido.

O regulamento atual já contém elementos importantes para essa clarificação, nomeadamente ao reconhecer competências distintas para núcleos de diferentes escalas e ao atribuir aos núcleos distritais e regionais um papel de coordenação supramunicipal. No entanto, não define de forma suficientemente precisa um princípio operativo geral para resolver, de forma previsível, situações de sobreposição territorial ou para distinguir, no dia-a-dia, o que cabe prioritariamente ao nível municipal e o que cabe ao nível distrital, interdistritais, intermunicipal ou regional. Essa falta de densificação normativa não impede o funcionamento do partido, mas dificulta a sua escalabilidade e pode gerar interpretações divergentes entre estruturas territoriais, possibilitando conflitos.

Num partido com vocação de crescimento, a organização territorial não deve assentar em soluções casuísticas nem depender excessivamente de equilíbrios informais. Deve antes apoiar-se num modelo simples, previsível e partilhado, capaz de reforçar a ação local sem fragmentar a coerência política do partido. Isso implica reconhecer que a proximidade territorial é essencial para a implantação duradoura do LIVRE, mas também que essa proximidade deve coexistir com mecanismos claros de coordenação, cooperação e responsabilização. Os Estatutos do LIVRE definem, aliás, que a ação política do partido é enquadrada pela sua Declaração de Princípios e pelas resoluções aprovadas em Congresso, e o regulamento dos núcleos determina que estes devem seguir e implementar, adaptando à sua realidade, as orientações políticas dos órgãos nacionais.

Assim, esta moção entende que chegou o momento de o LIVRE aperfeiçoar o seu modelo territorial com base em princípios de subsidiariedade, clareza de competências, cooperação interna e previsibilidade organizativa. O objetivo não é alterar a identidade democrática e plural do partido, mas dotá-lo de uma arquitetura territorial mais robusta, apta a responder à realidade atual e ao crescimento futuro.

Objetivos específicos/medidas:

- Afirmar o nível municipal como base preferencial da ação política local ordinária, sem prejuízo do papel dos núcleos intermunicipais, distritais, interdistritais e regionais nas matérias que, pela sua natureza, exijam coordenação supramunicipal.
- Clarificar, em sede regulamentar, a distinção entre competências de proximidade e competências de coordenação, definindo que os núcleos municipais e intermunicipais devem ter prioridade na intervenção política local ordinária da sua circunscrição, enquanto os núcleos intermunicipais, distritais, interdistritais e regionais devem concentrar-se na articulação entre núcleos, no apoio supramunicipal e na intervenção substitutiva onde não existam estruturas de base local.
- Estabelecer uma regra de articulação territorial para situações de sobreposição, de modo a evitar duplicações, conflitos de competência e indefinições de responsabilidade entre núcleos municipais, intermunicipais, distritais, interdistritais e regionais.
- Promover um modelo territorial escalável, adaptado à diversidade do país e à implantação real do partido, permitindo combinar proximidade local com capacidade de coordenação mais ampla.
- Reforçar os mecanismos formais de cooperação entre os Núcleos Territoriais e o Grupo de Contacto, garantindo maior previsibilidade na circulação de informação, no acompanhamento da atividade territorial e na resolução de dificuldades operacionais.

Proponentes

- Carlos Fragoso

- José Barbosa
- Pedro Von Hafe
- Jorge Araújo

- Rosa Vale
- Rui Moreira
- Rosa Matos
- Helder Serra
- Jorge Lopes
- Mário Martins
- Gonçalo Mano
- Andreia Nabeiro
- Diogo Gil Silva
- Luís Rodrigues

Moção 22

Por uma estratégia de capacitação territorial e apoio de proximidade aos Núcleos Territoriais

Princípios-chave:

- **Capacitação territorial.** O crescimento sustentado do LIVRE exige investimento continuado na formação política, organizativa, técnica e comunicacional dos membros dos seus Núcleos Territoriais, reforçando a capacidade de intervenção do partido no território.
- **Qualificação das candidaturas e renovação.** O partido deve criar condições para apresentar candidaturas mais fortes, equipas locais mais preparadas e estruturas territoriais mais capazes de exercer funções políticas com seriedade, competência e continuidade, promovendo simultaneamente a renovação qualificada dos seus quadros.
- **Formação diferenciada e progressiva.** A capacitação deve ser estruturada por níveis de responsabilidade e por tipo de função, distinguindo eleições internas de eleições externas e assegurando percursos formativos progressivos, desde a preparação de base até ao acompanhamento no exercício de cargos.
- **Apoio profissional de proximidade.** A consolidação territorial do LIVRE não pode assentar apenas na disponibilidade voluntária dos seus membros; deve também ser apoiada por recursos humanos financiados pelo partido, com missão de acompanhamento próximo aos NTs, sobretudo em períodos eleitorais.
- **Continuidade, acompanhamento e exigência democrática.** A capacitação não deve limitar-se a ações pontuais, mas antes integrar um percurso continuado com ofertas de formação, acompanhamento e partilha de conhecimento com a vida orgânica do partido e com as exigências do exercício de funções políticas.

Fundamentação:

O LIVRE tem vindo a alargar a sua implantação territorial e a apresentar candidaturas em cada vez mais distritos e municípios. As primárias autárquicas de 2025 mostram candidaturas distribuídas por numerosos distritos, e há exemplos recentes de NTs aprovados há pouco tempo, bem como de territórios onde o partido apresentou pela primeira vez candidaturas autárquicas com apoio estruturado dos NTs. Este crescimento é positivo, mas aumenta também a exigência colocada sobre as estruturas territoriais e sobre as pessoas que nelas assumem funções.

Esta nova fase de crescimento significa que nem todos os candidatos a órgãos locais do partido, nem todos os candidatos a eleições autárquicas ou legislativas, nem mesmo todos os membros já eleitos em representação do LIVRE dispõem da mesma experiência política, do mesmo conhecimento do funcionamento do partido, ou do mesmo domínio técnico sobre instituições autárquicas, administração pública, regras de campanha, comunicação política ou relacionamento com a comunicação social. Num partido em expansão, isto é natural. Pretende-se, no entanto, não deixar esta desigualdade sem uma resposta organizada.

O próprio LIVRE já reconheceu formalmente esta necessidade. No XII Congresso foram aprovadas duas moções relevantes: uma sobre a criação de um Centro de Estudos e Formação Política, que defendia a organi-

zação sistemática do conhecimento e a oferta de formação para todas as etapas da vida no partido, incluindo preparação para eleições autárquicas, legislativas e europeias, instituições democráticas e técnicas de apresentação e comunicação; e outra sobre uma Escola de Futuros – Centro de Estudos Políticos José Tengarrinha, que propunha módulos de formação política e cidadã, conteúdos sobre tradição municipalista e políticas autárquicas, e também formações práticas sobre como falar em público, diante de uma câmara, usar redes sociais em campanha ou animar uma assembleia partilhada.

Mais recentemente, a moção estratégica apresentada em 2024 referia que o Instituto José Tengarrinha estava em fase final de formalização, concretizando os objetivos de duas moções anteriormente apresentadas ao Congresso. Em documentos locais posteriores, já surge também a ideia de realizar formações políticas em articulação com o Instituto. Isto mostra que o partido não parte do zero: existe base política aprovada e existe já um instrumento organizativo possível para dar escala e continuidade a esta missão de formação.

Importa agora passar de uma intenção genérica para um modelo mais concreto e exigente. O partido deve garantir um patamar mínimo de preparação para quem se candidata a responsabilidades internas relevantes, como os GCL, e para quem concorre a posições elegíveis em listas autárquicas ou legislativas. O objetivo principal deste investimento deve ser o reforço da qualidade das candidaturas e da capacidade de ação política do LIVRE no território. Num partido com implantação crescente e ambição de governação local, é essencial que os seus Grupos de Coordenação Local e os seus candidatos disponham de preparação adequada para responder com seriedade, competência e profissionalismo às exigências da vida política e institucional, em especial no plano autárquico. Isso implica dotar o partido de melhores condições para apresentar candidaturas mais sólidas, estruturas locais mais robustas e equipas mais preparadas para o exercício de responsabilidades políticas. Ao mesmo tempo, importa também assegurar que novos candidatos e novos membros com potencial de responsabilidade adquiram um patamar mínimo de preparação para a vida política no âmbito do partido, favorecendo uma integração mais consistente e uma renovação mais qualificada dos seus quadros.

Ao mesmo tempo, a formação, por si só, não basta. Em campanhas eleitorais e em momentos de maior exigência organizativa, os NT precisam de apoio próximo, regular e tecnicamente competente. Isso inclui acompanhamento na preparação de candidaturas, apoio logístico e documental, comunicação, relação com órgãos locais, preparação de porta-vozes, gestão de redes sociais, apoio a eleitos/as e transmissão de conhecimento entre mandatos. Um partido nacional com ambição de crescimento precisa, por isso, de combinar formação estruturada com recursos humanos de proximidade, financiados pelo próprio partido ou por ele alocados, para reforçar a capacidade territorial onde ela é mais necessária.

Assim, esta moção propõe que o LIVRE dê prioridade estratégica à capacitação dos seus quadros territoriais e à criação de uma rede de apoio humano e técnico mais próxima dos NT, usando o Instituto José Tengarrinha e/ou a Escola de Futuros como instrumento preferencial de estruturação dessa resposta.

Objetivos específicos/medidas:

- Criar um programa integrado de capacitação territorial do LIVRE, articulado com o Instituto José Tengarrinha e/ou com a Escola de Futuros, orientado para membros dos NT, candidatos a órgãos internos e candidatos a eleições externas.
- Estruturar esse programa em três níveis de formação, com percursos distintos, mas articulados:
- formação de base para candidatos em fase de primárias;

-
- formação intermédia para candidatos vencedores das primárias e respetivas equipas;
 - formação avançada e acompanhamento continuado para membros eleitos para GCL, autarcas, deputados/as e outros titulares de cargos políticos.
 - Garantir uma oferta estruturada de opções de formação de base para candidatos a GCL e para candidatos colocados em posições potencialmente elegíveis em listas autárquicas ou legislativas, assegurando um patamar mínimo de preparação para o exercício de responsabilidades políticas e orgânicas. Esta formação deve ser opcional, mas fortemente recomendada pelo partido.
 - Diferenciar claramente a formação para eleições internas e para eleições externas, prevendo, no primeiro caso, conteúdos sobre ética, estatutos, regulamentos, funcionamento dos órgãos, democracia interna e responsabilidades dos cargos partidários e, no segundo caso, conteúdos sobre funcionamento autárquico e do Estado, enquadramento legal das candidaturas, campanhas, comunicação política, entrevistas, oratória, relação com a comunicação social e exercício de mandato.
 - Garantir que esta formação ocorre geograficamente próximo dos núcleos, em sessão locais ou regionais, ou, quando necessário, remotamente, de forma a alcançar todo o território nacional.
 - Garantir que a formação ocorra preferencialmente fora do horário laboral, de forma a maximizar a disponibilidade dos participantes.
 - Criar uma rede de apoio técnico e humano de proximidade aos Núcleos Territoriais, através da contratação ou afetação de recursos humanos do partido com funções de acompanhamento territorial, particularmente relevantes em períodos de campanhas eleitorais, arranque de novos NT e apoio a eleitos/as sem experiência institucional prévia.

Proponentes

- José Barbosa
- Carlos Fragoso
- Pedro Von Hafe
- Jorge Araújo
- Rosa Vale
- Rui Moreira
- Diogo Gil Silva
- Rosa Matos
- Helder Serra
- Mário Martins
- Gonçalo Mano
- Andreia Nabeiro
- Luís Rodrigues

Moção 23

Por um modelo previsível, transparente e exequível de financiamento dos Núcleos Territoriais do LIVRE

Princípios-chave:

- **Previsibilidade financeira.** Os orçamentos dos Núcleos Territoriais devem corresponder a meios efetivamente disponíveis ou previsivelmente disponibilizáveis e devem assentar em regras claras de financiamento, permitindo que cada Núcleo Territorial planeie a sua atividade com base em recursos previsíveis e não em expectativas incertas.
- **Autonomia de execução orçamental.** Uma vez definido o enquadramento financeiro aplicável e aprovado o orçamento do Núcleo Territorial, a respetiva estrutura de coordenação deve dispor de autonomia efetiva para executar as despesas nele previstas, sem necessidade de autorização casuística para cada ato de despesa corrente ou ordinária.
- **Desburocratização e agilidade.** A implantação local do partido exige procedimentos simples, proporcionais e céleres, que permitam aos Núcleos Territoriais responder em tempo útil às necessidades políticas, organizativas e comunicacionais do território.
- **Equidade territorial.** A distribuição de recursos pelos Núcleos Territoriais deve obedecer a critérios transparentes, objetivos e politicamente justificáveis, ajustados à diversidade da implantação territorial do partido.
- **Transparência e responsabilização.** A autonomia operacional dos Núcleos Territoriais deve ser acompanhada por regras claras de reporte, prestação de contas e monitorização da execução orçamental, assegurando responsabilidade financeira e responsabilidade política perante o partido e perante os respetivos plenários.
- **Coerência organizativa.** O modelo de financiamento territorial deve articular-se com a estrutura geral de governação financeira do partido, evitando conflitos entre decisões locais, coordenação nacional e responsabilidade estatutária dos órgãos do LIVRE.
- **Não sobreposição territorial.** Sempre que coexistam Núcleos Territoriais de diferentes níveis sobre o mesmo espaço geográfico, o modelo orçamental deve evitar duplicações, indefinições e concorrência interna por recursos para a mesma finalidade.

Fundamentação:

O Regulamento dos Núcleos Territoriais atribui aos núcleos competências para elaborar anualmente um plano de atividades, um orçamento e um relatório de atividades, bem como para os submeter aos órgãos competentes. O mesmo regulamento estabelece que o Grupo de Coordenação Local gere os fundos do Núcleo de acordo com o orçamento e plano de atividades aprovados em plenário, em coordenação com o Grupo de Contacto, e que deve apresentar e submeter anualmente esses documentos ao Plenário do Núcleo, dando conhecimento aos órgãos nacionais. Por sua vez, os Estatutos definem o Grupo de Contacto como o órgão executivo responsável pela gestão quotidiana do partido e pela coordenação entre os núcleos, e estabelecem que a Assembleia aprova

anualmente o orçamento do partido e o respetivo relatório de contas, sendo o Grupo de Contacto o órgão que responde perante a Assembleia por esses documentos.

Este enquadramento permitiu ao LIVRE criar uma base mínima de autonomia organizativa nos Núcleos Territoriais, mas deixa em aberto uma questão essencial: os documentos atualmente em vigor não definem, de forma expressa e pública, uma regra geral de afetação financeira a cada Núcleo Territorial antes da elaboração dos respetivos orçamentos locais. Também não estabelecem uma fórmula explícita de repartição entre núcleos, nem um modelo suficientemente claro de articulação financeira entre núcleos municipais, intermunicipais, distritais ou regionais quando existe sobreposição territorial. O Regulamento de Quotas determina apenas que o Grupo de Contacto deve informar periodicamente a coordenação dos Núcleos Territoriais sobre as quotas pagas e não pagas, sem consagrar uma fórmula pública de distribuição dessas receitas pelos diferentes núcleos.

Daqui resulta um potencial desalinhamento institucional. Um Núcleo Territorial pode aprovar internamente um plano de atividades e um orçamento politicamente legítimos no seu plenário, mas cuja execução dependa, na prática, de meios financeiros que não lhe estão previamente assegurados ou de validações sucessivas para atos correntes de execução. Esta situação gera incerteza, dificulta o planeamento, fragiliza a responsabilização dos órgãos locais e pode comprometer a capacidade de resposta do partido no território.

Acresce que, mesmo quando exista enquadramento financeiro, a falta de clarificação sobre a autonomia de execução pode criar um modelo excessivamente burocrático, em que estruturas territoriais com responsabilidade política própria ficam dependentes de autorizações casuísticas para despesas correntes, ordinárias ou já previstas no seu orçamento aprovado. Num partido com implantação nacional e perspectiva de crescimento, este modelo tende a atrasar decisões, a reduzir a capacidade de iniciativa local e a criar bloqueios operacionais desnecessários. A coordenação nacional é necessária e deve manter-se; mas coordenação não deve significar microgestão permanente da ação territorial.

Um modelo equilibrado exige, por isso, três condições complementares. Em primeiro lugar, os Núcleos Territoriais devem conhecer previamente o seu enquadramento financeiro, para poderem construir orçamentos realistas e exequíveis. Em segundo lugar, uma vez aprovado esse orçamento, deve existir autonomia operacional suficiente para executar as despesas correntes e ordinárias nele previstas, sem necessidade de pedido de autorização para cada ato individual. Em terceiro lugar, essa autonomia deve ser acompanhada por mecanismos robustos de prestação de contas, monitorização, reporte e responsabilização, tanto no plano financeiro como no plano político.

A questão assume especial relevância quando coexistem, no mesmo território alargado, núcleos de escalas diferentes. O regulamento atual reconhece que os núcleos distritais e regionais têm funções de coordenação supramunicipal e que, na ausência de Núcleo Municipal, exercem as competências relativas a esse plano. No entanto, essa clarificação funcional não é acompanhada por regras financeiras suficientemente densas para distinguir, com previsibilidade, o que deve ser orçamentado ao nível municipal e o que deve ser financiado ao nível distrital ou regional. Num partido com implantação nacional e perspectiva de crescimento, esta matéria não deve depender apenas de prática informal ou de ajustamentos casuísticos.

Assim, esta moção defende que o LIVRE deve evoluir para um modelo de financiamento territorial mais previsível, transparente, desburocratizado e coerente com a sua escala atual. O objetivo não é enfraquecer a responsabilidade financeira global do partido, mas garantir que os Núcleos Territoriais dispõem de condições

reais para planear, decidir e agir, com autonomia responsável, dentro de regras claras e com plena prestação de contas.

Objetivos específicos/medidas:

- Estabelecer o princípio de que cada Núcleo Territorial deve conhecer, antes da aprovação do seu orçamento anual, o respetivo enquadramento financeiro de referência, designadamente através da definição prévia de uma dotação, teto de despesa ou envelope financeiro aplicável ao exercício.
- Consagrar a autonomia de execução orçamental dos Núcleos Territoriais, determinando que, uma vez aprovado o respetivo orçamento e plano de atividades dentro do enquadramento financeiro definido, o GCL pode executar as despesas correntes e ordinárias nele previstas sem necessidade de autorização prévia para cada ato individual.
- Criar uma fórmula transparente e equitativa de distribuição de recursos pelos Núcleos Territoriais, assente em critérios objetivos e politicamente justificáveis, que combinem uma componente mínima de funcionamento com fatores como a dimensão da circunscrição, o grau de implantação territorial do partido, a existência de eleitos/as e as necessidades de coordenação supramunicipal.
- Definir regras claras para a repartição de recursos em situações de sobreposição territorial, assegurando que a despesa local ordinária é prioritariamente assumida pelo nível territorial mais próximo da circunscrição em causa, cabendo aos níveis supramunicipais funções de coordenação, apoio comum e intervenção subsidiária.
- Reforçar a desburocratização, a agilidade decisória e a responsabilização financeira e política dos GCL, através de mecanismos simples de reporte, prestação de contas, monitorização da execução e pedidos extraordinários de reforço ou reprogramação orçamental.

Proponentes

- Carlos Fragoso
- José Barbosa
- Pedro Von Hafe
- Jorge Araújo
- Rosa Vale
- Rui Moreira
- Rosa Matos
- Helder Serra
- Jorge Lopes
- Mário Martins
- Gonçalo Mano
- Andreia Nabeiro
- Diogo Gil Silva
- Luís Rodrigues

Moção 24

Por um maior apoio aos NTs e autarcas eleitos

Princípios-chave:

- **Apoio qualificado ao exercício de funções políticas.** O crescimento territorial do LIVRE deve ser acompanhado por uma estrutura de apoio técnico e operacional capaz de responder às necessidades dos seus órgãos locais, candidatos/as e eleitos/as.
- **Rigor e profissionalismo na ação local.** A presença do LIVRE no poder local exige capacidade de preparação, análise, comunicação e resposta compatível com a responsabilidade de representar o partido e de intervir em matérias de governação autárquica.
- **Especialização ao serviço da decisão política.** Os membros dos órgãos locais e os eleitos/as do LIVRE devem poder aceder a apoio especializado em áreas relevantes para a ação política local, incluindo urbanismo, habitação, mobilidade, ambiente, educação, saúde, finanças públicas locais e enquadramento jurídico.
- **Apoio em momentos de maior exigência.** O partido deve reforçar a sua capacidade de apoio aos órgãos locais em períodos eleitorais, no arranque de novos mandatos e em contextos de maior intensidade política ou institucional.
- **Eficiência, continuidade e crescimento territorial.** O investimento em apoio técnico e operacional deve ser entendido como uma forma de tornar os processos internos mais eficientes, preservar conhecimento acumulado e reforçar a capacidade do LIVRE para crescer localmente com impacto nacional.

Fundamentação:

O LIVRE encontra-se numa fase de crescimento territorial, com presença em cada vez mais distritos, municípios e freguesias, e com uma realidade autárquica cada vez mais relevante para a afirmação política do partido. Esta evolução é positiva e desejável: a implantação local é essencial para aproximar o LIVRE das comunidades, responder a problemas concretos e construir uma base política mais sólida e duradoura.

Esse crescimento traz também novas exigências. À medida que o partido apresenta mais candidaturas, elege mais representantes e estrutura mais órgãos locais, aumenta a necessidade de apoiar quem assume responsabilidades políticas no território. O trabalho de um Núcleo Territorial, de uma candidatura autárquica ou de um eleito local exige hoje capacidade de organização, leitura política, resposta comunicacional, análise técnica e acompanhamento institucional.

No plano autárquico, esta exigência é particularmente evidente. Os/as eleitos/as do LIVRE são frequentemente chamados a analisar documentos técnicos, regulamentos municipais, propostas orçamentais, instrumentos de planeamento, contratos, pareceres, planos de mobilidade, políticas de habitação, matérias ambientais, respostas sociais, educação, saúde, urbanismo e finanças locais. Nem sempre é razoável esperar que cada eleito/a ou cada órgão local disponha, isoladamente, de conhecimento técnico suficiente em todas estas áreas. O partido deve, por isso, criar mecanismos que permitam uma discussão mais informada, rigorosa e profissional.

Entre essas necessidades, o apoio jurídico assume especial importância. A intervenção autárquica envolve frequentemente normas, prazos, competências, procedimentos, regulamentos e enquadramentos legais que

exigem interpretação cuidadosa. Um apoio jurídico acessível e organizado pode reforçar a qualidade do trabalho dos eleitos/as, proteger o partido de erros evitáveis e permitir uma intervenção mais sólida e responsável.

Esta necessidade não se limita ao período de exercício de mandato. Em fases eleitorais, os órgãos locais e os candidatos/as precisam de apoio na organização de campanhas, no desenvolvimento de programas eleitorais, na preparação de materiais, na gestão de redes sociais, na preparação de porta-vozes, no contacto com a comunicação social, na gestão documental e na estruturação de uma presença pública coerente. Um partido que pretende crescer localmente deve garantir que estas tarefas não dependem apenas da disponibilidade voluntária ou da experiência acumulada de alguns membros e apoiantes.

O LIVRE dispõe já de recursos e de pessoas que apoiam o funcionamento do partido e das suas estruturas. No entanto, face ao crescimento territorial e à ambição de reforçar a presença autárquica nos próximos anos, importa estruturar melhor esse apoio, aproximá-lo das necessidades concretas dos órgãos locais e reforçá-lo de forma gradual e sustentável.

Reconhecendo que os recursos do partido são limitados, esta moção defende que a afetação de meios ao apoio técnico e operacional local deve ser vista como uma escolha estratégica. Investir na qualidade da ação local é investir no crescimento nacional do LIVRE: melhora a intervenção dos seus eleitos/as, qualifica candidaturas futuras, fortalece os Núcleos Territoriais e aumenta a capacidade do partido para se afirmar como alternativa credível no plano local e nacional.

Assim, esta moção propõe que o LIVRE desenvolva uma estrutura mais clara, eficiente e profissional de apoio técnico e operacional aos seus órgãos locais e eleitos autárquicos, combinando recursos humanos, conhecimento especializado, apoio jurídico, instrumentos comuns e mecanismos de transmissão de experiência entre territórios e mandatos.

Objetivos específicos/medidas:

- Criar ou reforçar uma estrutura de apoio técnico e operacional aos órgãos locais do LIVRE e aos eleitos/as autárquicos, orientada para as necessidades concretas da ação política local e do exercício de mandato.
- Assegurar apoio especializado em áreas críticas da governação autárquica, incluindo urbanismo, habitação, mobilidade, ambiente, educação, saúde, finanças públicas locais e enquadramento jurídico, com particular atenção à disponibilidade de apoio jurídico.
- Reforçar os meios humanos dedicados ao apoio local, através da contratação ou afetação de recursos humanos do partido para criar uma equipa de acompanhamento técnico, operacional, logístico e documental dos órgãos locais, candidatos/as e eleitos/as.
- Apoiar os órgãos locais em períodos eleitorais, nomeadamente na organização de campanhas, elaboração de programas eleitorais, preparação de materiais, gestão de redes sociais, preparação de porta-vozes, relação com a comunicação social e estruturação da presença pública local do LIVRE.
- Criar mecanismos de preservação e transmissão de conhecimento, reunindo experiências, modelos de trabalho, documentos-tipo, boas práticas e aprendizagens acumuladas por eleitos/as, candidaturas, gabinetes e Núcleos Territoriais.
- Afetar fundos próprios do partido, de forma gradual e sustentável, ao reforço deste apoio técnico e operacional, reconhecendo que se trata de um investimento estratégico na implantação local do LIVRE e no seu crescimento político nacional.

Proponentes

- José Barbosa
- Carlos Fragoso
- Pedro Von Hafe
- Jorge Araújo
- Rosa Vale
- Diogo Gil Silva
- Rui Moreira
- Rosa Matos
- Helder Serra
- Mário Martins
- Andreia Nabeiro
- Luís Rodrigues

Moção 25

Reforçar a subsidiariedade e a autonomia dos Núcleos Territoriais

Enquadramento

A visão da democracia enquanto lugar de participação, autonomia e liberdade está profundamente inscrita no LIVRE, não apenas de forma retórica, mas também nos seus procedimentos internos. O princípio da subsidiariedade, ou seja, a ideia de que a ação social e política deve ser desenvolvida no plano local mais imediato possível, constitui um dos valores fundamentais para concretizar essa visão.

Os Núcleos Territoriais, descritos regulamentarmente como “a base da organização interna do LIVRE”, são a estrutura interna do partido que melhor representa esse nível local e de proximidade. São o nível organizacional onde melhor se identificam problemas concretos e respostas adaptadas à realidade de cada território. Têm, ainda, um papel privilegiado na captação e mobilização de membros, apoiantes e simpatizantes.

O crescimento do LIVRE tem sido marcado por um aumento significativo do número de Núcleos Territoriais, algo que é visto por todos e todas como prova do excelente trabalho que o partido tem feito e como testemunho da sua importância na defesa da democracia.

Simultaneamente, o crescimento do partido cria desafios à sua organização interna. A diversificação de contextos sociais, o aumento do número de pessoas e de núcleos e a multiplicação de ações locais, levantam questões sobre a adequabilidade de alguns procedimentos, que a experiência acumulada pelos novos Núcleos Territoriais tem identificado como confusos, morosos ou até paralisantes. Por outro lado, esta nova vida local do partido tem feito incidir uma luz sobre algumas limitações à autonomia dos NTs.

Consideramos que os valores externos do LIVRE como a descentralização e a participação cidadã devem ser postos em prática na sua vida interna e que o aprofundamento da autonomia dos NTs constitui uma prova de vitalidade democrática, de eficácia organizativa e de crescimento sustentável.

Esta moção propõe, precisamente, que se aprofunde e concretize o princípio da subsidiariedade na organização do LIVRE, reforçando a autonomia política e, simultaneamente, aperfeiçoando os procedimentos internos para que essa autonomia se possa consubstanciar na prática.

Deliberação

Propõe-se ao Congresso que recomende aos órgãos competentes do partido:

1. Reforço da autonomia política dos Núcleos Territoriais
 - Assegurar que os NTs se pronunciam sobre as matérias locais e regionais do seu território, com autonomia e em articulação, sempre que for adequado, com os órgãos nacionais, com estruturas intermunicipais ou com outros NTs;
 - Assegurar que os NTs podem participar, de forma estruturada, nos processos de reflexão e decisão do partido, através de mecanismos *bottom-up* de participação.
2. Reforço da autonomia comunicacional, discursiva e gráfica

- Organizar os procedimentos relativos à comunicação institucional e às redes sociais de forma a garantir uma comunicação local ágil e de resposta rápida, sem dependência excessiva das estruturas nacionais;
- Dar autonomia aos NTs para, sem abandonar a coerência política, escolherem o estilo discursivo, gráfico e estilístico que melhor se harmonize com as especificidades locais, usando os materiais gráficos nacionais como linha de horizonte amplo e não restritivo.

3. Reforço da autonomia financeira

- Simplificar os procedimentos administrativos e de tesouraria associados à realização de atividades locais;
- Garantir que os Núcleos dispõem de meios adequados para desenvolver as suas iniciativas em tempo útil e sem depender excessivamente de autorizações prévias para cumprirem os seus planos de atividades aprovados nos respetivos plenários.

4. Criação e divulgação de procedimentos claros

- Definir de forma clara a distribuição de competências entre os órgãos nacionais e os territoriais;
- Documentar os procedimentos organizativos que envolvem os Núcleos Territoriais em manuais de procedimentos de forma sistemática e clara;
- Definir e cumprir prazos de resposta razoáveis para pedidos dirigidos aos órgãos nacionais;
- Reduzir burocracias desnecessárias e eliminar ambiguidades que dificultem a ação política local.

5. Avaliação contínua

- Criar espaços permanentes de partilha de boas práticas, dificuldades e experiências;
- Promover uma reflexão periódica sobre a aplicação do princípio da subsidiariedade no funcionamento do partido;
- Identificar competências que possam ser progressivamente descentralizadas para os Núcleos Territoriais;
- Desenvolver mecanismos de acompanhamento e avaliação das medidas implementadas.

Proponentes

- Afonso Ferreira
- Inês Pereira

Moção 26

Concretizar as Assembleias Regionais

Os Estatutos do LIVRE consagram, no artigo 7.º, alínea e), as Assembleias Regionais como um dos órgãos do partido. No entanto, apesar de fazerem parte da arquitetura estatutária do LIVRE desde a sua fundação, estas nunca chegaram a assumir um papel efetivo na vida partidária.

Nos últimos dois anos, o LIVRE cresceu substancialmente, consolidando a sua presença e implantação territorial. Hoje contamos com mais núcleos territoriais, mais representantes eleitos, mais grupos de coordenação locais e mais pessoas envolvidas na construção quotidiana do partido. Este crescimento representa uma enorme oportunidade, mas coloca também novos desafios de participação democrática e organização interna.

À medida que o partido se expande, torna-se cada vez mais importante criar espaços intermédios entre a dimensão local e a dimensão nacional. Espaços que permitam articular prioridades políticas, partilhar experiências, coordenar iniciativas e reforçar a capacidade de intervenção nos diferentes territórios. As Assembleias Regionais podem desempenhar esse papel.

A sua concretização permitiria aproximar a tomada de decisão das realidades locais, reforçar a participação dos membros e apoiantes na definição das prioridades regionais e criar mecanismos mais eficazes de coordenação entre os diversos órgãos e estruturas do partido.

Neste momento em que o LIVRE procura aprofundar a sua implantação territorial e fortalecer a democracia interna, consideramos que chegou o momento de concretizar um órgão que os Estatutos já preveem, mas que permanece por fazer cumprir.

Para que as Assembleias Regionais possam, finalmente, cumprir o seu papel, propomos:

1. Iniciar um processo de reflexão e discussão interna sobre o enquadramento regulamentar das Assembleias Regionais, envolvendo os diversos órgãos e estruturas territoriais do partido.
2. Mandatar a Assembleia do LIVRE para elaborar, no prazo de 6 meses, uma proposta de regulamento das Assembleias Regionais.
3. Determinar que essa proposta inclua, entre outros aspetos: a definição das competências; o seu âmbito territorial; a sua composição; a articulação com os órgãos do partido; um modelo de execução gradual.

Proponentes

- Diamantino Raposinho
- Ana Gomes de Almeida
- Rui Moreira

Moção 27

Cultura & Comunidade

A arte e cultura como mobilização e inspiração

A construção de comunidade é um dos maiores desafios de qualquer partido político. Num partido verde e progressista, esse desafio tem uma responsabilidade acrescida: a de tornar a nossa visão de comunidade – complexa, diversa, inclusiva – num lugar seguro, convidativo, apelativo e sobretudo simples de integrar e entender.

Para tal, esta moção parte de um diagnóstico simples: a esquerda precisa de se divertir mais¹.

Qualquer estudo recente sobre a mobilização de movimentos políticos nas últimas décadas é claro: ninguém se quer juntar a um movimento chato. Não que o sejamos, claro, longe disso. Mas a socialização - presencial ou remota - é uma parte essencial da construção de comunidade e que, por isso, deve ser estimulada o mais possível a nível local. Vemo-lo nos exemplos Verdes de sucesso pela Europa, nos exemplos Progressistas pelo mundo, mas também nos falhanços de quem insiste numa visão cinzenta e desinspirada da sua ação política.

É aqui, nesta comunidade partilhada e construída sempre a partir das bases, que a arte e a cultura são poderosos aliados de mobilização e inspiração.

Num florir de maio, as palavras de Ruy Belo deram o mote do Congresso anterior. Jorge de Sena e a sua busca pela cor da liberdade inspiraram campanhas de esperança. No presente Congresso, os versos de Maria Gabriela Llansol dão a vida no meio do vivo. A arte floresce, a cultura pinta de cor o cinzento, a palavra leva-nos a uma liberdade maior.

Não há coincidências. Nas palavras de Édouard Gaudot, “a arte e a cultura preenchem o espaço deixado pela política e conseguem conectar as pessoas a ideias complexas, fomentar o diálogo e inspirar ação”².

É esta “crise de imaginação”³ que a presente moção se propõe a combater.

Feito ambicioso, é certo. Mas procura fazê-lo com pequenos gestos de mobilização interna.

Com efeito, não poucas vezes se observa dentro do LIVRE que os eventos de índole artística, cultural ou recreativa são dos eventos mais participados por membros, apoiantes e pessoas externas ao partido, sendo por isso polos ativos de construção de uma comunidade progressista. Nas festas temáticas, nos passeios locais, nas atuações musicais nas nossas sedes, nos ciclos de cinema progressista.

Esta moção procura, assim, incentivar a que uma percentagem do orçamento dos Núcleos Territoriais seja aplicado na promoção, organização e/ou criação de atividades artísticas e culturais a nível local, com vista a fomentar (ainda mais) esse espírito de comunidade dentro dos nossos NTs, e dando mais uma ferramenta de combate à “crise da imaginação”.

Esta percentagem pretende-se simbólica: não sendo uma imposição clara, e dentro da plena autonomia de gestão de cada NT, a moção considera que este é um gesto que pode abrir horizontes e transformar reuniões *online* em passeios, cafés-conversa em cafés-conversa-cinema e, sobretudo, dar um impulso extra para que os

¹<https://jacobin.com/2026/05/socialist-party-socializing-fun-debs>

²<https://www.greeneuropeanjournal.eu/succeeding-where-politics-fails-cultural-festivals-and-the-green-transformation/>

³<https://www.dezeen.com/2025/04/28/crisis-imagination-rachel-donald-opinion/>

NT ainda sem sedes próprias não tenham nesse facto um entrave, mas sim uma oportunidade de mostrar o seu dinamismo. Num partido que defende que mais que 1% do Produto Interno Bruto seja aplicado no financiamento e promoção da cultura, é apenas justo que dediquemos uma parte dos nossos Orçamentos locais ao mesmo desígnio.

Do mesmo modo, nos eventos internos de maior dimensão - como Congressos, festas ou eventos de campanha - a promoção da arte e cultura locais deve ser um pilar central da nossa ação política. Há um imperativo moral de fazer a festa, seja pelo cimentar de uma mensagem política ou pela mera fruição cultural após um dia de aprovação de moções (como esta).

Se queremos comunidades próximas e locais, também a arte e cultura devem procurar ser o mais próximas da comunidade onde se inserem. Assim, esta moção propõe também que nos eventos internos de dimensão nacional, a organização dos mesmos tenha sempre como critério privilegiado a opção por agentes culturais locais e regionais. Aqui não há simbolismos: este é um gesto condizente com a nossa visão política de uma cultura descentralizada e próxima, mas também de forte mensagem ecologista e social.

“Ouçamos menos as consultoras, ouçam mais os poetas e artistas”, dissemos no último Congresso dos Verdes Europeus. Nesta moção, queremos transformar o mote em prática, como forma próxima e primeira de “dar a volta a isto”.

A presente moção propõe ao Grupo de Contacto e à Assembleia que:

- 1) Sugira uma **percentagem do orçamento dos Núcleos Territoriais a ser aplicada em atividades artísticas e culturais**.
- 2) Assegure em Congressos futuros um ou mais **momentos dedicados à divulgação artística e cultural**, seja através de uma atuação musical ou teatral, exibição cinematográfica, exposição, performance ou outros tipos de partilha cultural.
- 3) Em **eventos de maior dimensão**, como Congressos, festas ou eventos de campanha, procure **privilegiar a opção por artistas locais e regionais** ou com uma mensagem temática relevante ao tema do evento.

Proponentes

- André Dias

Subscritores

- Filipa Pinto
- André Tenente
- Jorge Pinto
- Mafalda Dâmaso
- Margarida Macedo
- Carlos Baltazar
- Hélder Sousa
- Paulo Muacho
- Nurin Mirzan
- Catarina Cerqueira
- Tomás Cardoso Pereira

- Joana Goldschmidt
- Sílvia Pais
- Pedro Gonçalves
- Tânia Liberato
- Henrique Longa
- Rui Moreira
- Catarina Veiga
- Hugo Rajão
- Paulo F. Dias
- Maria Esteves Pereira
- Sandra Tomás
- Pedro Vale
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Carina Calisto

Moção 28

Um partido faz-se de gente

Capacitar os Núcleos Territoriais

para ampliar a implantação local e garantir um crescimento sustentável

O grande crescimento do LIVRE ao longo dos últimos anos demonstra a capacidade do partido para motivar e mobilizar cada vez mais pessoas em torno do seu projeto político. Este crescimento coloca, porém, desafios organizacionais que têm de ter respostas à sua altura, especialmente no que respeita à integração das pessoas que querem participar na vida do partido enquanto membros ou apoiantes(M&A).

Em diferentes momentos de maior afluência de inscrições foram-se tornando evidentes as grandes limitações na capacidade de assegurar uma resposta atempada com quem procurava aderir ao LIVRE, proceder ao acolhimento e agilizar a integração. Apesar de terem sido feitos esforços consideráveis no sentido de agilizar este processo com resultado positivos, o crescimento previsível tem de ser acompanhado por mecanismos de acolhimento capazes de concretizar a vontade de participar numa participação efetiva e duradoura da maioria dos M&A.

Esta questão remete para uma reflexão mais ampla sobre o modelo organizacional do partido. À medida que o LIVRE aprofunda a sua implantação territorial, torna-se cada vez mais claro que a integração de novos M&A não pode assentar exclusivamente numa lógica centralizada. Se defendemos uma organização mais próxima dos territórios e mais enraizada nas nossas comunidades, essa proximidade deve necessariamente manifestar-se desde o início da relação entre o partido e as pessoas que procuram participar.

Os Núcleos Territoriais, em particular os Núcleos Territoriais Municipais (NTM), encontram-se numa posição privilegiada para estabelecer o primeiro contacto com quem se interessa pelo LIVRE e pretende aderir ao partido. Cabe aos NTM assegurar o acolhimento e a integração de novos M&A e instruir os processos de inscrição para posterior apreciação e deliberação pelo Grupo de Contacto.

Pela proximidade que mantêm com a realidade local e pelo papel que desempenham na dinamização da vida partidária nos territórios, os NTM (e, onde ainda não existem, os Núcleos Territoriais Distritais) têm as condições necessárias para promover uma integração mais célere e mais próxima daqueles que escolhem juntar-se ao LIVRE.

Reconhecendo a evolução e articulação que tem vindo a ser efetuada entre Grupo de Contacto e Grupos de Coordenação Local no acolhimento e nos processos de inscrição de membros e apoiantes, consideramos que existem mais oportunidades de melhoria na descentralização e no apoio prestado pelos Núcleos Territoriais. Confiar-lhes uma maior responsabilidade não diminui o papel dos Órgãos Nacionais nem altera as competências de decisão que lhes estão confiadas; permite, sim, que essas competências sejam exercidas sobre processos previamente acompanhados por estruturas que conhecem melhor o contexto em que a futura participação política de cada M&A terá lugar.

A valorização deste papel dos Núcleos Territoriais representará um passo coerente no processo de municipalização e descentralização interna do LIVRE.

Uma organização territorialmente mais robusta não se consolida apenas em tempo de campanha ou nas eleições autárquicas. Constrói-se através da atribuição de responsabilidades permanentes às estruturas locais, reconhecendo-lhes um papel relevante na vida quotidiana do partido e na concretização dos seus objetivos políticos. Mas essa atribuição de responsabilidades só é eficaz se for acompanhada dos meios para a exercer. Delegar nos Núcleos Territoriais o acolhimento e integração dos novos M&A sem os capacitar – através de formação, recursos e apoio – seria transferir o problema em vez de uma verdadeira solução.

A descentralização que propomos pressupõe a capacitação efetiva das estruturas locais para a tarefa que lhes é confiada. Precisamos de mecanismos concretos que assegurem o crescimento e a participação do número crescente de núcleos constituídos.

Pelo exposto, propomos que o Congresso do LIVRE delibere que o acolhimento de novos membros e apoiantes seja uma prioridade organizacional e que os Núcleos Territoriais assumam um papel central na instrução e acompanhamento dos processos de inscrição, (através de uma metodologia clara, baseada em boas práticas e replicável em todos os Núcleos Territoriais). E que sejam dotados, para esse efeito da formação, das ferramentas e do apoio necessários por parte do Grupo de Contacto e demais órgãos competentes.

A decisão final que determina a aceitação ou reprovação formal de qualquer novo M&A compete sempre ao Grupo de Contacto, ao abrigo dos estatutos e regulamentos.

Ao reforçar a proximidade entre o partido e quem nele quer participar, o LIVRE reforça igualmente a sua capacidade de crescimento, aprofunda a sua implantação territorial e consolida uma democracia interna que depende, antes de mais, da capacidade de acolher e integrar plenamente todas as pessoas que escolhem contribuir para a construção coletiva do nosso projeto.

Proponentes

- Luís Machado de Sousa
- Rita Paixão
- João Vasco Gama
- Ana Luísa Natário

Moção 29

Mais e Melhor LIVRE em cada Região

O crescimento do LIVRE nos últimos anos demonstrou que existe espaço para uma força política ecologista, progressista e europeísta em todo o território nacional. O aumento da representação parlamentar e autárquica, o crescimento do número de membros e apoiantes e a expansão da atividade política local confirmam que o projeto do LIVRE mobiliza cada vez mais comunidades.

Contudo, este crescimento coloca também novos desafios. A construção de uma alternativa política nacional exige uma presença permanente nos territórios, uma relação próxima com as populações e uma capacidade efetiva de responder às especificidades de cada região.

Nos últimos anos foram dados passos importantes nesse sentido. A abertura de sedes no Porto, Setúbal e Coimbra constituíram um marco relevante na descentralização da atividade partidária e no reforço da implantação territorial do LIVRE. Estas estruturas têm permitido apoiar a atividade dos Núcleos Territoriais, acolher iniciativas políticas e criar pontos de contacto permanentes com a população. Mas o processo de consolidação territorial está longe de estar concluído.

Apesar do crescimento registado, os recursos humanos, técnicos e financeiros continuam fortemente concentrados. Esta concentração limita a capacidade de reação dos territórios, dificulta a resposta aos desafios locais e reduz o potencial de crescimento do partido em regiões onde existe margem para uma maior progressão.

Ao mesmo tempo, as desigualdades territoriais que caracterizam o país exigem uma resposta política assente na proximidade. O LIVRE deve ser capaz de ouvir, compreender e intervir em realidades muito diferentes entre si, desde as áreas metropolitanas aos territórios de baixa densidade, das capitais de distrito aos concelhos do interior.

O reforço da implantação territorial do partido não é apenas uma questão organizativa. É uma condição necessária para aprofundar a democracia interna, fortalecer a participação dos membros e apoiantes e aumentar a capacidade de intervenção política do LIVRE junto das comunidades locais.

A experiência dos últimos anos demonstra que a descentralização de recursos e competências produz resultados positivos. O reforço da autonomia dos Núcleos Territoriais, assente no princípio da subsidiariedade, permite respostas mais eficazes às necessidades locais e contribui para um crescimento mais sustentável do partido.

Num contexto em que o LIVRE procura afirmar-se como uma força relevante em cada vez mais municípios e freguesias, torna-se necessário dar um novo impulso à sua capacitação territorial.

Nesse sentido, esta moção propõe:

- O reforço das equipas de apoio político, administrativo, logístico e de produção, garantindo uma maior capacitação de resposta dos representantes locais;
- O reforço progressivo e descentralizado dos recursos humanos do partido, promovendo a contratação de trabalhadores localizados fora de Lisboa, sempre que tal seja compatível com as funções a desempenhar;

· A continuação do investimento nas sedes regionais existentes, assegurando que dispõem das condições necessárias para apoiar a atividade política local e regional;

· A avaliação da criação de novas sedes, espaços de trabalho ou de atendimento em territórios onde o crescimento do partido o justifique;

· O reforço dos meios financeiros e técnicos colocados à disposição dos Núcleos Territoriais;

· O aprofundamento da autonomia dos Núcleos Territoriais, de acordo com o princípio da subsidiariedade;

· A criação de mecanismos e plataformas de trabalho colaborativo que facilitem a cooperação entre Núcleos Territoriais, Grupos de Coordenação Local e Grupo de Contacto, assim como a partilha de recursos, conhecimento e boas práticas.

Só com um LIVRE mais presente, mais capacitado e mais próximo das comunidades conseguiremos consolidar o crescimento alcançado e transformar esse crescimento numa força política duradoura ao serviço das pessoas e dos territórios.

Proponentes

- Rui Moreira
- Paulo Cunha
- Maria João Martins
- Carlos Fragoso
- Cláudia Martins Costa
- Filipe Conceição
- Andreia Nabeiro

Moção 30

A Ponte entre o Local e o Nacional

Versão curta: A ligação entre os núcleos e a Assembleia já existe no LIVRE, esta moção vem dar-lhe ainda mais força. Voz garantida dos núcleos distritais, regionais, interdistritais e da diáspora na Assembleia, e as deliberações nacionais de volta aos plenários: um caminho mais claro e informado entre órgãos de dimensões diferentes, e mais trabalho coletivo para que todo o LIVRE se mova como um. Clarifica a cadeia entre as bases do partido e o órgão deliberativo entre congressos; minimizando bolhas de informação e tornando transversal o conhecimento da atividade do partido.

O Congresso do LIVRE, considerando:

que os Núcleos Territoriais devem ser a base da organização interna do partido, e que a ligação entre o local e o nacional já existe no LIVRE, com os representantes dos núcleos a participar nos trabalhos da Assembleia, vindo esta moção dar-lhe ainda mais força e fazê-la funcionar plenamente nos dois sentidos;

que a Assembleia é eleita uninominalmente pelo Congresso, sem círculos territoriais, importando reforçar um canal institucional garantido que eleve as regiões com menor representatividade nos órgãos do LIVRE, sem nada retirar a ninguém;

e que as decisões da Assembleia são importantes de serem conhecidas e discutidas transversalmente pelas bases do partido;

que todo o LIVRE se deve mover como uma unidade: uma unidade que, com a mesma determinação, ambiciona um orçamento nacional à altura das necessidades da população, defende a soberania europeia contra hostilidades americanas e constrói a rotunda que, ao evitar acidentes, previne tragédias;

que para o local e o nacional terem mais força, as bases precisam de paridade de informação entre todas as suas estruturas e todas as regiões do país;

e que, em respeito pelo princípio da subsidiariedade, cabe regular a ligação entre os níveis sem regular o modo de funcionamento interno de cada um;

delibera:

1. O LIVRE promove a participação ativa e capacitada dos Grupos de Coordenação Local dos Núcleos Distritais, Regionais, e da diáspora nos trabalhos da Assembleia, nos termos do artigo 2.º do respetivo Regulamento e sem prejuízo do direito de participação dos demais núcleos. O presente regime aplica-se aos Núcleos existentes e, automaticamente, aos que venham a ser criados. O mesmo regime aplica-se a Núcleos Interdistritais e respetivos GCL.
2. Os GCL referidos no n.º 1 recebem, através do representante mandatado, as convocatórias e os documentos nos mesmos prazos que os membros da Assembleia; e, sempre que pretendam manifestar-se, a Mesa assegura-lhes o uso da palavra na reunião em causa, no quadro da sua condução dos trabalhos. Estas garantias aplicam-se de imediato, por força da presente deliberação.

3. É responsabilidade de cada um dos GCL referidos no n.º 1 fazer com que as posições aprovadas pelo Plenário do respetivo Núcleo, em matérias respeitantes à Assembleia, sejam manifestadas na Assembleia, pela forma que o GCL entender adequada.
4. Todas as deliberações da Assembleia, bem como as participações do próprio GCL nos seus trabalhos, são apresentadas e debatidas em reunião do Plenário de cada um dos Núcleos referidos no n.º 1 no prazo máximo de seis meses, contado da data da reunião da Assembleia em causa, pelo modo e no momento que o Núcleo entender. A Mesa da Assembleia comunica aos GCL as deliberações tomadas, cabendo igualmente a cada GCL manter-se informado dos trabalhos da Assembleia; o prazo e o dever de discussão não dependem dessa comunicação.
5. A articulação entre os Núcleos Distritais, Regionais e Interdistritais e os Núcleos Municipais e Intermunicipais da respetiva circunscrição, designadamente para que matérias locais cheguem à Assembleia, é definida pelos próprios, no quadro das suas competências e do princípio da subsidiariedade, não sendo objeto da presente moção.
6. A Assembleia altera o Regulamento dos Núcleos Territoriais no prazo de 120 dias, mediante consulta escrita aos Núcleos com prazo de resposta não inferior a 30 dias, consagrando os direitos e responsabilidades previstos nos números 2 a 4 nos seus precisos termos e sem regulamentar a forma do respetivo cumprimento.
7. A Assembleia promove, durante o presente mandato, uma auscultação aos núcleos e aos membros sobre o aprofundamento desta ponte, incluindo formas de participação deliberativa dos representantes, podendo solicitar parecer ao Conselho de Jurisdição sobre os instrumentos exigidos.
8. A Assembleia apresenta ao próximo Congresso um relatório de implementação da presente moção, incluindo a proposta de consolidação, no Regulamento da Assembleia, das garantias previstas no n.º 2, e as demais propostas que dela decorram.
9. Por cada distrito, o presente regime cabe a um único Núcleo: existindo Núcleo Interdistrital, cabe-lhe em relação a todos os distritos que abrange, enquanto existir. Extinguindo-se ou reorganizando-se, transmite-se automaticamente, sem nova deliberação, ao Núcleo ou Núcleos que lhe sucedam no território.

Proponentes

- Joel Rodrigues
- João Vasco Gama
- Tiago Mota

Moção 31

Por uma organização territorial mais forte, subsidiária e regionalista no LIVRE

1. Crescer sem perder a identidade

O crescimento do LIVRE nos últimos anos constitui uma das mais relevantes evoluções políticas do panorama partidário português. Conquistamos representação parlamentar, reforçamos a presença autárquica, alargamos a base de membros e apoiantes e consolidámo-nos como uma força política indispensável na defesa da justiça social, da sustentabilidade ambiental, da democracia participativa e do europeísmo.

Este crescimento representa uma oportunidade, mas também uma responsabilidade.

À medida que o partido cresce, aumentam as exigências colocadas à sua organização interna. Estruturas concebidas para um partido mais pequeno enfrentam hoje novos desafios decorrentes da expansão territorial, da multiplicação de mandatos eletivos e do aumento da complexidade política e organizativa.

O desafio do próximo ciclo não é apenas continuar a crescer. É criar as condições para que esse crescimento seja sustentável, democrático, eficaz e coerente com os valores que defendemos.

O LIVRE deve preparar-se para o futuro reforçando simultaneamente a sua capacidade territorial, a sua capacidade institucional e a sua capacidade de produzir política de forma colaborativa.

2. Organizar o partido de acordo com os princípios que defendemos

O LIVRE tem defendido de forma consistente a descentralização, a subsidiariedade, a regionalização e o reforço da democracia de proximidade. Ora, esses princípios devem refletir-se não apenas na nossa visão para o país, mas também na forma como organizamos o partido.

Os Núcleos Territoriais constituem a principal expressão da implantação democrática do LIVRE. São espaços de participação, mobilização, escuta, formação, construção programática e ligação às comunidades. O seu papel deve ser reforçado através da clarificação das suas responsabilidades, do reforço da sua autonomia e da criação de mecanismos de articulação mais eficazes.

Por sua vez, os Núcleos Municipais e Intermunicipais devem afirmar-se como estruturas privilegiadas de intervenção política de proximidade e os Núcleos Distritais, Interdistritais e Regionais devem assumir funções de coordenação, capacitação, apoio e articulação territorial.

Os Núcleos da Diáspora devem continuar a assegurar a participação política das comunidades portuguesas residentes fora do território nacional e a integração das suas preocupações na ação política do partido.

Esta diferenciação funcional não deve traduzir-se numa lógica hierárquica. Deve traduzir-se numa lógica de subsidiariedade, em que cada estrutura assume as responsabilidades que melhor consegue desempenhar e em que as decisões são tomadas o mais próximo possível das pessoas e dos territórios.

3. Autonomia exige capacitação

A autonomia territorial não existe sem condições para a exercer. Um Núcleo Territorial não é verdadeiramente autónomo se depender permanentemente de validações, apoios informais ou da disponibilidade circunstancial dos órgãos nacionais para desenvolver a sua atividade.

O reforço da autonomia territorial exige investimento na capacitação dos territórios. O LIVRE deve criar uma infraestrutura organizativa comum que permita aos Núcleos Territoriais desenvolver a sua atividade com maior eficácia, previsibilidade e independência.

Essa infraestrutura deve incluir ferramentas colaborativas, recursos de comunicação, materiais de acolhimento e formação, mecanismos de partilha de conhecimento, instrumentos de apoio à atividade autárquica e espaços de cooperação regular entre estruturas territoriais.

O objetivo não é uniformizar a ação política dos territórios. O objetivo é criar condições para que cada território possa desenvolver a sua ação política de forma autónoma, consistente e alinhada com os princípios comuns do partido.

Centralizar a infraestrutura para descentralizar a ação política deve constituir um princípio orientador da organização interna do LIVRE.

4. Construir capacidade política coletiva

O crescimento do LIVRE exige uma transição progressiva de uma lógica assente sobretudo no esforço individual para uma lógica de construção coletiva de capacidade política. Ao longo dos últimos anos, membros, eleitos, Núcleos Territoriais, círculos temáticos e grupos de trabalho acumularam experiências, conhecimento, propostas e soluções que constituem um património político valioso. Grande parte desse património permanece disperso, dependente da memória individual ou da continuidade das pessoas que exercem funções em determinado momento.

O LIVRE deve assumir como prioridade estratégica a preservação da sua memória organizativa e institucional. O conhecimento produzido pelas suas estruturas deve ser sistematizado, documentado e colocado ao serviço de toda a organização.

A criação de mecanismos permanentes de partilha de conhecimento, formação, colaboração territorial e produção coletiva de políticas públicas permitirá reduzir desigualdades de capacidade entre territórios, evitar duplicação de esforços e reforçar a qualidade da intervenção política do partido.

5. Apoiar (mais e) melhor os eleitos

O crescimento da representação institucional do LIVRE exige igualmente uma reflexão sobre os mecanismos de apoio aos seus eleitos. Deputados, autarcas e outros representantes políticos enfrentam desafios cada vez mais exigentes e necessitam de acesso a recursos técnicos, jurídicos, políticos e comunicacionais adequados.

O partido deve promover modelos de apoio assentes na cooperação, na partilha de recursos e na preservação do conhecimento acumulado pelos diferentes mandatos. Importa criar condições para que a experiência adquirida pelos eleitos permaneça ao serviço da organização, contribuindo para a formação de novos quadros políticos e para a melhoria contínua da intervenção institucional do partido.

O reforço do apoio aos eleitos não constitui apenas uma medida organizativa. Constitui um investimento direto na qualidade da ação política do LIVRE.

6. Recursos, sustentabilidade e capacidade institucional

A descentralização exige recursos.

O crescimento do LIVRE deve ser acompanhado por uma reflexão estratégica sobre a utilização e distribuição dos recursos financeiros, humanos e organizativos disponíveis.

Essa reflexão deve procurar equilibrar quatro objetivos fundamentais: reforçar a implantação territorial, apoiar os eleitos, garantir a sustentabilidade das estruturas nacionais e investir na capacitação organizativa do partido.

O LIVRE deve estudar mecanismos transparentes de repartição de recursos que permitam fortalecer simultaneamente a autonomia dos territórios e a coesão da organização.

À medida que o partido cresce, deve igualmente ponderar formas de reforçar a sua capacidade institucional permanente, assegurando continuidade organizativa, retenção de conhecimento, apoio técnico especializado e estabilidade operacional.

A profissionalização de determinadas funções de suporte não deve ser encarada como uma alternativa à participação militante. Deve ser entendida como um instrumento ao serviço de uma participação mais eficaz, inclusiva e sustentável.

7. Atualizar os instrumentos de gestão para uma nova realidade

O crescimento do LIVRE tornou evidente que parte da sua arquitetura estatutária e regulamentar foi concebida para uma realidade organizativa diferente da atual.

A evolução do partido exige uma reflexão séria sobre a adequação dos Estatutos e regulamentos às necessidades presentes e futuras da organização.

Essa reflexão deve procurar clarificar competências, reduzir ambiguidades, simplificar procedimentos, reforçar mecanismos de articulação territorial e adaptar a organização às exigências decorrentes do crescimento institucional do partido.

A atualização das regras internas não deve ser entendida como uma alteração dos princípios fundadores do LIVRE. Deve ser entendida como uma forma de garantir que esses princípios continuam a ser aplicados de forma eficaz numa organização mais madura, mais complexa e mais representativa.

8. Plano de Implementação

Os Proponentes da presente moção recomendam aos órgãos competentes do partido que, durante o próximo mandato, promovam:

1. Um levantamento nacional da realidade dos Núcleos Territoriais, identificando necessidades, dificuldades, recursos disponíveis e oportunidades de desenvolvimento.
2. Um processo participado de auscultação envolvendo Núcleos Territoriais, eleitos, círculos temáticos, grupos de trabalho e restantes estruturas partidárias sobre a organização territorial do partido.
3. A revisão do Regulamento dos Núcleos Territoriais, clarificando o papel dos diferentes tipos de Núcleos Territoriais, os seus mecanismos de articulação e os princípios de subsidiariedade, autonomia e cooperação territorial.
4. A criação de mecanismos permanentes de coordenação e cooperação territorial entre Núcleos Territoriais, eleitos e órgãos nacionais.
5. O desenvolvimento de ferramentas comuns de apoio aos Núcleos Territoriais, incluindo recursos de comunicação, formação, colaboração, arquivo e preservação de conhecimento.

6. A criação de mecanismos de apoio aos eleitos assentes na partilha de recursos, na cooperação entre mandatos e na retenção de conhecimento institucional.
7. O estudo de modelos transparentes de repartição de recursos financeiros e organizativos que reforcem simultaneamente a implantação territorial, o apoio aos eleitos e a sustentabilidade da organização.
8. A criação de instrumentos destinados à preservação da memória organizativa e política do partido.
9. A avaliação da necessidade de alterações estatutárias que permitam adequar a organização do LIVRE à sua realidade atual e aos desafios do seu crescimento futuro.
10. A apresentação, até ao Congresso seguinte, de um relatório de execução e avaliação das medidas desenvolvidas ao abrigo da presente moção.

9. (Conclusão)

Esta moção parte de uma convicção simples: um partido que defende a descentralização, a subsidiariedade e a regionalização deve procurar refletir esses mesmos princípios na sua organização interna.

Reforçar os Núcleos Territoriais significa reforçar a democracia interna, a participação política e a proximidade às comunidades.

Mas a autonomia territorial só é possível quando acompanhada por recursos, formação, ferramentas adequadas, mecanismos de cooperação e estruturas capazes de apoiar os territórios e os eleitos.

O LIVRE deve preparar-se para crescer de forma sustentável, preservando a sua cultura democrática e participativa, mas desenvolvendo simultaneamente a capacidade organizativa necessária para responder aos desafios de um partido com crescente representação institucional e territorial.

Esta moção propõe um caminho assente em cinco prioridades: **mais autonomia territorial, mais cooperação entre estruturas, melhor apoio aos eleitos, maior capacidade institucional e uma atualização das regras internas adequada à realidade atual do partido.**

Construir um LIVRE mais territorial, mais capacitado e mais preparado para crescer é reforçar a democracia interna, aproximar o partido das pessoas e criar condições para que o projeto político do LIVRE continue a expandir-se com coerência, eficácia e ambição transformadora.

Assim, propõe esta moção que o LIVRE inicie um novo ciclo de fortalecimento da sua organização territorial e institucional, assente nos princípios da subsidiariedade, da autonomia territorial, da cooperação entre estruturas, da capacitação organizativa e da valorização do conhecimento coletivo.

Para esse efeito, recomenda-se aos órgãos competentes do partido a adoção das medidas constantes do Plano de Implementação seguinte, com vista a reforçar os Núcleos Territoriais, melhorar o apoio aos eleitos, promover uma utilização mais eficiente dos recursos disponíveis e adequar os instrumentos organizativos do LIVRE à realidade do seu crescimento político e institucional.

Proponentes

- Ana Gomes de Almeida
- Cláudia Martins Costa
- Diamantino Raposinho
- Hélder Sousa

- Maria João Martins
- Filipe Conceição
- Rui Moreira

Moção 32

Da Implantação Local a uma Rede Territorial

Ao longo da última década, os Núcleos Territoriais do LIVRE afirmaram-se como um dos principais pilares da sua construção. Os Núcleos têm permitido levar o partido a novos territórios, acolher e integrar novos membros, construir candidaturas autárquicas, apoiar campanhas eleitorais e criar uma presença política local cada vez mais sólida. Por isso, o crescimento do LIVRE nos últimos anos não pode ser separado do trabalho desenvolvido pelos seus Núcleos Territoriais. Mas o contexto em que o partido atua mudou e precisamos de preparar os Núcleos Territoriais para o crescimento do partido.

O LIVRE conta hoje com uma implantação territorial mais ampla, mas que ainda precisa de se alargar mais, de uma comunidade política mais numerosa e diversificada, contando com mais eleitos locais e com representação parlamentar nacional. O peso político do LIVRE aumentou nos últimos anos, e por isso a estrutura institucional do LIVRE deve acompanhar esse crescimento, não de uma forma centralizada, mas estabelecendo a capilaridade necessária à implantação do partido no território.

Um dos desafios do LIVRE durante a última década tem sido a implantação territorial, mas na próxima década seremos confrontados com o desafio da articulação no território. É agora necessário reforçar a capacidade de intervenção dos Núcleos Territoriais, promover a cooperação entre estruturas, valorizar o conhecimento acumulado nos territórios e assegurar que o crescimento do partido é acompanhado por uma organização mais forte, mais participativa e mais eficaz.

Os Núcleos Territoriais do LIVRE não devem ser apenas estruturas locais de organização, devem ser parte integrante de uma rede territorial capaz de apoiar a ação política do partido a nível local, regional, nacional e até internacional.

Mas isso não se consegue sem aprofundar a cooperação entre os diferentes tipos de Núcleos, reforçando os mecanismos de articulação entre as estruturas municipais, intermunicipais, distritais, regionais e da diáspora. O crescimento do partido exige que os territórios deixem de funcionar de forma excessivamente isolada, sendo essencial que se criem mais oportunidades para partilhar experiências, soluções e boas práticas.

Importa igualmente reforçar a ligação entre os Núcleos e os eleitos do LIVRE. O crescimento da representação institucional do partido deve ser encarado como uma oportunidade para fortalecer a ligação entre os territórios e as instituições. Os Núcleos Territoriais devem poder beneficiar da experiência acumulada pelos seus eleitos, ao mesmo tempo que os eleitos devem encontrar nos Núcleos espaços de apoio político, reflexão coletiva e contacto permanente com as comunidades que representam.

O LIVRE deve também investir de forma mais consistente na capacitação dos seus dirigentes locais, candidatos e eleitos. A consolidação da organização territorial exige formação, partilha de conhecimento e transmissão de experiência entre pessoas de diferentes gerações e de diferentes territórios.

O crescimento do partido coloca igualmente desafios relacionados com a autonomia dos Núcleos. Autonomia essa que deve ser promovida de forma gradual e responsável, com a criação de condições para uma maior capacidade de iniciativa local, mas nunca comprometendo as exigências de transparência, prestação de contas e cumprimento das obrigações legais que recaem sobre todo o partido.

Por fim, mas não menos importante, os Núcleos Territoriais têm o papel único de serem pontes para as comunidades locais, essenciais para reforçar a presença do LIVRE. Nunca devemos esquecer que a força de uma organização territorial, como é um partido político, não se mede apenas pelo número de Núcleos existentes, mas pela sua capacidade de mobilizar pessoas, identificar problemas concretos, construir soluções, o que só se faz mantendo uma presença ativa permanente, dentro e fora dos ciclos eleitorais.

O XVII Congresso do LIVRE considera, por isso, prioritário:

- Reforçar os mecanismos de articulação e cooperação entre os diferentes tipos de Núcleos Territoriais;
- Promover espaços regulares de encontro, partilha de experiências e coordenação entre Núcleos;
- Fortalecer a ligação entre os Núcleos e os eleitos locais e nacionais do LIVRE;
- Desenvolver programas de formação e capacitação dirigidos a dirigentes locais, candidatos e eleitos;
- Promover condições para um reforço gradual da autonomia e da capacidade de iniciativa dos Núcleos, acompanhado pelos mecanismos adequados de responsabilização e prestação de contas;
- Valorizar formas de organização de proximidade, com orientações de funcionamento criadas pelos Núcleos Territoriais respetivos, que aproximem mais o LIVRE das comunidades locais;
- Promover uma reflexão estratégica sobre a evolução da organização territorial do partido face aos desafios colocados pelo seu crescimento e pela expansão da sua representação institucional.

A próxima etapa da construção do LIVRE passa sobretudo por transformar a implantação territorial que já começamos a alcançar numa rede política cooperativa, capaz de reforçar a participação, apoiar a ação dos eleitos e aprofundar a ligação do partido às comunidades que pretende representar. Será esse o desafio da próxima década.

Proponentes

- Patrícia Gonçalves
- Sílvia Vilas
- Safaa Dib
- Filipe Honório

Subscritores

- Glória Franco
- André Wemans
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Joana Filipe
- Daniel Ferreira
- Matias Feijoo
- Hugo Lourenço
- Afonso M. G. Ferreira
- Henrique Longa
- Francisco Costa
- Hélder Verdade Fontes
- Pedro Mendonça
- André Santos
- Isabel Faria

- Diogo Mota Duarte
- Maria Esteves Pereira
- Alexandre Santos Rodrigo
- Pedro A. Pinheiro
- Joana Loureiro
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Mafalda Dâmaso
- Manuel Muacho
- Fausto Fialho
- João Ramos
- Paulo F. Dias
- Madalena Lemos Lorga
- Salomé Gomes
- Rúben Vieira
- Gabriela Alonso
- Sílvia Pais
- Pedro Vale

Moção 33

LIVRE em Toda a Região Centro

A Região Centro ocupa um lugar fundamental na construção de um LIVRE verdadeiramente implantado em todo o território. Pela sua diversidade territorial, pela coexistência de áreas urbanas, industriais, rurais e de baixa densidade populacional, e pela sua importância demográfica e económica, a Região Centro constitui um espaço privilegiado para o crescimento do partido e para a afirmação das suas propostas políticas, como confirmam os resultados de eleições recentes e a evolução dos números de membros e apoiantes (M&A) na região.

Nos últimos anos, o LIVRE consolidou a sua presença em vários territórios da Região Centro, através da atividade dos Núcleos Territoriais de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Santarém, bem como pelo trabalho desenvolvido por M&A, dirigentes e eleitos locais que têm contribuído para a afirmação do partido na região. A realização do evento anual de jovens, o RASGA, fora dos grandes centros urbanos e que tem ocorrido em Leiria desde 2022, reforça a aposta do partido na descentralização e na importância da Região Centro para a estratégia de consolidação do partido.

Um marco importante deste percurso foi a abertura da sede do LIVRE em Coimbra, em maio de 2026. Sendo uma estrutura ainda recente, representa um passo significativo no reforço da capacidade organizativa do partido na Região Centro e uma oportunidade para aprofundar a sua implantação territorial. Estes espaços poderão funcionar como pontos de apoio à atividade dos núcleos existentes, facilitar o contacto com cidadãos e cidadãs, acolher iniciativas públicas e reforçar a capacidade organizativa do partido.

No entanto, persistem desafios significativos no caminho para este crescimento. A implantação do partido continua desigual entre os vários distritos da Região Centro, existindo ainda territórios onde o LIVRE não dispõe de estruturas territoriais formalmente constituídas. Em particular, importa criar condições para o surgimento e consolidação de Núcleos Territoriais nos distritos de Viseu e da Guarda, reforçando a capacidade de mobilização de M&A e promovendo uma presença política mais próxima das comunidades locais.

De igual forma, o LIVRE permanece pouco implantado em zonas mais rurais e de menor densidade populacional na Região Centro, onde é mais difícil chegar e mobilizar pessoas para a atividade partidária. Deve ser desenhada, de forma consciente e em colaboração com Núcleos Territoriais e M&A, uma estratégia a curto, médio, e longo prazo, de implantação do partido nestas zonas, que incluirá necessariamente mais iniciativas de contacto com a população.

O crescimento do LIVRE dependerá da sua capacidade em estar presente em todo o território, compreender as especificidades locais e construir respostas políticas adequadas aos desafios das diferentes comunidades. A Região Centro, em particular, deve ser considerada estratégica para o LIVRE: entre os oito distritos ou regiões do país onde o crescimento de M&A ultrapassou os 100% em 2025, três pertencem à Região Centro: Castelo Branco, Santarém e Leiria.

Também em termos eleitorais, a Região Centro demonstra ser crucial para o crescimento do LIVRE, sendo que o seu peso eleitoral se encontra em rápida consolidação. Desde 2019, os resultados eleitorais do LIVRE em eleições legislativas na Região Centro passaram de rondar os 0,5% e 1%, para 1,5% a 4% em 2025, com a votação no LIVRE a ser cerca de 3 a 5 vezes superior consoante o distrito.

Face a estas considerações, que demonstram a importância estratégica da Região Centro para o LIVRE, o XVII Congresso do LIVRE recomenda:

1. A consolidação e valorização da sede de Coimbra como alavanca para o trabalho de fundo que permita, a médio-longo prazo, a abertura de novos espaços físicos (Sedes) de encontro e trabalho partidário noutros distritos da região, complementando o papel atualmente desempenhado pela sede em Coimbra
2. Avaliar as condições para o reforço dos meios humanos, técnicos e logísticos disponíveis para apoiar a atividade dos Núcleos Territoriais da Região Centro, como por exemplo, na realização de iniciativas de proximidade, contacto com as populações, especialmente em territórios de menor densidade populacional;
3. O desenvolvimento de uma estratégia de expansão territorial que promova a constituição de Núcleos Territoriais nos distritos de Viseu e da Guarda, bem como mais iniciativas de contacto com as populações da Região Centro;
4. O aprofundamento da cooperação entre os diferentes Núcleos Territoriais da Região Centro, promovendo sinergias, partilha de recursos e maior coordenação política regional;
5. Continuar a aprofundar o reforço da autonomia e capacidade de iniciativa dos Núcleos Territoriais, de acordo com o princípio da subsidiariedade previsto nos documentos orientadores do partido;
6. A realização de mais iniciativas do LIVRE de âmbito nacional na Região Centro.

Acreditamos que uma presença mais forte do LIVRE na Região Centro, mais articulada, mais capacitada e mais próxima das comunidades locais, contribuirá decisivamente para um LIVRE mais próximo das pessoas, mais presente no território e mais preparado para responder aos desafios do país. Por isso, defendemos um compromisso claro com levar o LIVRE a Toda a Região Centro.

Proponentes

- Aldo Oliveira
- Andreia Nabeiro
- Bruno Pedrosa
- Carolina Amado Brito
- Filipe Honório
- Gabriel Cortês
- Inês Estanqueiro
- Inês Pires
- Joana Loureiro
- Joel Saraiva Correia
- Luís Caetano
- Mariana Gouveia Valente
- Natércia Rodrigues
- Rúben Vieira
- Virgílio Bernardino

Moção 34

Regionalizar o LIVRE: Por Um Partido de todo o País

A convicção de que uma participação mais alargada, a par da descentralização do poder, fortalece a democracia está na génese no LIVRE. Esta convicção concretiza-se na defesa da descentralização e na valorização da pluralidade dos diversos territórios, culminando numa maior coesão territorial.

Ao longo dos últimos anos o LIVRE tem vindo a consolidar a sua presença no plano político e institucional. Hoje temos representação em diversos órgãos nacionais, desde a Assembleia da República, Câmaras Municipais e Assembleias Municipais às Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia, em várias zonas do país. Somos uma força política de esquerda progressista em crescimento e com influência crescente na arena política nacional.

Este crescimento, que é fruto do empenho de todos os membros e apoiantes (M&A) do partido, trouxe-nos novos desafios organizacionais. Um dos mais evidentes é a necessidade de aprofundar a implantação territorial do LIVRE, assegurando que a participação dos M&A na vida do partido não depende do local onde vivem.

Continuamos a ter uma assimetria marcada entre territórios urbanos e rurais, litoral e interior, continental e insular. Em alguns distritos e municípios temos estruturas consolidadas, com capacidade de mobilização expressiva e presença política coerente e continuada: Lisboa e Porto são os núcleos com maior número de M&A, influência e participação. Outros dependem quase exclusivamente do esforço persistente de pequenos grupos de M&A que, apesar das limitações e dificuldades que enfrentam, mantêm viva a nossa presença a nível local.

Estas desigualdades são um desafio coletivo que exige uma resposta coletiva organizada. Precisamos de uma estratégia efetiva que possa ser implantada em tempo útil e replicável nos núcleos territoriais que continuam a debater-se com a falta de recursos e apoio imprescindíveis ao seu crescimento e a uma implantação local profunda e duradoura.

Os princípios orientadores que defendemos como base para a nossa sociedade são os que devem orientar a forma como construímos e fortalecemos o nosso partido.

Se defendemos a descentralização, temos de a concretizar.

Se queremos ser um partido com influência à escala nacional, temos de criar condições para o seu crescimento em todo o país.

Para combater as desigualdades territoriais temos de combater também os obstáculos que limitam a participação, tornando o acesso equitativo a todos os M&A, estejam onde estiverem.

Assegurar a coesão territorial do LIVRE não é apenas uma questão organizacional: é uma questão de garantir igualdade de direitos, equidade no acesso e democratização da participação na vida interna do partido.

Porque acreditamos que o próximo mandato deve ser marcado por um esforço estratégico de reforço da implantação local do partido, da valorização das estruturas locais e pela criação de mecanismos persistentes de solidariedade organizacional entre os vários territórios, propomos que o Congresso do LIVRE delibere recomendar aos órgãos do LIVRE a adoção das seguintes medidas:

1. Plano Nacional de Implantação Territorial

Desenvolver um Plano Nacional de Implantação Territorial que fomente uma presença estruturada do LIVRE em todos os distritos e nas regiões autónomas, identificando territórios prioritários para o crescimento e definindo objetivos plurianuais de expansão, acompanhamento e consolidação da presença territorial.

Este plano deve tornar-se um instrumento estratégico permanente, permitindo uma avaliação regular dos progressos alcançados, um levantamento das necessidades e dos desafios identificados.

2. Fundo de Coesão Territorial do LIVRE

Criar um Fundo de Coesão Territorial com a finalidade de reduzir desigualdades entre os vários territórios, multiplicando os recursos e mitigando e democratizando as oportunidades.

Este fundo deve ser canalizado para viabilizar a realização de atividades por núcleos territoriais com menor capacidade organizacional, facilitar a participação de M&A em iniciativas nacionais, contribuir para a realização de eventos locais e apoiar processos de crescimento e implantação territorial.

Os critérios de acesso ao fundo deverão ser transparentes, públicos e orientados por princípios de solidariedade e coesão interna com base em critérios definidos. A dotação do fundo deve ser definida em sede de orçamento, aprovada pela Assembleia do LIVRE, e a sua execução objeto de prestação de contas regular, garantindo que os recursos aplicados são conhecidos e escrutinados por todos os M&A.

3. Programa de Geminação Territorial

Instituir um programa de cooperação entre núcleos territoriais consolidados e núcleos em desenvolvimento, promovendo a partilha de ideias e experiências, recursos, conhecimento organizacional e boas práticas.

O crescimento do LIVRE deve basear-se numa lógica de cooperação e entreaajuda, transformando a diversidade de experiências territoriais numa força coletiva ao serviço de todo o partido.

4. Formação Política Descentralizada

Garantir que os programas de formação política, organizacional e autárquica do partido são disponibilizados de forma generalizada em diferentes regiões do país e através de formatos digitais acessíveis, preferencialmente em formato híbrido e/ou acessíveis ao longo do tempo a todos os M&A em local próprio (como o Ponto Livre / acervos).

A capacitação dos membros é um elemento central para o crescimento sustentável do LIVRE e não pode depender da proximidade aos principais centros urbanos.

5. Rotatividade Territorial dos Eventos do LIVRE

Promover uma distribuição territorial mais equilibrada dos principais encontros, congressos, iniciativas de formação e eventos políticos do partido.

A realização destes momentos em diferentes regiões do país constitui em simultâneo um instrumento de participação, um fator de dinamização territorial e uma afirmação prática do compromisso do LIVRE com uma verdadeira descentralização.

6. Representação Territorial na Definição Estratégica

Reforçar mecanismos de consulta e participação que assegurem que a diversidade territorial do partido é refletida de forma efetiva e equilibrada na definição das suas prioridades políticas e organizacionais.

Os diferentes territórios devem ser chamados a contribuir regularmente para a reflexão estratégica e posicionamento do LIVRE, garantindo que a diversidade de realidades existentes no país se concretize na construção do nosso projeto coletivo.

7. Estratégia para os Territórios de Baixa Densidade

Desenvolver uma estratégia concreta que responda às necessidades dos territórios de baixa densidade populacional, regiões do interior e regiões autónomas, reconhecendo os desafios particulares que estes enfrentam na organização política e na participação partidária.

Esta estratégia deverá contemplar mecanismos adequados de apoio organizacional, financeiro e iniciativas de proximidade capazes de reforçar a presença do LIVRE e a sua implantação nestes territórios.

Conclusão

O futuro do LIVRE depende da sua capacidade para ser um partido verdadeiramente nacional: presente nas cidades, nas vilas e nas aldeias, no litoral e no interior, no continente e nas ilhas, nas áreas metropolitanas e nos territórios de baixa densidade.

Ao reforçar a sua coesão territorial o LIVRE irá tornar-se mais plural. Aumentará a sua capacidade para representar a diversidade do país, afirmando-se como a verdadeira alternativa progressista de esquerda ecologista em todos os territórios nacionais.

Esta visão não depende apenas da vontade política. Exige organização, investimento, solidariedade e um compromisso coletivo.

Porque um partido mais presente em todo o território é também um partido mais forte, mais coeso e mais democrático.

Vamos Regionalizar o LIVRE: Porque o LIVRE será mais LIVRE quando for de todo o país!

Proponentes

- Rita Paixão
- Luís Sousa
- João Vasco Gama

Moção 35

Autarcas em Rede

A eleição de dezenas de representantes do LIVRE nas últimas eleições autárquicas, em autarquias espalhadas por todo o território, representa um marco significativo no crescimento sustentado do partido nos últimos anos. Os nossos representantes nas autarquias locais, detentores de conhecimento do território e com trabalho de proximidade junto da cidadania e sociedade civil, são a primeira linha de consolidação das políticas progressistas e ecologistas que queremos implementar no país. É essencial que possuam todas as ferramentas e recursos para que esse trabalho, muitas vezes invisível e pouco sonoro, crie raízes nos próximos anos, preparando-nos para ser uma alternativa de governo transformadora onde hoje somos, apenas, oposição construtiva.

Nesse sentido, necessitamos de uma Rede de Autarcas do LIVRE capacitada e com recursos técnicos para exercer o seu trabalho de forma autónoma, mas em estreita ligação e apoiado pelo trabalho dos órgãos locais, regionais e nacionais.

Esta moção propõe que:

1. A Rede de Autarcas do LIVRE tenha como principais atribuições, entre outras:
 - O apoio direto à ação das/dos autarcas;
 - A análise e discussão de políticas públicas locais;
 - A discussão e emissão de recomendações sobre políticas públicas locais;
 - O aconselhamento político às/aos autarcas;
 - Dinamização do trabalho em rede;
 - Comunicação e coordenação com os Núcleos Territoriais, a Assembleia do LIVRE e o Grupo de Contacto do trabalho das/dos nossos autarcas por todo o país.
2. A Rede de Autarcas do LIVRE tenha uma coordenação eleita por todos os membros da rede, que deverá incluir, para além das pessoas eleitas para as diferentes autarquias, candidatos não eleitos com funções de substituição, caso assim o desejem, assim como representantes de Núcleos Territoriais;
3. Para além de uma coordenação nacional a Rede de Autarcas do LIVRE deverá ter, também, responsáveis regionais, a decidir pelos membros da Rede;

Propõe-se ainda que a Assembleia do LIVRE e o Grupo de Contacto deliberem no sentido de salvaguardar os recursos humanos e financeiros necessários para que a Rede cumpra as suas atribuições, nomeadamente apoio técnico e político.

Proponentes

- Diamantino Raposinho
- Gisela Leal
- Helder T. Sousa

Moção 36

Ativar a rede de autarcas nacional do LIVRE

Alexandre Herculano, historiador e escritor do século XIX, descreveu, já em 1851, o poder municipal como "o mais vivaz, o mais activo, o mais popular de todos os poderes".

Na sequência das eleições autárquicas de 2025, o LIVRE viu o seu número de eleitos locais subir, através de candidaturas autónomas ou por via de coligações, para 77 autarcas, aumentando de forma expressiva a sua representatividade eleitoral, sobretudo nas assembleias municipais e juntas de freguesia de norte a sul do país.

Considerando que:

- Esta evolução representa não apenas um crescimento quantitativo, mas uma mudança qualitativa na natureza do partido, que passa a ter uma presença territorial que exige instrumentos organizativos à sua medida, sob pena de o crescimento eleitoral não se traduzir em capacidade política efetiva;
- A representação do LIVRE nos órgãos autárquicos constitui uma responsabilidade exigente, que não pode ser entendida como secundária relativamente à representação nacional, mas antes como um plano complementar e indissociável desta: é no plano autárquico que o LIVRE assegura que o seu ideário e mensagem política são dados a conhecer junto das comunidades, dos bairros, das associações locais e da sociedade civil, em suma, o tecido orgânico que pulsa nas nossas cidades e freguesias;
- Como é do conhecimento geral, apenas as autarquias de Lisboa e Almada providenciam gabinetes e assessoria técnica aos eleitos em órgãos autárquicos, sendo a realidade no restante território nacional marcadamente contrastante, pautada pela escassez de recursos, contando o eleito, na maioria dos casos, apenas com o apoio do seu núcleo territorial e pouco mais;
- Esta assimetria de recursos compromete a qualidade e a tempestividade da intervenção dos nossos autarcas, expondo-os a um volume de documentação técnica municipal que exige análise rigorosa em prazos exíguos, sem o suporte jurídico e financeiro adequado;
- É essencial que o partido disponibilize um conjunto de recursos e ferramentas de apoio à atividade autárquica, devendo ser prioritário o apoio jurídico e financeiro;
- É urgente disponibilizar novas plataformas de comunicação entre eleitos — à semelhança do que tem sido desenvolvido pelos Verdes Europeus — que permitam a troca permanente de contactos, experiências e boas práticas, fomentando o auxílio mútuo entre autarcas de diferentes regiões e diferentes realidades municipais;
- O partido tem disponibilizado apoio em matéria de comunicação nas redes sociais, mas ainda subsistem desequilíbrios nesta matéria e uma clara necessidade de maior harmonização de tratamento entre núcleos territoriais;
- Logo após as eleições autárquicas, foi constituída pelo Grupo de Contacto uma primeira Comissão Instaladora de uma rede de autarcas nacional — estrutura de apoio e entajuda entre os autarcas e os respetivos Núcleos Territoriais e Grupos de Coordenação Local, atualmente a funcionar através da plataforma Slack;

- Esta estrutura, não obstante o seu mérito e utilidade enquanto resposta inicial, ainda não possui mandato claro para representar o conjunto dos autarcas do LIVRE perante os órgãos nacionais do partido;
- Considerando, por último, que é fundamental avançar com a ativação desta rede, com coordenação nacional, que assegure o intercâmbio entre autarcas, promova formações e encontros entre os eleitos, e responda às suas dúvidas e questões, mantendo uma articulação permanente e estruturada com os Núcleos Territoriais e Grupos de Coordenação Local, bem como os órgãos nacionais.

O XVII CONGRESSO DO LIVRE DELIBERA:

1. Ativar a Rede de Autarcas Nacional do LIVRE, enquanto estrutura orgânica permanente de apoio, articulação e representação dos eleitos locais do partido, integrando todos os autarcas eleitos por listas do LIVRE ou em listas de coligação em que o LIVRE tenha integrado candidatos, bem como representantes dos Núcleos Territoriais ou GCL.
2. Incumbir a Comissão Instaladora da Rede de Autarcas Nacional de:
 - a) Elaborar uma proposta de regulamento de funcionamento da Rede, a submeter à aprovação da Assembleia do LIVRE;
 - b) Definir o modelo de coordenação nacional, incluindo a forma de eleição ou designação dos seus coordenadores;
 - c) Estabelecer os mecanismos de articulação entre a Rede e os Núcleos Territoriais, Grupos de Coordenação Local e demais órgãos nacionais do partido.
3. Garantir que a Rede de Autarcas Nacional disponha de:
 - a) Uma plataforma de comunicação permanente entre autarcas, substituindo ou formalizando a atual utilização do Slack;
 - b) Acesso a apoio jurídico, com capacidade de resposta a questões técnicas de natureza municipal em prazos compatíveis com os calendários autárquicos;
 - c) Acesso a apoio financeiro na análise de documentos de prestação de contas e instrumentos de gestão financeira municipal;
 - d) Um plano de formação contínua, com encontros presenciais e à distância, dirigido especificamente às competências exigidas pelo exercício de mandatos autárquicos;
 - e) Critérios harmonizados de apoio à comunicação digital.
 - f) Uma plataforma que sirva de repositório e consulta do trabalho autárquico elaborado em todo o país, ao longo das várias legislaturas.
4. Reconhecer o trabalho desenvolvido até à data pelo Grupo de Contacto na criação da Comissão Instaladora, assegurando a continuidade da sua atividade até à realização de eleições.

Lisboa, 21 de junho de 2026

Proponentes

- Safaa Dib
- Mário Gaspar
- João Monteiro
- Sílvia Vilas
- Filipe Honório

Subscritores

- Patrícia Gonçalves
- André Wemans
- Ofélia Janeiro
- Tomás Cardoso Pereira
- Glória Franco
- Geiziely Fernandes
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Rodrigo Diniz
- Jorge Pinto
- Isabel Faria
- Francisco Costa

Moção 37

Pensamento regional para uma ação política mais capaz: pela ativação das Assembleias Regionais do LIVRE

O LIVRE é um partido regionalista. Defende a organização administrativa do país através da integração de uma escala intermédia de governação entre as atuais autarquias e o Estado central.

Fundamentalmente, num país assimétrico e historicamente centralizado em Lisboa, entendemos que a Regionalização é o único projeto de renovação democrática, de coesão territorial e reorganização do Estado com capacidade de inverter as dinâmicas de despovoamento e perda de valores culturais fruto de um modelo económico ambientalmente insustentável, que desordena a paisagem e o território. Recentemente, a sequência de tempestades que assolou o país evidenciou mais uma vez a necessidade de uma escala regional de atuação da proteção civil e restante resposta de emergência, bem como de administração interna. Acumulam-se as situações em que a atual organização do Estado se mostra desadequada e incapaz ao território que administra.

Portugal, apesar de não ter uma organização administrativa ou identidade regional, viu nas últimas décadas um desenvolvimento regional das suas áreas urbanas de maior escala, designadamente em torno de Porto, Lisboa e Faro. Há ainda outras formações sub-regionais a emergir com base nas Comunidades Intermunicipais, sobretudo nas zonas centro e norte do país.

Mas, apesar de a Regionalização ser uma proposta central da nossa visão para um país mais justo, democrático e ecológico, na organização da ação política do LIVRE, a dimensão regional não tem sido devidamente mobilizada: as Assembleias Regionais, previstas nos Estatutos do LIVRE, nunca foram convocadas. Os Estatutos são até omissos sobre quem ou que órgão deve convocá-las, ou como seria o seu funcionamento.

Artigo 16º dos Estatutos do LIVRE (Assembleias Regionais)

1. São compostas pelos membros dos núcleos territoriais e compete-lhes definir as estratégias políticas de acordo com as necessidades e características regionais, em linha com as estratégias nacionais.

2. Têm competência para dar parecer na elaboração das listas às eleições autárquicas.

3. Reúnem-se, pelo menos, uma vez por ano.

Tendo em conta o crescente número de Núcleos Territoriais, o crescimento do número de membros e apoiantes fora dos grandes centros urbanos, e a relevância estratégica desses territórios e regiões para a consolidação do partido, as Assembleias Regionais ganham reforçada relevância na vida do LIVRE. As Assembleias Regionais têm o potencial e a competência de funcionar como câmaras de debate e deliberação sobre estratégias políticas comuns a vários municípios, ou de articulação intermunicipal para coerência entre posicionamentos políticos.

Temas como saneamento básico, muitas vezes controlado por entidades intermunicipais, poluição de rios que atravessam vários municípios e até distritos, mobilidade e acesso a serviços dentro e entre regiões, e outros

de relevância transversal a regiões que abrangem necessariamente vários Núcleos Territoriais do LIVRE, são exemplos do que seria essencial trazer às Assembleias Regionais para debate, e para delinear estratégias locais e regionais.

A importância da dimensão regional para o trabalho do LIVRE, ainda que posta em prática informalmente, vê-se tanto durante as campanhas eleitorais, como no exercício de funções públicas das pessoas eleitas.

Assim, entendemos que a ação política e as propostas do LIVRE sairão reforçadas, se em casos desta natureza, para construir uma posição política consistente e de apoio partidário consensual, os membros e apoiantes dos territórios abrangidos forem ouvidos de forma consequente e tenham oportunidade de propor e deliberar sobre o assunto, fazendo uso desta ferramenta estatutária até à data inutilizada. A convocação das Assembleias Regionais deve respeitar o princípio da subsidiariedade e garantir alguma flexibilidade territorial em relação ao mapa de Núcleos Territoriais existentes no país.

Assim, propomos ao XVII Congresso do LIVRE que delibere:

Reconhecer a importância do pensamento e da ação política regional para melhorar a estratégia nacional do partido, propostas e posicionamentos políticos concretos em territórios que têm infraestruturas, paisagens, investimentos ou outro tipo de dimensão regional em comum;

Instar o Conselho de Jurisdição e a Assembleia do LIVRE a redigir e aprovar um regulamento das Assembleias Regionais do LIVRE, para gerir os termos da sua convocatória, funcionamento e deliberação;

Instar a Assembleia e o Grupo de Contacto a garantir a articulação estratégica entre as várias dimensões de intervenção política, local, regional e nacional.

Proponentes

- Patrícia Robalo
- Natércia Rodrigues

Moção 38

Pela Inclusão Estrutural: Criação de Quotas de Representação para Pessoas Trans

I. Inclusão Estrutural e Democracia Representativa

A criação de quotas para pessoas trans corresponde à adoção de políticas de ação afirmativa que reservam uma percentagem mínima de lugares em diferentes esferas institucionais — incluindo o acesso ao emprego, à administração pública, ao ensino superior e a listas eleitorais — especificamente destinadas a pessoas trans.

Entende-se por quotas de representação um mecanismo temporário de justiça social, destinado a corrigir desigualdades estruturais e a garantir condições efetivas de participação em igualdade. Este instrumento procura assegurar que a igualdade não se limita ao plano formal, mas se traduz em igualdade material e concreta.

Apesar dos avanços legislativos em matéria de direitos das pessoas trans, persistem barreiras significativas que limitam a sua participação plena na sociedade. Estas barreiras resultam de discriminação direta e indireta acumulada, que se reflete na sua sub-representação nos espaços de decisão e na vida pública.

Os dados do inquérito **FRA LGBTI II (2019)** evidenciam níveis elevados de discriminação contra pessoas trans em diferentes contextos sociais, incluindo o acesso ao emprego e aos serviços públicos. Em Portugal, esta realidade traduz-se numa presença ainda muito reduzida nos espaços formais de representação política, limitando a incorporação das suas experiências na definição de políticas públicas.

Neste sentido, as quotas devem ser entendidas como um instrumento temporário de justiça social e de correção de desigualdades estruturais, já utilizado em outros contextos para promover a inclusão de grupos sub-representados, contribuindo para uma democracia mais plural, representativa e inclusiva.

Esta proposta enquadra-se nos princípios do LIVRE de democracia participativa, igualdade substantiva e reforço da representação de grupos historicamente marginalizados.

II. Diagnóstico

Nos últimos anos, apesar dos avanços legais, o debate sobre igualdade e representação das pessoas trans continua a evidenciar desigualdades estruturais profundas, sobretudo no acesso a espaços de decisão e representação institucional.

1. A sub-representação política das pessoas trans como problema estrutural

A ausência de representação de grupos minoritários nos espaços de poder não é neutra: contribui para a reprodução de desigualdades e para a invisibilidade das suas experiências. No caso das pessoas trans, esta sub-representação é particularmente evidente, não existindo atualmente presença significativa em cargos políticos ou de decisão em Portugal. Esta ausência limita a capacidade de participação efetiva na construção de políticas públicas e enfraquece a qualidade da democracia representativa.

2. Desigualdades persistentes e barreiras à participação

A investigação sociológica em Portugal e na Europa mostra que as pessoas trans continuam a enfrentar elevados níveis de discriminação em vários contextos, nomeadamente no emprego, na educação e no acesso à saúde.

De acordo com o **FRA LGBTI II (2019)**:

- cerca de **55%** das pessoas trans reportaram experiências de discriminação no último ano;
- cerca de **36%** referem discriminação no acesso ao emprego.

Estes valores evidenciam desigualdades persistentes e estruturais, muito acima da média das restantes pessoas LGB, confirmando que os avanços legais não eliminaram a exclusão social.

3 . A necessidade de medidas de ação afirmativa na representação política

A evidência internacional sobre políticas de ação afirmativa demonstra que estas medidas podem aumentar significativamente a representação de grupos sub-representados, com impactos estimados entre **20% e 50%**, dependendo do sistema institucional em causa.

No caso das pessoas trans, cuja presença política é residual ou inexistente em termos estatísticos, a ausência de mecanismos de inclusão contribui para a sua invisibilidade institucional, justificando a criação de quotas como instrumento temporário de correção de assimetrias e reforço da democracia.

III – Proposta da Moção

Esta moção propõe a criação de medidas de ação afirmativa, nomeadamente quotas de representação para pessoas trans, em diferentes esferas institucionais, incluindo o emprego, a administração pública, o ensino superior e as listas eleitorais.

A sua implementação visa corrigir desigualdades estruturais persistentes, promovendo condições efetivas de igualdade de oportunidades e participação cívica e política.

A sub-representação das pessoas trans constitui um problema democrático relevante, com impacto direto na qualidade da representação política e na produção de políticas públicas mais inclusivas. A ausência de mecanismos de inclusão contribui para a manutenção de desigualdades e para a invisibilidade institucional deste grupo.

Os dados do **FRA LGBTI II (2019)** indicam que 55% das pessoas trans enfrentaram discriminação no último ano e 36% no acesso ao emprego. Estudos europeus apontam ainda taxas elevadas de risco de pobreza e exclusão social, superiores a 30% em determinados contextos, demonstrando a persistência de vulnerabilidades estruturais.

A investigação em políticas públicas demonstra que medidas de ação afirmativa podem aumentar significativamente a representação de grupos sub-representados, contribuindo não apenas para maior presença institucional, mas também para políticas públicas mais justas e representativas.

As quotas constituem, assim, um instrumento temporário de justiça social e de correção de desigualdades estruturais, reforçando uma democracia mais plural, inclusiva e baseada em evidência.

A implementação desta proposta constitui um contributo para o reforço da democracia e da justiça social em Portugal.

Esta proposta enquadra-se nos princípios do LIVRE de democracia participativa, igualdade substantiva e reforço da representação de grupos historicamente marginalizados.

Fontes e Referências

FRA (2020). *EU LGBTI Survey II: A Long Way to Go for LGBTI Equality*. Disponível em: <https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results>

ILGA-Europe (2024). *Rainbow Europe Map and Index 2024*. Disponível em: <https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-map-2024>

Phillips, A. (1995). *The Politics of Presence*. Oxford University Press.

Pitkin, H. F. (1967). *The Concept of Representation*. University of California Press.

Mansbridge, J. (1999). "Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent 'Yes'". *The Journal of Politics*, 61(3).

Krook, M. L. (2009). *Quotas for Women in Politics*. Oxford University Press.

Dahlerup, D. (2006). *Women, Quotas and Politics*. Routledge.

Fraser, N. (2008). *Scales of Justice*. Polity Press.

CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Relatórios e estudos sobre igualdade e não discriminação. <https://www.cig.gov.pt>

ILGA Portugal. *Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+*. <https://ilga-portugal.pt/observatorio/>

Relatórios Adicionais:

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) (2020). *EU LGBTI Survey II: A Long Way to Go for LGBTI Equality*.
<https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-results>

ILGA-Europe (2024). *Rainbow Europe Map and Index 2024*.
<https://www.ilga-europe.org/report/rainbow-map-2024>

ILGA Portugal. *Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+*.
Relatórios anuais sobre discriminação, violência e exclusão social de pessoas LGBTI+ em Portugal.
<https://ilga-portugal.pt/observatorio/>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG).
Relatórios e estudos sobre igualdade, inclusão e não discriminação.
<https://www.cig.gov.pt>

Ministério Público (Portugal).
Relatórios Anuais de Atividade e informação estatística sobre crimes de ódio e discriminação.
<https://www.ministeriopublico.pt>

Comissão Europeia (2020). *Union of Equality: LGBTIQ Equality Strategy 2020–2025*.
<https://commission.europa.eu>

Conselho da Europa – Sexual Orientation and Gender Identity Unit (SOGI).
Recomendações e pareceres sobre participação política e direitos das pessoas LGBTI.
<https://www.coe.int/en/web/sogi>

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR).
Relatórios sobre identidade de género, igualdade e combate à discriminação.
<https://www.ohchr.org>

Sintra, 30 de Maio de 2026

Proponentes

- Bárbara Ribeiro
- Luísa Bordeira
- Carina Calisto

Subscritores

- Gonçalo de Sousa Mano
- Matias Feijoo
- Carina Calisto
- Carolina Brito
- Paulo Muacho

Moção 39

Pela Participação Plena das Mulheres Cuidadoras, Mães e Trabalhadoras na Vida Política

Preâmbulo

A democracia só é verdadeiramente representativa quando todas as pessoas têm condições efetivas para participar na vida política. Contudo, persistem desigualdades estruturais que limitam a participação das mulheres, em particular daquelas que acumulam responsabilidades profissionais, familiares e de cuidados.

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas em matéria de igualdade de género e representação política, as mulheres continuam a assumir a maior parte do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados. Esta realidade traduz-se numa menor disponibilidade de tempo, numa maior sobrecarga física e emocional e em obstáculos concretos à participação cívica e política.

A experiência das mulheres enquanto mães, cuidadoras e trabalhadoras constitui um contributo essencial para a construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e próximas das necessidades reais da população. A sua pequena representação nos espaços de decisão empobrece a democracia e limita a diversidade de perspetivas indispensável à formulação de respostas eficazes para os desafios contemporâneos.

É, por isso, responsabilidade dos partidos políticos promover condições que permitam uma participação efetiva, equilibrada e inclusiva das mulheres em todos os níveis da vida partidária e institucional.

Considerando que:

1. As mulheres continuam a realizar a maioria das tarefas de cuidado de crianças, idosos e pessoas dependentes;
2. A conciliação entre trabalho, vida familiar e participação política permanece um desafio significativo para muitas mulheres;
3. A política continua a reproduzir práticas organizativas assentes em horários incompatíveis com responsabilidades familiares e profissionais;
4. A democracia beneficia da pluralidade de experiências e da presença equilibrada de mulheres, homens e pessoas não-binárias nos órgãos de decisão;
5. A igualdade formal de direitos não garante, por si só, a igualdade efetiva de oportunidades de participação política.

O Congresso delibera:

Promover a conciliação entre participação política, trabalho e responsabilidades familiares, defendendo:

1. A realização de reuniões e atividades partidárias em horários compatíveis com a vida familiar;
2. A divulgação atempada dos calendários de reuniões e eventos;
3. A limitação de reuniões noturnas e de longa duração sempre que possível.
4. Garantir condições de participação para pessoas com responsabilidades de cuidado.

Propondo:

- a) A disponibilização de apoio à infância durante congressos, convenções e encontros partidários de grande dimensão;
- b) A criação de mecanismos de apoio à participação de pessoas cuidadoras em atividades políticas relevantes;
- c) O desenvolvimento de programas de formação, mentoria e capacitação política.

Comprometendo-se a:

- Incentivar a presença de mulheres em funções executivas e de liderança;
- Defender políticas públicas de apoio ao trabalho de cuidado, nomeadamente o reforço da rede pública de creches e educação pré-escolar; o aumento da oferta de respostas para idosos e pessoas dependentes; a valorização e reconhecimento do trabalho de cuidado; o aprofundamento das políticas de parentalidade partilhada.

Conclusão

Uma democracia moderna não pode continuar a ser organizada em torno de modelos de participação que ignoram as responsabilidades de cuidado que recaem, de forma desigual, sobre as mulheres. A construção de uma sociedade mais justa exige a remoção dos obstáculos que limitam a sua participação política e o reconhecimento do seu papel insubstituível na vida coletiva.

O Congresso afirma que as competências desenvolvidas através da maternidade, do cuidado familiar e do trabalho comunitário constituem uma mais-valia para o exercício de funções políticas e para a construção de políticas públicas mais humanas e inclusivas.

O Congresso reafirma, assim, o compromisso com uma democracia paritária, inclusiva e cuidadora, onde nenhuma mulher tenha de escolher entre cuidar da sua família, exercer a sua profissão ou participar na construção das decisões que moldam o futuro comum.

Por uma política compatível com a vida.

Por uma democracia que inclui quem cuida.

Por uma participação plena das mulheres na construção do bem comum.

Proponentes

- Catarina Martins
- Cláudia M. Costa
- Gisela Leal
- Manuela Moreira
- Maria João Martins
- Patrícia Teixeira
- Teresa Camarinha
- Ana Gomes de Almeida
- Julieta Guimarães

Moção 40

Pela criação da Rede GEI - Género, Emancipação, Interseccionalidade

O **LIVRE** afirma-se como uma força de esquerda ecologista e europeísta, comprometida com a justiça social, a igualdade⁴ substantiva⁵ e a democratização do poder. Esse compromisso exige reconhecer que as desigualdades associadas ao género não são marginais nem setoriais: são estruturais, atravessam as instituições e moldam o acesso ao tempo, ao rendimento, aos cuidados, à representação política e ao reconhecimento profissional e social^{6,7,8}.

Mesmo em contextos com maior abertura discursiva à igualdade, persistem contradições entre representação, organização interna e produção programática, o que reforça a necessidade de instrumentos e mecanismos permanentes de reflexão, intervenção e transformação⁹.

A inclusão em política não depende apenas de indicadores numéricos e do preenchimento de quotas, mas também da capacidade de responder substantivamente a reivindicações políticas, do papel do feminismo de Estado¹⁰ e da ação de ativistas¹¹ dentro dos partidos.

Do mesmo modo, a literatura tem mostrado que os partidos são organizações generificadas, atravessadas por regras formais e informais que limitam a integração consequente de agendas transformadoras, mesmo em forças de esquerda ou progressistas^{12,13,14}, enquanto a investigação sobre o reacionarismo (backlash) anti-género¹⁵

⁴<https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/principio-igualdade>

⁵Quando falamos em igualdade substantiva, não nos referimos apenas à igualdade formal consagrada na lei, mas à criação de condições reais para que todas as pessoas possam exercer direitos e participar em pé de relativa igualdade. A igualdade substantiva reconhece que regras “iguais” podem perpetuar desigualdades quando os pontos de partida são diferentes, e por isso exige políticas diferenciadas – de redistribuição de recursos, de reconhecimento de grupos discriminados, de transformação das estruturas que produzem exclusão e de alargamento efetivo da participação política e social. Autoras como a Sandra Fredman sistematizam a igualdade substantiva em várias dimensões sobrepostas: **redistributiva**, que consiste em quebrar ciclos de desvantagem ligados ao estatuto de certos grupos (por exemplo: a pobreza das mulheres que deriva da desigualdade salarial); de **reconhecimento**: combater estigmas, estereótipos, humilhação e violência ligados a identidades desvalorizadas (género, etnia, deficiência, etc.); **transformadora**, ou seja, quando alteramos estruturas que produzem desigualdade (divisão sexual do trabalho, organização dos cuidados, normas institucionais), ou ainda **participativa**, que passa por garantir que há uma participação plena na sociedade e na política, não só no acesso formal, mas na transposição desse acesso em voz efetiva e poder de decisão.

⁶<https://iknowpolitics.org/en/learn/knowledge-resources/gender-and-politics-portugal>

⁷<https://helda.helsinki.fi/server/api/core/bitstreams/93ab31a2-4404-40e8-97f9-43fb3cec69d9/content>

⁸Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** ODS 5 e ODS 10 são o enquadramento internacional mais direto para o trabalho da **Rede GEI**. O ODS 5 - Igualdade de género - compromete os Estados e as instituições a garantir a participação plena e efetiva de mulheres e raparigas em todos os níveis de decisão, a eliminar a violência de género, as discriminações legais e as barreiras ao acesso a direitos sexuais e reprodutivos, articulando igualdade formal com igualdade substantiva. Já o ODS 10 - Redução das desigualdades - alarga a lente, focando-se na diminuição das desigualdades dentro de cada país e entre países, incluindo desigualdades de rendimento, de acesso a serviços públicos, de participação política e de proteção social, com especial atenção a grupos vulnerabilizados. <https://unic.org/pt/objetivo-5-igualdade-de-genero-2/>; <https://globalcompact.pt/focus-areas/agenda-2030-ods/agenda-2030?view=article&id=7&catid=2>

⁹<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1475-6765.12333>

¹⁰<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/16758/3/Tese.pdf>

¹¹O termo “ativistas”, aplica-se num sentido amplo e analítico, referindo-se a atores politicamente comprometidos na defesa de uma agenda.

¹²https://books.google.pt/books/about/Gendering_Party_Politics.html?id=hP7TEQAAQBAJ&redir_esc=y

¹³<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/1475-6765.12333>

¹⁴<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08038740.2018.1529703#abstract>

evidência que o avanço de forças conservadoras, nacionalistas e de extrema-direita aumenta a pressão sobre partidos e instituições, tornando indispensável uma estrutura partidária que acompanhe, proponha e organize respostas políticas coerentes.

O compromisso com a emancipação exige reconhecer que o caminho para uma sociedade livre de opressões começa na infância. Não existe liberdade plena nem igualdade substantiva enquanto crianças e jovens estiverem sujeitos a formas de violência (seja doméstica, escolar ou digital) que moldam e limitam o seu desenvolvimento.

Reconhecendo que a violência na idade adulta tem frequentemente raízes na infância, a Rede GEI assume como uma das suas missões a proteção e a promoção dos direitos dos mais jovens, combatendo as assimetrias que o marcador social da idade impõe numa estrutura social ainda marcadamente centrada nos adultos, sem deixar de reconhecer, que o grau de justiça de uma sociedade se mede também, pela forma como cuida das suas pessoas mais velhas.

Quando ligamos cuidados, justiça social e justiça ecológica, o ecofeminismo sugere uma reorganização das prioridades políticas e económicas, colocando a sustentabilidade da vida no centro das decisões, contra modelos que tratam tanto os corpos como os territórios como recursos descartáveis.

Esta perspetiva ganha densidade quando articulada com a crítica¹⁶ à forma como o sistema económico trata simultaneamente os corpos e a natureza. A mesma lógica assente na extração desregulada e conseqüente destruição da natureza, apoia-se na exploração invisibilizada do trabalho, sobretudo realizado por mulheres e por grupos em posições subalternizadas, como muitas pessoas migrantes.

Integrar esta perspetiva significa, por isso, assumir que género, emancipação e interseccionalidade são inseparáveis da luta por uma transição ecológica justa e por um modelo de desenvolvimento que ouse cuidar.

Assim, a escolha da designação **GEI – Género, Emancipação e Interseccionalidade** traduz uma opção política. **Género** identifica uma estrutura de poder que organiza papéis, expectativas, desigualdades e violências; **Emancipação**,¹⁷ que para além da gestão da desigualdade, remete para um horizonte de transformação das relações de dominação; e **Interseccionalidade**, através da qual a análise e a ação política reconhecem o cruzamento e soma dos diversos marcadores sociais - género, classe, etnia¹⁸, deficiência, território, idade, sexualidade, crença, condição migratória e outras formas de exclusão - assumindo coletivamente a responsabilidade pelas questões da diversidade funcional e pelo direito à autodeterminação²¹.

¹⁵O termo “backlash anti-género” designa o contra-ataque organizado contra avanços em direitos das mulheres, pessoas LGBTI+ e políticas de igualdade de género, frequentemente mobilizando a retórica da “ideologia de género” para deslegitimar esses direitos. Trata-se de uma ofensiva política, jurídica e cultural levada a cabo por forças conservadoras e de extrema-direita que procuram bloquear, esvaziar ou reverter conquistas feministas e queer, em nome da defesa de uma suposta ordem natural.

¹⁶<https://gef.eu/wp-content/uploads/2022/02/DARE-TO-CARE-proef3.pdf>

¹⁷Consideramos que a noção de emancipação é adequada porque, na tradição da teoria feminista crítica, remete para transformação das relações estruturais de dominação e para uma paridade efetiva de participação, não apenas para inclusão formal ou adaptação

¹⁸“Emancipation is not an all or nothing affair” | Eurozine

¹⁹A ideia de raça foi historicamente construída para justificar hierarquias, colonialismo, escravização e desigualdades, e continua a organizar o acesso a recursos, poder e reconhecimento; é uma categoria socialmente real, com efeitos materiais muito concretos. A literatura de justiça social e justiça racial enfatiza que, para enfrentar desigualdades racialmente produzidas, é necessário nomear a dimensão racial, articulando redistribuição de recursos e reconhecimento de grupos racializados e da violência histórica a que foram e são sujeitos. A ex - eurodeputada Anabela Rodrigues num debate no dia 16 de Maio deste ano, resgatou o conceito de raça como construção social e como forma de combater o racismo, precisamente pela visibilização da palavra que choca mas que identifica uma ferida aberta da sociedade, que é estruturalmente racista. Nesta moção optámos por usar o termo etnia que nos parece mais correcto, nas várias dimensões e contextos em que é usada no presente.

²⁰<https://www.publico.pt/2026/01/02/sociedade/entrevista/anabela-rodrigues-lei-nacionalidade-dividiu-familias-vai-continuar-dividir-2159090>

²¹<https://accesslab.pt/wp-content/uploads/2024/09/agosto-2024-Glossario-.pdf>

Considerando:

- Que as desigualdades associadas ao género atravessam todas as dimensões da vida social e política, incluindo justiça, trabalho²², rendimentos, cuidados, saúde, habitação, mobilidade, educação, cultura, desporto, participação institucional e representação democrática.²³
- Que estas desigualdades assumem formas específicas em diferentes territórios, com particular incidência nas regiões do interior, onde a menor densidade populacional, a escassez de serviços públicos, a fragilidade das redes de transporte e a concentração de oportunidades nos grandes centros agravam a sobrecarga de cuidados, a pobreza, o isolamento e as dificuldades de participação política.
- Que as questões da igualdade, emancipação e interseccionalidade se expressam também no espaço familiar²⁴, onde persistem assimetrias na distribuição dos cuidados, do trabalho doméstico, do tempo e dos rendimentos, e onde importa reconhecer e valorizar a diversidade de configurações familiares existentes, recusando modelos únicos e normativos de família.
- Que a violência na idade adulta tem frequentemente raízes em experiências de violência, negligência e abuso na infância, e que os mecanismos legais atualmente existentes, como a Lei 147/99²⁵ de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo, continuam a atuar maioritariamente de forma reativa em vez de preventivamente, deixando por preencher uma dimensão estrutural de prevenção e de educação para a não violência.
- Que fenómenos como o bullying, o cyberbullying e a violência no namoro²⁶, em particular entre jovens, carecem ainda de um enquadramento político e institucional robusto, articulando educação, saúde, justiça, plataformas digitais e comunidade, e devem ser assumidos como parte integrante das agendas de igualdade, emancipação e interseccionalidade.
- Que o idadismo, enquanto forma de discriminação com base na idade, agrava desigualdades de género, classe e território, expondo em particular as pessoas idosas, e entre elas as mulheres, a reformas mais baixas, maior risco de pobreza, isolamento, violência e barreiras no acesso a cuidados, serviços e participação cívica²⁷.
- Que estas desigualdades cruzam e acrescentam camadas de opressão e exclusão, exigindo uma abordagem interseccional, relacional e estrutural, em vez de respostas fragmentadas ou simbólicas.
- Que a experiência comparada mostra a importância de ativistas dentro dos partidos e dos mecanismos de institucionalização para a promoção de políticas de igualdade, mas também os limites dessas ferramentas quando não existe transformação organizacional profunda.²⁸

²²<https://eur-lex.europa.eu/PT/legal-content/summary/gender-equality-in-the-labour-market.html>

²³<https://cesa.rc.iseg.ulisboa.pt/RePEc/cav/cavwpp/wp173.pdf>

²⁴A família não é um espaço neutro nem homogéneo: é um dos lugares centrais onde se reproduzem desigualdades de género, hierarquias económicas e assimetrias no trabalho de cuidado, mas também um espaço onde se afirma a pluralidade das formas de viver, cuidar e construir vínculos. Assumir uma perspetiva de género, emancipação e interseccionalidade implica, por isso, defender políticas públicas que reconheçam e protejam a diversidade familiar, combatam desigualdades dentro das relações familiares e garantam que nenhum modelo familiar é tratado como menos legítimo ou menos digno de proteção.

²⁵<https://www.ministeriopublico.pt/iframe/lei-no-14799-de-01-de-setembro>

²⁶O Estudo Nacional de Violência no Namoro mais recente (UMAR/CIG, fev. 2026) mostra que 68,2% dos jovens inquiridos não reconhece como violência pelo menos um de 15 comportamentos abusivos questionados, sendo o controlo o mais legitimado (53,4%), e 66,7% dos que já tiveram uma relação de namoro relatou ter vivido pelo menos um desses comportamentos.

²⁷O gap de género nas pensões era de 23,2% em 2024, em prejuízo das mulheres, e as mulheres com mais de 65 anos são o grupo mais afetado pelo risco de pobreza (24%) — a taxa de pobreza da população idosa em geral era de 21,1% em 2023, face a 16,6% na população geral, afetando mais de um terço dos idosos que vivem sozinhos.

²⁸<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/08038740.2018.1529703>

- Que em Portugal existe uma Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 – “Portugal + Igual”²⁹, operacionalizada através de planos de ação para a igualdade entre mulheres e homens, para a prevenção e combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica e para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género e características sexuais, que mobilizam municípios, organismos públicos e sociedade civil para a promoção de uma igualdade substantiva.
- Que o contexto europeu atual é marcado por disputas intensas em torno do género, dos direitos sexuais e reprodutivos, do direito de conciliação³⁰, e da diversidade e da igualdade, tornando necessária uma resposta política programática e articulada.
- Que em Portugal se assistiu recentemente à aprovação de alterações legislativas regressivas no domínio da autodeterminação de género e dos direitos das pessoas trans, não binárias e de género diverso, bem como a tentativas de restringir direitos já consagrados, o que demonstra a fragilidade dos avanços alcançados e a necessidade de acompanhamento político atento e continuado destes processos.
- Que a abordagem destas matérias exige atenção às assimetrias territoriais, garantindo que o LIVRE integra as vozes, necessidades e experiências das pessoas que vivem fora das áreas metropolitanas, e que sentem na pele as desigualdades de acesso.
- Que num partido como o LIVRE estas matérias devem ser tratadas como eixo central da ação política, e não como domínio residual ou especializado sem impacto nas restantes áreas programáticas.

Porquê uma Rede?

A criação de uma Rede não visa isolar estes temas, mas garantir precisamente a sua transversalização e capacidade de mobilização dentro e fora do partido, acumulando conhecimento político, produzindo propostas, acompanhando políticas públicas, fortalecendo ligações com movimentos e assegurando continuidade entre congressos, campanhas e ciclos eleitorais. Permitirá articular pessoas e núcleos em diferentes territórios, criar uma malha viva de debate, apoio e ação política, e reforçar a coerência entre os valores defendidos pelo LIVRE e as suas práticas organizativas internas, promovendo uma cultura democrática mais inclusiva e emancipada, assente na construção de confiança e de relações de união dentro do partido.

A experiência da literatura³¹ sobre organizações feministas e estruturas de igualdade dentro dos partidos mostra que redes formais ou semiformalizadas podem desempenhar um papel importante na produção de agenda, na mediação entre movimentos civis e instituições e na pressão por coerência interna, embora enfrentem frequentemente tensões e resistências.

Ao articular o trabalho interno do LIVRE com os instrumentos nacionais, a Rede GEI pode acompanhar criticamente a implementação da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação e dos respetivos planos de ação, contribuir com propostas e leitura política própria e apoiar a intervenção das autarquias, dos grupos parlamentares e das estruturas locais do partido em matérias de igualdade e não discriminação.

Ao mesmo tempo, a Rede não é um órgão de supervisão nem se sobrepõe aos órgãos nacionais do partido. Não tem poderes de veto, nem funções disciplinares, nem estatuto especial face às demais estruturas internas. A

²⁹<https://portugal.gov.pt/gc21/comunicacao/comunicados/portugal-igual-estrategia-nacional-para-a-igualdade-e-a-nao-discriminacao-2018-2030>

³⁰<https://eur-lex.europa.eu/eli/dir/2019/1158/oj?locale=pt>

³¹Krook & Mackay 2010; Kenny & Bjarnegård 2025

Rede é uma ferramenta política e organizativa ao serviço do LIVRE, que atua por proposta, mobilização, formação e articulação, reforçando o trabalho dos círculos temáticos, dos núcleos e dos órgãos em vez de os substituir.

Âmbito de intervenção da GEI

A **Rede GEI – Género, Emancipação e Interseccionalidade** deverá contribuir para integrar esta perspetiva em todas as dimensões estruturais da sociedade, nomeadamente:

- **Justiça**, incluindo acesso ao direito, todos os tipos de violência, revitimização, violência obstétrica e desigualdades no sistema judicial;
- **Trabalho e economia**, incluindo precariedade, diferença salarial, pobreza, pensões, tempo, conciliação e cuidados;
- **Saúde**, incluindo acesso a cuidados, saúde sexual e reprodutiva, saúde menstrual, saúde mental, saúde para pessoas trans, não binárias e de género diverso, e desigualdades no atendimento, bem como o acompanhamento de alterações legislativas que afetem o acesso à autodeterminação de género e aos respetivos cuidados de saúde;
- **Habituação, mobilidade e território**, incluindo segurança no espaço público, acesso à cidade e aos serviços, tempos de viagens dentro e fora da cidade, impacto desigual das crises habitacionais, com atenção particular às desigualdades entre litoral e interior, às zonas rurais e às cidades de pequena e média densidade populacional.
- **Família**, cuidados e novos modelos familiares, incluindo a distribuição desigual do trabalho de cuidado e doméstico, a conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, a monoparentalidade, as famílias reconstituídas, as famílias arco-íris, as famílias migrantes, as redes informais de cuidado e o reconhecimento político e jurídico da pluralidade das formas de organização familiar.
- **Educação, ciência e produção de conhecimento**, incluindo estereótipos, currículos, educação sexual, educação relacional, segregação horizontal e vertical e combate ao assédio;
- **Poder institucional e participação democrática**, incluindo representação, liderança, regras internas e acesso desigual a cargos de decisão;
- **Políticas europeias³² e internacionais**, incluindo direitos fundamentais, migrações, cooperação, paz, segurança e resposta ao backlash anti-género;
- **Ecologia e justiça climática**, reconhecendo a relação entre reprodução social, desigualdade, vulnerabilidade territorial e sustentabilidade da vida;
- **Cultura, media e desporto**, incluindo invisibilização, estereótipos, desigualdade de financiamento e assédio em contextos de exposição pública.

Objetivos da Rede GEI:

Propõe-se que a Rede GEI tenha como objetivos:

- Produzir reflexão e construção de propostas políticas transversais sobre desigualdades estruturais associadas ao género e às suas intersecções, incluindo as que se manifestam na organização da vida familiar, na distribuição dos cuidados e no reconhecimento de novos modelos familiares.

³²https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/policies/justice-and-fundamental-rights/gender-equality/gender-equality-strategy_en

- Contribuir para a integração sistemática destas perspetivas em programas, moções, campanhas, resoluções e posições públicas do LIVRE.
- Apoiar a formação política interna sobre poder, exclusão, violência, cuidados, participação e igualdade substantiva.
- Mobilizar e articular militantes, simpatizantes e eleitas/os em torno destas agendas, criando uma base organizada com capacidade de ação e resposta rápida.
- Apoiar na articulação do partido com movimentos sociais, academia, ativismos e redes europeias relevantes nestas matérias.
- Reforçar a coerência entre os valores defendidos pelo LIVRE e as suas práticas organizativas internas, promovendo uma cultura democrática mais inclusiva e emancipada, num espaço seguro, aberto e transparente, assente na construção de relações de confiança dentro do partido, através do qual seja possível discutir conflitos, desigualdades e práticas de poder, incentivando a participação de quem está mais afastado dos centros de decisão.
- Promover a elaboração participada de um guia de responsabilidade relacional interna, que explicita princípios, compromissos e procedimentos em matéria de cuidados, conflito, assédio, discriminação e reparação.
- Desenvolver e acompanhar uma proposta política para uma *Estratégia Nacional para uma Infância Livre da Violência*³³, que articule prevenção, proteção e educação para os direitos humanos desde a infância.

Deliberação

Assim, o Congresso do LIVRE delibera:

1. A criação da **Rede GEI – Género, Emancipação e Interseccionalidade**.
2. Que esta Rede tenha como missão aprofundar, sistematizar, transversalizar e mobilizar no LIVRE a reflexão e a proposta política sobre desigualdades estruturais associadas ao género e à sua interseção com classe, etnia, deficiência, sexualidade, idade, território, condição migratória e outras formas de opressão;
3. Que a Rede funcione de forma articulada com os círculos temáticos, núcleos territoriais e órgãos do partido, enquanto estrutura de trabalho e de apoio, contribuindo para integrar esta perspetiva em todas as áreas programáticas, nomeadamente justiça, trabalho, ecologia, habitação, saúde, educação, cultura, desporto, poder institucional, políticas europeias e internacionais, assegurando que esta integração tem em conta as desigualdades territoriais e as especificidades das regiões do interior e das zonas rurais;
4. Que a Rede contribua também para o reforço de práticas internas mais inclusivas, democráticas e coerentes com os valores do LIVRE, designadamente na participação, na distribuição de poder e na prevenção de discriminação, assédio e violência;
5. Que a Rede GEI desenvolva a sua atividade no respeito pelo quadro estatutário e regulamentar do LIVRE, atuando como espaço de proposta, sensibilização e mobilização, e não como instância de supervisão ou de decisão sobre os órgãos do partido;
6. Que, após a aprovação desta moção, seja convocado um processo participativo para definir o modelo de funcionamento da Rede, através de uma Comissão Instaladora incumbida de:

³³Em 2024, as CPCJ registaram 89.008 processos de promoção e proteção, um aumento de 5,5% face a 2023, sendo a negligência (30,4%) e a violência doméstica (27,5%) os principais motivos de risco identificados, e a faixa dos 15-18 anos a que regista mais situações de perigo comunicadas (16.045 jovens)

- a) garantir a abertura à participação no processo de criação da REDE GEI, de todas as pessoas do LIVRE interessadas nestas matérias;
- b) assegurar uma coordenação plural e rotativa;
- c) definir uma forma de articulação com as estruturas existentes do partido, nos termos a definir pelos órgãos competentes;
- d) elaborar uma proposta de regulamento da REDE GEI a ser apresentada à Assembleia do LIVRE.

Lisboa, 21 de junho de 2026

Proponentes

- Joana Alves Pereira
- Rita Farias
- Ana Natário
- Maria Bleck Soares
- Bernardo Marta

Subscritores

- Filipa Pinto
- Paulo Muacho
- Mafalda Dâmaso
- Gei Fernandes
- Rui Bochmann Franco
- Afonso M. G. Ferreira
- Francisca Sousa Machado
- Sónia Sapinho
- Pedro Mendonça
- Inês Pires
- Paulo Dias
- Constança Rocha
- Catarina Pereira
- Pedro Martins
- Joana Loureiro
- Virgílio Bernardino
- Daniel Ferreira
- Sílvia Pais
- Nuno Salsinha
- Gonçalo Mano
- Gabriela Alonso
- Luís Machado de Sousa
- André Bonito Ferreira
- Bárbara Ribeiro Soares
- Diana Barbosa
- Ofélia Janeiro

- Hélder Verdade Fontes
- Fausto Fialho
- João Ramos
- Inês Estanqueiro
- Maria Esteves Pereira
- Manuel Muacho
- Sílvia Vilas
- Sandra Tomás
- Glória Franco
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Rúben Vieira
- Salomé Gomes
- Matías Feijoo
- Francisco Ferreira
- António Saraiva Lopes
- Diogo Mota Duarte
- Madalena Lemos Lorga
- Cláudio Santos
- Pedro Vale
- Denise Viana

Moção 41

Liberdade incondicional - resposta queer à ofensiva reacionária

“A possibilidade não é um luxo; é tão crucial como o pão.”

Judith Butler

A direita conservadora tornou-se reacionária.

Os direitos humanos deixaram de contar para ela.

A discriminação tornou-se o seu instrumento político.

A dignidade queer é atacada diariamente.

Entre uma esquerda encolhida e um centro cada vez menos ambicioso, cabe ao LIVRE ser uma voz de liberdade real e justa.

Não uma voz apenas de resistência.

Nem saudosista de um passado mitificado.

Nem de um tom brando que tem medo de se assumir.

A nossa voz só pode seguir um caminho:

o da Coragem.

Sem estar refém de objetivos eleitoralistas, mas com a capacidade de gerar empatia.

Sem pedir licença ou por favor.

Afinal, a liberdade não é um favor que se peça.

Afinal, como Natália Correia nos ensinou, “nascemos para a liberdade”.

A liberdade é o nosso derradeiro destino.

Façamos da certeza de que nenhum direito humano é negociável o nosso esteio, isto é, a base mais profunda que orienta a nossa ação e existência política.

A partir de tal robustez fundamental, resta-nos aprofundar a sua prática a nível interno e externo. Saibamos finalmente fazer do LIVRE uma casa sem discriminação e, de forma definitiva, corrijamos pontos de desigualdade.

Se a alguns pares de olhos cis e heteronormativos estas preocupações podem parecer menores, acreditem que as pessoas queer, orgulhosamente dissidentes sexuais e de género, vivem-nas com imensa intensidade.

Terminamos da mesma forma que iniciamos esta moção, com uma estrutura por si mesma queer, terminamos citando.

“Não sou um homem. Não sou uma mulher. Não sou heterossexual. Não sou homossexual. Também não sou bissexual. Sou dissidente do sistema sexo-género. Sou a multiplicidade do cosmos encerrada num regime político e epistemológico binário gritando diante de vocês”

Paul B. Preciado

Posto isto, exortamos a:

- Uniformizar a aplicação da igualdade de género quando pessoas de géneros não-normativos se apresentam a quaisquer eleições internas ou externas, seguindo as linhas orientadoras da ILGA e do European Green Party e garantindo uma igualdade plena, mantendo os princípios feministas e assegurando a representação de mulheres (1) (2);
- Disponibilizar uma oferta formativa no partido, possivelmente no âmbito do protocolo com o Instituto José Tengarrinha, sobre temáticas queer;
- Garantir o respeito pelas pessoas queer e, por conseguinte, adotar uma política de tolerância zero com qualquer forma de discriminação ou queerfobia, nomeadamente:
 - Promover uma reflexão interna sobre o Código de Ética do LIVRE e eventuais melhorias que possa vir a ter, tendo especial atenção à proteção de categorias historicamente oprimidas como as pessoas queer e dando respaldo jurídico a uma atuação do Conselho de Jurisdição nesse sentido;
- Combater a ideia de que os direitos queer apenas beneficiam uma minoria, adotando um discurso, interno e externo, que afirme que os direitos queer se articulam com a emancipação de toda a sociedade e que estão interconectados com outros temas;
- Adotar uma linguagem inclusiva que, por um lado, não reforce o binarismo de género e, por outro, seja simples e compreensível (3);
- Assumir uma postura liderante e inovadora na defesa das pessoas queer, fazendo de alguns temas queer prioridades políticas.

Referências

(1) “it is imperative that any strategy designed to address gender equality takes into account genders other than male or female in a substantive and integrated manner” - Briefing note: LGBTI-inclusive Gender Equality work, página 3, disponível aqui;

(2) “current gender quota systems work to redress the underrepresentation of women, they should be further developed in order to fairly include non-binary candidates”- On Transnational Lists, European Green Party, disponível aqui;

(3) Já há 17 anos, em 2008 o Parlamento Europeu adotou linguagem neutra em termos de género (aqui). A utilização de linguagem inclusiva é recomendada pela Organização das Nações Unidas (aqui), pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (aqui) pela Comissão para a Igualdade de Género, tendo inclusive elaborado o manual disponível aqui.

Proponentes

- Bernardo Marta
- Mafalda Dâmaso
- Sónia Sapinho
- Pedro A. Pinheiro
- Joana Loureiro
- Hélder Verdade Fontes
- Madalena Lemos Lorga
- Inês Pires
- Inês Estanqueiro
- Gonçalo Mano
- Adriana Castro
- Joana Alves Pereira
- Francisco Meireles
- Mariana Gouveia Valente
- Catarina Carvalho

- Ana Machado
- Henrique Longa
- Márcio Barros
- Isabel Faria
- Paulo Muacho
- Daniel Ferreira
- David Pereira
- Filipa Pinto
- Filipe Rodrigues Fonseca
- André Chichorro de Carvalho
- Ana Natário
- Luís Ramalho
- Rúben Vieira
- Octávia Coelho
- Fausto Fialho
- João Ramos
- Rita Farias
- Cláudio Santos

Moção 42

Por uma estratégia de igualdade e diversidade

Vários partidos verdes nossos congéneres analisam a sua prática política em termos de diversidade e inclusão. Para isso recorrem de forma regular a instrumentos de recolha de dados e sua análise, à comparação com padrões internacionais e à análise da qualidade da execução de medidas a que se propuseram. Essa prática, por beneficiar de um forte equilíbrio uma vertente quantitativa e outra qualitativa, permite não só diagnosticar o estado das práticas políticas como permite um processo de melhoria contínua baseada em evidência concreta. Alguns exemplos de organizações que, de forma distinta, produzem tais análises incluem a Federação de Jovens Verdes da Europa (aqui), Aliança 90/Verdes da Alemanha (aqui, disponível apenas em alemão) e o Partido Verde da Inglaterra e do País de Gales (aqui e realizaram um estudo mais profundo em 2015 disponível aqui). Assim, como partido que dá prioridade à igualdade e à inclusão, o LIVRE deve adotar uma abordagem inspirada nas supramencionadas com as devidas adaptações à sua estrutura, cultura e demais especificidades.

Posto isto, exortamos a:

- Promover uma reflexão interna sobre o Código de Ética do LIVRE e eventuais melhorias que possa vir a ter;
- Adotar definições claras de várias formas de discriminação, em concordância com standards internacionais;
- Constituir uma Comissão de Igualdade e Diversidade composta por 7 pessoas e 3 suplentes, 5 nomeadas pela Assembleia, 1 pelo Grupo de Contacto e 1 pelo Conselho de Jurisdição. A composição da comissão deverá ser o mais diversa possível;
- As funções da Comissão supramencionada serão:
 - Elaborar um plano de trabalho;
 - Conduzir, com periodicidade a definir, um inquérito anónimo a membros e apoiantes acerca da sua experiência no LIVRE no que concerne a matérias de igualdade;
 - Emitir recomendações sustentadas em evidência e, se oportuno, apoiar a implementação das mesmas;
 - Produzir um relatório, com periodicidade a definir, baseado na evidência recolhida, com as recomendações feitas e o estado de implementação das mesmas;
 - Apresentar o relatório anualmente na Assembleia;
 - Emitir pareceres, sempre que a Assembleia, o Grupo de Contacto, Conselho de Jurisdição ou estrutura responsável pelo Canal de Denúncia o solicitem;
- Essa Comissão deverá:
 - Ter acesso a dados demográficos anonimizados acerca de membros e apoiantes do LIVRE em concordância com o Regime Geral de Protecção de Dados;
 - Realizar inquéritos pela via de questionários à militância do partido;
 - Ter a faculdade de pedir esclarecimentos a outros órgãos do partido em matérias relacionadas com o seu propósito e competências.

Proponentes

- Bernardo Marta
 - Mafalda Dâmaso
 - Sónia Sapinho
 - Pedro A. Pinheiro
 - Joana Loureiro
 - Hélder Verdade Fontes
 - Madalena Lemos Lorga
 - Inês Pires
 - Inês Estanqueiro
 - Gonçalo Mano
 - Adriana Castro
 - Joana Alves Pereira
 - Francisco Meireles
 - Mariana Gouveia Valente
 - Catarina Carvalho
 - Ana Machado
 - Henrique Longa
 - Márcio Barros
 - Isabel Faria
 - Paulo Muacho
 - Daniel Ferreira
 - David Pereira
 - Filipa Pinto
 - Filipe Rodrigues Fonseca
 - Ana Natário
 - Luís Ramalho
 - Rúben Vieira
 - Octávia Coelho
 - Fausto Fialho
 - João Ramos
 - Rita Farias
 - Cláudio Santos
 - Vânia Ferreira
- Diogo Mota Duarte
 - Salomé Gomes
 - Nurin Mirzan

Moção 43

Criação da Linha de Contacto, Acolhimento e Solidariedade Ativa do LIVRE (CASA)

Quem sofrer ódio, terá CASA no LIVRE

Em Portugal, há instrumentos legais contra o discurso de ódio, mas o que não há é um caminho fácil de trilhar. O artigo 240º do Código Penal e a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) existem precisamente para isso. Contudo, uma pessoa migrante insultada na rua, um casal LGBTQIA+ atacado nas redes sociais, uma família racializada alvo de ameaças, sabem, em teoria, que têm direitos. Não sabem, na prática, a quem se dirigir, que provas reunir, que prazo cumprir, nem se vão ser ouvidas quando o fizerem. É esse o espaço que falta preencher. O LIVRE pode abrir a porta, a CASA, pois ninguém deveria enfrentar o ódio sem ter onde se abrigar.

Existem hoje, em Portugal, instrumentos legais contra o discurso de ódio e a discriminação, mas a sua aplicação ainda é insuficiente, sobretudo por falta de informação de quem é vítima. Não saber a quem recorrer, em que prazo e com que provas, é hoje o principal motivo pelo qual tantos casos nunca chegam a ser reportados.

Segundo o Observador³⁴, e até a data da redação desta moção, a Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) não aplica sanções desde 2024 por falta de regulamentação e há queixas acumuladas sem resposta. É uma falha que se torna ainda mais grave quando se olha para os números: em 2025, foi registado 449 participações por crimes de discriminação e incitamento ao ódio e à violência, mais 6,7% do que em 2024; em dez anos, desde as 19 ocorrências registadas em 2015, o aumento é de 2.236%, sendo que quase um terço destas denúncias respeita à Área Metropolitana de Lisboa;³⁵

Organizações como a SOS Racismo, a ILGA Portugal, a Casa do Brasil, a Solidariedade Imigrante, já fazem este trabalho de apoio, mas continuam pouco conhecidas de quem mais precisa delas. Um partido político não pode representar juridicamente ninguém, mas pode ajudar a encurtar essa distância indicando o caminho certo, ou simplesmente acompanhando quem não quer enfrentar este processo sozinho/a.

Os partidos políticos têm uma responsabilidade social que vai além do voto e da ação legislativa e essa responsabilidade passa, também, por estarem próximos de quem mais precisa de apoio. Esta moção propõe um

³⁴Queixas de discriminação racial caem e presidente da CICDR aponta falta de regulamentação há dois anos como causa

<https://observador.pt/2026/04/30/queixas-de-discriminacao-racial-caem-e-presidente-da-cicdr-aponta-falta-de-regulamentacao-ha-dois-anos-como-causa/>

³⁵Crimes de ódio aumentam 2236% numa década. Em 2025, 12 suspeitos tinham menos de 16 anos

<https://www.dn.pt/sociedade/crimes-de-dio-aumentam-2236-numa-dcada-em-2025-12-suspeitos-tinham-menos-de-16-anos>

passo simples e de baixo custo, que aproveita os recursos que o LIVRE já tem para dar uma resposta concreta nesta matéria.

Assim, o LIVRE, reunido em Congresso, delibera:

1. Criar a *Linha de Contacto, Acolhimento e Solidariedade Ativa do LIVRE (CASA)*, que será um canal aberto, de contacto, para quem sofreu discurso de ódio, discriminação e precisa de ajuda, informações, acompanhamento e orientações de como proceder.
2. A *CASA* funciona com um email e/ou um formulário no site do LIVRE, abertos a qualquer pessoa. A vítima escreve um email ou preenche o formulário e recebe uma resposta com informações que a podem ajudar: qual é o tipo de queixa que pode fazer, em que prazo, e o contacto direto da organização certa para o/a ajudar.
3. Incumbir os órgãos nacionais de garantir que quem escreve à *Linha CASA* recebe, em prazo razoável, uma resposta clara sobre os passos que pode dar bem como o contacto da organização mais indicada para o seu caso.
4. Mandatar os órgãos do LIVRE, seja de âmbito nacional, municipal ou regional, para identificar e listar as organizações de referência no apoio às vítimas de discurso de ódio e discriminação, para a criação de uma base de dados utilizada como referência.
5. Sempre que possível, garantir que a *CASA*, quando a vítima o desejar, acompanha o processo após o encaminhamento inicial, podendo incluir o acompanhamento presencial através de um eleito local ou membro de um dos órgãos do partido.
6. Divulgar a *linha CASA* junto dos núcleos territoriais e dos eleitos locais do LIVRE, para que a possam dar a conhecer nas suas comunidades.

Almada, 21 de junho de 2026

Proponentes

- Geizy Fernandes

Moção 44

Por uma Estratégia Nacional de Auscultação de Proximidade

Capacitação de organizadores/as locais e prática regular de canvassing porta-a-porta, fora dos períodos eleitorais

PROPOSTA

Que o LIVRE adote uma estratégia nacional de **capacitação de organizadores/as locais e de auscultação de proximidade porta-a-porta**, contínua e regular e fora dos períodos eleitorais, capaz de chegar a todo o território, incluindo onde o partido ainda não tem estrutura constituída, em articulação com as estruturas locais e com os programas de formação já existentes.

1. Enquadramento

O LIVRE precisa de estar presente onde as pessoas vivem, de forma permanente e não apenas em período eleitoral. Esta moção propõe que o partido adote uma prática regular de **auscultação de proximidade porta-a-porta** (internacionalmente conhecida como *canvassing*) e invista na capacitação de organizadores/as locais que a sustentem nas suas comunidades. O sentido de voto é uma consequência da relação com o partido e com as pessoas, não o seu ponto de partida. Por isso, a auscultação porta-a-porta tem como prioridade escutar, dialogar e criar laços duradouros, transformando a energia dos novos membros e apoiantes em capacidade organizada de escuta e ação no terreno.

2. Considerandos

1. *Considerando que* o LIVRE tem crescido de forma consistente em todo o país, acolhendo uma vaga de novos membros e apoiantes (M&A), muitos com perfil jovem e motivado, com pouca ou nenhuma experiência política prévia, e que procuram um papel concreto e um sentido de pertença;
2. *Considerando que* persistem vastas zonas de fraca atividade do LIVRE, sobretudo no meio rural, onde existem M&A com poucos recursos e apoio, que para participar têm de se deslocar a centros urbanos ou de se limitar à atividade online, e que continuam à procura do seu lugar no partido;
3. *Considerando que* o papel de organizador/a local é uma **função de capacitação, e não uma estrutura formal**: pode ser desempenhado mesmo onde o LIVRE ainda não tem Núcleo Territorial (municipal, distrital ou outro) constituído, e o adensamento destas redes de proximidade pode, a prazo, conduzir à formalização de novos Núcleos Territoriais;
4. *Considerando que* o agravamento do desencanto com o sistema político, a par da **epidemia de solidão e do isolamento social**, cria terreno fértil para narrativas de extrema-direita que exploram esse descontentamento, fenómeno hoje visível em todo o país;
5. *Considerando que* a investigação académica *peer-reviewed* demonstra que práticas de *deep canvassing* (ou auscultação profunda), assentes em escuta ativa e não-judicativa e realizadas fora de campanha eleitoral,

produzem reduções consistentes e duradouras do preconceito e da estigmatização, onde os factos e os argumentos isolados falham^{36,37};

6. *Considerando* a distinção entre *organizar* (transformar pessoas em agentes com poder de moldar resultados) e *mobilizar* (agregar apoios pontuais)³⁸; e que a experiência de movimentos de base sugere que o seu crescimento duradouro assenta sobretudo no empoderamento de organizadores/as locais que sustentam redes de proximidade nas suas comunidades;
7. *Considerando que* a experiência de movimentos progressistas e de campanhas de direitos humanos, como a *HOPE not hate* (Reino Unido)³⁹ e a *Together for Yes* (Irlanda)⁴⁰, bem como a recente vaga de organização de base nos EUA⁴¹, mostra que a auscultação ativa porta-a-porta, mantida entre eleições tem um papel importante no seu sucesso e em chegar a quem habitualmente não é ouvido;
8. *Considerando que* os dados anonimizados resultantes da auscultação porta-a-porta, recolhidos no respeito pelo RGPD, são um recurso fundamental para uma ação política nacional, regional e local do LIVRE que reflita as preocupações genuínas das comunidades historicamente mais marginalizadas e esquecidas;
9. *Considerando que* o LIVRE já colabora com estruturas que podem sustentar este trabalho, o Instituto José Tengarrinha (formação política), os Círculos Temáticos (conhecimento e materiais) e os Núcleos Territoriais (presença local), mas não dispõe ainda de uma capacitação dirigida ao papel de organizador/a local enquanto tal;
10. *Considerando que* já existem, em alguns Núcleos Territoriais do LIVRE, projetos-piloto estruturados de "canvassing" e de organização local que procuram explorar a viabilidade desta abordagem e podem servir de modelo replicável a nível nacional.

3. O Congresso do LIVRE delibera

Criar uma **Estratégia Nacional de Capacitação de Organizadores/as Locais e de Auscultação de Proximidade**, contínua e regular, incluindo campanhas porta-a-porta fora dos períodos eleitorais, em articulação com as estruturas já existentes para formação e capacitação (Instituto José Tengarrinha, Círculos Temáticos e Núcleos Territoriais), concretizada através das seguintes medidas:

3.1. Capacitação de organizadores/as locais

1. Criar um **programa nacional de capacitação** dirigido a M&A ao nível das comunidades (bairros, aldeias e vilas), com prioridade para quem hoje precisa de mais apoio, designadamente nas zonas rurais de menor atividade:
 - a) centrado em competências individuais de escuta e comunicação: escuta ativa, *mirroring* e *paraphrasing*, questionamento socrático e perguntas poderosas não-ameaçadoras, desenvolvimento de "armadura emoci-

³⁶Broockman, D. & Kalla, J. (2016). "Durably reducing transphobia: A field experiment on door-to-door canvassing". *Science*, 352(6282), 220–224.

³⁷Kalla, J. & Broockman, D. (2020). "Reducing Exclusionary Attitudes through Interpersonal Conversation: Evidence from Three Field Experiments". *American Political Science Review*, 114(2), 410–425.

³⁸Han, H., Baggetta, M. & Oser, J. (2024). "Organizing and Democracy". *Annual Review of Political Science*, 27, 245–262.

³⁹Open University, "How HOPE not hate are using deep canvassing to change perceptions" (série Year of #Mygration). A HOPE not hate recorre ao deep canvassing (escuta empática e questionamento socrático).

⁴⁰National Women's Council of Ireland (NWC), "Learning from the 2018 Together for Yes campaign" (revisão oficial da campanha do referendo).

⁴¹People's Action Institute, "Building a Bigger We" (2020): mais de 392.000 portas batidas e mais de 115.000 conversas com eleitores rurais nas eleições intercalares de 2018.

onal” (preparação para conversas difíceis, através de *role-play* e *debriefings*), comunicação acessível e uso eficaz das redes sociais;

- b) com módulos de organização comunitária e de consolidação de identidade de grupo (relações, equipas de liderança e narrativa pública), inspirados nas boas práticas internacionais identificadas na investigação.

3.2. Apoio aos Núcleos Territoriais para a ação no terreno

1. Apoiar os Núcleos Territoriais distritais e municipais na implementação de ações de auscultação porta-a-porta, através de:
 - a) partilha de experiências entre Núcleos e criação de uma comunidade de prática nacional;
 - b) disponibilização de materiais e guiões partilháveis (kit de auscultação, questionários-base, infografias, formação “pronta a usar”);
 - c) apoio à logística local das rondas e à organização de equipas;
 - d) um modelo comum de recolha e tratamento de dados anonimizados, conforme o RGPS, que permita mapear preocupações por território e informar a ação política a todos os níveis.

3.3. Chegar a territórios onde o LIVRE ainda não tem estrutura

1. Assegurar que esta estratégia chega também às localidades onde o LIVRE não tem Núcleo Territorial constituído, capacitando M&A isolados/as como organizadores/as locais, **sem fazer depender a sua ação da existência prévia de uma estrutura formal**;
2. Mobilizar os Núcleos Territoriais mais próximos (municipais, distritais, ou outros) para **apoiar e acompanhar** essas pessoas e localidades, com mentoria, partilha de materiais e apoio logístico;
3. Apoiar os/as organizadores/as locais na construção de **redes de proximidade** nas suas comunidades que, uma vez consolidadas, possam evoluir para a formalização de novos Núcleos Territoriais, alargando a presença do LIVRE a todo o território.

3.4. Acompanhamento de projetos-piloto, avaliação e expansão

1. Identificar e reconhecer as experiências-piloto já desenvolvidas por Núcleos Territoriais como **projetos de referência**, acompanhar a sua execução e usar a sua avaliação para refinar um modelo replicável a nível nacional, com especial atenção à expansão ao meio rural;
2. Reunir e partilhar, sempre que pertinente, as experiências e aprendizagens das ações realizadas, para que as estruturas nacionais as possam **consultar e usar para aperfeiçoar a estratégia no seu conjunto**.

Proponentes

- Luís Caetano
- Gonçalo Mano
- André Chichorro
- Mariana Gouveia Valente
- Joana Loureiro
- Pedro Cravino Serra
- Manuela Moreira
- Patrícia Robalo
- Rui Dinis Silva

Moção 45

Pela segurança digital dos órgãos internos do LIVRE.

Fundamentação

Na era digital, cada vez mais marcada pela dependência de organizações em plataformas digitais para comunicar, gerir documentos, coordenar atividades e gerir o seu dia a dia, conseguimos observar um aumento da exposição a ameaças como ataques informáticos, phishing, ransomware, fugas de informação e utilização indevida de credenciais. Só em 2025, segundo o Centro Nacional de Cibersegurança, o número de ciberataques aumentou em 36% face a 2024¹.

A facilidade de acesso a ferramentas de IA aumentou exponencialmente o número de potenciais atacantes. Onde antes era preciso alguém que soubesse o que estava a fazer, hoje basta alguém mal-intencionado; se a segurança for frágil, as ferramentas ensinam a quebrá-la.

Uma simples falha de segurança pode pôr em risco dados pessoais e informações confidenciais em meros instantes e criar um ambiente onde o atacante tem acesso a plataformas essenciais para a comunicação do partido, arriscando severamente danos reputacionais que põem em causa a confiança do eleitorado.

Muitas destas vulnerabilidades decorrem do desconhecimento tecnológico e falta de formação de dirigentes, eleitos, funcionários e voluntários e da inexistência de políticas de prevenção e resposta a incidentes. O elo mais fraco de uma cadeia de segurança é, normalmente, a pessoa que inadvertidamente deixa os atacantes aceder aos dados, e muitas vezes sem se aperceber disso. Considerando o aumento dos nossos eleitos locais e da criação de cada vez mais Núcleos Territoriais, e conseqüentemente, mais Grupos de Coordenação Local, é urgente garantir que os novos eleitos e dirigentes tenham formação de boas práticas digitais para evitar futuros incidentes.

A adoção de medidas como gestores de passwords, autenticação multifator, atualizações regulares, cópias de segurança, controle de acessos, formação contínua e monitorização dos riscos constitui uma abordagem proporcional e eficaz para reduzir a probabilidade e o impacto de incidentes de cibersegurança. Investir em segurança digital é fortalecer simultaneamente a componente tecnológica, os processos internos e a cultura organizacional do partido.

Neste contexto, torna-se importante que o LIVRE assuma um compromisso estratégico com a segurança digital dos seus órgãos internos, de forma evitar incidentes e fugas de informação. A presente moção procura precisamente incentivar este compromisso, estabelecendo uma orientação clara para a implementação de boas práticas e de uma política de cibersegurança sustentável e alinhada com os desafios atuais.

Deliberações

Considerando tudo o exposto, a presente moção propõe ao XVII Congresso do LIVRE mandar os órgãos competentes do partido a:

1. Realizar, no prazo de 12 meses, uma avaliação à atual forma em que os atuais dirigentes, eleitos, funcionários e voluntários lidam com informações privilegiadas do partido e quais as atuais medidas de segurança implementadas, apresentando relatório ao próximo Congresso.
2. Realizar uma avaliação periódica dos riscos de cibersegurança e dos sistemas utilizados pelos vários órgãos do partido, requisitando auditorias aos Grupos de Coordenação Locais quando se justifique;
3. Implementar uma política de gestão de palavras-passes para gerir acessos às principais plataformas usadas pelos dirigentes, funcionários e eleitos do partido, como o email, o Action Network, o Canva, e as redes sociais, através do uso de uma plataforma centralizada com acesso restrito e baseado no princípio do menor privilégio;
4. Definir procedimentos claros para as transições de pasta em órgãos eleitos, locais e nacionais, para garantir que os acessos são atribuídos e removidos de forma organizada, atempada e segura;
5. Realizar ações de formação e sensibilização dirigidas a funcionários, dirigentes, eleitos e voluntários sobre cibersegurança, por exemplo: phishing, gestão segura de credenciais, autenticação multifator, proteção de dados, utilização segura do correio eletrónico e de ferramentas digitais, resposta a incidentes, prevenção de malware e ransomware e uso responsável de tecnologias emergentes, designadamente sistemas de inteligência artificial;
6. Definir um plano de resposta a incidentes de cibersegurança, com procedimentos claros para a comunicação, contenção, recuperação e análise pós-incidente, estabelecendo responsabilidades específicas, canais de reporte e mecanismos de coordenação que assegurem uma atuação célere e eficaz.

Proponentes

- Márcio Sousa
- Henrique Falcão

Subscritores

- Duarte Reis
- Matias Feijoo
- Sérgio Alves
- Sílvia Pais
- Lúcia Maria
- Tiago Domingues

Moção 46

Sobre o Uso de Inteligência Artificial Generativa no LIVRE

A Política é constituída de diálogos. E a Democracia não sobrevive sem um diálogo em que todas as partes escutam, e reconhecem em todas elas a mesma humanidade que as move, mesmo que em campos opostos. Por força do espírito de progresso técnico que nos permeia, interpôs-se neste diálogo uma nova voz: uma voz sintética.

Os algoritmos generativos, sejam de imagem, vídeo, ou texto, têm sido apresentados como uma ferramenta de grande utilidade mas cujas capacidades, origens e fragilidades intrínsecas têm também recebido um olhar crítico. O uso destas ferramentas no seio do LIVRE já é conhecido, e é chegada a hora de o partido fazer também a sua reflexão sobre as circunstâncias do seu uso, e sobre qual o seu lugar no trabalho interno.

Posicionando-se à Esquerda, seja no combate às assimetrias sociais, na defesa de direitos civis, na protecção do ambiente, ou na luta contra as ameaças à Democracia, o LIVRE não pode ficar indiferente às origens e consequências do recurso a estas ferramentas.

Um novelo de dependências incontornáveis

Desde logo, os algoritmos generativos como é o caso do ChatGPT nas suas diversas versões foram desenvolvidos fazendo uso de um corpo de criações humanas (textos, programas, descrições, diálogos) que têm autores com direitos consagrados na lei. Paradoxalmente, as empresas que os desenvolvem procuram furtar-se ao paradigma vigente de respeito pelos direitos de autor, noutras áreas ferozmente defendido por interesses rentistas, enquanto ao mesmo tempo reservam para si a propriedade intelectual dos seus modelos, desenvolvidos sobre os ombros de criações alheias. Estando o LIVRE do lado dos criadores, dos artistas, dos escritores, e de muitas outras classes profissionais, não pode ignorar que o uso de ferramentas neste limbo artificial os tem assumido como meros fornecedores de matéria-prima.

O uso destas ferramentas pressupõe também muitas vezes a cedência de toda a informação fornecida e produzida, e a abdicação da titularidade dos resultados. Estas condições deveriam ser avaliadas e nunca tacitamente aceites.

A ultrapassagem dos direitos laborais

Por outro lado, alguns destes algoritmos têm sido apresentados como uma panaceia para o “obstáculos” da contratação e da concertação social, sendo desde já apontados como uma motivação para despedimentos, com todas as consequências para a estabilidade no emprego e para o agudizar de assimetrias históricas nas relações laborais. A defesa dos direitos dos trabalhadores chama-nos a pensar em contrapesos que os protejam. O uso acrítico destas ferramentas acresce à suposta inevitabilidade desta mudança.

Desresponsabilidade civil

As tecnológicas têm também, nem sempre com sucesso, procurado defletir a responsabilidade dos resultados do uso dos seus algoritmos para os utilizadores. Ao mesmo tempo, defendem uma suposta agência dos

mesmos modelos que, não sendo infalíveis nem impermeáveis a manipulação, também já induziram em erro quem os usa, e expuseram à devassa e à predação *online* menores e mulheres, por vezes com consequências trágicas. Por outro lado, o investimento galopante em centros de dados deveria suscitar as maiores reservas sobre quem defende o meio ambiente, seja pelo consumo energético acrescido e emissões associadas, seja pela pressão sobre regiões com recursos hídricos frágeis e onde habitam populações incapazes de fazer frente a uma mudança que lhes é imposta. Estas pessoas não podem ser esquecidas.

Uma política sem políticos?

Finalmente, e regressando à questão da origem da *voz* que queremos fazer ouvir, em Portugal e na Europa, é imperativo perguntar:

Esta voz é a nossa? Pode o nosso desejo político ser automatizado?

Na verdade, ao recorrermos a algoritmos generativos estamos a contar com elocuições que partem de um lugar não-político, sem uma direcção explícita, mas não sem vieses, por encerrarem em si mesmos as vicissitudes de um multilóquio de posições, mundividências, ideologias, preconceitos, e privilégios.

Tendo em mente estas considerações, o LIVRE é chamado a

- 1) Elaborar um manual de boas práticas sobre o uso de algoritmos generativos, no trabalho interno e na comunicação externa;
- 2) Identificar e privilegiar aquelas que sejam compatíveis com o lugar político do partido;
- 3) Dotar Membros e Apoiantes dos elementos necessários para um uso responsável e ético.

Em cada momento da História vivemos no zénite da técnica. Em cada um desses momentos, a sociedade é chamada a reflectir sobre a tecnologia que usa – que vantagens traz, quais os seus impactos, quem beneficia, e quem penaliza. Nestas ocasiões é-nos frequentemente apresentada como imparável a força do *Progresso*, de forma tão convincente quão revolucionária a nova tecnologia que hasteia. Também frequentemente, o *Progresso* é-nos apresentado como um monólito de um amanhã inevitável – o de uma janela de oportunidade estreita demais para admitir dissidências, mas ampla quanto baste para nos deixar assistir à parada triunfal de um novo normal.

Mas a tecnologia não é uma inevitabilidade a que nos sujeitamos. Parte do desiderato da Democracia é também decidir sobre que ferramentas usar, sejam elas materiais ou algorítmicas, para com elas construirmos um mundo melhor.

Proponentes

- Francisco Burnay
- João Manso
- Ricardo André
- Flávio Oliveira

Subscritores

- Marta Setúbal

Moção 47

Saúde em Todas as Políticas, Também Dentro do LIVRE

Partilha de responsabilidades, rotatividade e cuidado mútuo para um partido democraticamente saudável e para um crescimento sustentável

Com o crescimento do LIVRE surgem novos desafios organizacionais, nomeadamente no que diz respeito à representação e à capacidade de intervenção política. É necessário garantir uma distribuição equilibrada de responsabilidades, promover a renovação e assegurar que o exercício dos cargos partidários e institucionais reforça a participação dos membros, ao invés de a limitar.

A acumulação de responsabilidades e cargos num número reduzido de pessoas condiciona o seu desempenho de várias funções em simultâneo. Agrava, igualmente, o risco de stress e burnout, amplamente reconhecidos em situações da mesma natureza em ambiente laboral e associativo.

Promover uma participação efetiva mais alargada, em que mais pessoas têm de facto oportunidade para assumir responsabilidades e contribuir para a tomada de decisão, fortalece a organização e fomenta a construção coletiva do partido.

Considerando que:

1. O LIVRE coloca a saúde como prioridade na agenda política, de acordo com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, que consolidou o conceito “Saúde em Todas as Políticas” proposto pela presidência finlandesa da União Europeia em 2006.
2. A saúde dos membros, apoiantes, eleitos e representantes do LIVRE é uma prioridade para o partido, refletida, nomeadamente, na criação de grupos de apoio informais (como a Rede de Autarcas de Lisboa), na organização de sessões de formação e na proposta da criação de uma linha de denúncias para casos de assédio.
3. O LIVRE defende a saúde como critério transversal nas políticas públicas, sendo coerente a aplicação do mesmo princípio ao seu funcionamento interno, valorizando a saúde democrática e organizacional do partido como condição para a sua sustentabilidade e crescimento.
4. Os Estatutos do LIVRE já preveem mecanismos de limitação e rotatividade — mandatos de dois anos, com um máximo de três eleições sucessivas para o mesmo órgão, e um cargo de porta-voz expressamente rotativo dentro do Grupo de Contacto —, prova de que a rotatividade é um valor já reconhecido pelo partido, ainda que de aplicação desigual entre estruturas e cargos.
5. A Organização Mundial da Saúde reconhece o esgotamento profissional (*burnout*) como síndrome resultante de *stress* crónico associado a sobrecarga de trabalho, caracterizada por exaustão, distanciamento mental e perda de eficácia (CID-11, 2019) – fenómeno amplamente descrito também em contextos de ativismo e voluntariado político, onde a investigação aponta a sobrecarga e a concentração de responsabilidades em poucas pessoas como fatores de risco centrais para o abandono da participação (Cox, 2011; Chen & Gorski, 2015).

6. A mesma investigação identifica modelos de liderança distribuída e partilhada, designadas como organizações *leaderful*, por oposição à concentração em torno de poucas figuras, como fator de maior resiliência e sustentabilidade de movimentos e organizações políticas (Raelin, J. A. (2010). *The Leaderful Fieldbook: Strategies and Activities for Developing Leadership in Everyone*. Boston, MA: Davies-Black/Nicholas Brealey Publishing)
7. O rápido crescimento do LIVRE, em número de Membros e Apoiantes, Núcleos Territoriais, Eleitos e Representantes, torna mais urgente garantir uma distribuição equitativa da carga de trabalho, evitando a acumulação de cargos e responsabilidades nas mesmas pessoas.

Estas tendências são naturais e quase inevitáveis na criação e implantação de um partido jovem e com número reduzido de pessoas. Mas com o passar do tempo e o crescimento do partido tornam-se um fator de risco, tanto para o bem-estar individual como para a renovação e diversidade de representação do partido e mesmo para a sua coesão.

1. O LIVRE valoriza o tempo enquanto direito fundamental de todas as pessoas e o direito ao descanso e à fruição, preocupações espelhadas nos nossos programas políticos e em propostas concretas, como a Semana de 4 dias, e tem demonstrado preocupação com a sobrecarga excessiva de trabalho concentrada em eleitos, representantes, funcionários e membros e apoiantes

Valorizando o trabalho do Círculo Temático da Saúde e o papel de destaque que a Saúde Mental ocupa no LIVRE, em linha com os Princípios Fundadores que estão na sua génese, identificamos como prioridade definir princípios e mecanismos concretos de cuidado mútuo, prevenção de *stress* e *burnout*, rotatividade e saúde democrática interna nesta fase de rápido crescimento do partido.

Por todas as razões supracitadas, propomos a este Congresso que delibere:

1. Reafirmar a saúde democrática interna – participação alargada, partilha de responsabilidades e prevenção da sobrecarga – enquanto princípio orientador transversal da organização do LIVRE, com o mesmo estatuto dos princípios já consagrados nos Estatutos e na Declaração de Princípios.
2. Reforçar, na prática, os mecanismos previstos nos Estatutos para a rotatividade de cargos, avaliando a sua extensão a outros cargos de elevada exposição e desgaste, tais como a coordenação de círculos temáticos, grupos de discussão, núcleos territoriais e cargos parlamentares e autárquicos
3. Promover uma reflexão interna alargada e participada acerca da acumulação simultânea de cargos de responsabilidade, analisando os riscos de stress e burnout, desempenho de múltiplas funções em simultâneo e potenciais conflitos de interesse.

Salvaguardar exceções fundamentadas pela dimensão ou fase de constituição da estrutura em causa.

4. Promover modelos de coordenação com equipas alargadas em detrimento da manutenção de grupos reduzidos que sem capacidade para dar resposta em tempo útil, à semelhança do modelo já adotado nos Grupos de Coordenação Local dos núcleos territoriais, cujo número de membros escala com a dimensão do núcleo.
5. Disponibilizar formação e apoio em gestão do tempo, delegação e prevenção de stress e burnout, com base em boas práticas, bem como um canal de apoio confidencial para membros e apoiantes em risco de burnout.

6. Incluir nos relatórios de atividades de núcleos territoriais, círculos temáticos e grupos parlamentares, um indicador qualitativo sobre distribuição de tarefas e bem-estar da equipa, a apresentar aos órgãos nacionais do partido e aos membros e apoiantes numa base regular.
7. Propor a criação de um grupo de trabalho permanente, no contexto do Círculo Temático da Saúde em estreita articulação com o Grupo de Contacto, para desenhar uma estratégia de Promoção da Saúde e Bem-estar na militância pelo LIVRE, definir etapas e prazos e acompanhar a sua implementação.

Proponentes

- Rita Paixão
- Luís Sousa
- Jorge Leitão

Moção 48

Criação de um Portal da sindicalização

Ao longo da discussão do novo pacote laboral, felizmente derrotado, a direita tentou vender-nos a ideia de que nos países com mercados de trabalho mais flexíveis os salários são mais altos. Esta falácia, no entanto, esconde outra realidade. Os salários são mais altos em países em que o poder negocial dos trabalhadores é maior, e esse poder depende do nível de organização coletiva, nomeadamente por meio dos sindicatos.

A taxa de sindicalização em Portugal é francamente baixa, situando-se em 7%. Embora um partido não seja um sindicato, o LIVRE, enquanto partido de esquerda, defende a organização coletiva dos trabalhadores como mecanismo fundamental contra a desigualdade, a exploração e a dominação laboral. Nesse sentido, não temos apenas o desejo de ver a taxa de sindicalização subir, mas também o dever de contribuir para isso, fornecendo a melhor informação disponível. Esta é, sobretudo, uma missão da recém-criada “rede dos trabalhadores”.

Quais são as vantagens de pertencer a um sindicato? Quais são as diferenças entre os sindicatos existentes? Como pagar a quota? Quanto é a quota? Posso recuperar parte do valor da quota pela via fiscal? Se for sindicalizado, fico na lista negra das entidades patronais? Mudei de emprego três vezes no ano anterior. Qual é o meu sindicato? Sou um freelancer precário. Tenho algum sindicato? Trabalho numa PME. Posso estar sindicalizado.

Estas são apenas algumas das questões que assolam uma parte dos trabalhadores, e que constituem forças de atrito contra a sindicalização. Cabe à “rede de trabalhadores” tentar esclarecer estas e outras dúvidas junto das pessoas. Nesse sentido, com esta moção, propomos a criação de um **Portal da Sindicalização**, no âmbito da rede de trabalhadores.

Este deve funcionar maioritariamente através de um website (ou de um separador de um site).

Neste devem constar os seguintes itens:

- Boletins informativos sobre matérias relacionadas com a sindicalização.
- Lista de sindicatos existentes.
- Requisitos para a formação de um sindicato.
- Taxa de sindicalização sectorial.
- Conquistas históricas da organização coletiva dos trabalhadores.
- Informações sobre o que acontece noutros países (para matar o mito do suposto liberalismo nórdico).
- Descrição de modelos democráticos de empresas (cooperativas, cogestão, etc.)
- FAQs.
- Um canal para dúvidas e esclarecimentos (e talvez denúncias), com redireccionamento para um conjunto de peritos.

Para alimentar este portal, é missão da rede de trabalhadores:

- Fazer o levantamento da informação necessária, nomeadamente estatística.
- Criação de conteúdo digital e não digital, com informações relevantes e de fácil acesso.
- Falar com peritos.

- Recolher testemunhos dos trabalhadores (sobretudo sobre as dificuldades de sindicalização).
- Estar em contacto com associações de trabalhadores e com sindicatos.
- Visitar locais de trabalho.
- Promover campanhas de sensibilização.
- Refletir sobre novos modelos de organização coletiva, face aos novos desafios que a ontologia do mercado de trabalho atual suscita.

Subscritores: Hugo Rajão, Daniel Sousa, Carlos Alberto Dia Fragoso, Paulo Cunha, Cláudio Santos, Diamantino Raposinho, Carlos Costa, Tiago Picão, Pedro Sarmento, Hélder Fontes Verdade, Pedro A. Pinheiro, António Valverde, Ana Machado, Diana R. P. Lopes de Azevedo, Cláudia Costa, Márcio José Cruz, Octávia Alexandre Ferreira Coelho, Rui Filipe Soares Moreira, Rui Adalberto Pereira Luciano, Carlos Manuel de Matos Moura da Costa, Pedro Ivo Teixeira de Kercadio Sarmento, Maria Esteves Pereira.

Proponentes

- Hugo Rajão
- Daniel Gonçalves
- Carlos Fragoso
- António Valverde
- Paulo Cunha
- Octávia Coelho

Moção 49

Por uma rede de Trabalho LIVRE

Férias pagas. Dias de descanso. Horários mais reduzidos. Subsídios de desemprego. Subsídios de invalidez. Pensões. Tudo isto, que hoje damos por adquirido, adveio de trabalhadores que se bateram pelos seus direitos, pela sua influência nos vários partidos de esquerda e por uma confluência de valores e interesses entre sociedade civil e partidos políticos. Apesar destes direitos estarem sempre sob ataque das forças reaccionárias e de direita, neste preciso momento, encontram-se profundamente ameaçados em múltiplas frentes.

Primeiro, por uma legislação laboral que não só não prepara o futuro, como nos atira para séculos passados. Apesar da rejeição da proposta do Governo na Assembleia da República, sabemos que as alterações às leis laborais voltarão à discussão em breve, por ser uma intenção clara da direita reverter alguns dos direitos dos trabalhadores.

Segundo, por obrigações de trabalho social indexado a prestações sociais, algumas das quais também de âmbito laboral. Para além da desumanização e ostracização, há uma clara desvalorização do trabalho através da sua obrigação coerciva, colocando em risco sério coisas como a subida de salários ou a melhoria das condições de trabalho.

Terceiro, por uma crescente desconexão do trabalhador com o produto do seu trabalho e do seu sentimento de pertença, após décadas de neoliberalismo. Estas preocupações não são de somenos e do ponto de vista sociológico influem muito na capacidade organizativa dos trabalhadores. Também por isso, a queda continuada do sindicalismo, não apenas em Portugal, mas em todo o mundo ocidental.

Urge, contudo, não apenas defender os direitos já consagrados e ser uma muralha face a estas ameaças, mas lutar por mais avanços que dignifiquem e valorizem o trabalho. Honrar todos os trabalhadores que conquistaram os direitos que hoje temos exige de nós o constante avanço em prol de mais condições num mundo em mudança acelerada.

Abordar novos desafios para o futuro do trabalho deve, também, ser desígnio de estruturas que defendem os trabalhadores. Por exemplo, com o avanço da automatização, da inteligência artificial e da robótica, abordar os seus impactos, desafios, malefícios e benefícios deve estar na base de qualquer resposta para o futuro do trabalho.

Por tudo isto, a criação de uma rede de trabalho interna ao LIVRE, dedicada a estes temas, com ligação à sociedade civil, nomeadamente sindicatos, confederações sindicais, comissões de trabalhadores, academia e ordens profissionais, é fundamental para ancorar um pensamento estruturado e criar mais-valias necessárias para a emancipação dos trabalhadores.

A Rede de Trabalho propõe afirmar-se como um espaço de articulação e mobilização de membros e apoiantes, pessoas eleitas e órgãos do partido. Não se pretende uma substituição ou sobreposição às suas competências ou às dos Círculos Temáticos, mas sim um complemento de apoio, criando capacidade de ação organizada e de resposta rápida às várias temáticas relacionadas com o trabalho.

São várias as competências que se podem considerar para a rede: acompanhar a reivindicação dos trabalhadores, conhecer estudos realizados na academia e instituições nacionais e internacionais relacionadas com o trabalho, articular membros e apoiantes com representantes sindicais ou comissão de trabalhadores, fortalecer esta relação com os vários movimentos do setor, apoiar eleitos e equipas do partido relativamente a pedidos de esclarecimento e de resposta urgente. É igualmente importante garantir uma visão transversal sobre as várias áreas: direitos laborais, legislação dispersa sobre este tema, segurança e saúde no trabalho, democracia nos locais de trabalho e na administração das empresas, luta pela igualdade e não discriminação, aumentos salariais e melhoria das condições de trabalho.

Pretende-se agregar o conhecimento de membros e apoiantes nestas áreas, acompanhando as políticas desenvolvidas, permitindo a troca de experiências entre os participantes e uma articulação célere com os núcleos territoriais para a mobilização para manifestações e eventos relacionados com o tema.

Por isto, os subscritores exortam o Congresso do LIVRE a:

- 1) Apoiar a concretização da Rede de Trabalho LIVRE, uma rede dedicada ao trabalho, sindicalismo, economia laboral e desigualdade;
- 2) Estabelecer como objectivo da Rede de Trabalho o reforço da relação com os movimentos sindicais, comissões de trabalhadores, academia e associações da área do trabalho, garantindo a articulação com os órgãos do LIVRE para a mobilização de membros e apoiantes;
- 3) Estabelecer uma estreita articulação com os órgãos do partido e círculos temáticos, com vista a apoiar o trabalho desenvolvido pelo partido e pessoas eleitas, assegurando uma visão integrada sobre os vários domínios que o trabalho abrange;
- 4) Respeite os valores, estatutos, regulamentos e as práticas internas do partido, nomeadamente na importância da participação democrática de membros e apoiantes da rede, na coordenação rotativa e na dinamização dos participantes em várias actividades, desenvolvendo a sua ação no apoio na elaboração de propostas junto dos órgãos, círculos temáticos e pessoas eleitas, apoiando no esclarecimento dúvidas específicas e apoiando na mobilização dos participantes para a luta pelos direitos dos trabalhadores;
- 5) Que a próxima Assembleia do LIVRE e Grupo de Contacto constituam uma Comissão Instaladora com o objectivo de dinamizar um processo participativo que ajude definir o modelo de funcionamento da Rede de Trabalho, através da promoção da participação dos interessados em estreita articulação com os órgãos do partido.

Proponentes

- Hélder Verdade Fontes
- Ana Natário
- Jorge Pinto

Moções de Conteúdo Programático

Moção 50

Por uma Verdadeira Proporcionalidade Democrática

O aprofundamento democrático e a equidade são princípios fundadores do LIVRE. A forma como elegemos os nossos representantes e como garantimos que a voz de cada cidadão conta são a base de uma verdadeira democracia representativa. No entanto, o atual sistema eleitoral português padece de falhas estruturais que comprometem o princípio constitucional da igualdade do voto e excluem sistematicamente do parlamento as escolhas de uma parte significativa da população.

Atualmente, o modelo de representação em círculos de baixa magnitude, especialmente nos distritos do interior do país, como Portalegre, Beja ou Bragança, induz uma bipolarização artificial do sistema. Nestas regiões, a barreira efetiva para a eleição de um representante é tão elevada que inviabiliza o pluralismo e agudiza o sentimento de abandono destas populações. O resultado é perverso: centenas de milhares de votos (entre 10% a 15% do eleitorado nacional) são consistentemente "desperdiçados", não encontrando qualquer tradução em representação na Assembleia da República.

Este sistema cria uma profunda assimetria na eficácia do sufrágio. Um voto num partido de média ou pequena dimensão num distrito do interior tem, na prática, um impacto nulo. Esta disfunção promove o "voto útil", agrava a abstenção estrutural e gera um índice de desproporcionalidade que tem vindo a deteriorar-se ao longo deste século. Como partido ecologista, europeísta e de esquerda, que defende a coesão territorial, o LIVRE não pode ser conivente com um sistema que sobre representa as forças políticas hegemónicas em detrimento da pluralidade e que pune de forma severa as populações fora dos grandes centros urbanos.

No próximo ano, perspectiva-se o avanço de um processo de revisão constitucional impulsionado pelas forças da direita. Neste contexto, a reabertura do debate sobre a arquitetura do sistema eleitoral é uma inevitabilidade para a qual o partido tem de estar estrategicamente preparado.

É imperativo que o LIVRE se posicione na vanguarda desta discussão e não permita que a justa reivindicação pela criação de um "Círculo de Compensação Nacional" seja monopolizada pelas forças neoliberais, como a Iniciativa Liberal (IL). Importa sublinhar e recordar politicamente que, no passado, a IL apresentou propostas de alteração legislativa que, sob o falso pretexto da proporcionalidade, se revelaram profundamente gravosas para a representação do interior do país. Ao subalternizarem as dinâmicas de coesão territorial, as visões neoliberais tendem a agravar a macrocefalia dos grandes centros urbanos, sacrificando a voz das regiões de baixa densidade demográfica.

O LIVRE deve afirmar o seu próprio modelo alternativo, distinguindo-se clara e frontalmente desta abordagem. A nossa proposta deve assegurar a verdadeira proporcionalidade à escala nacional e salvaguardar a capacidade de representação dos distritos menos populosos.

Acreditamos que o LIVRE deve liderar a defesa de um novo sistema eleitoral assente em dois eixos inegociáveis: a coesão territorial e a estrita proporcionalidade nacional. Defendemos a transição para um modelo misto que mantenha os atuais 230 deputados, mas que opere uma distribuição verdadeiramente justa através:

1. Da criação de um Círculo de Compensação Nacional destinado a corrigir as distorções locais, assegurando que o número de deputados de cada partido corresponde fielmente à sua percentagem nacional de votos e que cada sufrágio conta, independentemente do código postal;
2. Da salvaguarda da Coesão Territorial, adotando uma fórmula mista na distribuição de deputados por círculo eleitoral: atribuição de uma base fixa de mandatos de salvaguarda (independente da população) complementada pela distribuição dos restantes mandatos de forma proporcional aos eleitores, garantindo que as regiões de menor densidade demográfica não perdem relevância e mantêm uma voz ativa no parlamento;
3. Da promoção do Pluralismo Local, adotando métodos de conversão de votos que viabilizem a eleição de forças políticas diversas em todos os distritos, quebrando definitivamente o monopólio artificial do bipartidarismo regional.

A devolução da eficácia material ao voto afirma-se, assim, como o maior desincentivo à abstenção e a melhor resposta cívica contra o afastamento das populações da vida política.

Assim, porque o LIVRE vê na qualidade da nossa democracia o pilar para todas as outras transformações sociais, ecológicas e económicas, e porque as grandes reformas do Estado exigem visão a médio e longo prazo, propomos que o Congresso do Livre delibere:

1. Que seja aditado ao programa político do LIVRE o detalhe programático desta reforma, consagrando explicitamente que o modelo de Círculo Nacional de Compensação do partido deve ser acompanhado por uma alocação mista de deputados aos círculos locais (conjugando uma base fixa de salvaguarda com distribuição proporcional) e pela alteração das fórmulas de conversão de votos, matérias que devem ser discutidas no seio do grupo de trabalho interno mencionado no ponto 2;
2. A constituição de um grupo de trabalho interno, aberto à participação de membros e apoiantes, com o mandato de consolidar a modelação técnica desta proposta e redigir o respetivo articulado legislativo pronto a ser apresentado na Assembleia da República;
3. A promoção de uma agenda descentralizada de debates públicos, em articulação direta com os Núcleos Territoriais (NTs), priorizando os distritos do interior para mobilizar as populações locais e afirmar a alternativa do LIVRE contra o modelo centralizador da direita;
4. Que a representação parlamentar do LIVRE reforce na ação institucional, com igual peso, centralidade e prioridade, tanto a urgência do combate aos votos desperdiçados como as garantias de coesão territorial, assumindo estas duas vertentes como linhas vermelhas identitárias do partido no próximo processo de Revisão Constitucional.

A presente moção baseia-se num estudo que pode ser encontrado em:

https://drive.google.com/file/d/14O_VQ9vZOxcT64IjtXjLpfJSDg4CpDwe/view?usp=drive_link

Proponentes

- Duarte Batalha Reis
- Gabriela Alonso
- Glória Franco
- Manuel Muacho
- Ana Martins

Moção 51

Por uma Reforma do Poder Local

“A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais.” (CRP, artº 235)

As autarquias são o órgão de soberania mais próximo dos cidadãos e a instituição democrática que responde presencialmente em todo o território nacional.

O poder local tem-se demonstrado fundamental para a descentralização do Estado, substituindo-o muitas vezes em regiões e territórios onde os serviços públicos são deficitários. As autarquias são ainda a primeira linha de defesa para a justiça territorial e ambiental ignorada por decisões centralizadas, constituem uma rede de poder democrático de proximidade sobre o qual podemos construir a tão desejada regionalização que a nossa constituição prevê.

Nesse sentido, e numa altura em que o governo já anunciou a intenção de rever o Regime Jurídico das Autarquias Locais, é prioritário iniciar um debate sobre o futuro que queremos para o poder local e sobre como podemos reforçar os seus processos democráticos e a sua abertura à cidadania. Democratizar e reforçar o papel dos órgãos locais, a par da regionalização, é essencial para combater as desigualdades territoriais do nosso país.

É necessário que o LIVRE assuma uma posição clara sobre a revisão ao RJAL, nomeadamente com propostas que reforcem o poder local e a representação democrática nas autarquias.

Esta moção propõe que o LIVRE defenda, numa próxima revisão do Regime Jurídico das Autarquias Locais e/ou da Constituição da República, as seguintes medidas:

- Exigir mais poder para as Assembleias Municipais e de Freguesia, incluindo o poder de apresentar propostas alternativas e alterar as propostas do Executivo;

- Defender que a escolha do Presidente da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia e a constituição dos executivos autárquicos seja feita por votação dos membros da Assembleia Municipal ou de Freguesia, de acordo com os resultados eleitorais das respetivas Assembleias, em moldes equivalentes à relação do Governo com a Assembleia da República;

- Incluir no Regime Jurídico das Autarquias Locais a possibilidade de “Moções de censura construtivas” com poder para demitir executivos, desde que haja uma maioria alternativa constituída;

- Consagrar no Regime Jurídico das Autarquias Locais a figura das Assembleias Cidadãs Locais, e propor um regime legal para o seu funcionamento.

Proponentes

- Diamantino Raposinho
- Hélder Sousa
- Gisela Leal

Moção 52

Acautelar o Futuro

ACAUTELAR O FUTURO

Moção ao XVII Congresso do Partido Livre

Necessitamos reunir antecipadamente informação para que, com o devido tempo, pensemos as saídas necessárias para uma série de problemas. É importante fazê-lo. Só assim conseguiremos lidar com eles.

Considerando

(a). Vivemos hoje uma época que coloca a Humanidade perante desafios muito fortes, trazendo novas roupagens à imensa complexidade comportamental dos humanos e colocando questões existenciais, humanas e sociais verdadeiramente novas, sobre as quais precisamos meditar.

Designadamente,

(b). Que esse contexto social (global) é fortemente condicionado por realidades complementares, com ampla aceitação, que de forma simples podemos designar como o sistema económico capitalista, alicerçado no sistema da propriedade privada e exponenciado pelo desenvolvimento tecnológico.

(c). Que essas realidades complementares se expandem espacialmente em toda a superfície do planeta, impulsionando a exploração ilimitada de recursos e introduzindo desequilíbrios e descontinuidades territoriais, de que resulta a criação de grandes e complexas metrópoles.

(d). Que a realidade económica capitalista, sendo unicamente uma dimensão da realidade foi de uma forma generalizada sendo considerada como dominante e definidora de um dado sistema de organização social. O que importa contestar.

(e). E, finalmente, sobre o desafio avassalador que resulta do avanço tecnológico, nomeadamente da Inteligência Artificial.

E, sobre este fator, importa perceber a sua evolução ao longo dos anos e sobretudo, nos anos mais recentes, a tremenda aceleração que tem evidenciado e sobre o seu impacto no nosso quotidiano.

Problemáticas

A natureza e o ecossistema

As particulares capacidades cognitivas dos seres humanos foram historicamente utilizadas para garantir a sobrevivência da espécie e afastar as condições adversas do meio natural onde nos inserimos.

O histórico desse relacionamento confunde-se com a história da própria espécie e balança entre duas atitudes contraditórias, ainda que complementares:

- Procurar dominar a natureza condicionando, a nosso favor, a ocupação dos territórios ou
- Procurar compreender a natureza, entendendo-a como habitat no qual devemos projetar os nossos anseios e desígnios.

A problemática da forma como lidamos com a natureza continua a ser assim, ainda hoje, uma problemática importante. Como fazer, então?

O trabalho

O trabalho faz parte das vivências humanas elementares para a sobrevivência, mas também para a construção comunitária, tendo assumido a partir da primeira revolução industrial um estatuto de mediador do acesso à cidadania plena e ao rendimento.

Coloca-se, no entanto, cada vez mais nos nossos dias, a possibilidade de uma alteração profunda do mundo do trabalho, por via do papel que as máquinas e a tecnologia podem ter neste domínio.

Sabendo que o trabalho é um dos elementos integrantes do sistema económico e a base da entrada de cada humano nesse sistema, para obter as contrapartidas financeiras que permitem o acesso, em mercado, aos bens de sobrevivência.

Como vai ser no futuro?

Como vamos lidar com esta nova realidade? O que fazer com os que não terão ocupação? Como se lhes garante rendimentos financeiros para viverem? Que sentido de vida poderão ter?

A seguir ao relacionamento com a natureza, esta realidade futura do trabalho, coloca questões bem mais complexas.

A Tecnologia

A tecnologia, coloca também problemáticas complexas, advindas da sua evolução para o domínio das funções cerebrais.

Como lidar com esta nova realidade?

É interessante, olhando para o lado, constatar que a Igreja Católica com o estabelecimento da nova encíclica “Magnífica Humanitas” se apressou a ir junto dos seus fiéis justamente “Sobre a salvaguarda da pessoa humana na Era da Inteligência Artificial”.

Cabe então perguntar. A igreja como mediadora dos seus fiéis já está no terreno. E então a mediação política, que também tem o seu espaço. Está à espera de quê?

É aqui que nós, partidos políticos, que também temos o nosso próprio espaço, podemos também entrar como mediadores dos cidadãos e da cidadania.

As guerras

As guerras sempre existiram na história dos humanos. Deixando de lado as motivações, importa colocar as questões sociais que arrastam designadamente quanto às legítimas expectativas dos mais novos a poderem, naturalmente, viver até “serem velhos”.

Embora seja um contexto que se afasta dos propósitos mais limitados desta proposta, mais confinada a outras matérias, é uma questão que tem a ver com a reconfiguração que atualmente está em curso no plano internacional. Traz, também, à colação a reflexão sobre o tipo de valores, ou de lógicas, que queremos que presidam à nossa vida coletiva: cooperação ou competição?

Vive-se um clima generalizado de guerra que se prende com o final de um ciclo histórico que se convencionou designar como o “pós 2ª Guerra Mundial”. Esta temática poderia dar origem a um outro ciclo, semelhante àquele que vamos aqui propor.

As vivências

A diversidade de contextos e de históricos de vida

A sociedade global vista do lado da pessoa e do cidadão é um lado que aparece menos no plano político. É um plano geralmente remetido para as ciências humanas e sociais. Pois o plano político preocupa-se mais com o cidadão como destinatário e não como sujeito histórico. Mas podem apontar-se algumas situações.

Como cada um sente a “sua” realidade

Esta é a pergunta que, do lado dos atores políticos, precisava ser permanentemente feita às pessoas. Sabemos que assim não é. Se do lado dos atores políticos já é muito difícil, mesmo que se desloquem frequentemente ao “terreno”, perceber a pluralidade de pontos de vista.

Então, como fazer?

É uma questão de método, do lado dos atores. Existe hoje uma grande diversidade de técnicas de auscultação das pessoas. Mas existem opiniões, entre os estudiosos, que permitem traçar cenários. Poderemos avançar pontos de vista.

No cerne estará a “insegurança e o medo”. Com as mutações muito rápidas dos contextos, sobretudo no plano das tecnologias. Está, também, o ressentimento e a sensação de injustiça que, perante a complexidade, procura encontrar “bodes expiatórios”.

Avancemos, por exemplo, só duas ou três pistas, como reflexão.

A forte presença nos “écrans” de imagens diretas de situações “chocantes” que há alguns anos apenas ouvíamos reportar, de forma indireta, pelos jornais. A permanente desumanização do sofrimento.

O predomínio de notícias parcelares através de “imagens pontuais” de acontecimentos e situações.

A recolha de opiniões e pontos de vista, “em contraditório”, nos telejornais.

O contraditório é um dos principais recursos dos regimes democráticos. O que é bom. Mas implica que, por exemplo, os jovens sejam formados para conviver com esses contextos.

É toda uma realidade que precisamos debater. Porque as pessoas podem reagir de forma negativa, identificando democracia com “confusão” e não com “complexidade”.

Colocando por detrás disto a vertiginosa evolução das tecnologias, com as “ruturas de perceção” que provocam no dia a dia, temos um perfeito “caldo”...

Os históricos de vida

Este plano aparece hoje muito (quase só) ligado aos emigrantes. Às questões das grandes movimentações sociais por questões do (global) mercado de trabalho.

Mas pode ser visto também, e é interessante, notar que os históricos de vida são cada vez mais situações de “miscigenação”. A mobilidade social é hoje muito maior do que era há alguns anos.

A cidadania global

Este conceito aparece, cada vez mais referido. E é explicativo e importante. Mas convém perceber, também, que pode ser valorizado da mesma forma que os mais conservadores valorizam os cidadãos, apenas como indivíduos isolados.

Nesta entrada, abre-se também a discussão que liga os fenómenos “ecossistémicos”, como as alterações climáticas, com a deslocação de grandes massas de populações, que está na origem de crises migratórias.

A Política

Historicamente,

Nas direitas ficam os conservadores, os defensores da continuidade, e dos padrões tradicionais

As direitas são conservadoras

Nas esquerdas juntam-se aqueles que advogam a rutura, e a proposição de novas soluções em face da leitura que fazem das diversas realidades sociais.

As esquerdas são propositivas

E é, portanto, desse lado que os proponentes desta moção se colocam

Proposta

Fica a proposta.

Os signatários abaixo identificados propõem a este Congresso que aprove uma recomendação no sentido de ser cometido ao Instituto José Tengarrinha a organização de um ciclo de debates sobre as problemáticas atrás identificadas e descritas.

Problemáticas a serem cometidas a personalidades previamente identificadas como dominando as diferentes matérias em causa e com capacidade para avançar diferentes alternativas ao sequente trabalho político.

Como a iniciativa se assume com potencial para mobilizar as diversas esquerdas, sugere-se que a dinamização destes debates possa ser dado a conhecer antecipadamente a outros partidos, nas esquerdas, por forma a que se possam associar na respetiva divulgação ou, mesmo, na sua eventual organização.

Garantindo desta forma ao Partido Livre, e a outros partidos nas esquerdas a futura liderança no respetivo desenvolvimento e tratamento político.

Amadora, 2026.06.21

Proponentes

- Francisco Alves
- Inês Amaro
- Carlos Reis

Moção 53

Nenhum Passo Atrás: Defender a Autodeterminação de Género e os Direitos das Pessoas Trans e Intersexo

I. A Liberdade de Ser é um Direito Fundamental

Portugal é um país que tem apresentado uma luta constante tanto no avanço legislativo como na compreensão das transformações sociais. A *Lei n.º 38/2018* representou um importante marco na proteção dos direitos das pessoas trans e intersexo, reconhecendo o direito à autodeterminação da identidade e expressão de género e reforçando a proteção das características sexuais.

Para muitas famílias portuguesas, esta lei significou o reconhecimento da dignidade e da realidade vivida pelos seus filhos e filhas, garantindo-lhes maior segurança e respeito. Contudo, os recentes desenvolvimentos legislativos aprovados pela maioria parlamentar constituída por PSD, Chega e CDS-PP representam um preocupante retrocesso neste caminho de progresso.

Perante este contexto, o XVII Congresso do LIVRE deve reafirmar o seu compromisso com a defesa da autodeterminação de género, da igualdade e dos direitos humanos, rejeitando qualquer medida que coloque em causa direitos já conquistados.

II. Diagnóstico

Nos últimos anos, tem vindo a ganhar espaço um discurso político que procura restringir ou condicionar a autodeterminação de género, reintroduzindo barreiras que a Lei n.º 38/2018 procurou eliminar.

1. A Lei n.º 38/2018 como conquista de direitos fundamentais

A Lei n.º 38/2018 consolidou em Portugal o princípio da autodeterminação de género, em linha com recomendações internacionais em matéria de direitos humanos e igualdade. Desde a sua entrada em vigor, foram realizadas cerca de 3 000 alterações de nome e género no registo civil, incluindo centenas de pessoas jovens entre os 16 e os 18 anos, demonstrando a sua relevância prática na vida das pessoas trans e das suas famílias.

2. O aparecimento de tentativas de retrocesso legislativo

Nos últimos anos, a autodeterminação de género tem sido objeto de crescente contestação por parte de setores políticos que defendem a reintrodução de mecanismos médicos ou administrativos mais restritivos, contrariando o modelo de autonomia individual estabelecido pela Lei n.º 38/2018.

Os dados disponíveis sugerem, contudo, que não existe evidência de uso significativo ou problemático do regime. Desde a entrada em vigor da lei, terão sido realizadas aproximadamente 3 300 alterações de registo de nome e género em Portugal, correspondendo a uma proporção inferior a 0,05% da população residente, o que evidencia a natureza estatisticamente residual do fenómeno. Destas situações, cerca de 9% dizem respeito a jovens entre os 16 e os 17 anos, demonstrando que o regime tem sido utilizado de forma relativamente estável e circunscrita.

Um estudo da Universidade Nova de Lisboa sobre a aplicação da Lei n.º 38/2018 refere que a sua implementação não tem sido associada a impactos sociais negativos significativos, apontando antes desafios relacionados com a uniformização de procedimentos administrativos e a aplicação prática da lei, mais do que com o seu enquadramento jurídico.

3. O impacto social destas propostas

A investigação sociológica em Portugal tem evidenciado que as pessoas trans continuam a enfrentar elevados níveis de discriminação em vários contextos sociais, apesar dos avanços legislativos. Estudos sobre diversidade e inclusão indicam dificuldades persistentes no acesso ao emprego, à saúde e à educação, bem como situações frequentes de estigma e exclusão social.

Dados do FRA LGBTI II (2019) mostram que cerca de 55% das pessoas trans reportaram experiências de discriminação no último ano e aproximadamente 36% no acesso ao emprego, valores significativamente superiores à média das pessoas LGB não trans. Estes resultados confirmam que, apesar do quadro legal progressista, a vulnerabilidade social das pessoas trans permanece elevada.

Informação adicional: A FRA LGBTI II (2019) é o nome abreviado do segundo grande inquérito europeu sobre pessoas LGBTI realizado pela Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA)

III – Proposta da Moção

Esta moção propõe que o XVII Congresso do LIVRE reafirme o compromisso com a Lei n.º 38/2018 e com o princípio da autodeterminação de género como Direito Humano fundamental, rejeitando qualquer retrocesso legislativo nesta matéria. Defendemos, assim, a manutenção e consolidação de um quadro legal que garante a dignidade, a autonomia e o reconhecimento das pessoas trans e intersexo, em linha com padrões internacionais de direitos humanos.

Reafirmamos a importância da Lei n.º 38/2018 como um avanço na promoção da igualdade e da não discriminação, assegurando o acesso ao reconhecimento legal da identidade de género sem barreiras médicas ou administrativas desnecessárias. O LIVRE assume, neste contexto, o compromisso com uma sociedade inclusiva, plural e respeitadora da diversidade.

Ao mesmo tempo, esta moção rejeita qualquer tentativa de restrição ou retrocesso neste regime, reconhecendo que tais iniciativas podem agravar a vulnerabilidade e a discriminação das pessoas trans e intersexo, que continuam a enfrentar desigualdades significativas em vários contextos sociais. A promoção da igualdade exige não só a defesa da lei, mas também a sua aplicação efetiva e consistente.

Os dados disponíveis indicam que a aplicação da lei tem sido estável e de baixa incidência, com cerca de 3000 a 3 500 alterações de registo desde 2018, enquanto estudos como o FRA LGBTI II (2019) evidenciam níveis elevados de discriminação e exclusão social das pessoas trans. Neste quadro, reforça-se a necessidade de políticas públicas baseadas em evidência, direitos fundamentais e não discriminação.

Por fim, esta moção recomenda o acompanhamento político ativo destas matérias pelo partido, reforçando a sua intervenção na defesa dos direitos humanos, da igualdade e das liberdades fundamentais.

Fontes e referências

. Lei n.º 38/2018 – Direito à autodeterminação da identidade de género

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/38-2018-116684114>

. Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA) – EU LGBTI Survey II (2019)

<https://fra.europa.eu/en/publication/2020/eu-lgbti-survey-ii-main-results>

. Instituto dos Registos e Notariado (IRN) – Ministério da Justiça

<https://irn.justica.gov.pt>

. Conselho da Europa – Sexual Orientation and Gender Identity (SOGI)

<https://www.coe.int/en/web/sogi>

. Universidade NOVA de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH)

<https://www.fcsb.unl.pt>

Relatórios Adicionais :

Ministério Público (Portugal). Relatórios Anuais de Atividade e dados sobre criminalidade de ódio e discriminação.

<https://www.ministeriopublico.pt>

Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Relatórios sobre igualdade, não discriminação e direitos LGBTI+ em Portugal.

<https://www.cig.gov.pt>

ILGA Portugal. *Observatório da Discriminação contra Pessoas LGBTI+*. Relatórios anuais sobre discriminação, violência e exclusão social.

<https://ilga-portugal.pt/observatorio/>

Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia (FRA). Relatórios temáticos sobre discriminação, violência e exclusão social das pessoas trans na União Europeia.

<https://fra.europa.eu>

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR). Relatórios e recomendações internacionais sobre identidade de género e direitos humanos.

<https://www.ohchr.org>

Sintra, 30 de Maio de 2026

Proponentes

- Bárbara Ribeiro
- Matias Feijoo
- Luísa Bordeira

Subscritores

- Matias Feijoo
- Gonçalo de Sousa Mano
- Andreia Nabeiro
- Carina Calisto
- Carolina Brito
- Paulo Muacho

Moção 54

Mais do que paridade: o Feminismo como condição democrática

O LIVRE orgulha-se de liderar debates fundamentais para a sociedade do século XXI, promovendo a discussão de novas ideias e políticas inovadoras sobre a nossa relação com o trabalho, por exemplo, com a escola pública ou com o planeta e o ambiente que nos rodeia.

As nossas propostas são o reflexo dessa forma de fazer política: inconformada, que não se resigna perante as soluções do costume e que não tem receio de ousar uma visão da sociedade mais solidária, mais empática e mais justa.

Existe, contudo, uma área em que ainda não estamos à altura da ambição que demonstramos noutros domínios: o feminismo. Falhámos a sua inclusão na nossa Declaração de Princípios e, apesar das inúmeras propostas que apresentámos para alargar os direitos das mulheres, continuamos órfãos desse desígnio fundacional e do peso institucional e ideológico que a sua consagração nos documentos fundadores representaria.

Não podemos voltar atrás no tempo, nem pretendo propor a alteração desses documentos. Importa, porém, encontrar formas de afirmar explicitamente este compromisso e de garantir que tanto as nossas propostas políticas como a nossa organização interna reconhecem a importância que esta luta merece hoje.

Num momento em que assistimos ao crescimento do discurso de ódio contra as mulheres, contra as pessoas LGBTQIA+, à reemergência de concepções profundamente conservadoras sobre o seu papel na sociedade e, em vários países, à reversão de direitos arduamente conquistados, não podemos refugiar-nos na ideia de que «já fazemos mais do que os outros». Essa não pode ser a nossa bitola.

Hoje, o LIVRE assegura a paridade nos seus órgãos e listas eleitorais. Mas a igualdade formal não esgota a nossa responsabilidade política nem pode ser confundida com igualdade substantiva, da mesma forma que a igualdade de género não termina na ideia de homem e mulher.

Vivemos numa sociedade onde persistem profundas assimetrias; na progressão profissional, nos salários, na distribuição do trabalho doméstico e de cuidado, nos lugares de decisão, ou na esfera pública e política. Neste contexto, importa questionar se a paridade ou a igualdade de representação deve ser entendida apenas como um piso mínimo de representação ou também como um tecto inultrapassável. Um partido verdadeiramente feminista não pode correr o risco de transformar um instrumento concebido para corrigir desigualdades históricas num mecanismo que limita a representação política das mulheres.

A paridade deve ser um ponto de partida, não um ponto de chegada. Deve garantir que as mulheres nunca são excluídas dos espaços de decisão, e portanto não deve impedir que possam estar representadas acima dos 50%, quando tal resulte da livre escolha democrática das pessoas participantes.

O objetivo do feminismo não é inverter relações de poder nem substituir uma sub-representação por outra, é construir uma sociedade em que o género deixe de constituir um fator de desigualdade e em que todas as pessoas possam participar plenamente na vida política e social. Enquanto essa sociedade não existir, devemos

ter a coragem de discutir se os instrumentos que criámos continuam a servir esse propósito ou se, pelo contrário, devem ser repensados. Os mecanismos de ação positiva implicam inevitavelmente escolhas difíceis e, por vezes, sacrifícios individuais. Mas a sua legitimidade reside precisamente no benefício coletivo que produzem.

Uma sociedade onde as mulheres participam plenamente na vida política e ocupam, em igualdade de circunstâncias, posições de liderança é uma sociedade mais democrática, mais representativa, e capaz de produzir melhores decisões. Quando um homem abdica de uma posição (a favor de uma mulher ou de uma pessoa de género não-binário) para permitir uma representação mais equilibrada, não está apenas a corrigir uma desigualdade estatística. Está a contribuir para a construção de instituições mais diversas, mais justas e mais próximas da sociedade que pretendemos representar. E esse ganho coletivo beneficia-nos a todos. Porque o feminismo não é uma causa das mulheres, é uma condição necessária para a democracia.

Assim, proponho que o Congresso do LIVRE, reunido nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2026, delibere:

1. Reafirmar o feminismo como um eixo estruturante do projeto político do LIVRE e assumir o combate às desigualdades de género como uma prioridade transversal a toda a ação política do partido.
2. Recomendar que todas as estruturas do partido, bem como os seus eleitos nacionais e locais, integrem uma perspetiva feminista na elaboração das propostas, posições públicas e documentos estratégicos.
3. Mandatar o Grupo de Contacto para, durante o próximo mandato, encetar um processo de reflexão inter-órgãos (com recurso a especialistas, sempre que necessário) sobre a promoção da igualdade de género no funcionamento interno do partido, incluindo a avaliação e proposta de reforma dos atuais mecanismos de representação e paridade.
4. Mandatar o Grupo de Contacto a promover a realização de formações, debates e produção programática sobre feminismo e igualdade de género, envolvendo membros, apoiantes, especialistas e organizações da sociedade civil.

Proponentes

- Joana Filipe
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Glória Franco
- Sónia Sapinho
- Tomás Cardoso Pereira
- Filipe Honório
- Henrique Vasconcelos
- Inês Pires
- Paulo Muacho
- Beatriz Filipe

Moção 55

Radicalizar: Todos à Luta de Classes

Quando Peter Thiel disse «*I no longer believe that freedom and democracy are compatible*» (eu já não acredito que a liberdade e a democracia sejam compatíveis) só nos informou educadamente que os nossos direitos o estão a estorvar. Três anos antes, em 2006, Warren Buffet, também multi-milionário mas de têmpera bem diferente, já nos havia avisado: «*there's class warfare, all right, but it's my class, the rich class, that's making war, and we're winning*» (podem crer que há guerra de classes, mas é a minha classe, a dos ricos, que a está a fazer, e estamos a ganhar). À Esquerda, há uma parte que já o sabia, porque nunca o esqueceu, e uma outra parte que não se convence, que não acredita por mais feridas que tenha à frente para meter o dedo.

O século XX começou auspicioso para o Grande Capital mas a partir dos anos 1930 foi-lhe desastroso. Os despertar das massas e o avanço do Comunismo Marxista tiraram-lhe a tranquilidade, a Grande Depressão rebentou-lhes subitamente os castelos-no-ar, as Grandes Guerras, que directa e indirectamente causaram, trouxeram-lhe uma imensa destruição de capital, à qual devem ter votado mais lamentos do que à trágica destruição humana — porque afinal para que hão-de servir os pobres se não para compor uma trincheira?

Sim, o século XX foi duro para a classe capitalista. Não a pontos de terem que preparar os seus próprios pequenos-almoços, evidentemente, mas tiveram que manter uma certa discrição. A narrativa de que têm mérito, porque são muitos produtivos, quando nunca ninguém os pôs à prova, por exemplo desafiando-os a cavar uma leira, é obviamente ridícula mas lá lhes foi ajudando a passar pelos pingos da chuva dos anos 1970 para a frente. Entretanto, com a implosão da URSS e com a consolidação da Esquerda “aceitável”, a sorte voltou a sorrir-lhes. Com o Capitalismo em super-nova e os ecossistemas nos últimos estertores, hão-de esturricar-se no seu lugar ao sol.

A Esquerda, ou melhor, a parte dela que é “aceitável” para os Grandes Poderes, entretanto dedicou-se à apanha da borboleta Secretamente impressionada com a Mitologia do Mercado, com vergonha pelos seus primos marxistas e anarquistas, lá aceitou legitimar a farsa em troca de um lugar à mesa. De espartilho neoliberal bem apertado nas costelas, lá foi exigindo um subsídio para aqui e outro para acolí, e talvez um impostozinho suplementar, que sempre dura até o gémeo à direita o revogar. A sua imaginação não concebe mais do que uma pletora de micro-soluções e suaves beliscadelas, que tudo junto equivale a esperar resolver o Aquecimento Global agitando um milhão de leques.

Enquanto a farsa se desenrolava no palco principal, a Esquerda perdia a sua base popular militante, substituída nas fileiras por académicos e políticos profissionais. Para esses, acaso fossem peixes, a Mitologia do Mercado seria a sua água, nadando nela sem nunca a ver. Alheios às provações das massas, que, graças às lutas do passado, viram ainda a sua qualidade de vida subir por mais algum tempo, dedicaram-se às micro-lutas, lutas justas e necessárias, mas lutas só para alguns. E sem dúvida conseguiram vitórias importantes.

Infelizmente, todas elas estão a ser contestadas pela Direita troglodita, que cavalga o ressentimento das massas, fiel exacerbador dos impulsos atávicos. E de que se ressentem elas? De serem tratadas como um rebanho, uma amálgama amorfa de seres humanos incompletos e sem rumo, em constante necessidade da orientação dos entendidos, como que destinados a seguir sem nunca fazer caminho, a saber de construção,

carpintaria, mecânica, etc, mas não de educação, saúde, justiça, economia, ou de política, nem sequer da política das suas ruas, onde nem as iluminações de Natal decidem. Até a etiqueta que o neoliberalismo lhes pendura na orelha, a que diz “actores racionais perseguindo o interesse próprio”, soa melhor.

Toleraram isso enquanto o seu nível de vida era relativamente bom, mas, agora que os fabulosos resultados trimestrais das corporações se fazem à custa da sua precariedade, não toleram mais. Pois é preciso voltar à Luta de Classes, à mudança que começa nas massas e acaba nos políticos, porque no sentido inverso só há diversos matizes de continuidade. É preciso contestar cada ângulo do sistema, denunciar cada vicissitude, derrotar a narrativa vigente. É preciso denunciar nas ruas cada alçapão legal, cada “jeitinho” aos do costume. É preciso questionar a santidade da propriedade privada dos meios de produção. É preciso escrever nas paredes o nome daqueles que não vivem do seu trabalho mas sim do trabalho dos outros.

Que não se entenda que a prioridade à Luta significa a desonra das outras lutas, mas não se ganham essas sem ganhar esta. Os Batida têm uma canção cujo refrão é «Não há branco, nem mulato, nem preto / O que há? Pobre e rico», e nunca se fez dançar ao som de palavras mais verdadeiras. As elites entendem-se muito bem na hora de explorar recursos, inclusive os recursos humanos, que é isso que neoliberalismo diz que somos. Os negreiros não teriam tido tanta facilidade em levar a ignomínia da escravatura de África às Américas se não fôra pela feliz parceria das elites europeias com as elites africanas. Ainda hoje essa mesma aliança assegura que as imensas riquezas do continente negro sejam a pobreza dos seus povos. E quando surge um líder que o conteste, logo os serviços secretos ocidentais, agindo pela calada da noite como bons assassinos, se asseguram de que a sua vida não seja longa.

Não, não precisávamos do Jeffrey Epstein para saber que as elites se conhecem bem e se entendem ainda melhor (só desconhecíamos a depravação de tantos deles). Além do misterioso Clube Bilderberg, há Davos, onde governantes e CEOs se sentam à mesma mesa de igual-para-igual, tu-cá-tu-lá, já para não falar que se esbarram nos átrios (ou *lobbies*) dos melhores hotéis do mundo, nos campos de golfe mais exclusivos, nas escolas mais pretensiosas. Até o acima citado Peter Thiel, que, note-se, pertence a uma minoria oprimida (é homossexual), tem o seu “Dialog”, onde se faz o “*matchmaking*” entre poderosos, e que em breve se reunirão de novo, desta vez para assistir à palestra “*Navigating WWII*” (Navegando a Terceira Guerra Mundial). Sim, eles entendem-se bem, e não deixam que minudências como etnias ou preferências sexuais se intrometam entre eles e o que realmente lhes interessa, o poder e o dinheiro, e também não é que a ascensão das elites globais coincida com o reaparecimento dos vampiros da guerra.

Pelas razões expostas acima, **o XVII Congresso do LIVRE determina que** os seus membros e dirigentes devem:

- Procurar compreender a fundo o sistema capitalista global que nos subjuga;
- Procurar compreender porque é que é possível haver pobres sem que haja ricos mas não é possível haver ricos sem que haja pobres;
- Procurar compreender a essência do Estado-nação, que à semelhança das outras formas de domínio que o antecederam, se resume à protecção da propriedade privada;
- Contestar o carácter sagrado da propriedade privada dos meios de produção;
- Recusar todas as vias que acabem com os pobres nas trincheiras;
- Ir aos bairros. Ouvir.

Proponentes

- Filipe Martins
- Mariana Campos Flor
- Ricardo André

Moção 56

Democratizar a automação. Pela criação de um fundo público da automação

É atribuída a Aristóteles a frase segundo a qual o fim da escravidão só seria possível quando os teares comesçassem a trabalhar sozinhos. Em 1930, John Keynes, no ensaio "Possibilidades Económicas para os Nossos Netos", previa que por esta altura, devido ao aumento da produtividade, só precisaríamos de trabalhar 15 horas por semana para suprir as nossas necessidades. Infelizmente, apesar do aumento da produtividade, a jornada de trabalho não é muito diferente da de 1930, e ainda estamos longe das 15 horas.

Mais do que com a Revolução Industrial, o advento da IA torna o ideal aristotélico mais alcançável. De facto, os "teares" parecem começar a funcionar por si.

Contudo, até agora, isso não tem tido qualquer efeito emancipador sobre os trabalhadores.

Em vez de concretizar o ideal aristotélico e marxista de nos libertar do reino da necessidade, o advento de novas tecnologias traz consigo novas ferramentas de dominação laboral, em prol da maximização dos lucros dos detentores das empresas que as implementam. O novo pacote laboral, proposto pelo governo (felizmente derrotado com a luta dos trabalhadores) mais não faria do que acentuar esta tendência, apesar de nos ter sido apresentado como forma de preparar o mercado de trabalho para os desafios futuros.

Por um lado, as tecnologias baseadas em IA ameaçam substituir os trabalhadores, atirando-os ao desemprego permanente. Por outro lado, servem de instrumentos de monitorização, vigilância e dominação algorítmica do trabalhador, contribuindo para a intensificação do seu ritmo de trabalho, como já acontece em empresas como a Amazon e a Uber.

Importa colocar a automação ao serviço de todos, e não apenas de alguns. Ao serviço dos trabalhadores, da redução do tempo e do esforço de trabalho, e do aumento do seu bem-estar. Por outras palavras, esta moção apela à promoção da automação como mecanismo para emancipar a sociedade do reino da necessidade.

No nosso programa (proposta C.23) é proposta a criação de um "dividendo da automação" a partir de uma contribuição extraordinária aplicada às "organizações e empresas que despeçam trabalhadores ou extingam postos de trabalho" ou em que se "verifique assinalável desproporção entre o número de trabalhadores e o lucro realizado".

Na mesma senda, nesta moção, propõe-se que essa contribuição sirva de base para a criação e o financiamento de um **fundo público da automação**, com o objetivo de distribuir os ganhos da automação de forma mais equitativa entre todos. Entre outras coisas, este fundo deve estar ao serviço de:

- Providenciar formação aos trabalhadores em novas competências digitais.
- Subsidiar períodos de reconversão de carreira.
- Financiar projetos de valor social e/ou cultural relevante (independentemente do seu valor de mercado).
- Ajudar à criação de empresas, com boas práticas e um modelo de governação mais democrático (nomeadamente cooperativas).

- Financiar a aquisição das empresas pelos próprios trabalhadores, exigindo-se como contrapartida uma série de boas práticas (nomeadamente a adoção de um modelo democrático de governação).
- Ajudar empresas a investir em ferramentas de automação que beneficiem os seus trabalhadores: por exemplo, através da redução do horário laboral (mas não do salário), da desoneração de tarefas nas quais o trabalhador não encontre realização, ou do aumento das suas capacidades criativas.
- Distribuir rendimento diretamente às pessoas.
- Permitir ao Estado obter participação, como acionista, em empresas estratégicas.
- Servir de modelo inspirador para a criação de um fundo semelhante à escala europeia.

Proponentes

- Hugo Rajão
- Hélder Sousa
- Diana Lopes de Azevedo
- Rui Moreira
- Rui Luciano
- Carlos Costa
- Pedro Sarmento

Subscritores

- Hugo Rajão
- Daniel Sousa
- Carlos Fragoso
- Paulo Cunha
- Cláudio Santos
- Diamantino Raposinho
- Carlos Costa
- Tiago Picão
- Pedro Sarmento
- Hélder Fontes Verdade
- Pedro A. Pinheiro
- António Valverde
- Ana Machado
- Diana R. P. Lopes de Azevedo
- Cláudia Costa
- Márcio Cruz
- Octávia Coelho
- Rui Moreira
- Rui Luciano
- Carlos Costa
- Pedro Sarmento
- Maria Esteves Pereira

Moção 57

Pela promoção da soberania digital e da justiça algorítmica

I. Enquadramento e considerandos

Não é original dizer-se que as tecnologias digitais constituem infraestruturas centrais da sociedade contemporânea, atravessando as mais diversas dimensões da realidade social, da qual são simultaneamente produto e produtoras. Nesse sentido, ocupam um lugar central na política, não apenas porque transformam o fazer político, mas também porque se encontram no centro da luta pela justiça, igualdade e liberdade.

É assim há algumas décadas com a Internet, que levantou questões de liberdade de expressão, partilha e acesso, de produção de novas desigualdades, de circulação e partilha de informação e desinformação ou de propriedade intelectual dos conteúdos. É assim com a produção do próprio software, no centro da disputa sobre a dependência de monopólios, a mercantilização da informação e a falta de autonomia do utilizador. E é seguramente assim nos dias de hoje, com o crescimento acelerado da Inteligência Artificial Generativa, num mundo datafocado, onde as Big Tech extraem de forma pouco ou nada ética quantidades massivas de informação pessoal, que depois resultam em modelos que perpetuam ou aumentam desigualdades (o chamado viés algorítmico) ou em estratégias de profiling e personalização extremas que reduzem a autonomia individual. Tudo isto, sabemos, com impactos ambientais crescentes.

O debate em torno destas tecnologias não tem de se limitar ao entusiasmo desmedido pela tecnologia, ao pânico ou à derrota. Não podemos fingir que vivemos num mundo que não existe, mas também não precisamos de aceitar de forma acrítica aquilo que nos servem. As escolhas tecnológicas não são neutras, devem ser objeto de reflexão política e ética, para que possamos coletivamente escolher as melhores opções. A promoção de literacia sobre o funcionamento e as implicações dessas escolhas permite-nos tomar decisões mais éticas, mais democráticas e mais justas.

Esta moção vem apelar ao LIVRE que, enquanto partido progressista e comprometido com a liberdade, a democracia e a sustentabilidade, assuma plenamente o seu lugar nesta arena de disputa política, mantendo e reforçando o alinhamento entre o seu discurso político fundador, o discurso político específico do campo da tecnologia digital e as suas práticas concretas, assegurando que, tanto na escolha das ferramentas que usa, como nas posições públicas que assume, se refletem os ideais do partido.

II. Princípios para uma infraestrutura digital ética

O LIVRE deve reconhecer como princípios orientadores para a adoção de ferramentas digitais:

- O respeito pela autonomia, liberdade e dignidade humanas, assegurando que cada pessoa é livre de fazer as suas escolhas, que a tecnologia não está a assumir decisões que apenas podem ser humanas e que o acesso à cultura e à informação não está a ser restringido por sistemas de personalização algorítmica.
- O direito à privacidade, ao esquecimento, à proteção dos dados pessoais e à segurança da informação, tanto do ponto de vista individual como das comunidades vítimas de colonialismo de dados e das entidades coletivas.

- A soberania digital, assegurando que cidadãos, organizações, instituições públicas e o Estado mantêm autonomia e capacidade de controlo sobre as escolhas digitais e têm acesso a infraestruturas críticas, reduzindo-se a dependência de plataformas monopolistas.
- A transparência, promovendo-se tecnologias auditáveis, compreensíveis e sujeitas a escrutínio democrático.
- A acessibilidade e a inclusão, combatendo-se a infoexclusão, o agravar das desigualdades e promovendo-se a literacia e o acesso digital pleno e emancipatório.
- A igualdade, justiça e não discriminação, através de mecanismos de controlo do viés algorítmico que combatam a estigmatização de certos grupos sociais induzida pela IA
- A sustentabilidade social, económica e ambiental, promovendo-se uma utilização responsável dos recursos materiais e energéticos associados às infraestruturas digitais.

III. Proposta

Acreditamos que a credibilidade de um projeto político que defende a democracia, a transparência e a autonomia coletiva depende também da forma como organiza as suas próprias infraestruturas digitais. Propomos, assim, aos órgãos competentes do partido:

- Realizar uma avaliação periódica das ferramentas digitais utilizadas pelo LIVRE, considerando os critérios acima referidos. Elaborar um plano de transição progressiva para alternativas mais alinhadas com estes princípios sempre que possível e necessário.
- Privilegiar, sempre que for viável, o uso de software livre, formatos abertos e soluções interoperáveis que permitam a portabilidade dos dados;
- Usar ferramentas em conformidade com o RGPD para a recolha e armazenamento de dados.
- Desenvolver orientações internas de utilização ética da inteligência artificial, favorecendo, o uso de modelos transparentes, explicáveis e passíveis de execução local, que usem modelos treinados de forma ética e que sigam normas de proteção de dados, mitigação de enviesamentos e supervisão humana.
- Promover a literacia crítica interna nestas matérias através de ações de formação e produção de materiais explicativos

Simultaneamente apelamos ao LIVRE para que assuma um lugar de protagonismo na luta pela democracia digital e pela justiça algorítmica, defendendo:

- A soberania digital europeia e a criação e utilização de infraestruturas digitais públicas ou comunitárias para funções estratégicas.
- A adoção de software livre e formatos abertos na Administração Pública
- O uso de inteligência artificial ética e alinhada com os direitos fundamentais, e a inclusão de requisitos de transparência, auditoria e explicabilidade nos sistemas de IA utilizados em contextos de elevado impacto social
- O acompanhamento crítico da implementação nacional e subsequente definição de mecanismos de supervisão e fiscalização do AI Act.
- O reforço da literacia digital e da literacia em IA como um mecanismo básico de cidadania e capacitação, nas escolas, universidades e na formação ao longo da vida.
- A definição de critérios ambientais e energéticos mais exigentes para centros de dados e infraestruturas digitais.

Proponentes

- Inês Pereira

Moção 58

Inteligência Artificial, Soberania Digital e Política

Proposta: Que o LIVRE adote uma posição estratégica sobre Inteligência Artificial generativa (IA) e soberania digital assente em três compromissos indissociáveis:

- 1) o **acesso universal** aos modelos de IA generativa como bem comum;
- 2) a **soberania democrática** sobre as infraestruturas físicas e os modelos de código aberto que nelas correm;

e

- 3) a **dignidade do trabalho humano**, sem deixar ninguém para trás, entendendo a IA como ferramenta para potenciar as capacidades, a criatividade e a produtividade das pessoas, nunca para as substituir ou subjugar.

E que mandate as suas estruturas, os seus eleitos e as suas eleitas, a traduzir esta posição em iniciativa política aos níveis autárquico, nacional e europeu.

Preâmbulo: edificar em comum, não erguer Babel

Vivemos uma "mudança de época". Em poucos anos, a IA passou de promessa especulativa a facto material, com consequências económicas, geopolíticas e ecológicas profundas. Negá-lo — isto é, descartá-la como mera bolha — é hoje um risco político próprio. Como nota Rutger Bregman, há vinte anos a negação era um problema da direita perante o clima; hoje, parte da esquerda repete o erro perante a IA, mudando de argumento a cada previsão desmentida.⁴²

O LIVRE não é nem pode ser um partido de negação, mas também não aceita a narrativa de salvação vendida por um punhado de empresas. Referimo-nos ao "futurismo da IA" de que fala o *Green European Journal*: o sistema de ideias, dominado pela 'Big Tech', que apresenta o avanço tecnológico como inevitável, capaz de resolver tudo sozinho e destinado a superar a inteligência humana.⁴³

A escolha não é entre dizer "sim" ou "não" à tecnologia. É entre **concentrar** este novo poder nas mãos de poucos ou **distribuí-lo** democraticamente; entre uma infraestrutura imposta de fora e uma ancorada no nosso território, nos nossos valores e na nossa energia limpa. A encíclica *Magnífica Humanitas*, de Leão XIV, dá à escolha uma imagem útil: ou erguer uma nova torre de Babel ("a idolatria do lucro, que sacrifica os mais fracos; a uniformidade, que anula as diferenças"), ou reconstruir a cidade pela responsabilidade partilhada e participada por todos.⁴⁴ É a segunda via que esta moção propõe.

I. O poder, e quem o detém

A primeira questão não é técnica, é de poder. Outrora, eram sobretudo os Estados a dirigir a inovação de fronteira; hoje, os seus principais motores são atores privados, frequentemente transnacionais, com recursos

⁴²Rutger Bregman, *An Inconvenient Truth About AI*, junho de 2026 — <https://rutgerbregman.substack.com/p/an-inconvenient-truth-about-ai>

⁴³Jonah Schwoppe e Lena Schröder, *Beyond AI Futurism: A Socio-Ecological Vision for AI*, Green European Journal, novembro de 2025 — <https://www.greeneuropeanjournal.eu/a-socio-ecological-vision-for-ai/>

⁴⁴Leão XIV, Carta *Encíclica Magnífica Humanitas* — Sobre a salvaguarda da pessoa humana na era da inteligência artificial, 15 de maio de 2026 (cf. §§ 5, 10, 51, 67, 71 e Caps. IV e V). <https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/encyclicals/documents/20260515-magnifica-humanitas.html>

superiores aos de muitos Governos. Um poder tecnológico de identidade inédita, "predominantemente privada" e, por isso, mais difícil de orientar para o bem comum.³

A consequência democrática é direta. Bregman recupera o conceito de "maldição da inteligência" (por analogia com a maldição dos recursos): se as máquinas escrevem o código, redigem os contratos e executam o trabalho, quem as detém deixa de precisar do resto de nós — nem como trabalhadores, nem como contribuintes, nem sequer como eleitores.¹ O contrato laboral, fiscal e social que fundou as democracias modernas corre o risco de se dissolver. E, note-se, partimos já da maior concentração de riqueza da história, que a IA ameaça agravar.

O LIVRE reconhece aqui uma ameaça aos seus valores fundadores: a democracia participativa, a justiça social e o combate aos monopólios. Para lá da reatividade regulatória, a resposta deve conter em si mesma uma disputa pela **agência e soberania democráticas** sobre a infraestrutura e sobre os modelos de linguagem (LLM) que nela correm.

II. A proibição americana e a janela europeia

Em junho de 2026, o Governo dos Estados Unidos, invocando segurança nacional e controlo de exportações, suspendeu de imediato o acesso aos modelos de IA mais avançados da Anthropic (Fable 5 e Mythos 5) a **qualquer cidadão não-americano**, dentro ou fora dos EUA — incluindo os trabalhadores estrangeiros da própria empresa que os desenvolveu.⁴⁵ A empresa contestou a base técnica e chamou-lhe um mal-entendido, mas o ponto político permanece, qualquer que seja o desfecho: **o acesso de toda a Europa aos modelos mais capazes do mundo pode ser cortado de um dia para o outro, por decisão discricionária de Washington.**

Ficar de fora desta corrida é, para a União Europeia, um duplo risco: de quebra abrupta de produtividade e de perda de soberania. Nenhuma empresa, administração pública ou cidadão pode construir o seu futuro sobre uma dependência tão imprevisível. O cenário 'Europe 2031' descreve este mecanismo a tornar-se permanente: um regime que classificará os países por níveis de confiança e racionará o acesso a esta tecnologia, deixando a Europa para trás, com acesso reduzido e mais caro.⁴⁶

Mas onde há ameaça há oportunidade — talvez a única. E a oportunidade europeia não passa por imitar a Califórnia, mas por oferecer o que ela já não pode garantir: **o Estado de direito e a previsibilidade.** A imprevisibilidade e o autoritarismo crescente do poder norte-americano tornam pela primeira vez a Europa num destino atrativo para o **capital humano** da fronteira da IA. Incluindo investigadores e engenheiros que partilham valores democráticos, ecológicos e de Estado de direito — muitos nascidos na Europa e idos para a Califórnia apenas porque era aí que a fronteira se construía, e que agora procuram um lugar estável onde a sua obra não fique refém do humor de um governo pouco fiável.⁷

A Europa detém ainda pontos de estrangulamento reais na cadeia de valor: desde logo a ASML (*Advanced Semiconductor Materials Lithography*), nos Países Baixos, sem cujas máquinas de litografia nenhum chip de fronteira é fabricado⁵. Além disso, a crise de semi-condutores durante e pós-pandemia já tinha levado a Comissão Europeia a criar a iniciativa «Circuitos Integrados para a Europa» desenhada para garantir a soberania e resiliência tecnológica da região, que urge reforçar com vista à aceleração da inteligência artificial.⁴⁷

⁴⁵Anthropic, **Statement on the US government directive to suspend access to Fable 5 and Mythos 5**, 12 de junho de 2026 — <https://www.anthropic.com/news/fable-mythos-access>

⁴⁶Daan Juijn et al., **Europe 2031 — What getting AI wrong means for us** — <https://europe2031.ai/>

⁴⁷Iniciativa **«Circuitos Integrados para a Europa»** é o Pilar 1 do *Chips Act*: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-chips-industry/>

Atrair talento alinhado com os nossos valores e usar a alavancagem que ainda detemos é uma estratégia de soberania, não de submissão — e ao serviço do **bem comum público**, não de fortunas privadas.

III. Os bens digitais como bens comuns

Se a concentração é o problema, a partilha é a resposta. A encíclica *Magnifica Humanitas* dá aqui um contributo notável, ao alargar à era digital o princípio clássico da **destinação universal dos bens**. Entre os bens destinados a todos, escreve, devem contar-se agora as novas formas de propriedade: "patentes, algoritmos, plataformas digitais, infraestruturas tecnológicas e dados". Concentrados em poucas mãos, sem partilha adequada, alimentam o fosso entre quem participa na revolução digital e quem fica à margem.³

Traduzido em linguagem laica e progressista: a IA deve ser uma ferramenta acessível a todos, e não privilégio de uma tecno-oligarquia do Vale do Silício. O objetivo é **converter a inteligência de ativo estratégico racionado em infraestrutura — como as estradas e a eletricidade —, acessível a todos a baixo custo**.⁴⁸ O *Green European Journal* aponta os instrumentos²:

- Combater a concentração com regras de concorrência e interoperabilidade;
- Investir em modelos de *commons* de dados (como o projeto DECODE, em Barcelona);
- Construir alternativas públicas — *compute* público, dados abertos e modelos abertos (*a public AI stack*) —, que não suprimem a inovação privada mas reequilibram o ecossistema a favor do bem comum.

Urge aplicar o princípio da subsidiariedade à revolução digital: a instância superior deixou de ser o Estado e passou a ser um punhado de plataformas que definem as condições de acesso e visibilidade. Essas condições têm de ser **democraticamente definidas** e sujeitas a transparência algorítmica, a auditorias independentes, e ao acesso equitativo e aberto aos dados.

IV. Trabalho, dignidade e as novas formas de escravatura

O medo mais imediato das pessoas é o do desemprego. O LIVRE enfrenta-o de frente, sem alarmismo nem negação.

A encíclica é clara: o valor da pessoa não depende do que produz, e é "particularmente perigosa" a ideologia que mede o mérito pela eficiência, reduzindo o ser humano a um recurso a explorar.³ É esta a fronteira ética que está a ser testada com a expansão generalizada da IA, e que nos separa da visão dominante no Vale do Silício. Quando o CEO da Microsoft, Satya Nadella, propõe que cada empresa inscreva no balanço, lado a lado, "capital humano" e "capital de *tokens*"⁴⁹ enquanto medidor da capacidade de consumir computação de IA como ativo, enuncia uma equivalência que recusamos na sua forma crua; o próprio admite que haverá "deslocação real" de emprego. O LIVRE, afirmamos o oposto: o 'capital de *tokens*' só é legítimo quando **amplifica** o capital humano: a criatividade, o discernimento, a relação, o cuidado. Nunca quando o substitui para o descartar.

O *Europe 2031* mostra o que acontece quando se deixa a questão ao mercado: empresas encurraladas, a pagar trabalhadores cujo trabalho é feito por agentes, sem se poderem reorganizar nem lhes dar um futuro digno; o pior mercado de trabalho para jovens diplomados em memória viva; e, do outro lado, uma minoria que delega

⁴⁸Pedro Santa Clara, *The Monopoly of Intelligence (junho de 2026) e Portugal's Strategic Play in AI* — <https://www.linkedin.com/pulse/monopoly-intelligence-pedro-santa-clara-jzqge/>

*[Ler criticamente: PSC tem uma visão neo-liberal do problema, desprezando o *AI Act* e a necessidade urgente de regulação; não menciona uma linha sobre energia e ecologia; e a confiança cega do autor nos mercados negligencia os impactos desta transformação no mercado de trabalho e na necessidade de protecção dos mais vulneráveis que ficarão sem acesso a esta tecnologia.]

⁴⁹*Hard Fork, Satya Nadella on Microsoft's OpenAI Deal, Xbox's Reset and the A.I. Economy*, Conceito de "*human capital vs. token capital*": <https://youtu.be/zqEZyHkXgh0?si=EURWn44xhoDhILN5>

tudo nos agentes e "vai cuidar do jardim"⁵. A encíclica nomeia o risco com dureza, ao dedicar um capítulo inteiro à dignidade do trabalho na transição digital, à ameaça do desemprego e às "novas formas de escravatura"³.

A resposta progressista não é travar a tecnologia. Isso não funciona, apenas a desloca para onde há menos direitos¹. **A solução passa por garantir que os ganhos de produtividade são partilhados.** Bregman recorda que a semana de quinze horas prevista por Keynes para 2030 era tecnicamente alcançável há décadas, mas não aconteceu porque os ganhos foram capturados pelo capital¹. Os instrumentos existem: um modelo de *flexicurity* à dinamarquesa (seguro de rendimento, requalificação e apoio real a quem é deslocado)^{5,50}, financiado por um **'Fundo para a Transição Tecnológica'** alimentado por **taxar os grandes lucros dos centros de dados e os que advêm da automação**⁵¹, fazendo a riqueza da IA financiar a transição justa de quem por ela é afetado. É a tradução concreta de uma posição que o LIVRE já defende: políticas baseadas em evidência, do Rendimento Básico Incondicional ao piloto da semana de quatro dias.

V. Soberania sobre a infraestrutura física e os seus limites ecológicos

Não há soberania digital sem soberania sobre o **substrato material** da IA. Como mostra Kate Crawford, a IA não é "código e servidores": é um sistema sócio-material sustentado por infraestruturas de dados, trabalho e **energia**, com extração desigual a recair sobre o 'Sul Global'². Quem não controla a energia, os *chips*, as baterias e os *data centers* não controla os modelos que neles correm.

Aqui está a contribuição mais original e mais difícil que o LIVRE pode dar. Os defensores da "construção a todo o custo" têm razão num ponto: a Europa tem sido boa a regular e má a construir. E, abandonar o terreno é entregar o futuro a autocracias e oligarquias⁵. Mas a aceleração cega de *data centers* movidos a fósseis contradiria o Pacto Ecológico Europeu e arriscaria um "bloqueio de CO₂"². A síntese ecossocialista é clara: **construir — mas em comum, com energia renovável, e sob o princípio da proporcionalidade**, segundo o qual o custo ecológico da IA tem de ser justificado pelo valor público que gera. Em concreto, a infraestrutura europeia de IA deve ser:

- **Alimentada a renováveis**, articulada com a aceleração da energia limpa e o reforço das redes elétricas, recusando que a procura da IA sirva de pretexto para prolongar a dependência fóssil ou nuclear, ou para a destruição da paisagem e dos ecossistemas;
- **Soberana na cadeia de valor**, com capacidade europeia em *chips*, baterias e armazenamento de energia, protegendo e expandindo as áreas de estrangulamento estratégico que a Europa ainda detém;
- **Ancorada juridicamente em solo europeu**, em jurisdições que Washington ou Pequim não possam comandar de um dia para o outro, com licenciamento ágil mas ambientalmente exigente;

⁵⁰ **Philippe Aghion (Nobel da Economia 2025) sobre IA e mercado de trabalho.** Em conferência em Barcelona, o economista — definindo-se como "otimista cauteloso" — defendeu que a IA destruirá empregos numa fase inicial mas poderá criar ocupações e impulsionar o crescimento *desde que os governos adotem políticas públicas de transição adequadas*, alertando que "a destruição de postos de trabalho pode ocorrer antes de se começar a criá-los". Sublinhou o papel central da educação, uma regulação "inteligente" que promova a concorrência e impeça a concentração de mercado pelas grandes empresas, e maior financiamento europeu à inovação (incluindo incentivos para canalizar as poupanças europeias para empresas locais). Lusa, em *Comunidade Cultura e Arte* (16 jun. 2026) — <https://comunidadeculturaearte.com/nobel-da-economia-philippe-aghion-defende-que-governos-devem-adotar-politicas-publicas-perante-impacto-da-ia-no-mercado-de-trabalho/>

⁵¹ LIVRE, Proposta **Trabalhar com Futuro** [em resposta ao Pacote Laboral da Ministra do Trabalho Maria do Rosário Palma Ramalho do Governo de Luís Montenegro]:

Transição tecnológica: proteger, modernizar e requalificar — Fundo para a Transição Tecnológica e taxa sobre os grandes lucros dos centros de dados e da automação.

<https://www.youtube.com/shorts/VgOXisJXWJM>

- **Orientada por missão e não por mercado**, condicionando o financiamento público a objetivos sociais, democráticos e ecológicos — o "direcionismo" da IA, por oposição ao aceleracionismo².

A soberania digital não se esgota, porém, na inteligência artificial.

Hoje, uma parte substancial dos serviços do Estado e da administração pública corre sobre software proprietário e fechado (*closed source*), licenciado a um punhado de gigantes tecnológicas, quase todas norte-americanas ou asiáticas, **num quadro de declínio das alternativas europeias**.

Esta dependência é, em si mesma, um ponto crítico de operação. O mesmo poder que, por decreto, desligou da noite para o dia o acesso a um modelo de IA, pode a qualquer momento transformar uma licença de *software* numa moeda de troca geopolítica — como, aliás, ilustra o caso do Tribunal Penal Internacional, que, depois do seu procurador ter perdido o acesso ao email na sequência de sanções dos EUA, migrou para a suite aberta openDesk⁵².

A resposta é a mesma que esta moção defende para os modelos de IA: priorizar alternativas abertas (*open source*) e de tutela europeia pela sua transparência, robustez, correção mais rápida de vulnerabilidades, proteção de dados e ausência de dependência de fornecedor — com o benefício acrescido, caro a este capítulo, de uma maior eficiência energética. Não é utopia:

- O estado de Schleswig-Holstein na Alemanha migrou cerca de 30.000 postos da administração pública para Linux, LibreOffice e Nextcloud, invocando soberania, segurança e sustentabilidade⁵³;
- A França ordenou em 2026 a passagem dos seus ministérios a soluções abertas, em torno da suite soberana «*La Suite numérique*»;⁵⁴
- E os ministros europeus consagraram a ligação entre código aberto, soberania digital e democracia na Declaração de Berlim.⁵⁵

O LIVRE deve continuar a fazer seu este caminho, prosseguindo esta adoção de ferramentas de código aberto no seu próprio funcionamento interno e através das ferramentas colocadas ao dispor dos seus eleitos.

VI. Governar o risco, não o passaporte

⁵²**Tribunal Penal Internacional** → **openDesk**. Em 2025, na sequência de sanções dos EUA (Ordem Executiva 14203) a responsáveis do TPI, o procurador Karim Khan ficou sem acesso à sua conta de email da Microsoft — facto reportado pela Associated Press, que a Microsoft negou ao afirmar não ter suspenso serviços ao Tribunal; o TPI confirmou a migração para a suite de código aberto *openDesk* (ZenDiS, Alemanha). *The Register* (31 out. 2025) — https://www.theregister.com/2025/10/31/international_criminal_court_ditches_office/; *Computer Weekly* (mai. 2025) — <https://www.computerweekly.com/opinion/Microsofts-ICC-email-block-reignites-European-data-sovereignty-concerns>

⁵³**Schleswig-Holstein (Alemanha)**. A região está a migrar cerca de 30 000 postos de trabalho da administração pública do software da Microsoft para Linux, LibreOffice e Nextcloud, invocando soberania digital, segurança e sustentabilidade, e reinvestindo localmente as poupanças de licenciamento; em finais de 2025, perto de 80% já tinham transitado. *The Register* (4 abr. 2024) — https://www.theregister.com/2024/04/04/germanys_northernmost_state_ditches_windows/; Open Source Observatory, Comissão Europeia — <https://interoperable-europe.ec.europa.eu/collection/open-source-observatory-osor>

⁵⁴**França — DINUM e «La Suite numérique»**. A 8 de abril de 2026, a Direção Interministerial do Digital (DINUM) ordenou a migração dos postos de trabalho do Estado do Windows para Linux e a eliminação da dependência de software norte-americano, devendo cada ministério apresentar o seu plano até ao outono de 2026; a suite soberana de produtividade «La Suite numérique» (com ferramentas como Tchap e Visio, em código aberto) é a alternativa designada. *The Next Web* (8 mai. 2026) — <https://thenextweb.com/news/france-linux-windows-migration-digital-sovereignty>

⁵⁵**Declaração de Berlim (2020)**. Os ministros responsáveis pela administração digital dos Estados-Membros da UE associaram as soluções de código aberto interoperáveis à soberania digital, aos direitos fundamentais e aos valores democráticos. Declaração de Berlim sobre a Sociedade Digital e o Governo Digital Assente em Valores (8 dez. 2020); Open Source Observatory, Comissão Europeia — <https://interoperable-europe.ec.europa.eu/collection/open-source-observatory-osor/news/open-source-digital-sovereignty-and-interoperability>

A preocupação com a segurança é legítima. A IA de fronteira pode dar vantagem a quem procura criar um agente patogénico, montar um ciberataque catastrófico, alimentar a máquina de guerra com armas autónomas, ou corroer a democracia através de desinformação em massa, manipulação e divisão social. Mas a lição da diretiva americana é precisamente esta: **não se gere este risco racionando a inteligência por nacionalidade**.

O mundo mais perigoso não é aquele em que a IA mais poderosa está amplamente disponível, mas aquele em que **um único país detém o monopólio da inteligência superior**⁷. Para uma tecnologia de uso geral, a segurança vem da **pluralidade, não da escassez**: não se "despublica" um número nem se retiram pesos que já estão em milhões de discos. Múltiplos modelos, *developers* e jurisdições, auditando-se mutuamente, são mais seguros do que um líder único, pois garante que nenhum ator pode então manter o resto do mundo refém das suas decisões de acesso, nem nenhum ponto único de falha se torna um risco civilizacional. O mesmo princípio que torna perigoso um ponto único de controlo numa rede elétrica, num sistema financeiro ou numa constituição, vale também para a inteligência artificial.

Daqui, decorrem duas posições do LIVRE:

- **Governar a capacidade perigosa, não o passaporte.** Os riscos reais geram-se ao nível do uso — salvaguardas, monitorização, responsabilização (*liability*) e o trabalho técnico de alinhamento e recusa —, e através de **regulação internacional vinculativa** dos vetores genuinamente catastróficos — agentes patogénicos, ciberataque, **armas autónomas letais**, e **desinformação em massa, manipulação e corrosão das democracias** (incluindo os algoritmos que tornam as plataformas divisivas).² Não se reduz o risco de pandemia proibindo estrangeiros de usar um modelo que escreve textos e corrige código.
- **Financiar uma diversidade de modelos abertos**, e não um único campeão nacional que apenas recria o monopólio com outra bandeira.⁷

A soberania europeia faz-se com pluralismo, não com um novo monopólio de bandeira azul-e-estrelas.

VII. Princípios orientadores

Decorrem do exposto seis princípios, alinhados com os valores fundadores do LIVRE — ecologia, justiça social, democracia participativa, antimonopólio e europeísmo progressista:

1. **A IA tem de ser uma ferramenta ao serviço das pessoas**, para potenciar a criatividade e a produtividade humanas, nunca para as substituir ou descartar.
2. **Acesso universal**: os modelos, os dados e as infraestruturas são bens com destinação universal, Não se podem tornar privilégios concentrados.
3. **Soberania democrática** sobre a infraestrutura física e sobre os modelos que nela correm, com agência efetiva dos cidadãos e das suas instituições.
4. **Dignidade do trabalho**: os ganhos de produtividade pertencem a todos. Ninguém é descartável na transição digital — e ninguém pode ser privado das ferramentas de IA que lhe permitem reajustar mais depressa às transformações no mercado de trabalho.
5. **Pluralismo como segurança**: a segurança nasce de muitos modelos, *developers* e jurisdições que se vigiam entre si, não da concentração do poder computacional em poucas mãos.
6. **Proporcionalidade ecológica**: nenhuma capacidade de IA se constrói à custa dos limites planetários.

Parte resolutive

O XVII Congresso do LIVRE delibera:**No plano europeu e dos Verdes Europeus**

1. Defender a criação de uma **infraestrutura pública europeia de IA**: *compute*, dados e uma **diversidade de modelos abertos** (não um campeão único que recrie o monopólio com outra bandeira), alimentada a energia renovável e governada democraticamente — como contrapeso à dominação privada e à dependência externa;
2. Apoiar uma política de inovação **orientada por missão**, que condicione o financiamento público a objetivos de descarbonização, economia circular e resiliência democrática, em vez de o canalizar cegamente e sem critérios para a corrida à AGI (*Artificial General Intelligence*);
3. Promover junto dos Verdes Europeus e de aliados como o Canadá, o Japão e a Coreia do Sul, uma **coligação de potências médias democráticas** que use a alavancagem na cadeia de valor para garantir acesso, fixar normas e exigir transparência;
4. Defender que a Europa **atraia talento de fronteira** alinhado com os seus valores, fazendo do Estado de direito e da previsibilidade o seu trunfo, e transformando a imprevisibilidade do poder norte-americano e opacidade do poder chinês em liderança democrática europeia na IA;
5. Defender a **regulação internacional vinculativa dos usos catastróficos da IA** — agentes patogénicos, ciberataque, armas autónomas letais e desinformação em massa —, governando a capacidade perigosa e não a nacionalidade de quem a ela acede.

No plano nacional (Assembleia da República e Governo)

6. Criar um **Fundo para a Transição Tecnológica**¹⁰, financiado pela tributação **dos grandes lucros dos centros de dados e dos ganhos de produtividade que advém da automação e da acumulação de riqueza potenciada pela Inteligência Artificial**, para (a) proteger, modernizar e requalificar quem é afetado pela transição digital⁹ e (b) financiar a construção da infra-estrutura de suporte à cadeia de valor da IA;
7. Defender uma **transição justa** aos trabalhadores afetados pela automação, assente **na segurança, formação e valorização de quem trabalha**, e nunca na desregulação de quem emprega: um rendimento de substituição robusto durante a transição, o direito efetivo a requalificação e formação ao longo da vida, o acesso universal às ferramentas de IA, e o reforço da contratação coletiva e da representação dos trabalhadores nas empresas dos setores beneficiados pela IA. Esta segurança, financiada pelo **Fundo para a Transição Tecnológica**, é necessária e é o que torna a transição tecnológica uma realidade desejável ao contrário das propostas que confundem "flexibilidade" com a facilitação do despedimento e o enfraquecimento da proteção laboral;
8. Defender a **transparência algorítmica**, auditorias independentes e acesso equitativo aos dados e critérios-chave do modelo, ainda que respeitando o direito à privacidade comercial das grandes plataformas, e aplicar com firmeza as regras de concorrência contra a concentração monopolista - Garantindo que, no Estado e na Administração Pública, qualquer ferramenta de Inteligência Artificial utilizada obedece a critérios rigorosos de transparência algorítmica e de armazenamento de dados, a operar dentro da União Europeia, com qualquer tomada de decisão a ter uma intervenção final humana;
9. Exigir que qualquer nova construção de *data centers e expansão dos existentes* em curso no território nacional seja **condicionada a energia renovável adicional** e a critérios de proporcionalidade ecológica, e ancorada juridicamente em solo nacional/europeu;

10. Envolver a Academia e investir em **Investigação e Desenvolvimento** para alcançar soberania nacional na infraestrutura e nos modelos abertos que nela correm;
11. Promover a **literacia e a soberania digital** dos cidadãos, não só competência técnica (*know-how*), mas a compreensão das implicações (*know-why*) e a capacidade de decidir coletivamente que futuros queremos (*know-what*).²

No plano autárquico

12. Adotar e promover, no funcionamento interno do LIVRE e na ação dos seus eleitos na administração local, **modelos e ferramentas de código aberto**, auditáveis e, sempre que possível, de tutela europeia. sob estruturas claras de responsabilização e governação com gestão auditável, registo das operações e supervisão humana das decisões apoiadas por estas ferramentas, as tecnologias em questão devem estar ao serviço da participação, da transparência e da decisão informada, tratando a governação da tecnologia como questão democrática e não meramente técnica;
13. Dar continuidade ao trabalho de **ciência de dados ao serviço do bem comum** já existente no partido, garantindo proteção de dados, fiscalização e acesso aberto às ferramentas de visualização⁵⁶.

Proponentes

- Francisco Costa

Subscritores

- Francisco Costa
- André Bonito Ferreira
- Pedro A. Pinheiro
- Teresa Alves
- Alexandre Santos Rodrigo
- Tomás Horta
- Maria Esteves Pereira
- Safaa Dib
- André Wemans
- Diogo Mota Duarte
- Constança Rocha
- Tiago Silveira
- Pedro Vale
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Carlos M. G. L. Teixeira
- Nurin Mirzan
- André Dias
- Paulo Muacho
- Patricia Gonçalves

⁵⁶ **Ciência de Dados, Estatística e Política**, Moção de Carácter Específico ao XIV Congresso do LIVRE — <https://partidolivre.pt/wp-content/uploads/2019/04/Mocao-12.pdf>

- Sílvia Pais
- Pedro Mendonça
- Rúben Vieira
- André Tenente
- Sílvia Vilas
- Mafalda Dâmaso
- Paulo F Dias
- Pedro Martins

Moção 59

Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.

A Inteligência Artificial (IA) chegou ao trabalho, à escola, à administração pública, à ciência, à saúde, à cultura, à comunicação social, aos serviços, à indústria e à vida quotidiana. Não devemos Ignorá-la como se fosse uma ameaça inevitável, mas aceitá-la sem regras, sem justiça e sem democracia, seria abdicar da política e da cidadania e das pessoas.

A presente moção parte de uma convicção simples: não somos contra a inteligência artificial. Somos contra uma economia em que os ganhos da inteligência artificial sejam apropriados por poucos, enquanto os custos sociais da substituição do trabalho são transferidos para muitos. Somos contra uma transição tecnológica em que as empresas ficam com a produtividade, os acionistas com os dividendos, os Estados com a despesa social e os trabalhadores com a insegurança. A questão central é saber quem beneficia dessa tecnologia enquanto recurso ativo, quem paga, e quem fica protegido se a IA tecnologia começar a substituir trabalho humano em larga escala. No final do dia, o financiamento do Estado Social que defendemos, não pode continuar a recair quase exclusivamente sobre quem trabalha. Seria ainda mais injusto permitir que as grandes empresas tecnológicas, muitas delas beneficiárias de investigação pública, infraestruturas públicas, contratos públicos, formação pública, dados produzidos socialmente e apoios diretos ou indiretos do Estado, acumulassem rendas extraordinárias sem contribuírem proporcionalmente para reparar os efeitos sociais da substituição laboral.

Esta moção defende, assim, um novo contrato social tecnológico: inovação sim, mas com responsabilidade; produtividade sim, mas com redistribuição justa pelas pessoas; automação sim, quando melhora a vida humana, mas nunca como pretexto para descartar trabalhadores como se fossem custos obsoletos.

Considerando que:

A IA é uma tecnologia de uso geral, com impactos profundos na organização do trabalho, na produtividade, na administração pública, na ciência, na educação, na cultura e na economia, e que os seus benefícios sociais só serão plenamente alcançados se forem orientados por critérios de justiça, transparência, sustentabilidade, direitos fundamentais e participação democrática;

A substituição de trabalho humano por sistemas automatizados pode reduzir postos de trabalho, pressionar salários, enfraquecer carreiras contributivas, aumentar a precariedade e transferir para o Estado os custos da transição, colocando em causa um Estado social;

Muitas empresas tecnológicas beneficiam de investimento público. A concentração de algoritmos, plataformas, patentes e poder computacional pode aprofundar desigualdades;

Esta moção defende que, quando e se, a IA substituir trabalho humano de forma significativa, os lucros e rendas dessa substituição devem contribuir proporcionalmente para compensar perdas laborais, financiar a requalificação, proteger rendimentos, reforçar a segurança social e redistribuir os ganhos de produtividade.

Propostas (centradas em 3 eixos: justiça fiscal, direitos laborais e responsabilidade pública das empresas tecnológicas).

1. Criar uma contribuição sobre lucros extraordinários associados à IA

Esta contribuição é destinada a financiar uma transição justa digital; defendemos a criação de uma contribuição específica, progressiva e proporcional, aplicada às grandes empresas tecnológicas e às empresas de grande dimensão que obtenham ganhos extraordinários através da substituição significativa de trabalho humano por sistemas de IA e/ou automação avançada. Deve incidir sobre lucros excepcionais, redução da massa salarial, concentração de mercado e apropriação privada de ganhos de produtividade.

As receitas devem financiar um Fundo para a Transição Justa Digital, destinado a apoiar trabalhadores afetados, reforçar a segurança social, financiar formação paga em horário laboral, apoiar transições profissionais e compensar os custos sociais da automação.

2. Garantir democracia laboral na introdução da IA nos locais de trabalho

A introdução de sistemas de IA com impacto no emprego, nos ritmos de trabalho, na avaliação de desempenho, na remuneração, nos horários deve estar sujeita a informação prévia, e deve ser criado um sistema de consulta e negociação com trabalhadores e sindicatos.

Devem ser proibidas decisões laborais exclusivamente automatizadas, garantindo sempre explicação, intervenção humana, direito de contestação e auditoria independente.

3. Condicionar apoios públicos e contratos do Estado à responsabilidade social das empresas tecnológicas.

Todas as empresas que recebam financiamento público, benefícios fiscais, contratos públicos, fundos europeus ou acesso privilegiado a infraestruturas públicas de computação devem assumir compromissos claros de responsabilidade social.

Esses compromissos devem incluir o pagamento efetivo de impostos nos países onde geram valor, planos de formação e requalificação dos trabalhadores, respeito pelos direitos sindicais, transparência sobre os impactos laborais da IA, proteção de dados, avaliação ambiental dos centros de dados e partilha justa dos benefícios quando a inovação assenta em conhecimento, infraestruturas ou dados produzidos socialmente.

Em resumo, esta proposta defende uma inteligência artificial ao serviço da inovação, da ciência e do progresso social, mas sempre subordinada à dignidade humana, ao trabalho digno, à negociação coletiva, à transparência das decisões automatizadas, à justiça social, à sustentabilidade e ao fortalecimento da democracia. Todas as empresas que recebam financiamento público, benefícios fiscais, contratos públicos, fundos europeus ou acesso privilegiado a infraestruturas públicas de computação devem assumir compromissos claros de responsabilidade social. Com pagamento efetivo de impostos nos países onde geram valor, planos de formação e requalificação dos trabalhadores e respeito pelos direitos sindicais.

O LIVRE delibera criar uma **Comissão de Acompanhamento das Práticas de Inteligência Artificial, Trabalho e Justiça Social**, com a missão de estudar, acompanhar e propor políticas públicas sobre os impactos da inteligência artificial no emprego, nos direitos laborais, na proteção social, na fiscalidade, na administração pública e na democracia.

Ver declaração ética de utilização de IA utilizada no Anexo I

Proponentes

- António Lopes

Anexo:

Esta moção tem um anexo, consultável no final do documento: Anexo à moção 59: Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social..

Moção 60

Por um software mais soberano e LIVRE

A nova presidência dos Estados Unidos da América veio mostrar as fragilidades que a União Europeia tem se continuar a depender tecnologicamente deste país. O uso de software proprietário é uma ameaça à nossa segurança e privacidade, que fica suscetível aos algoritmos escondidos utilizados para recolher a nossa informação pessoal. Os ativistas e os cidadãos mais vulneráveis são das maiores vítimas destas políticas pois frequentemente vêem os seus esforços comprometidos e a sua situação exposta a quem menos tem os seus interesses em conta.

Em alternativa, o uso de software livre e em código aberto (em inglês: FOSS, de free and opensource software) traz uma transparência significativa acerca do funcionamento de uma aplicação.

Qualquer utilizador pode inspecionar o código e perceber que dados são recolhidos, aumentando a transparência e a confiança dos utilizadores numa aplicação.

A Europa tem demonstrado um compromisso crescente com a digitalização e a transformação digital, e o apoio a FOSS está alinhado com esses objetivos.

As aplicações FOSS trazem várias vantagens:

1. Promovem a inovação, a transparência e a colaboração, permitindo que qualquer pessoa possa usar, estudar, modificar e distribuir o código;
2. O uso de FOSS reduz a dependência de fornecedores proprietários, aumentando a soberania tecnológica, a segurança e a privacidade digital;
3. O uso de software desenvolvido na Europa traz mais e novo investimento para o desenvolvimento de novas competências tecnológicas dentro da União Europeia;
4. A adoção de FOSS pode levar a poupanças significativas nos custos de licenciamento e manutenção de software, reduzindo custos tanto ao setor público como ao privado;
5. Aplicações FOSS podem promover a interoperabilidade entre sistemas através do uso de um código comum, facilitando a troca de informações e a colaboração entre diferentes entidades públicas e privadas;

No sentido de apoiar a criação, desenvolvimento e uso de aplicações FOSS, o Congresso do LIVRE propõe:

1. Promover o uso de software livre e de código aberto em todas as administrações públicas, incentivando a migração de sistemas proprietários para soluções abertas.
2. Criar políticas e diretrizes que priorizem o desenvolvimento e a adoção de software livre e de código aberto em projetos financiados por fundos públicos.
3. Estabelecer parcerias com comunidades de software livre e empresas europeias para fomentar a inovação e o desenvolvimento de soluções tecnológicas abertas.
4. Investir em programas de formação e educação para capacitar profissionais na utilização e desenvolvimento de software livre e de código aberto.

5. Realizar estudos e análises para avaliar o impacto económico e social da adoção de software livre e de código aberto, divulgando os resultados para informar a tomada de decisões.

Adicionalmente, o Congresso do LIVRE incentiva o LIVRE a dar o exemplo e a usar aplicações FOSS no seu trabalho interno e/ou software alojado na União Europeia, sujeitas às regras de privacidade e regulação internas. Neste sentido, escreveu-se em anexo algumas sugestões de software a usar internamente e no decurso do trabalho político do LIVRE.

Nota: esta moção foi escrita em Liberation Serif e Liberation Sans, estilos de letra não proprietários, e gravada em formato .odt

Proponentes

- Flávio Oliveira
- Jorge Leitão
- João Vasco Gama
- Marta Setúbal

Subscritores

- André Dias
- António Lopes
- Carla Sofia do Carmo
- Francisco Burnay
- Rodrigo Brito

Anexo:

Esta moção tem um anexo, consultável no final do documento: Anexo à moção 60: Por um software mais soberano e LIVRE.

Moção 61

Reconhecer o Impacto Aditivo das Redes Sociais e Promover Medidas de Proteção Digital

Proposta:

Que o LIVRE considere o vício das redes sociais como um perigo iminente na saúde mental pública, focando-se numa abordagem de capacitação e literacia digital, de modo a prevenir que os utilizadores fiquem vítimas de sistemas aditivos.

Enquadramento:

As redes sociais desempenharam um papel relevante na aproximação entre cidadãos, na partilha de informação e na promoção da participação cívica. Ainda hoje em dia se vê múltiplos impactos positivos da utilização ativa de redes sociais, sendo que o seu uso ativo, de partilhar novas publicações e comentários promove um sentimento positivo de conexão e pertença [1].

Contudo, a evolução dos modelos de negócio das principais plataformas digitais conduziu à adoção de mecanismos concebidos para maximizar o tempo de utilização e a retenção dos utilizadores [2], promovendo assim uma utilização passiva, que promove hábitos prejudiciais à saúde mental e comparações sociais negativas [1].

A investigação científica tem vindo a demonstrar que determinadas funcionalidades das redes sociais - como a rolagem infinita, as notificações permanentes, os sistemas de validação social através de “gostos” e partilhas e os algoritmos de recomendação personalizados - exploram mecanismos psicológicos associados à recompensa, ao reforço comportamental e à formação de hábitos compulsivos [2]. Estes mesmos hábitos podem ser comparados com os comportamentos compulsivos de jogos online ou até de compras [3]

Diversos estudos identificaram padrões de utilização que apresentam características semelhantes às observadas noutras dependências comportamentais, incluindo:

- perda de controlo sobre o tempo de utilização,
- dificuldade em reduzir o consumo,
- ansiedade quando o acesso é interrompido (e.g. não poder usar o telemóvel durante algum tempo)
- impacto negativo na vida académica, profissional, familiar e social, através da negligência de contextos offline em virtude das alternativas na internet [3]

A literatura científica tem igualmente identificado associações significativas entre a utilização problemática das redes sociais e o aumento de sintomas de ansiedade, depressão, perturbações do sono, isolamento social e diminuição do bem-estar psicológico, particularmente entre adolescentes e jovens adultos [3][4][5].

A Meta e o Youtube foram recentemente processados em tribunal por uma jovem adulta exatamente pelo formato viciante destas plataformas e o impacto direto na sua saúde mental [6]. Desde que esse processo foi aberto, inúmeras outras pessoas têm tentado seguir o mesmo caminho, pois se sentem vítimas destas plataformas, sobre as quais nunca houve qualquer aviso dos mecanismos aditivos.

Vemos também que outros países, cientes dos perigos iminentes para a saúde mental, implementaram medidas para bloquear o acesso destas plataformas aos mais jovens. É o caso da Austrália que implementou pela primeira vez uma proibição de redes sociais para menores de 16 anos, com efeito em dezembro de 2025. Os resultados não estão promissores [7], pois grande parte dos jovens arranja maneira de circundar as restrições (através de VPNs [8]), por receio de exclusão social, e por não perceberem os riscos associados à utilização das plataformas. Isto sugere que estas proibições não funcionam se os perigos da utilização não forem claros para os utilizadores. Além disto, cortando completamente o acesso às plataformas, eliminamos também os aspetos positivos das mesmas, sem fornecer alternativas.

Em Portugal, em Fevereiro de 2026 foi também aprovada uma lei que bloqueia o acesso às redes sociais a jovens, de uma maneira semelhante ao que foi feito na Austrália [9]. É importante que estudemos os acontecimentos na Austrália, e noutros países que entretanto implementaram restrições semelhantes, para conseguirmos otimizar esta implementação - tendo um foco na capacitação e literacia digital ao invés das proibições restritivas.

Por todos estes motivos, **esta moção propõe que o Partido LIVRE defenda:**

- Reconhecer a utilização problemática e aditiva das redes sociais como um desafio emergente de saúde mental pública, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens adultos.

- Defender o desenvolvimento de programas de literacia digital que incluam informação sobre mecanismos de captação de atenção, dependência comportamental e utilização saudável das tecnologias digitais.

- Defender a limitação de funcionalidades reconhecidamente associadas à promoção de comportamentos compulsivos nos utilizadores, e principalmente em jovens.

- Promover campanhas públicas de sensibilização para os riscos associados à utilização excessiva das redes sociais, em articulação com escolas, famílias, profissionais de saúde e organizações da sociedade civil.

- Incentivar o desenvolvimento de ferramentas de controlo de utilização, alertas de tempo de ecrã e mecanismos de proteção dos utilizadores mais vulneráveis.

- Incentivar a investigação de mecanismos sociais e a elaboração de novas plataformas que permitam manter o sentimento de pertença entre utilizadores sem a componente aditiva que existe atualmente.

Conclusão

As redes sociais deixaram de ser meras plataformas de interação social, assumindo-se cada vez mais como sistemas sofisticados de captação da atenção humana. Sem ignorar os benefícios que podem proporcionar, importa reconhecer os riscos associados aos modelos digitais baseados na maximização do envolvimento dos utilizadores e defender políticas públicas que coloquem a saúde, a autonomia e o bem-estar dos cidadãos acima dos interesses económicos das plataformas.

Referências

[1] Not all bad: social media also have a positive impact on mental health - <https://www.maastrichtuniversity.nl/news/not-all-bad-social-media-also-have-positive-impact-mental-health>

[2] Meshi, D., Turel, O., & He, Q. (2023). The emerging neuroscience of social media use. Behavioral Sciences.

[3] Kuss, D. J., & Griffiths, M. D. (2021). Social networking sites and addiction: Ten lessons learned. International Journal of Environmental Research and Public Health.

[4] Keles, B., McCrae, N., & Grealish, A. (2020). The influence of social media on depression, anxiety and psychological distress in adolescents: A systematic review. *International Journal of Adolescence and Youth*.

[5] Amirthalingam J, Khera A. (2024) Understanding Social Media Addiction: A Deep Dive

[6] Campaigners welcome Meta and YouTube's defeat in landmark social media addiction trial <https://www.bbc.com/news/articles/c747x7gz249o>

[7] Would social media ban for children work here? Australia offers lessons. <https://news.harvard.edu/gazette/story/2026/05/would-social-media-ban-for-children-work-here-australia-offers-lessons/>

[8] Conversa pública sobre como os jovens estão a contornar as restrições sobre as redes sociais na Austrália https://www.reddit.com/r/theprivacymachine/comments/1pdvsvk/guide_how_to_bypass_social_media_ban_in_australia/

[9] Projeto de Lei nº 398/XVII/1ª - Estabelece medidas de proteção de crianças em ambientes digitais <https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=FbR5GElu8nuvBf4psz4QKIA1E5mCJTLg5QyTFMCnAsF%252bmmdMoYJMCAbUcjhuSnOCRtrGfSOELIQ6dQosUmzhuYioxPgYmiljDcABMulMLgHJNcvMT2pkL%252bmuoKSLNrGcYUyhGmjzTADnCMsrdUmOMgQ1gJ6z6wuoJo61wiNJZfyDhEyR9H5vX9hda2I9AGr%252bGgu%252bYqOJTOhZOLzPq5mV9%252fg9zUEJQHmli60oGXLSgZ94JC7ulKQ6915IU0G2aafxbaEu2TYPjYctogbpGA43hWzl4%252bGmWnkqkqssMH3bmeJ8Zu%252f3zumXqoXHORxaEYnQBkeQeyr%252f3d9gdTh6mmA7sl5vYNO7qm5paKBVN38y6Nyh4jCzICaij%252fieDeVhsnTI&fich=55e6d2f3-1519-4120-8c31a4056a9509fd.docx&Inline=true>

Proponentes

- Teresa Alves
- Daniel Ferreira

Subscritores

- Constança Rocha
- Joana Loureiro
- Maria Esteves Pereira
- Sandra Tomás
- Matias Feijoo
- Paulo F. Dias

Moção 62

Por uma Ciência Libertadora, Democrática e LIVRE

O recente lançamento da nova Agência para a Investigação e Inovação, a AI², que vem substituir a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), deixou perfeitamente clara a visão neoliberal que assola o setor da Ciência em Portugal. Não tendo nascido com o atual governo, com ele, esta visão agudiza-se de forma mais feroz, e preocupante.

Na visão da atual governação para o sistema científico, dá-se primazia absoluta à ‘inovação’ enquanto produto comercializável, e despreza-se o papel do conhecimento como peça fundamental do progresso social. Esta é uma lógica que secundariza a investigação fundamental, necessariamente sem aplicação imediata, e que menospreza a curiosidade enquanto motor de inovação de pensamento e, por isso, de novas soluções e oportunidades. Uma lógica, ainda, que ignora disciplinas e áreas científicas e do conhecimento que não tenham um contributo óbvio ou imediato para o mercado, ignorando assim os seus contributos mais alargados para a economia e a sociedade.

Esta é, no fundo, uma visão de Ciência enquanto resultado, em oposição à Ciência enquanto processo. Esta visão presta um mau serviço não só aos cientistas e ao sistema científico, mas à sociedade no geral, que assim fica privada do valor maior da Ciência enquanto setor que nos empodera a tomar decisões mais informadas e robustas, individual e coletivamente. E priva-nos do processo científico, um processo inerentemente humano de interação com o mundo que nos rodeia, de questionamento, e pensamento crítico, essencial à prosperidade humana.

Mais ainda, a redução da Ciência a um meio de produção de bens comercializáveis deixa-a refém de lógicas de mercado e de lucro privado que a desviam da sua missão de serviço público. Uma Ciência assente em fins mercantilistas restringe intoleravelmente o prosseguimento de políticas de Ciência Aberta, afastando-se de uma trajetória de partilha alargada de conhecimento, e encerrando produção científica em patentes. Mesmo que num primeiro momento, a curto prazo, essa política tenha o suposto benefício de produzir alguns resultados, a médio e longo prazo levará a uma estagnação, primeiro da Ciência e depois do próprio mercado. Com efeito, agrilhoar o avanço do conhecimento a um mercado de bens, inerentemente avesso a risco, é restringir a ciência à mesma lógica, com consequências nefastas, tanto para a Ciência como para a economia, a médio e longo prazo.

No imediato, a abordagem mercantilista agrava a desvalorização e subfinanciamento da Ciência Pública, que assolam o setor em Portugal há já várias décadas. Os resultados práticos desse subfinanciamento crónico são amplamente conhecidos: infraestruturas datadas, equipamentos obsoletos, e milhares de trabalhadores em situações laborais de precariedade, alguns deles a viver num limbo sem saber se a sua unidade de investigação terá verba para cobrir o seu salário.

Esta não é uma matéria abstrata que pertença a imaginários de espaços científicos estéreos e desligados da sociedade em que a Ciência se insere. Por um lado, dada a proximidade (tão desejada como inevitável) entre a Ciência e o Ensino Superior, a deterioração da Ciência Pública afeta diretamente a qualidade e oportunidades avançadas de ensino nas instituições universitárias e politécnicas em Portugal. Para além disso, um sistema científico público pouco dinâmico é incapaz de atuar em simbiose com o setor privado no sentido de fomentar a

economia de valor acrescentado que é indispensável ao país na sua busca por mais e melhor emprego, mais e melhores oportunidades, melhores salários, e vidas dignas.

Por outro lado, o que definimos, coletivamente, como o propósito maior da Ciência define igualmente quem nela participa, a que perguntas responde, e a quem devem servir os seus resultados. E define, portanto, qual o papel da Ciência na sociedade, e o que enquanto sociedade queremos fazer com ela.

No LIVRE, devemos defender que a Ciência seja um espaço democrático de participação plena, de interesse público, e ao serviço da sociedade enquanto elemento indispensável ao progresso social. Devemos rejeitar categoricamente paradigmas neoliberais de uma ciência-produto, que se reduz ao seu valor de mercado, e uma inovação-mercado que se resume a alargar um leque de escolhas consumistas sem qualquer outro valor adicional.

No LIVRE devemos defender uma **Ciência Libertadora**, que enquanto serviço público nos informa e dá confiança nas grandes decisões que tomamos, individual e coletivamente. Uma **Ciência Democrática**, que cria espaços diversos e inclusivos em que todas as pessoas têm o poder de questionar e procurar respostas sobre qualquer aspecto do mundo e da sociedade. Uma **Ciência LIVRE**, que serve os nossos objetivos coletivos de progresso e prosperidade.

Assim sendo, o XVII Congresso do LIVRE delibera:

- Rejeitar categoricamente abordagens à Ciência e ao sistema científico que os coloquem exclusiva ou primariamente ao serviço de uma lógica de mercado;
- Escrutinar o processo de instalação da nova Agência para a Investigação e Inovação, sendo sempre uma voz contra a instalação de práticas ou métricas mercantilistas na avaliação da Ciência ou dos cientistas;
- Defender a Ciência Pública enquanto motor indispensável de uma economia de valor acrescentado, bem como do progresso social;
- Fomentar o debate público sobre o papel da Ciência na sociedade, procurando clarificar a que perguntas responde, a quem serve, e para que serve.

Proponentes

- Natércia Rodrigues

Subscritores

- Ana Cação
- Henrique Longa
- Levi Galaio
- Rodrigo Brito
- Carla Sofia do Carmo
- Flávio Oliveira
- Manuela Moreira
- Martim Aires Horta
- Patrícia Robalo
- Ricardo Silva
- Luís Caetano
- João Cordovil

- David Francisco
- Fábio Carvalho
- Nuno Borja Santos

Moção 63

Combater a desinformação, transformar a comunicação social

A desinformação é uma das maiores ameaças à democracia atualmente. Campanhas coordenadas de manipulação, conteúdos inteiros gerados por inteligência artificial e modelos de negócio assentes na economia da atenção corroem a confiança pública, fragilizam o debate democrático e abrem caminho à extrema-direita e a projetos políticos anti-democráticos. Em paralelo, o jornalismo independente atravessa uma grave crise de sustentabilidade que se reflete no esvaziamento de redações, na precariedade dos profissionais e na constituição de desertos noticiosos no país.

Não é possível fazer avançar o progressismo em Portugal e a ecologia política sem informação livre, nem tão pouco é possível preservar a democracia sem a promoção do pensamento crítico nos cidadãos e na distribuição de informação credível e isenta. Defender o setor da comunicação social e o jornalismo - plural, rigoroso e sustentável - é defender a democracia.

A concentração da propriedade dos media, a dependência em receitas publicitárias capturadas por plataformas digitais e redes sociais, o desinvestimento no serviço público e a ausência de regulação eficaz convergem num cenário de fragilidade. A isso, soma-se um défice estrutural de literacia política e mediática, que deixa a população exposta à manipulação. Nesse sentido, exige-se ao LIVRE e à esquerda um compromisso firme com a proteção do pluralismo e da democracia, através do apoio concreto ao setor da comunicação social, e da responsabilização das plataformas.

A presente moção tem como objetivo afirmar a defesa inequívoca da liberdade de expressão e de informação e da democracia e o combate à desinformação, rejeitando soluções que entreguem a plataformas digitais, privadas ou políticas, o poder de decidir o que é verdade ou não.

Assim, a presente moção propõe:

1. Um compromisso claro com o jornalismo independente que se pode refletir na proposta de um **Fundo Público para o Jornalismo Independente**, dotado de autonomia face ao poder político e atribuído por critérios objetivos de interesse público, pluralismo e combate aos desertos informativos, com discriminação positiva para meios de comunicação social local e regional e para projetos cooperativos sem fins lucrativos.
2. Um **compromisso inequívoco com o serviço público de informação**, motivando a garantia de um financiamento plurianual estável à RTP e à LUSA e a blindagem da nomeação dos seus órgãos face a conjunturas políticas, reforçando a sua independência, a informação rigorosa e a programação cultural e cobertura de proximidade.

3. Promover a **justa remuneração da comunicação social pela utilização dos seus conteúdos no treino de sistemas de inteligência artificial (IA)**, à semelhança do que acontece em vários países europeus e **ao contrário do que sucede com o modelo português Amália**.
4. Exigir, no seio nacional e com os nossos parceiros europeus, a criação de um regime que obrigue as empresas de IA a remunerar os órgãos de comunicação social registados e os jornalistas pela utilização das suas notícias, reportagens e arquivos no treino de modelos de IA.
5. Promover um **reforço da atividade regulatória da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC)** no sentido de um combate efetivo à desinformação, com o objetivo de a impedir a sua produção, circulação e difusão.
6. A criação de uma **Estratégia Nacional de Combate à Desinformação Política**, que crie linhas claras para a divulgação de informação por partidos e agentes políticos, mas também pelos órgãos de comunicação social (OCS) detidos por estes, em conteúdo tido como noticioso, sondagens ou conteúdo de propaganda política. Defender, em sede nacional e em conjunto com os nossos parceiros europeus, a **tributação justa das plataformas** e consequente redistribuição para o jornalismo, permitindo uma remuneração justa dos conteúdos jornalísticos por elas utilizados, revertendo essas receitas para o financiamento do jornalismo de interesse público e sem fins lucrativos.
7. Continuar a defender, na Assembleia da República, a **regulação da identificação de conteúdos não-reais**, exigindo a marcação ilegível de conteúdos gerados ou manipulados por inteligência artificial, em especial em contexto eleitoral, e reforçar os mecanismos de resposta rápida a campanhas de desinformação durante períodos eleitorais.
8. **Combater a precariedade no jornalismo**, reforçando o estatuto e a proteção dos jornalistas, designadamente intervindo na transposição da diretiva europeia de proteção de jornalistas contra processos judiciais abusivos destinados a silenciar o escrutínio (anti-SLAPP).
9. Que o LIVRE lidere sempre pelo exemplo no combate à desinformação usada por partidos políticos, **adotando para si todas as normas de transparência, fontes e contexto no conteúdo**, mas também com regras claras de responsabilização que queremos aplicadas à desinformação (como o reconhecimento obrigatório do erro, direitos de resposta, entre outros), mesmo em casos de partilha acidental de informação incorreta.

Proponentes

- André Tenente
- André Dias

Subscritores

- Filipa Pinto
- Jorge Pinto
- Nurin Mirzan
- Tomás Cardoso Pereira
- Mafalda Dâmaso
- Hélder Sousa
- Sara Paralta
- Pedro Gonçalves
- Ana Natário

-
- Gonçalo Mano
 - Joana Goldschmidt

Moção 64

Reforçar a Constituição e combater todas as tentativas de a esvaziar

A Constituição da República Portuguesa de 1976 é o documento fundador da nossa democracia. Nascida da Revolução do 25 de Abril, completou em 2026 cinquenta anos de vigência e sete revisões, a última das quais há mais de 20 anos. É, simultaneamente, uma garantia e uma promessa: garante direitos, liberdades e garantias, vincula os poderes públicos e protege os mais vulneráveis, e promete uma sociedade mais justa, mais livre e mais igual, que cada geração é chamada a concretizar.

Defender a Constituição não é embalsamá-la. O LIVRE não confunde defesa do regime com imobilismo: uma Constituição viva tem de poder ser aperfeiçoada para responder aos desafios do nosso tempo: a emergência climática, a transição digital, o aprofundamento da democracia e a integração europeia. Mas há uma diferença abissal entre **renovar a promessa constitucional e desmantelar o seu núcleo**. É essa diferença que define esta moção.

E o momento político atual é de um enorme risco. Pela primeira vez desde a fundação da democracia, uma maioria de direita e extrema-direita tem, no Parlamento, força bastante para desencadear e conduzir uma revisão constitucional sem incluir a esquerda.

Certo é que o LIVRE, durante a última campanha eleitoral, foi o único partido a alertar para este risco e possibilidade. E essa hipótese foi desconsiderada pela maioria dos partidos da direita, nomeadamente por Luís Montenegro que acusou o LIVRE de levantar fantasmas e que a questão não estava em cima da mesa.

Hoje é cada vez mais claro que a revisão constitucional está a ser utilizada como uma engrenagem, uma peça num puzzle maior de várias negociações entre PSD e Chega.

Desde logo através do “arranjinho” feito entre PSD e Chega para “congelar” o prazo da revisão, com a conivência e cobertura política do Presidente da Assembleia da República.

Hoje é cada vez mais claro que se a direita tiver condições, fará essa revisão constitucional sozinha.

Neste contexto é fundamental que o Congresso do LIVRE se manifeste, reforçando a nossa posição no sentido do que já tem sido transmitido e comunicado pelo Grupo Parlamentar e pelos co-porta-vozes: **temos uma visão própria e progressista para a Constituição, mas recusamos liminarmente que uma revisão constitucional profunda seja conduzida agora, à pressa e nos termos da direita e da extrema-direita**. Não há revisão legítima sem consenso democrático alargado e sem esse projeto ser sufragado nas urnas, e não há consenso possível com quem quer atacar o coração do regime.

O perigo: uma revisão profunda imposta pela direita e pela extrema-direita

1. Um projeto que atinge o núcleo da democracia

O projeto de revisão constitucional apresentado pela extrema-direita em maio de 2026, sob o título "Uma Constituição para todos os portugueses", não é um aperfeiçoamento técnico, ou uma melhoria da Constituição, mas um verdadeiro ataque à identidade democrática da Lei Fundamental. Entre as suas propostas contam-se:

- A **eliminação dos limites materiais de revisão** previstos no artigo 288.º — as cláusulas que hoje protegem o sufrágio universal, a separação de poderes, a independência dos tribunais, a forma republicana de governo e os direitos, liberdades e garantias. Suprimir estes limites é abrir a porta a que tudo, no futuro, possa ser alterado, retirando à Constituição a sua função de barreira contra o arbítrio.
- A consagração de **penas de prisão perpétua**, hoje expressamente proibidas, num retrocesso civilizacional incompatível com a dignidade da pessoa humana.
- A criação de mecanismos de **perda da nacionalidade adquirida**, abrindo caminho a uma cidadania de primeira e de segunda categoria e a um tratamento discriminatório dos portugueses naturalizados.
- A **restrição do acesso de estrangeiros à proteção social** e o reforço dos poderes de vigilância do Estado, com compressão da privacidade e dos dados pessoais.
- A introdução de uma cláusula de "identidade histórica, cultural e civilizacional" como fundamento da República e a eliminação de referências históricas que o partido classifica como ideológicas, reescrevendo a memória e os fundamentos do regime.
- A **redução do número de deputados** e alterações à arquitetura dos órgãos de soberania que enfraquecem o Parlamento e o pluralismo.

Um processo opaco e instrumentalizado

Ao perigo do conteúdo soma-se o vício do método. PSD e Chega acordaram suspender o prazo de entrega de projetos de revisão até dezembro, manifestando vontade de concluir o processo em conjunto até ao final da próxima sessão legislativa. Este expediente, sem precedente, suscita várias dúvidas constitucionais e procedimentais: a Constituição é clara ao prever que, aberto o processo por um partido, os demais têm trinta dias para apresentar os seus projetos.

A manobra confirma três coisas: que a revisão constitucional está, ao contrário do que foi dito, **em cima da mesa**, que PSD e Chega, com a cumplicidade da IL, estão articulados para fazer essa revisão constitucional e que o calendário constitucional está a ser usado como **moeda de troca** noutros dossiês políticos. A Constituição não pode ser refém de negociações de circunstância. Rever a Lei Fundamental por conveniência de uma maioria, à margem do consenso, e nas costas dos portugueses, é ilegítimo.

A visão do LIVRE: a Constituição que queremos

O LIVRE não se demite do debate constitucional, nem tem uma visão conservadora sobre este tópico. Temos uma visão evolutiva, progressista e europeísta para a Constituição, uma visão que **alarga direitos em vez de os comprimir** e que **aprofunda a democracia em vez de a esvaziar**. Sempre que existirem as condições políticas para uma revisão serena e consensual, defenderemos, entre outras, as seguintes linhas:

1. Mais direitos, não menos

- Consagração de **novos direitos fundamentais** adequados ao século XXI: um direito à estabilidade climática e a um ambiente são, o direito de acesso à água, proteção a quem é deslocado por causas climáticas, direitos digitais e tecnológicos (proteção de dados, acesso e literacia digital) e o reforço da proteção do bem-estar animal.
- **Reforço e blindagem dos direitos sociais**: saúde, educação, habitação, trabalho e segurança social, como pilares irrenunciáveis do Estado social, e não como despesas a comprimir.

- Reforço dos direitos, liberdades e garantias e da igualdade, sem qualquer cedência a lógicas discriminatórias em razão da origem, nacionalidade ou condição.

2. Uma democracia mais viva e representativa

- **Reforma do sistema eleitoral** para o tornar mais justo, representativo e proporcional, garantindo que todos os votos contam e promovendo o pluralismo político.
- Eliminação da exigência de nacionalidade portuguesa originária como limitação à elegibilidade para determinados cargos, num sentido de cidadania inclusiva e igual.
- Mecanismos de defesa do Estado de Direito contra derivas autoritárias, no espírito de um acompanhamento permanente das ameaças à democracia e da promoção da transparência e do combate à corrupção.

3. Uma Constituição aberta à Europa

- Aprofundamento do enquadramento constitucional da integração europeia, numa perspetiva federalista que reforce a legitimidade democrática da União e a capacidade de Portugal participar, em pé de igualdade, na construção de uma Europa mais democrática, social e ecológica.

Esta é a nossa agenda, uma modernização da Constituição que constrói em cima do que já temos e traz o projeto constitucional de abril para o século XXI.

Deliberações

Assim, o XVII Congresso do LIVRE delibera:

1. **Afirmar** a defesa intransigente da Constituição da República Portuguesa como conquista da democracia e do 25 de Abril, e da sua função de garantia de direitos e de limite ao poder.
2. **Rejeitar** qualquer revisão constitucional profunda conduzida no atual quadro político por uma maioria de direita e extrema-direita, designadamente o projeto que visa eliminar os limites materiais de revisão, reintroduzir penas perpétuas, criar mecanismos de perda de nacionalidade e restringir direitos.
3. **Denunciar** a instrumentalização do processo de revisão constitucional, incluindo o adiamento acordado entre PSD e Chega e a sua possível utilização como moeda de troca política, por violar a lógica constitucional do processo e abrir um precedente grave.
4. **Assumir** a visão do LIVRE para uma futura revisão constitucional: o alargamento de direitos (climáticos, digitais, sociais, bem-estar animal), aprofundamento democrático, reforma eleitoral proporcional, cidadania inclusiva e enquadramento europeu, a defender quando existirem condições de consenso democrático.
5. **Mandar o Grupo Parlamentar do LIVRE** para, no Parlamento, recusar e combater qualquer revisão constitucional que atinja o núcleo do regime, usando todos os instrumentos regimentais e constitucionais ao seu dispor, e para promover o escrutínio público e democrático do processo, em articulação com a sociedade civil e as forças democráticas.
6. **Mandar os órgãos do LIVRE** para mobilizar os cidadãos em defesa da Constituição, afirmando que a Lei Fundamental se defende cumprindo as suas promessas, e não desmantelando as suas garantias.

Proponentes

- Paulo Muacho
- Isabel Mendes Lopes
- Tomás Cardoso Pereira
- Rui Tavares
- Patrícia Gonçalves

- Filipa Pinto
- Jorge Pinto

Moção 65

Populus: Democracia com Raízes

Em latim, *populus* designa simultaneamente o povo e o choupo. A coincidência recorda-nos que democracia e natureza partilham a mesma necessidade fundamental: raízes fortes.

Portugal não é um país rico em petróleo, gás natural ou outros recursos estratégicos. A sua riqueza reside sobretudo no seu território, na sua paisagem, na sua biodiversidade, na qualidade da sua costa e na relação histórica entre comunidades humanas e património natural.

Num continente onde largas extensões do litoral foram transformadas por décadas de urbanização intensiva, Portugal conserva ainda áreas costeiras, florestais e agrícolas de elevado valor ecológico, paisagístico e cultural. Este património não é apenas uma herança a preservar; é um ativo estratégico para a qualidade de vida, a saúde pública, a atração de talento, o turismo sustentável e a prosperidade das gerações futuras.

Apesar disso, continuam a multiplicar-se projetos de urbanização que sacrificam espaços verdes, corredores ecológicos e ecossistemas costeiros em nome de ganhos económicos imediatos. Em vários pontos do país, cidadãos organizam-se para defender o território, alertando para decisões que podem produzir benefícios de curto prazo à custa de prejuízos ambientais e sociais duradouros.

O caso da Quinta dos Ingleses, em Cascais, tornou-se um símbolo desta tensão entre modelos de desenvolvimento. Independentemente das especificidades jurídicas de cada processo, a mobilização cidadã em defesa daquele espaço demonstra a crescente consciência de que o território é um bem comum e que as decisões sobre o seu futuro não podem ser tomadas sem um amplo escrutínio democrático.

A defesa do ambiente não pode ser separada da defesa da democracia. Quando as comunidades perdem capacidade de participar nas decisões que transformam os lugares onde vivem, perde-se não apenas património natural, mas também confiança nas instituições e sentido de pertença coletiva.

O XVII Congresso do LIVRE afirma que a proteção do território deve constituir uma prioridade política nacional e que os movimentos cívicos que defendem espaços naturais, florestas urbanas, zonas costeiras e áreas verdes desempenham um papel essencial na vitalidade democrática do país.

Neste sentido, o Congresso recomenda que o LIVRE:

1. Reforce o apoio político e institucional à participação cidadã nos processos de ordenamento do território e planeamento urbano.
2. Defenda mecanismos de consulta pública mais robustos e vinculativos para projetos com impacto ambiental significativo.
3. Apoie a proteção de espaços naturais de elevado valor ecológico, paisagístico e comunitário.
4. Promova a criação de assembleias cidadãs e outros instrumentos de democracia participativa dedicados às questões ambientais e territoriais.
5. Estabeleça uma relação de diálogo e cooperação com movimentos cívicos locais que atuem na defesa do património natural e do interesse público.

As árvores que hoje protegemos não pertencem apenas ao presente. São parte do legado que deixaremos às gerações futuras. Defender o território é defender a democracia. Defender a democracia é garantir que as comunidades têm voz sobre o futuro dos lugares onde vivem.

Proponentes

- Marica Ferri
- Manuel Valadas Preto
- Paula Senra

Moção 66

Territórios Vivos / Ou uma agenda onde a natureza, o conhecimento e as comunidades rurais encontram novas formas de prosperar em conjunto

Ou uma agenda onde a natureza, o conhecimento e as comunidades rurais encontram novas formas de prosperar em conjunto

Durante demasiado tempo, Portugal olhou para os seus territórios rurais e para o interior, sobretudo com a lente da perda: a perda demográfica, a perda de serviços, de atividade económica ou de oportunidades. Esta visão baseada na escassez conduziu a políticas marcadas pela compensação e pela tentativa de contrariar tendências que parecem inevitáveis, como o despovoamento, o envelhecimento, a desertificação física, o isolamento, a desigualdade e o declínio.

A nível global, por outro lado, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a transformação dos sistemas alimentares, a digitalização, a IA e consequente necessidade de procurar por novas formas de viver e trabalhar colocam-nos perante a necessidade de repensar a relação entre desenvolvimento, território e natureza.

Os territórios rurais concentram recursos fundamentais para enfrentar os desafios das próximas décadas: água, solos, florestas, paisagens culturais, património, conhecimento acumulado ao longo de gerações e comunidades com uma relação profunda com os ciclos da natureza. E estes beneficiam a sociedade no seu conjunto, na forma de serviços como a conservação da biodiversidade, a regulação do ciclo da água, o armazenamento de carbono, a proteção dos solos, e a redução do risco de incêndio. Reconhecer e valorizar estes serviços constitui uma condição indispensável para construir uma economia territorial mais justa e resiliente.

O Futuro a que o Presente exorta

Uma agenda regenerativa procura ir além da mitigação dos impactos negativos ou da simples conservação. Significa restaurar a capacidade dos ecossistemas, fortalecer as comunidades e criar novas formas de prosperidade que resultam da interação entre natureza, conhecimento e economia local. Regenerar é aumentar a capacidade dos territórios para produzirem bem-estar, riqueza e resiliência ao longo do tempo.

A nossa ambição reside assim no reconhecimento do papel estratégico que estes territórios podem desempenhar no futuro do país e propomos que o LIVRE se assuma como o impulsor desta mudança de perspetiva, indicando um caminho político que não se contenta em compensar os territórios do interior pelas dificuldades acumuladas ao longo de décadas, mas que se foque em libertar o potencial dos territórios a partir de uma agenda regenerativa que fomente a coesão territorial.

Mas será esse caminho possível, ou é apenas uma utopia? E será a alternativa do ocaso da biodiversidade, do abandono do interior, dos incêndios florestais, a distopia inevitável a que estamos condenados? Se o futuro é o que fizermos dele, a mudança está ao nosso alcance.

Aqui, e agora

A realidade é que, atualmente, de forma discreta e à revelia de opções políticas nacionais e europeias, em muitos lugares durante anos vistos apenas através dessa lente da perda, estão a emergir novas dinâmicas. De Mértola a Ourique, na aldeia de São Luís, em Odemira, em Montemor-o-Novo, Idanha-a-Nova, ou na Cova da Beira, diferentes iniciativas de base local demonstram-nos que novas formas de organização de económica, social e comunitária são possíveis e desejáveis.

Falamos de projetos e processos ligados à regeneração da paisagem, à agricultura regenerativa, à inovação social, à cultura, ao conhecimento e à criação de novas comunidades. Experiências diversas, com escalas e naturezas diferentes, mas que partilham uma característica comum: nascem da colaboração entre pessoas, organizações e territórios e revelam caminhos possíveis para uma nova relação entre desenvolvimento e natureza. Estes territórios podem igualmente afirmar-se como laboratórios vivos de inovação ecológica, atraindo centros de investigação, empresas de base tecnológica e redes internacionais dedicadas à regeneração das paisagens, à adaptação climática e à experimentação de novos modelos económicos e sociais.

Estas experiências constituem pistas fundamentais para repensar as políticas públicas. Mostram que a revitalização rural depende da capacidade de criar condições para que a energia existente nos territórios possa florescer, ligando conhecimento local, inovação, regeneração dos ecossistemas, empreendedorismo e cooperação.

A valorização sustentável dos recursos biológicos pode impulsionar uma nova bioeconomia territorial, criando cadeias de valor ligadas aos biomateriais, à construção sustentável, às fibras naturais, à biotecnologia e à economia circular, gerando emprego qualificado e novas oportunidades económicas associadas ao património natural. Por outro lado, a produção alimentar, a recuperação de solos degradados, a gestão sustentável da água, a valorização da biodiversidade, a restauração das paisagens e a prevenção estrutural dos incêndios podem cruzar-se harmoniosamente por meio de modelos territoriais mais resilientes, criando emprego, atraindo investimento e reforçando a capacidade de adaptação do país.

Neste caminho, a agricultura regenerativa assume uma importância central. Num contexto de crescente instabilidade geopolítica e de alterações climáticas, os sistemas agrícolas do futuro terão de responder simultaneamente aos desafios da produção alimentar, da saúde dos solos, da disponibilidade de água e da proteção da biodiversidade, pelo que reforçar a capacidade nacional de produzir alimentos de forma sustentável constitui uma dimensão essencial da soberania e da resiliência do país. Portugal possui conhecimento, experiência e condições para desenvolver uma nova geração de práticas agrícolas que combinem o saber acumulado pelos agricultores com a investigação científica e a inovação tecnológica.

Mas esta transformação exige apoio aos agricultores, redes de aprendizagem, experimentação no terreno e uma extensão rural qualificada, capaz de aproximar conhecimento e prática. Precisamos de técnicos preparados para acompanhar esta mudança: profissionais dos serviços públicos, agentes de extensão rural, associações agrícolas e outros atores locais que possam apoiar comunidades e agricultores na transição para modelos mais resilientes e regenerativos.

Uma Comunidade com Futuro

A revitalização rural também depende da capacidade de criar comunidades dinâmicas, abertas e intergeracionais. Muitos jovens buscam hoje novas formas de vida mais próximas da natureza e das comunidades locais; muitos profissionais podem desenvolver suas atividades por meio do trabalho digital; investigadores, empreen-

dedores, criadores e pessoas em pós-reforma podem contribuir com conhecimento, experiência e capacidade de iniciativa para novos projetos territoriais.

Estes movimentos representam uma oportunidade para renovar o tecido económico, social e cultural dos territórios rurais, mas para isso, são necessárias condições concretas: habitação acessível, conectividade digital, mobilidade, serviços públicos qualificados, educação, saúde e cultura. A revitalização dos territórios constrói-se através da capacidade de integrar diferentes gerações, conhecimentos e experiências, valorizando as identidades locais e criando espaço para novas formas de participação.

Novas formas de cooperar

Os desafios relacionados com a água, os solos, as florestas, os sistemas alimentares e a biodiversidade não reconhecem fronteiras administrativas. A gestão do futuro deve aproximar diferentes atores e promover uma visão integrada baseada na funcionalidade e dinâmica das paisagens e dos ecossistemas e uma relação de reciprocidade.

É neste contexto que defendemos a criação de Laboratórios de Regeneração Territorial, inspirados nos princípios dos Bioregional Weaving Labs. Estes espaços devem reunir comunidades locais, autarquias, agricultores, investigadores, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos, criando plataformas permanentes de colaboração para a construção de soluções à escala da paisagem. O objetivo é fortalecer a inteligência coletiva dos territórios, aproximando conhecimento científico, inovação e saberes ancestrais e criando estratégias de desenvolvimento alinhadas com os ciclos da natureza e com as necessidades das comunidades.

O LIVRE deve afirmar-se politicamente como agente desta mudança, e defender os seguintes objetivos:

1. Criar um Pacto Nacional para os Territórios Vivos

Criar uma estratégia nacional para a revitalização dos territórios rurais que coloque a regeneração ecológica, a valorização dos recursos locais, a inovação territorial, a atração e fixação de população e a criação de novas oportunidades económicas no centro das políticas públicas.

Este pacto deverá reforçar a participação dos territórios rurais na definição das prioridades nacionais e promover uma abordagem integrada entre ambiente, agricultura, economia, habitação, conhecimento e cultura, que respeite as diferenças paisagísticas e culturais do território.

2. Criar um Programa Nacional de Agricultura Regenerativa

Criar um programa nacional dedicado à transição regenerativa dos sistemas agrícolas e agroflorestais, apoiando agricultores, cooperativas e comunidades rurais na adoção de práticas que promovam solos vivos, maior eficiência no uso da água, biodiversidade e resiliência climática.

Este programa deverá incluir uma componente estruturada de formação e capacitação dirigida aos técnicos dos serviços públicos, agentes de extensão rural, associações locais e de agricultores, garantindo conhecimento especializado para acompanhar agricultores e comunidades, bem como promover redes de experimentação e aprendizagem que aproximem agricultores, investigadores e técnicos, articulando conhecimento tradicional, ciência e inovação.

A implementação desta estratégia deverá mobilizar recursos provenientes da Política Agrícola Comum, dos fundos de coesão, do Fundo Ambiental e de outros instrumentos europeus destinados à adaptação climática, biodiversidade e desenvolvimento regional, assegurando uma abordagem integrada e de longo prazo.

3. Criar uma Rede Nacional de Laboratórios de Regeneração Territorial

Criar uma rede nacional de Laboratórios de Regeneração Territorial, inspirados nos Bioregional Weaving Labs, como espaços permanentes de colaboração entre comunidades locais, autarquias, agricultores, investigadores, empresas, organizações da sociedade civil e cidadãos. Estes laboratórios deverão apoiar processos colaborativos de planeamento e ação à escala das paisagens, integrando conhecimento ecológico, económico, cultural e social, sendo suportados por capacitação sólida para o desenvolvimento de lideranças colaborativas e formação de ativadores de mudança.

Através destas redes será possível identificar oportunidades específicas de cada território, mobilizar recursos e desenvolver estratégias próprias de regeneração, criando novas formas de prosperidade baseadas no conhecimento dos ciclos da natureza e na capacidade coletiva das comunidades.

4. Criar um Programa Nacional de Valorização dos Serviços dos Ecossistemas

Desenvolver mecanismos de remuneração para agricultores, comunidades locais, baldios e outras entidades que contribuam para a conservação da biodiversidade, a regeneração dos solos, a retenção de água, o sequestro de carbono e a gestão sustentável da paisagem. Este programa deverá reconhecer que estes serviços ambientais constituem infraestruturas essenciais para a segurança, a resiliência climática e o bem-estar coletivo, gerando novos rendimentos associados à gestão sustentável dos territórios.

Investir nos territórios rurais não é uma política de compensação para espaços em declínio; é uma aposta estratégica na capacidade do país para enfrentar a crise climática, reforçar a soberania alimentar, produzir conhecimento e construir uma prosperidade assente na regeneração dos ecossistemas e das comunidades.

Construir territórios vivos significa criar condições para que pessoas, comunidades e ecossistemas possam prosperar em conjunto. Significa valorizar os lugares, os conhecimentos e as relações que dão identidade a cada território. Significa preparar o país para um futuro onde a regeneração das paisagens e o desenvolvimento humano caminham Livre e saudavelmente, lado a lado.

E é neste futuro que o LIVRE pode afirmar uma visão transformadora para Portugal.

Proponentes

- Marta Cortegano
- Francisco Burnay
- Carla Sofia do Carmo
- Carlos Branco
- Inês Amorim
- Vitor Madureira

Moção 67

Pela regeneração do ciclo da água, dos solos e pela justiça hídrica

Considerando que:

A água é um bem comum essencial à vida, à saúde dos ecossistemas, à produção alimentar e à dignidade humana. A sua gestão deve servir o interesse público, promover a justiça territorial e intergeracional, bem como assegurar a preservação das condições ecológicas que permitam a sua renovação.

Portugal enfrenta uma pressão crescente sobre os recursos hídricos, que é agravada pelas alterações climáticas, pela degradação dos solos, potenciada por políticas que incentivam as monoculturas, pela perda de biodiversidade e pelo avanço da desertificação em vastas áreas do território. Esta realidade mostra que a crise hídrica não é apenas uma crise de escassez, mas também uma crise do modelo territorial.

As políticas públicas têm privilegiado sobretudo o aumento da disponibilidade hídrica, através da construção de novas infraestruturas, do armazenamento artificial e da intensificação das captações. Embora estas soluções possam ser importantes em determinados contextos, revelam-se insuficientes quando não têm em consideração os processos ecológicos que regulam naturalmente o ciclo hidrológico.

A disponibilidade de água depende diretamente da capacidade dos ecossistemas para a infiltrar, reter, filtrar e libertar gradualmente. Essa capacidade reside, em grande medida, nos solos. Solos compactados, erodidos e empobrecidos em matéria orgânica deixam de desempenhar a sua função reguladora, o que favorece o escoamento superficial, reduz a recarga dos aquíferos e aumenta a vulnerabilidade dos territórios face à seca e às cheias.

Experiências desenvolvidas em Portugal, nomeadamente na região do Alentejo, demonstram que as práticas de agricultura regenerativa, a gestão holística do pastoreio, o restauro da vegetação autóctone e a retenção natural de água na paisagem melhoram a infiltração, reduzem a erosão e aumentam a resiliência dos sistemas produtivos e dos ecossistemas.

A estratégia nacional “Água que Une” reconhece a importância crescente da gestão da água no contexto das alterações climáticas e incorpora medidas positivas de eficiência, reutilização e articulação institucional. No entanto, organizações ambientalistas como a ZERO e a Quercus têm alertado para o risco de uma dependência excessiva de soluções centradas no aumento da oferta hídrica através da construção de novas infraestruturas. Estas organizações defendem que a adaptação às alterações climáticas deve assentar prioritariamente na regeneração dos solos, na proteção dos aquíferos, na recuperação dos ecossistemas ribeirinhos e na capacidade natural dos territórios para reter água.

O LIVRE defende a justiça ecológica, a proteção dos bens comuns e a transição agroecológica como pilares fundamentais de uma sociedade resiliente. Neste sentido, é prioritário promover uma política da água que reconheça o solo como infraestrutura ecológica essencial e que privilegie a regeneração dos ecossistemas como um dos principais instrumentos de adaptação às alterações climáticas.

Assim, propomos que o LIVRE defenda e promova:

1. O reconhecimento do solo como infraestrutura ecológica central da política da água, integrando objetivos de regeneração e de aumento do teor de matéria orgânica do solo, bem como de melhoria da infiltração e da capacidade de retenção hídrica nos instrumentos de planeamento territorial, agrícola e florestal;

2. Uma gestão da água com uma hierarquia ecológica que privilegie a infiltração natural, a reutilização de águas residuais tratadas para usos compatíveis e a retenção de água na paisagem, através de técnicas de desenho hidrológico como bacias de retenção (*ponds*), sistemas de modelação do terreno em linhas-chave (*keyline design*) ou valas de infiltração (*swales*). Apenas quando estas soluções se revelarem insuficientes deverão ser consideradas captações adicionais, devendo ser privilegiadas as soluções com menor impacto ecológico e maior capacidade de renovação natural, reservando-se a construção de novas infraestruturas hidráulicas para situações devidamente fundamentadas e avaliadas à luz dos limites ecológicos do território;

3. O apoio à transição para sistemas agrícolas regenerativos e agroecológicos, promovendo a diversificação de culturas, o aumento da matéria orgânica dos solos, a utilização de espécies autóctones, a gestão adaptativa do pastoreio e a recuperação de ecossistemas degradados;

4. A criação de critérios de sustentabilidade e regeneração hídrica aplicáveis a investimentos públicos e privados com elevado consumo de água, assegurando a sua compatibilidade com a disponibilidade hídrica local, a capacidade de regeneração dos ecossistemas e os objetivos de adaptação às alterações climáticas, bem como a realização de avaliações periódicas do respetivo impacto sobre o ciclo da água;

5. O reforço da fiscalização da extração ilegal de águas subterrâneas, da proteção efetiva das massas de água e da limitação da expansão de culturas agrícolas superintensivas, sobretudo em zonas com elevado *stress* hídrico ou que dependam de aquíferos vulneráveis;

6. A promoção de programas de restauro ecológico de galerias ripícolas, zonas húmidas e linhas de água degradadas, reconhecendo o papel destas na infiltração, regulação térmica, conservação da biodiversidade e mitigação dos efeitos das secas e das cheias;

7. A priorização do investimento na redução das perdas nos sistemas urbanos de abastecimento de água, na modernização das redes públicas e na reutilização de águas residuais tratadas para usos não potáveis.

8. A reativação e reconversão de infraestruturas de depósitos atualmente sem uso para a captação e armazenamento de águas pluviais, criando reservas estratégicas para momentos de crise e integrando-as num sistema de amortecimento (*buffer*) face a fenómenos de chuvas intensas.

À consideração do XVII Congresso do LIVRE,

Proponentes

- Carla Sofia do Carmo
- Marta Cortegano
- Vitor Madureira
- Carlos Branco
- Inês Amorim

Subscritores

- Flávio André Gomes Oliveira
- Francisco António do Espírito Santo da Fonseca Taveira

Moção 68

Uma nova era de poder político local ecologista, em Portugal

Dos modelos de desenvolvimento local

Desde as primeiras eleições autárquicas realizadas em Portugal, em democracia, a 12 de dezembro de 1976, as autarquias portuguesas – Municípios e Freguesias (faltando concretizar-se a Constituição da República Portuguesa em relação às Regiões Administrativas) – têm sido predominantemente governadas pelos mesmos partidos políticos que também se têm sucedido nos governos de Portugal.

Ao nível autárquico, a abordagem governativa tem sido então, sobretudo conduzida por ideologias de centro-direita e centro-esquerda, por via das quais foi sendo implementado um modelo de desenvolvimento que foi sempre, essencialmente o mesmo, apesar das prioridades relativamente distintas que ocasionalmente se foram manifestando, fruto de nuances ideológicas próprias daqueles partidos.

De forma geral, poder-se-á considerar que, até ao momento, a governação autárquica, em Portugal, desenvolveu-se em quatro fases.

Daquelas primeiras eleições até ao início dos anos 90, assistimos à fase do intervencionismo e da infra-estruturação, essencialmente assente na resolução de carências estruturais urgentes, herdadas da longa noite da ditadura fascista (saneamento, redes de abastecimento de água, eletrificação, escolas primárias e habitação municipal), num contexto marcado por natural mobilização popular, entusiasmo ideológico e criação de redes básicas de apoio social e de proximidade.

Durante os anos 90, poder-se-á dizer que a generalidade das autarquias portuguesas apostou na modernização e na gestão urbanística. Esta foi uma fase marcada pela entrada de Portugal na então Comunidade Económica Europeia e conseqüente acesso a fundos estruturais e de coesão, permitindo às autarquias a adoção de uma vertente empresarial, de maior cariz técnico, com grande ênfase no urbanismo e na construção de acessibilidades rodoviárias e equipamentos (culturais e desportivos, por exemplo), bem como pela transição de uma lógica de gestão “de bairro” para uma gestão conduzida por instrumentos de ordenamento do território e maior planeamento na expansão urbana.

O novo século assistiu, praticamente desde o início e até cerca de 2015, a uma nova fase de vincada racionalização financeira e introdução da intermunicipalidade. Esta fase foi obviamente enviesada pelos efeitos da crise financeira e marcada por uma contração do investimento público e consolidação da dívida pública. Contudo, assistimos também à criação das Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas.

Nesta última década, e já com o LIVRE a procurar intervir na política local, temos vivido uma época protagonizada pela descentralização e transferência de competências da Administração Central para os Municípios e Freguesias (na Educação, Saúde, Ação Social, Cultura e Património) – uma mudança que exige, da parte dos autarcas, capacidade para gerir não apenas obra pública, mas política pública concreta.

Este é o tempo em que a ideologia se torna, novamente, inegavelmente necessária e determinante.

Pensar global e agir local na era dos *trade-off's*

Das primeiras fases da governação autárquica democrática, em Portugal, resultou considerável proliferação urbana, mas não há dúvida de que, por todo o país, a escassez de infraestruturas básicas, de habitação, de equipamentos diversos, de serviços e de acessibilidades, era profunda e a resposta focada nesse tipo de desenvolvimento, justificada.

Não há dúvida também que uma das grandes exigências da fase que atualmente vivemos nas autarquias – gerir obra que continua a ser necessária, mas assumir também a responsabilidade de gerir política pública local – não pode ser dissociada de uma das grandes heranças da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992: o princípio de pensar de forma global para agir à escala local, que depois se tornou no princípio orientador da Agenda 21 – o modelo de desenvolvimento por excelência para concretizar desenvolvimento sustentável à escala local, e dessa forma também alcançar metas globais.

A urgência que temos em implementar políticas públicas de desenvolvimento sustentável, nos nossos Municípios e Freguesias, era grande, há 30 anos, mas é ainda maior atualmente e exige, da parte de qualquer autarca, a capacidade para compreender o nexos que envolve a natureza, a biodiversidade, o clima, a energia, a água, o solo, o ar, o urbanismo, a indústria, a agricultura e a floresta. Um nexos composto por muitas interações de reforço positivo e negativo, muitos *trade-off's* e soluções que, resolvendo um ou mais problemas, também agravam outros.

Todos estes fins, todos estes usos do solo, competem pelo território – pelo mesmo território que não cresce, mas, por diversas razões, se vai perdendo.

Existem evidências claras do que isto implica.

Por exemplo, se, por um lado, a proliferação urbana é hoje um dos promotores principais do declínio da biodiversidade, a par da agricultura intensiva, do extrativismo e da destruição direta (de ecossistemas, habitats e populações selvagens), por outro lado, o tímido investimento nas medidas de combate e mitigação das alterações climáticas, também nos conduziu a situações que requerem da nossa parte mais ação local para facilitar a adaptação aos efeitos das alterações climáticas que se vão fazendo sentir com maior frequência, intensidade e volatilidade.

Por outro lado, ainda, a fertilidade dos solos agrícolas – importante componente dos designados “terrenos rústicos” – continua a declinar, em Portugal, declinando também a capacidade para colocar nos alimentos a mesma carga nutricional que antes existia. Este declínio é particularmente alarmante porque tal como está, Portugal não consegue produzir os alimentos necessários que a população residente requer. A soberania alimentar não se encontra assegurada, mesmo que nem mais um hectare de terreno rústico para fins agrícolas fosse urbanizado ou convertido noutra qualquer.

A soberania alimentar e a resiliência natural providenciada pela natureza, convidam-nos a proteger, com grande zelo e rigor, os terrenos rústicos atuais que servem esses propósitos.

Contudo, como será mais à frente exemplificado, nunca o apetite pela transformação de solos rústicos em solos urbanizados, para fins como nova habitação ou desenvolvimento de projetos electroprodutores, foi tão elevado como é hoje.

Anos mais do que decisivos

À medida que mais Municípios reveem os seus Planos Diretores Municipais, subordinados ainda aos anteriores Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e sobretudo num momento que antecede, no espaço de um ano, a aprovação de novos PROT, aproximamo-nos de momentos decisivos para o destino que o país irá seguir, no plano concreto e tangível do território.

Estes eram já, inevitavelmente, anos de algum reordenamento. A tragédia dos incêndios rurais de Pedrógão Grande precipitou uma reforma importante – o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais. O Programa de Transformação da Paisagem, formalizou reordenamento da atividade florestal e agrícola, em operações de gestão integrada, que valorizam o território, permitem adaptação climática e até restauro da natureza.

Este reordenamento seria sempre sensível e estratégico por si só, mas sabemos que o estamos a viver numa época particular.

Com efeito, o desígnio constitucional da regionalização continua por concretizar e não será o atual governo a dar o passo necessário. Sabemos também que o estamos a viver num ano em que serão dados os primeiros passos para a programação dos fundos europeus para o período de 2028 a 2034 – um ano durante o qual se discute uma proposta da Comissão Europeia que, a concretizar-se, tirará às regiões europeias a possibilidade de contratualizarem diretamente os seus planos, recentrando nos Estados-membro a decisão de regionalizar, ou não, os fundos, reduzindo também a dimensão da coesão – fundamental para as nossas autarquias – e realocando fundos para a defesa.

Se é verdade que alguns autarcas aproveitaram melhor as oportunidades de financiamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) que outros, também é verdade que o financiamento disponível para o programa Portugal Transformação, Recuperação e Resiliência (PTRR) – outro programa que emerge, desta vez das catástrofes e calamidades do último inverno – continuará a depender em grande medida de financiamento europeu – algo que tenderá a decrescer para Portugal, face às necessidades acrescidas dos novos Estados-membro se a União Europeia prosseguir no alargamento a Leste.

Estes são também os anos decisivos em que grandes infraestruturas relacionadas com a habitação e a mobilidade se projetam, com todos os seus impactos necessariamente positivos e negativos, e em clara competição por recursos, matérias-primas e mão-de-obra.

Ao invés de se centrarem na reabilitação, a grande maioria dos autarcas atuais clama por mais habitação nova. Também é essa a direção que o mercado especulativo cavalga.

Habitação, ferrovia – de maior ou menor velocidade – e aeroporto. O país recicla expectativas e a imaginação da maior parte dos autarcas não permite mais.

Contudo, a imaginação tem mesmo de permitir muito mais. A Lei do Restauro da Natureza – um Regulamento extremamente relevante, aprovado em 2024 e integrado no Pacto Ecológico Europeu – estabeleceu metas legalmente vinculativas para recuperar ecossistemas degradados. Todos os Estados-Membros terão de implementar medidas de restauro em pelo menos 20% das áreas terrestres e marinhas da UE até 2030, e em todos os ecossistemas necessitados até 2050.

Uma vez apresentado o Plano Nacional de Restauro da Natureza (PNRN) com medidas destinadas à recuperação dos vários tipos de ecossistemas portugueses, bem como à proteção dos polinizadores, à plantação

de árvores e à criação de uma rede nacional de viveiros, incluindo viveiros municipais e privados, é também responsabilidade autárquica assegurar a implementação destas medidas à escala local.

A administração pública sob pressão

Descentralização, desafios múltiplos, reordenamento, resposta aos efeitos das calamidades, mais casas, mais ferrovia, mais aviação – a pressão acumula-se sobre a administração pública, central, regional e local, mas o Estado continua sub-capacitado.

De acordo com os dados reportados pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, relativos ao primeiro trimestre de 2026, Portugal tem apenas 767 094 funcionários públicos, dentro do universo total de 5 321 700 trabalhadores que compõem a população empregada, i.e., conta com apenas 14% da população empregada para lidar com todos os desafios que o Estado enfrenta, valor abaixo daquele que se verifica na maior parte dos Estados-membro da União Europeia (de acordo com o Eurostat).

Nos últimos seis anos, o saldo global de entradas e saídas na Administração Pública decresceu continuamente.

Contudo, refém da falta de imaginação que predomina, a decisão política não faz o necessário – contratar, capacitar, valorizar – mas avança para a desregulamentação e aceleração.

Simplex Urbanístico

É neste contexto que um conjunto de diplomas aprovados durante os últimos anos, reduziu os prazos dentro dos quais os organismos públicos, de âmbito central, regional ou local, têm de se pronunciar, resultando em deferimento tácito os casos em que essa pronúncia ou parecer não se concretize no prazo previsto, em particular nos casos das operações urbanísticas visando construções diversas e na instalação de projetos electroprodutores de energias renováveis.

O *Simplex Urbanístico*, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro, reformou e simplificou profundamente os licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e da indústria.

Em concreto, dentro de um conjunto de 26 medidas, o *Simplex Urbanístico* introduziu novas isenções de controlo prévio para obras de reconstrução e a figura do deferimento tácito para a maioria das operações urbanísticas quando os prazos legais para decisão pelas câmaras municipais são ultrapassados, integrando ainda o licenciamento industrial no processo urbanístico.

Naquele momento, o *Simplex Urbanístico* tinha já reduzido o prazo para um Município decidir, do ponto de vista do licenciamento, para 120, 150 ou 200 dias, desde a submissão do pedido, consoante o tipo de operação. O *Simplex Urbanístico* reduziu também para apenas 20 dias o prazo para alteração de uso sem obra sujeita a controlo prévio.

O *Simplex Urbanístico* introduziu também a certificação de deferimento tácito, permitindo ao particular avançar com o projeto através da emissão de uma certidão eletrónica, caso os prazos legais sejam ultrapassados sem resposta do município.

Já em 2025, através do seu pacote de medidas para a habitação, o Governo reduziu ainda mais os prazos para os licenciamentos e alterou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) e o código dos contratos públicos. O prazo para uma Câmara Municipal dar resposta a pedidos de licenciamento sem parâmetros urbanísticos definidos de operações de loteamento reduziu-se para 95 ou 65 dias, consoante existam ou não obras de urbanização, e para 50 dias nas remodelações.

Com o contexto urbanístico em ebulição, encontramos-nos nas vésperas de uma alteração profunda e preocupante do regime de licenciamento e urbanismo, conduzida pela entrada em vigor, já a 3 de agosto de 2026, do Decreto-Lei n.º 108/2026, de 29 de maio, que revê o regime aplicável ao licenciamento de operações urbanísticas e altera, mais uma vez, o RJUE e o regime jurídico da reabilitação urbana – menos controlo prévio do Estado e mais responsabilidade para técnicos e proprietários.

Num país com a administração pública e as autarquias sem os trabalhadores que seriam necessários, a panaceia da desregulamentação encontra-se então a ser imposta por via da redução de prazos, colocando maior pressão sobre os trabalhadores e aumentando a probabilidade dos deferimentos tácitos, bem como da transferência de responsabilidades para o privado, ao invés do compromisso público que esta década exige dos autarcas – compromisso com a responsabilidade que a descentralização de competências representa e com a gestão de políticas públicas locais e regionais, que a resposta aos desafios ambientais e sociais deste século, requerem.

Aceleração pouco “Renovável”

Não é apenas no âmbito urbanístico que a desregulamentação ambiental surge como panaceia. Com o pretexto de incentivar mais produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem-se esmagado a vontade das populações locais, servindo o interesse de multinacionais estrangeiras na abertura de minas e extração de minerais raros. Porém, o mesmo pretexto serve agora para mais.

O Decreto-Lei n.º 30-A/2022, de 18 de abril, aprovou medidas excepcionais, simplificando os procedimentos de produção de energia a partir de fontes renováveis, com prazos extremamente reduzidos para as entidades competentes emitirem pareceres obrigatórios cuja ausência corresponderá a deferimento tácito.

O mesmo diploma permitiu que a entrada em exploração dos centros electroprodutores e das instalações de armazenamento não dependesse mais da prévia emissão de licença de exploração nem de certificado de exploração, e os projetos com potência instalada igual ou inferior a 1 MW ficassem isentos de controlo prévio de operações urbanísticas, bastando uma mera comunicação para viabilizar a instalação.

Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 72/2022, de 19 de outubro, introduziu medidas simplificadas, isentando de licenciamento a construção destas infraestruturas, mesmo na ausência de Pedido de Informação Prévia favorável.

À partida, este novo contexto, para projetos de pequena dimensão, poderia não se traduzir necessariamente em desregulamentação ambiental.

Contudo, um número muito elevado de registos prévios deste tipo de projetos foi submetido antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 15/2022, de 14 de janeiro, que estabeleceu a organização e funcionamento do Sistema Elétrico Nacional.

Os promotores que obtiveram estes registos prévios detêm atualmente o licenciamento elétrico de conjuntos alargados de unidades, frequentemente em parcelas contíguas, na mesma localização, constituindo autênticos *clusters* que correspondem, na realidade, a centros electroprodutores de grande potência, cobrindo áreas muito extensas, exercendo impactos ambientais e sociais cumulativos potencialmente significativos, mas beneficiando do regime simplificado aplicável aos pequenos projetos.

Em termos práticos, a simplificação de procedimentos que resulta dos diplomas referidos, retira aos Municípios o direito e o dever de inviabilizar a concretização de projetos – alguns cobrindo cumulativa e continuamente

grandes extensões de território, com grande impacto ambiental e social – ou de exigir a reposição da legalidade urbanística, direitos antes assegurados no âmbito do regime de comunicação prévia previsto no RJUE.

O assalto aos terrenos rústicos encontra-se evidente na forma como o Programa Sectorial das Zonas de Aceleração de Energias Renováveis (PSZAER), atualmente em elaboração por uma equipa interdisciplinar contratada pela Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030, promete sobrepor-se aos PROT (ignorando, por exemplo, os corredores ecológicos) e aos Planos Diretores Municipais (PDM), colocando sob risco de proliferação urbana 663 395 hectares sem controlo prévio, licenciamento ou estudos de impacto ambiental – 7% do território nacional, valor acima de todo o território urbano já existente em Portugal!

Contudo, sabemos que a conciliação entre a produção de energias renováveis, a natureza, a floresta e a agricultura, é possível. Os agrovoltaicos e a colocação estratégica de fotovoltaicos em parcelas que estejam temporariamente em pousio, são disso exemplo. Esse é o tipo de planeamento que deve ser favorecido por autarcas ecologicamente comprometidos.

Novos autarcas – ecologistas – para uma nova era

Após 50 anos de poder local, democraticamente eleito, em Portugal, marcado por fases de resposta a escassez de serviços básicos e infraestruturas diversas, acesso a fundos europeus e modernização, racionalização financeira e descentralização de competências, vivemos agora uma era de enormes desafios globais, ambientais e sociais, que exige dos autarcas a capacidade e o compromisso para gerir não apenas obra, mas autêntica política pública.

Como nunca antes, é urgente pensar global para agir no local, navegando os desafios interligados e os *trade-off's* do nexos que envolve a natureza, a biodiversidade, o clima, a energia, a água, o solo, o ar, o urbanismo, a indústria, a agricultura e a floresta, entre muitos outros usos do território.

A proliferação urbana, o declínio da biodiversidade, a instabilidade climática e meteorológica, a perda de fertilidade dos solos agrícolas, a pressão para urbanizar terrenos rústicos, e a expectativa de novas, grandes infraestruturas – todos estes desafios convergem e competem entre si. As soluções para uns agravam por vezes os outros.

Não existem soluções simples para problemas complexos, e o ciclo das políticas públicas – da sua conceção, à execução, monitorização e avaliação – tem de ser respeitado e exemplarmente conduzido por autarcas comprometidos com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, dos animais e do planeta.

Esta convergência entre a complexidade dos desafios e a das soluções tem lugar em anos decisivos: as revisões dos PDM; novos PROT; reordenamento florestal e agrícola, verdadeiramente transformador da paisagem; o início da programação de fundos europeus sob a ameaça de um retrocesso na coesão e na Europa das Regiões e a recentralização nos Estados-membro; uma dependência de financiamento europeu continuamente elevada, para programas como o PTRR; e uma era de competição extraordinária por recursos, matérias-primas e trabalhadores, entre grandes projetos como aeroportos, ferrovia e habitação, de grande impacto nas regiões e municípios, mas também novas prioridades europeias em setores com a defesa e um consumo excessivo global na deriva imparável da inteligência artificial.

É neste contexto decisivo que encontramos um país no qual o Estado se encontra subcapacitado, com apenas 14% dos trabalhadores na Administração Pública, central, regional ou local, abaixo da média europeia e com saldo de entradas e saídas em queda nos últimos seis anos.

Apesar da exigência dos desafios, num quadro de subcapacitação e dependência, é também este um país no qual governantes e autarcas, predominantemente oriundos dos mesmos partidos, exibem a mesma falta de imaginação: em vez de contratar, capacitar e modernizar, continuam a optar por desregular, desresponsabilizar, deferir tacitamente e acelerar, sobretudo através de programas como o “*Simplex* Urbanístico” ou o PSZAER, vendendo a fundos financeiros privados, o território que ainda serve a soberania alimentar e a resiliência natural de Portugal.

Só uma nova era, com governantes e autarcas ecologistas, comprometidos com a resolução dos grandes desafios atuais, por via do bom-senso ecologista e com o apoio e a participação das populações locais, poderá conduzir as freguesias, os municípios, e as regiões portuguesas no sentido do desenvolvimento sustentável, do bem-estar e da qualidade de vida.

Pontos deliberativos

Considerando todos estes elementos, a presente moção propõe que, no XVII Congresso do LIVRE, o partido reconheça que:

- 1) É necessária uma nova era para a política local e regional, em Portugal, com autarcas eleitos LIVRES, ecologistas, e comprometidos com o princípio de pensar globalmente para agir localmente, não gerindo apenas obra pública, mas assegurando a criação e gestão de política pública multi-nível;
- 2) Da escala global à local, os desafios do nexa que envolve a natureza, a biodiversidade, o clima, a energia, a água, o solo, o ar, o urbanismo, a indústria, a agricultura e a floresta, entre outros usos do território, se encontram interligados, com *trade-off's* que exigem soluções por vezes complexas para problemas complexos;
- 3) O momento atual é sensível e decisivo, com os PROT e PDM em revisão, programas de reordenamento em curso, um PNRN e um PTRR para implementar, um novo ciclo de programação para o financiamento europeu a iniciar-se, e o risco de um retrocesso na coesão e na influência da Europa das Regiões;
- 4) Num contexto de elevada dependência, e com planos para a construção de grandes infraestruturas na mobilidade, habitação e produção elétrica, o país encontra-se perante significativa competição global e nacional por recursos naturais, matérias-primas e trabalhadores;
- 5) A vontade dos cidadãos quanto aos usos a dar ao solo, nos territórios que habitam, deve ser respeitada e que a participação cidadã no planeamento, no ordenamento do território, e nas decisões, deve ser incentivada e capacitada.

A presente moção propõe ainda que aos eleitos locais do LIVRE seja concedido o direito a:

- 6) Assumir, com responsabilidade, o papel de autarcas que criam e gerem política pública e não apenas obra pública, assumindo dessa forma os novos desafios que a descentralização de competências lhes coloca;
- 7) Defender a contratação pública, sobretudo de novos trabalhadores, a respetiva valorização profissional, com contratos sem termo e estabilidade, bem como a capacitação contínua destes trabalhadores, particularmente face a funções de necessidade permanente, num contexto de aumento da pressão e prazos reduzidos para os municípios exercerem os seus direitos;
- 8) Defender os terrenos rústicos para fins relacionados com a resiliência natural, implementando as medidas de restauro da natureza, salvaguardando a prestação de serviços dos ecossistemas e a soberania alimentar, e acolhendo apenas fins electroprodutores quando os múltiplos usos são compatíveis e conciliáveis, como caso dos agrovoltaicos;

- 9) Priorizar a área que já se encontra urbanizada e construída, em Portugal, para fins como a reabilitação e construção de habitação ou a produção de energia a partir de fontes renováveis;
- 10) Defender o papel vinculativo, o espírito da lei e a soberania dos instrumentos territoriais, como os PROT e os PDM, face às tentativas privadas de explorar as fragilidades que novos programas governamentais procuram abrir, conduzindo a deferimentos tácitos e à construção de infraestruturas sem necessidade de comunicação, controlo prévio, ou licenciamento.

Proponentes

- Carlos M. G. L. Teixeira

Subscritores

- Afonso Ferreira
- André Dias
- André Wemans
- António Lopes
- Daniel Ferreira
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Francisco Costa
- Glória Franco
- Henrique Longa
- Hugo Lourenço
- Inês Pires
- Joana Alves Pereira
- Joana Ferreira Filipe
- Mafalda Dâmaso
- Manuel Muacho
- Maria Esteves Pereira
- Mário Gaspar
- Matias Feijoo
- Ofélia Janeiro
- Patrícia Gonçalves
- Pedro Mendonça
- Rita Farias
- Rodrigo Teixeira
- Safaa Dib
- Salomé Gomes
- Sandra Tomás
- Sílvia Pais

- Viacheslav Gavryliak

Moção 69

Democracia económica, um pilar do pensamento económico do LIVRE

O debate público no nosso país tem, tradicionalmente, perspectivado as questões económicas de forma **binária**: a oposição entre **Estado** e **Privado** domina a discussão de políticas públicas, fruto de uma tradição social-democrata que já não tem reflexo nas opções dos nossos governos, que têm seguido, fundamentalmente, uma **linha neoliberal e promotora da economia financeirizada**, cada vez mais desregulada e extratora de riqueza dos bairros, cidades e territórios onde vivemos para benefício de poucos.

O espaço da Esquerda em Portugal tem tido dificuldade em afirmar uma proposta renovada que vá além deste binário que, embora defensor do interesse público e do bem estar individual e coletivo, se coloca, por orientação política expressa e disseminada, como agente promotor de um capitalismo selvático, da opacidade e das desigualdades sociais que se aprofundam. As fronteiras do público e privado esbatem-se, criando uma relação perniciosa que tem como objetivo a reprodução de uma elite económica por intermédio dos fenómenos das portas giratórias e do favorecimento económico.

É do nosso entendimento que a renovação democrática que o LIVRE promete deve estender-se, de forma transversal, à governação do país e à construção de um modelo de desenvolvimento social e económico que rompa com esta cooptação do Estado e da iniciativa privada, que a concentração de riqueza tem provocado, e que **devolva agência às populações**.

Discordamos tanto da visão centralizadora do Estado, como da iniciativa privada para os bolsos de apenas alguns. **Uma economia com maior peso de organizações autogeridas fortalece a resiliência do tecido económico nacional e permite que as relações económicas sejam mais alinhadas com as vontades populares**, priorizando o bem-estar e a utilidade em detrimento da acumulação de capital. Reconhecendo o aumento das desigualdades sociais e a irrefletida centralidade que o crescimento económico tem no debate político, a **democracia económica** traduz-se na possibilidade da sociedade, dotada das ferramentas adequadas, ter a possibilidade real de definir nos seus termos de que forma é que a economia deve servir a prosperidade e bem-estar coletivos. Só teremos uma **cidadania de pleno direito** quando conseguirmos não só exercer a nossa autonomia política e social, mas estendê-la também à esfera económica.

Neste sentido, a democracia económica procura **corrigir as assimetrias de poder** entre **trabalhadores e empresas, cidadãos e Estado**, tendo como três principais eixos: (1) a democratização do trabalho, (2) a democratização do capital e o (3) reforço do setor cooperativo.

1. Democratização do trabalho

Promover a democratização do local de trabalho permite **equilibrar a relação**, marcadamente hierárquica e desproporcional, de empregado-empregador, que se baseia na dependência do primeiro perante o segundo. A capacidade de decisão dos trabalhadores é condição essencial para a alteração da correlação de forças nos meios de produção, permitindo **combater a alienação do trabalho**, através de uma maior autonomia nas suas funções,

mas também combater o assédio laboral, de que são vítimas cerca de 40% dos trabalhadores portugueses, e o cansaço extremo (*burnout*) em situação laboral, fenómeno que tem vindo a crescer.

Em Portugal, as **comissões de trabalhadores continuam a ter pouca expressão**, sobretudo nas pequenas e médias empresas e entidades do setor público, e a **representação sindical é minoritária em vários setores**, num contexto de declínio estrutural da organização coletiva do trabalho. Esta realidade fragiliza a negociação coletiva e reduz a proteção dos trabalhadores, problema, aliás, agravado pelas limitações introduzidas às Portarias de Extensão durante o período do governo de Passos Coelho, que reduziram a capacidade de alargar os efeitos da contratação coletiva.

A experiência de outros países europeus demonstra que fortes Convenções Coletivas de Trabalho contribuem para aumentos salariais generalizados e melhores condições de trabalho. Porém, a democratização do local de trabalho não se deve limitar à negociação coletiva; deve também passar pela **co-determinação** e pela **participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas das empresas**, olhando para os exemplos da Alemanha, da Áustria e da Suécia, onde a representação dos trabalhadores nos órgãos de administração ou de supervisão revela que é possível compatibilizar eficiência, estabilidade laboral e maior democracia nas empresas.

2. Democratização do capital

A democratização económica também se concretiza pelo **controlo coletivo dos meios de produção**, do investimento, da organização do trabalho e da distribuição do excedente, possibilitando uma maior estabilidade e segurança económicas para o trabalhador. No capitalismo contemporâneo, o trabalhador, num registo rígido de separação total dos meios de produção, está profundamente limitado na sua capacidade de decisão sobre o rumo da sua organização, da distribuição da riqueza que produz e das regras pelas quais se rege. A concessão de títulos da empresa ou, idealmente, a aquisição da empresa por parte dos trabalhadores, para constituição de uma cooperativa após insolvência, reestruturação ou sucessão empresarial sem continuidade clara (a chamada Lei Marcora, em Itália), são **meios que alargam e horizontalizam a posse do capital**.

No domínio público, é necessário que as comunidades tenham um forte envolvimento e peso nas decisões sobre os investimentos que possam alterar significativamente o seu território e modos de vida. É fundamental re-enquadrar os bens-comuns no centro do debate político à Esquerda. Temos ainda de alargar e proteger as tradições de **posse coletiva dos recursos**, como são exemplos os **baldios**, que permitem uma gestão dos bens comuns que respeite os limites ecológicos e que, simultaneamente, satisfaça as necessidades das comunidades locais.

3. Reforço do setor cooperativo

A cooperativa é o modelo de organização económica que melhor concretiza os objetivos da democracia económica. Estas consistem na figura de um operador económico que é gerido e detido de forma coletiva, permitindo uma **integração do trabalho e dos meios de produção**. Através da horizontalidade da sua estrutura e a integração de processos de decisão democráticos, legalmente protegidos pelo Código Cooperativo, as cooperativas contemplam no seu modo de atuação a **primazia do bem-estar dos seus cooperantes**, por contraposição à procura da maximização do lucro.

Alargar o peso das cooperativas na nossa economia permite que mais pessoas tenham autonomia laboral e poder de decisão sobre a forma como os recursos se organizam e os fins que servem. Introduz, de igual forma,

uma **lógica de cooperação** entre agentes económicos, por contraposição à competição, para a construção de um modelo que faz distribuir os ganhos de forma justa.

Considerações finais

As medidas aqui detalhadas não são estranhas ao programa do LIVRE. Consideramos que existe um **vazio à Esquerda para afirmar uma visão alternativa** e estruturada que encontre prioridade nas propostas e comunicações públicas do partido. O LIVRE precisa de reforçar a sua proposta económica e a democracia económica deve ser um âmbito central do modelo de desenvolvimento que queremos: **ecológico, igualitário e democrático**.

A expressão democracia económica não é amplamente inacessível e carece de explicação, mas importa acertar prioridades para, a partir de um consenso estratégico, fazer propostas concretas com impacto direto na melhoria da vida da maioria. Num mundo conformado com as relações assimétricas no trabalho e na distribuição de riqueza, uma visão que questione a democraticidade do nosso modelo social e económico, e que proponha o cooperativismo ou outras formas de democratização da economia será uma forma de transformar endogenamente a sociedade e de mobilizar as pessoas para práticas mais amplificadas de cidadania e participação.

Considerando o exposto, a presente moção propõe ao XVII Congresso do LIVRE que o partido:

- 1) Introduza na sua comunicação política e visão económica o ideário da **democracia económica** e que promova uma **reorganização e enquadramento das medidas do seu programa** que torne mais clara a integração do conceito;
- 2) Apresente propostas e fomenta através de outras iniciativas a **difusão dos valores da democracia económica** junto da população e da sua base militante, designadamente: através de projetos de lei, artigos, eventos, campanhas públicas e projetos claramente enquadrados nesta visão, em colaboração com entidades relevantes da sociedade civil, nomeadamente sindicatos, cooperativas, comissões de trabalhadores, confederações sindicais e de cooperativas, e académicos;
- 3) Tenha uma voz ativa na **condenação de projetos económicos** que não expressem um envolvimento claro, ativo e substantivo das populações locais e que, por estas razões, falhem em trazer ganhos claros para as mesmas, mas antes consequências danosas para o seu bem-estar e modos de vida.

Julho de 2026

Proponentes

- Tânia Liberato
- Levi Galaio
- Hélder Verdade Fontes
- Patrícia Robalo
- João Carraça
- Rui Dinis Silva
- Ana Natário
- Martim de Freitas
- Tiago Correia
- Francisco Burnay

Moção 70

Taxação da riqueza, justiça fiscal e combate à concentração económica

O debate de políticas públicas económicas apresenta, muitas vezes, a fiscalidade como uma **falsa dualidade entre aliviar os impostos sobre o trabalho ou financiar o Estado social**. Esta ideia, repetida com frequência pelos setores políticos ligados a uma visão neoliberal e social-democrata da economia, tenta esconder uma realidade preocupante: **a carga fiscal continua demasiado concentrada sobre quem trabalha**, enquanto **grandes patrimónios**, heranças, rendas económicas, fundos imobiliários, ativos financeiros e formas especulativas de acumulação **beneficiam de uma proteção política e fiscal desproporcionada**.

Num país assolado por baixos salários, precariedade, enormes dificuldades no acesso à habitação e uma concentração crescente de riqueza numa elite minoritária, a justiça fiscal não deve ficar limitada à discussão sobre taxas de IRS ou IRC. **É necessário colocar no centro do debate político a distribuição da riqueza acumulada**, a forma como essa riqueza se reproduz entre gerações e o modo como **a sua concentração condiciona a própria democracia**.

O facto de o crescimento da **concentração de riqueza global ultrapassar o crescimento da produtividade da economia real gera a sua própria dinâmica de empobrecimento das classes médias**, porque o excesso de rendimento passivo das grandes fortunas que não pode ser aplicado nem em consumo, nem em capital produtivo vai então ser aplicado na redistribuição de riqueza das classes médias para cima, para os muito ricos e mega-ricos. Como o sistema fiscal e a segurança social contam com a classe média para a sua sustentabilidade, esta redistribuição aperta as finanças públicas e **gera constrangimentos sobre as políticas públicas e o Estado Social**.

Mais grave ainda, quem detém patrimónios imensos — por vezes milhares ou milhões de vezes superiores à riqueza pessoal da maioria da população, acumulados em imóveis, ativos financeiros, entesouramento ou bens de luxo — detém sobretudo **capacidade de influenciar decisões políticas**, moldar mercados, capturar recursos públicos, controlar território, condicionar o acesso à habitação e beneficiar de mecanismos legais, financeiros e fiscais que estão fora da quase totalidade da população e, nalguns casos, da maioria dos governos nacionais. **A concentração patrimonial transforma-se, assim, numa ameaça à estrutura produtiva, à estrutura social, e à própria democracia**.

O LIVRE deve afirmar, de forma clara, uma visão fiscal que rompa com a dependência excessiva da tributação sobre o trabalho e o consumo, deslocando parte do esforço fiscal para a riqueza acumulada, sobretudo quando esta resulta de extração de rendas, heranças, valorização imobiliária especulativa ou mecanismos de planeamento fiscal agressivo. Esta orientação não deve ser entendida como uma punição do sucesso individual, mas como uma condição de **justiça, coesão social e sustentabilidade democrática e económica**.

Num país em que muitas pessoas trabalham uma vida inteira sem conseguir comprar casa ou garantir segurança económica à sua família, não é aceitável que grandes fortunas beneficiem de regimes fiscais mais favoráveis do que os rendimentos do trabalho. **Um sistema fiscal progressivo deve tratar de forma diferente**

realidades que são, de facto, diferentes; quem vive do seu salário não está na mesma posição de quem acumula património, recebe grandes heranças ou obtém rendimentos significativos sem participação produtiva direta, e muito menos de quem usufrui de rendimentos passivos tão elevados que serão necessariamente utilizados na compra de mais património lucrativo.

A taxação da riqueza deve, por isso, ser entendida como parte de uma estratégia mais ampla de **democratização económica**. Ao limitar a acumulação excessiva, combater a reprodução hereditária das desigualdades e financiar bens públicos universais, a fiscalidade sobre o património permite reforçar a liberdade real da maioria da população. **Não há liberdade substantiva quando o acesso à habitação, à educação, à saúde, à mobilidade ou à segurança económica depende, de forma crescente, da riqueza herdada.**

Considerando o exposto, a presente moção propõe ao XVII Congresso do LIVRE que o partido:

1. Assuma a taxação progressiva da riqueza como eixo central da sua visão fiscal, articulando-a com a redução da carga fiscal sobre o trabalho, o reforço dos serviços públicos e o combate às desigualdades patrimoniais;
2. Apresente propostas legislativas para a criação ou reforço de mecanismos de tributação progressiva sobre grandes patrimónios líquidos, grandes heranças e doações, garantindo limiares elevados que protejam pequenos proprietários, a pequena poupança e a habitação própria permanente de valor comum;
3. Defenda uma reforma da fiscalidade imobiliária que penalize a especulação, os imóveis devolutos injustificados, a concentração de propriedade habitacional, o uso turístico intensivo em zonas de pressão habitacional e a apropriação privada de valor criado por investimento público;
4. Promova o reforço dos mecanismos de transparência patrimonial, identificação de beneficiários efetivos, combate à evasão e elisão fiscal, revisão de benefícios fiscais regressivos e capacitação da Autoridade Tributária para fiscalizar grandes patrimónios e estruturas societárias complexas;
5. Integre a taxação da riqueza numa estratégia mais ampla de democracia económica, habitação acessível, justiça intergeracional, transição ecológica e redistribuição do poder económico;
6. Desenvolva iniciativas públicas, debates, estudos e campanhas de comunicação política que expliquem de forma clara a importância da taxação da riqueza, combatendo a ideia de que a justiça fiscal penaliza a classe média, quando o verdadeiro objetivo é corrigir a concentração extrema de património e aliviar quem vive do seu trabalho.

Proponentes

- Levi Galaio
- Rodrigo Brito
- Tânia Liberato
- Patrícia Robalo

Moção 71

Moção por uma Agenda Económica Transformadora

I. Preâmbulo

Portugal é um país de paradoxos persistentes. Somos uma das economias mais desiguais da União Europeia. Com um coeficiente de Gini acima da média comunitária, exportamos talento à falta de condições, e há regiões, famílias e gerações inteiras que ficam sistematicamente para trás. Crescemos, mas esse crescimento não chega a todos. A produtividade está estagnada, os salários reais continuam entre os mais baixos da Europa Ocidental, e o peso da habitação, da energia e dos bens essenciais corrói o poder de compra das famílias trabalhadoras.

Durante demasiado tempo, a narrativa económica em Portugal foi dominada por uma direita que confundiu austeridade com responsabilidade, mercado com mérito, e corte de despesa em serviços públicos com gestão eficiente. A esquerda respondeu, com justiça, com dignidade, com causas sociais essenciais, mas raramente com um projeto económico que complemente, que seja quantificado e verificável. O resultado é conhecido: a direita ocupa o espaço do "realismo" por defeito, não por mérito. E a cidadania, sem uma alternativa credível e concreta, desconfia.

O LIVRE tem alavancado um crescimento eleitoral consistente. Esse crescimento é motivo de orgulho e de responsabilidade acrescida. Mas crescer em votos e em representação parlamentar não é suficiente. Para sermos um partido de governo, de construção real, de transformação duradoura, precisamos de mais do que valores: Precisamos de um projeto económico à altura da nossa ambição e da urgência dos problemas que o país enfrenta.

II. Diagnóstico

O debate económico em Portugal sofre de três males estruturais que esta moção pretende endereçar.

1. A esquerda abandonou o terreno dos números

As forças progressistas apresentam medidas justas e necessárias, mas raramente as acompanham de estimativas de impacto, modelos de financiamento ou análises de custo-benefício rigorosas. Isso cria uma perceção, amplamente explorada pela direita e pelos seus aliados mediáticos, de que a esquerda é boa em causas sociais mas não sabe falar de economia. Esta perceção é falsa, mas politicamente eficaz. É urgente contrariá-la com factos, com dados e com propostas.

2. Ter um programa eleitoral não é o mesmo que ter uma agenda económica

O LIVRE tem um programa eleitoral com medidas económicas. Esse programa é um ponto de partida mas é apenas isso. Um programa eleitoral é um documento de posicionamento político, elaborado sob pressão de tempo e pensado para ciclos eleitorais. Uma agenda económica transformadora é outra coisa: é um documento de fundo, construído com rigor técnico e participação alargada, que define com precisão o modelo de desenvolvimento que o partido propõe para o país, com metas, fases de implementação, impactos esperados e formas de financiamento. Portugal merece esse esforço. O LIVRE está em condições de o fazer.

3. O debate económico está fragmentado e fechado

Economistas, sindicatos, patronais, organizações da sociedade civil e cidadãos comuns raramente partilham a mesma mesa com o mesmo propósito. O resultado é uma política económica feita de compromissos parciais,

influenciada por quem tem mais acesso ao poder, sem visão de conjunto e sem envolvimento democrático real. O LIVRE pode romper com este modelo, construindo um processo de debate aberto, plural e rigoroso que resulte num projeto económico genuinamente participado.

III. Objetivos Políticos

Esta moção tem três objetivos políticos centrais, que se reforçam mutuamente:

Afirmar o LIVRE como partido de governo e de transformação

Não basta ser um partido de oposição construtiva, de qualidade ou de causas justas. O LIVRE tem de demonstrar que tem algo mais além de uma visão para o país e propostas para o país, Está agenda é a mostra de coragem para dizer com clareza o que faria se governasse. Isso exige um projeto económico de fundo, não uma lista de medidas, mas um modelo coerente de desenvolvimento que mostre como queremos que Portugal seja daqui a dez, quinze ou vinte anos, para poder assim abordar assuntos chave no nosso projeto político, como o combate as desigualdades, o aumento dos salários e consequente melhoria das condições de vida, o desenvolvimento de uma economia assente nos setores de alto valor acrescentado e a concretização de uma economia sustentável ecologicamente.

Disputar o debate económico (e ganhá-lo)

A ideia de que a direita é mais competente em matéria económica é um mito construído politicamente, mas é um mito com verdadeiras consequências eleitorais. A esquerda que abandona o debate dos números entrega à direita o poder de definir o que é possível, o que é responsável e o que é razoável. O LIVRE não pode aceitar esse abandono. Disputar o terreno económico com rigor, com dados e com proposta alternativa é uma obrigação política, e é também uma oportunidade de diferenciação real no panorama da esquerda no nosso país .

Aprofundar a democracia interna e a coesão do partido

Uma agenda económica construída com os membros e apoiantes é uma agenda com legitimidade política sólida. Este processo deixa de ser apenas uma consulta formal e passa também a ser uma oportunidade de reforçar os laços entre as estruturas territoriais do LIVRE, de mobilizar energia militante em torno de um projeto concreto e de mostrar à cidadania que o LIVRE pratica aquilo que defende: democracia real, participação genuína e decisões coletivas.

IV. O Que Esta Moção Propõe

Esta moção propõe que o LIVRE lance um processo estruturado de construção de uma Agenda Económica Transformadora para Portugal. Um projeto simultaneamente participativo, tecnicamente fundamentado e politicamente corajoso, assente em três pilares:

Pilar 1 — Consulta Técnica Alargada

O LIVRE convida economistas, investigadores, representantes sindicais, organizações patronais e organizações da sociedade civil a contribuir para um diagnóstico partilhado e para a avaliação de propostas concretas. Esta consulta não é uma negociação nem uma cedência de soberania programática, o partido mantém plena autonomia sobre as suas posições políticas. É, antes, um exercício de rigor intelectual e de abertura ao melhor pensamento disponível sobre os desafios estruturais do país: crescimento económico inclusivo, reindustrialização, transição ecológica, mercado de trabalho, habitação, sistema fiscal, descentralização da economia e proteção social.

Pilar 2 — Participação Democrática Interna

Em conformidade com os planos de atividades do partido tanto a nível nacional como a nível local, os membros e apoiantes do partido são chamados a participar ativamente neste processo, através de sessões de debate territoriais, consultas temáticas e dos mecanismos de participação já existentes. São os membros e apoiantes quem deve definir as prioridades e a orientação política do projeto económico do partido. A consulta técnica informa, mas não substitui a decisão política democrática. Este processo deve ser organizado de forma a garantir participação efetiva de todo o território nacional, incluindo a diáspora.

Pilar 3 — Um Programa Económico Público e Verificável

O resultado deste processo deve ser um documento programático que o LIVRE apresente à cidadania, com propostas concretas acompanhadas de estimativas de impacto económico, custos e receitas para o erário público, efeitos projetados sobre o emprego, as desigualdades, impacto no interior do país, a qualidade de vida e a sustentabilidade ambiental. Um documento que possa ser debatido, escrutinado e comparado com as propostas de outros partidos. Que mostre, com total objetividade, qual é o projeto do LIVRE para o país, não apenas em intenção, mas em construção.

V. Deliberação

Considerando tudo o exposto, esta moção propõe ao XVII Congresso do LIVRE:

- O lançamento de um processo estruturado de construção de uma Agenda Económica e Social Transformadora para Portugal, a ser coordenado pelos órgãos competentes do partido, com calendário e etapas definidas;
- A realização de uma consulta técnica alargada a economistas, investigadores, representantes sindicais, associações empresariais e organizações da sociedade civil, com o objetivo de informar tecnicamente as propostas do partido;
- A promoção de sessões de participação abertas a membros e apoiantes do LIVRE em todo o território nacional e na diáspora, em conformidade com os planos de atividades do partido, garantindo que são os militantes a definir as prioridades e a orientação política da agenda;
- A elaboração de um programa económico público e verificável, com propostas concretas acompanhadas de estimativas de impacto sobre o crescimento, o emprego, as desigualdades, a qualidade de vida ou a descentralização da economia, bem como os respetivos custos e receitas para o erário público, entre outros dados relevantes para as necessidades da economia nacional e do Estado;
- A apresentação pública deste programa económico à cidadania, afirmando o LIVRE como partido de governo, de construção e de transformação real de todo o país.

Sintra, 12 de Julho de 2026

Proponentes

- Matias Feijoo
- Bárbara Ribeiro

Subscritores

- Márcio Sousa
- Paulo Muacho
- Carlos M.G.L. Teixeira

Moção 72

Revolução na Educação

o despertar de um movimento.

1.Preâmbulo

Entre 1974 e 1976 a escola foi resgatada da hegemonia do Estado-educador, e tomada (em alguns casos literalmente) por professores, alunos e elementos da comunidade. A figura do reitor foi afastada e surgiu um movimento autónomo e heterogéneo de organização e eleição de órgãos colegiais dentro da escola. O início de uma revolução que só se poderia materializar com a escola a reclamar o seu legítimo lugar: o centro do espaço democrático e da vida democrática dos cidadãos de hoje e de amanhã.

Passados 52 anos, depois de governos à esquerda e à direita, o que encontramos é o esvaziamento do projecto Educativo, e a sua subserviência a um modelo cada vez mais hierárquico, burocrático e mercantilista. Testemunhos vários de que a qualidade de ensino, especialmente se o entendermos enquanto fator libertador e de promoção de igualdade social, vem em derrapagem, com especial destaque para as últimas duas décadas. Movimentos de liberalização e mercantilização do ensino vão inundando a escola pública, como uma falsa resposta à “centralidade do estado”. **Assim, a ideia de uma escola verdadeiramente democrática e ao serviço de TODOS vai-se esbatendo...**

2.O que é que aconteceu? Como chegámos aqui?

Muitas vezes ouvimos falar na esfera pública sobre a importância da escola, em discursos, ações, manifestações, greves... Contudo, a luta por melhores condições, carreiras dignas e justas para a classe docente parece ter engolido o tema “escola”. **E se esta luta não poderia ser mais justa e necessária, ela não desvirtua, mas também não responde, à necessidade de um debate mais alargado sobre o que é a escola hoje, a quem ela serve, e para que é que ela serve.**

A saturação do tema representado pela imagem do professor que reivindica pela sua carreira não o serve, antes pelo contrário, tem vindo a marginalizá-lo com a caricatura jocosa de “trabalhador público privilegiado” que luta sozinho.

É urgente contrariar esta ideia de divisão da comunidade escolar. É urgente uma discussão séria, global e **consequente** sobre um projeto alargado e **futuro para a Educação, que agregue a classe docente e não docente, alunos, pais, comunidade, TODOS.**

Sistemas económicos e sociais justos criam consciências e valores justos?

Consciências e valores justos criam sistemas económicos e sociais justos?

A escola como intermediário.

Num momento tão sério e desafiante como o que vivemos, não é mera coincidência que o sistema educativo privilegie o resultado ao processo, que seja regido por métricas de gestão empresarial, despersonalizadas, descaracterizadas e desumanizantes. É um espelho e propulsor de uma ideologia utilitarista que não serve o propósito maior do ensino e da aprendizagem, o de formar seres humanos dotados da vontade e da capacidade de questionar o mundo à sua volta, e a sociedade em que se inserem.

Como agentes cívicos e políticos que se debatem pela defesa e manutenção do sistema democrático, urge-nos a necessidade de fazer da escola um verdadeiro exemplo, não só de resistência, mas de prosperidade, **a utopia que chega e se instala**, como aconteceu nos anos 70.

Os progressos sociais trazidos pela escola pública e o direito à educação são absolutamente incontestáveis, e é nossa responsabilidade continuar a dar-lhes seguimento e não largar o sonho de uma escola verdadeiramente livre, democrática, plural e FELIZ, que contribua para a construção de uma sociedade que a espelhe.

Assim, **propomos**, com enorme ambição, vontade e urgência, **que o LIVRE possa marcar agenda no debate público iniciando um movimento corajoso de debate amplo e alargado pela Educação.**

A escola pode e deve ser o verdadeiro impulsionador de mudança, de ruptura e de esperança!

3.0 que queremos? Para onde vamos?

Uma reforma da educação guiada pelo LIVRE

Democracia, Liberdade e Ecologia - Pessoas, Tempo e Espaço

Ingredientes para uma nova escola

3.1 Democracia - Pessoas

A escola é **o primeiro contacto** alargado com o “**eu**” e o “**outro**”, o “**eu**” e o “**mundo**”. O primeiro laboratório de experimentação do “eu” com o coletivo extra-familiar. Como uma “pequena sociedade” dentro da sociedade.

O que sentem os intervenientes da primeira experiência, uma “sociedade escolar”, quando a mesma se encontra fixada numa hierarquia estática e anti-democrática, onde a competição e o resultado se sobrepõe à cooperação e ao processo?

Quando o professor é sistematicamente desvalorizado e substituído no seu processo relacional por ferramentas digitais de conveniência orçamental?

Quando o aluno é visto como agente passivo, submisso e vazio de contributo?

O intuito da educação deixa de ser de capacitação, encontro, conhecimento, libertação e partilha, e começa a ser uma instância de criação de mão de obra encomendada pelo mercado e as suas necessidades de expansão.

A escola deve ser feita por quem nela trabalha, por quem nela estuda, pela comunidade onde está inserida. A escola que idealizamos é e está ao serviço de TODOS e para TODOS.

A academia tem o seu papel, e deve levar as novas evidências devidamente creditadas para o centro da discussão e debate dos intervenientes. Deve empoderá-los de mais e melhores debates e ideias a aplicar, mas não se sobrepõe numa visão tecnocrática. Quem trabalha no terreno também oferece um tipo de conhecimento empírico sobre a implementação de novas práticas pedagógicas, assim como possíveis limitações ou constrangimentos de aplicabilidade em contexto corrente.

Descentralizar os órgãos deliberativos e executivos escolares é também um sinal de manutenção e prosperidade do nosso sistema democrático. Voltar a sistemas predominantemente colegiais, democraticamente eleitos pela comunidade escolar, que representam e respeitam a verdadeira autonomia escolar é um espelho da participação cívica, crítica e criativa que queremos no nosso sistema democrático.

Respeitar o lugar de participação do aluno e tratá-lo de forma democrática, é também um sinal de capacitação de presentes e futuros cidadãos envolvidos numa democracia saudável e próspera. A cidadania experimentada e vivida mais do que leccionada.

O progresso e a construção de uma nova escola deve ser feito sem deixar ninguém para trás.

Aprendemos uns com os outros.

O LIVRE deve ser um promotor e proporcionador de momentos de discussão e reflexão, plantando essa esperança e vontade de mudança. Como partido que defende um modelo de democracia plenamente participada, devemos procurar nos testemunhos e contributos de quem vive diariamente esta realidade as nossas propostas futuras. É a experiência vivida dessas pessoas - quem na escola trabalha, quem na escola estuda, quem a escola serve e quem com ela vive - que deve orientar a nossa ação política rumo a uma Revolução na Educação.

Não devemos ser agentes passivos nesta Revolução: devemos lançar o debate e apresentar-nos com uma visão para a Educação que concretize os princípios e os valores do LIVRE.

No eixo Democracia - Pessoas, são temas pertinentes para trazer a debate os seguintes exemplos:

- A Experiência dos trabalhadores docentes e não docentes ao serviço do desenho de uma nova Escola
- O papel do aluno enquanto sujeito ativo
- A comunidade extra-escolar e a Escola
- Autonomia e Democracia na Escolas
- Democracia e a Escola
- Arquitectura e Design, o poder da transformação dos espaços no acto de aprender
- Espaços mais democráticos, o círculo
- Sistema de Ensino e/ou Sistema de Aprendizagem

3.2 Liberdade - Tempo

“Escola” deriva do grego «*skholḗ*» (mais tarde através do termo latino «*schola*»), que significava algo como “tempo de lazer” ou “tempo livre”.

A palavra escola carrega em si uma necessidade intrínseca de tempo livre, pela conversa, o diálogo, o encontro, a relação. O tempo para o amor, para o deslumbramento com o mundo, e a curiosidade pelo processo de aprender enquanto relação com o outro, e com o mundo. Sem tempo para a fruição e para o “inútil”, ou o que assim é caracterizado de um ponto de vista utilitarista num contexto do sistema capitalista, não há escola.

Por outro lado, uma **escola inundada em tempos vazios** com o único objetivo de manter os alunos “ocupados” **para servir horários laborais sobrecarregados e desajustados não é escola, é um roubo da infância.**

Os direitos laborais estão no centro da discussão sobre o propósito e a qualidade do ensino. Não é possível pensar no propósito da educação se ela serve maioritariamente para responder à ausência de presença familiar e/ou rede de apoio. Não estamos a ser honestos, esta não é uma escola pensada nas necessidades dos bebés, crianças e jovens. É uma instituição que responde ao mercado de trabalho e à necessidade de ter as pessoas a trabalhar demasiado tempo, no caso dos pais, e até demasiado tarde, no caso dos avós.

Lutar pela escola é lutar por melhores condições de trabalho!

Lutar pelo trabalho é lutar pela escola e pelo direito à infância!**Não há relação sem tempo.**

A tentativa de colmatar a falta de professores através de um esvaziamento do seu estatuto e da simplificação das suas competências, desvalorizando-lhes as carreiras, assim como a tentativa sucessiva da sua substituição por ferramentas digitais, é um verdadeiro atentado ao futuro do país e da formação das próximas gerações. Remover a vertente relacional da aprendizagem terá consequências gravíssimas, não só no aumento das desigualdades sociais, como também na própria saúde mental de toda uma sociedade onde a relação e o tempo, elementos fundamentais para a nossa condição estão a ser abertamente arrancados. Porque **o ensino e a aprendizagem são inerentemente relacionais**, a remoção dessa vertente arrisca também resultar em piores resultados académicos, o que a longo prazo constitui um retrocesso sem precedentes nas nossas capacidades coletivas.

Aprender é relacional: Não há (à) presença Artificial!**No eixo Liberdade - Tempo, são temas pertinentes para trazer a debate os seguintes exemplos:**

- Qual o papel do professor?
- Qual o papel do aluno?
- Rácios de adulto/criança e/ou bebés, uma questão de saúde pública
- Formação e carreira de professores
- Serviço nacional de professores, como travar a falta de docentes nos próximos anos
- A quem serve a digitalização das escolas?
- O lugar e a função da tecnologia na Educação

3.3 Ecologia - Espaço

Durante a pandemia pudemos testemunhar, de forma excepcional, a importância dos espaços e da presença corpórea no exercício da aprendizagem. Com o esforço hercúleo dos profissionais da área educativa foi possível fazer de uma situação péssima, algo menos mau. Não obstante todo o meritório esforço e dedicação, hoje sabemos que o desempenho e o aproveitamento dos alunos foi manifestamente afectado.

A necessidade de **encontro, movimento, toque e espaço** tornou-se evidente, sobretudo para os mais pequenos.

Lamentavelmente, retirámos poucas consequências dessa experiência.

O contacto e a consciência ambiental não se ensinam, vivem-se e experimentam-se através do espaço escolar e da comunidade integrante.

Alguém que estuda na Lezíria do Tejo não aprende as ciências naturais como quem estuda na costa Algarvia, ou em terras Transmontanas. Cada região tem as suas particularidades e riquezas geográficas a agregar ao exercício de ensinar. **Isso não é limitação do currículo: é a substância do mesmo.** A aprendizagem deve ser uma ação contínua, conseqüente, enraizada e enquadrada numa realidade.

A escola precisa, também através do seu espaço, transpirar o currículo e as ideias que propõe, em detrimento de se transformar num lugar despido de significado e de identidade, meramente institucional e burocrático.

É, mais uma vez, **nas escolas que podemos modelar em pequena escala as mudanças que queremos estabelecer no mundo**. Escolas mais verdes, sustentáveis, onde as disciplinas e as áreas disciplinares não se dividem mas antes convergem em prol de um chão comum, o crescimento e o bem-estar de todos os envolvidos.

No eixo Ecologia - Espaço, são temas pertinentes para trazer a debate os seguintes exemplos:

- Identidade regional na Educação
- Arquitectura e Design, o poder da transformação dos espaços no acto de aprender
- Escolas Verdes e Sustentáveis
- A Natureza ensina
- Aliment(ação), o potencial das cantinas
- Comunidades de energia e sustentabilidade escolar

Conclusão

A Revolução na Educação é um tema que nos exige coragem política, ambição e participação colectiva. Mas exige também celeridade, porque **a Escola já esperou demais**.

A cada ano lectivo que passa sem caminho, sem visão, é um ano a menos de um enorme potencial individual e colectivo que não volta atrás.

A Educação tem de ser um tema central no próximo mandato dos órgãos nacionais do LIVRE, promovendo um **debate interno alargado sobre o modelo e a visão de Educação que o Livre quer defender, e ajudar a implementar**. Assim como **o desenho de futuras ações de mobilização e sensibilização para a urgência deste tema junto de toda a comunidade**.

Esse debate deve envolver docentes, estudantes, famílias, investigadores e restantes agentes educativos, contribuindo para a construção de uma proposta de ação coerente, inovadora e assente nos princípios da justiça social, da sustentabilidade e da igualdade de oportunidades.

Alunos cuidados, ouvidos e incentivados, serão seres humanos, cidadãos e trabalhadores mais **FELIZES**, saudáveis, atentos, participativos, exigentes e produtivos.

Professores que ensinam em condições de trabalho dignas e respeitadoras do seu tempo e das suas carreiras, com liberdade e criatividade, são professores mais abertos ao processo relacional, são profissionais mais capazes de aprofundar a sua área de conhecimento, com mais tempo e recursos. Um professor atento e apaixonado pelo saber pode ser uma profunda inspiração e propulsor de mudança na vida de uma criança.

Os alunos merecem mais, os professores merecem mais, os auxiliares de educação, os pais, **TODOS** merecemos mais. Merecemos uma Educação que cumpra as promessas de Abril, que as supere, e que sirva de elemento libertador de cada um de nós, individualmente e colectivamente.

Da mesma forma que a degradação da Educação, hoje vista como ferramenta utilitarista ao serviço do mercado de trabalho, foi um processo de várias décadas, assim será o caminho de volta a uma Educação de conhecimento, curiosidade, e valorização pessoal e da comunidade.

Mas **podemos semear essa mudança hoje** mesmo, com compromisso, inspiração e vontade.

Por uma Revolução na Educação que não só cumpra a promessa da Escola Pública, reclamada em 1974 e efetivada em 1976, mas também que a expanda, com todas as novas possibilidades, ferramentas, desafios e conhecimentos do século XXI.

Sem educação, o futuro perde voz; com educação, cada pessoa torna-se semente de mudança e cada escola um lugar onde o país aprende a florescer.

No LIVRE, comprometemo-nos hoje a trazer a escola para o centro da discussão política, para o seu sítio devido:

o centro da nossa vida democrática.

Proponentes

- Mariana Campos Flor
- Natércia Rodrigues
- Ana Cação

Subscritores

- Mariana Campos Flor
- Natércia Rodrigues
- Maria Manuela Moreira
- Tiago Correia
- Luís Caetano
- Ricardo Silva
- Ana Cação
- David Francisco
- Liliana Jordão
- Rui Simões
- Fábio Carvalho
- João Rodrigues
- Francisco Burnay
- Catarina Cerqueira
- Vítor A. Madureira
- Luísa Alvares
- Irene Gomes
- Carolina Serrão
- JL Cordovil

Moção 73

Pelo fim da violência escolar e da rota da institucionalização na neurodivergência e na deficiência

A construção de uma sociedade verdadeiramente progressista e ecologista mede-se pela forma como tratamos os seus membros mais vulneráveis. Num partido que coloca os Direitos Humanos e a justiça social no centro da sua matriz ideológica, o desafio da inclusão exige-nos uma coragem acrescida: a de olhar de frente para as falhas estruturais do Estado e transformá-las em espaços de emancipação, segurança e dignidade.

Para tal, esta moção parte de um diagnóstico urgente e doloroso: o sistema escolar atual está a falhar sistematicamente às crianças neurodivergentes e com deficiência, falha essa que assume contornos de violência institucional.

Diferentes relatórios internacionais e nacionais sobre os direitos das pessoas com deficiência alertam para uma realidade invisibilizada: a escola pública, por via do capacitismo estrutural, tem acolhido práticas que violam os direitos fundamentais destas crianças. Falamos de maus-tratos físicos e psicológicos reais que vão desde o uso indevido de isolamento punitivo e contenções físicas, até à exclusão sistemática por via da falta de recursos e formação.

A educação inclusiva exige uma transformação sistémica que garanta o pleno desenvolvimento humano e a autonomia. Quando o Estado falha nesta resposta neuroafirmativa básica, está a criar umnexo de causalidade direto com o futuro: o trauma cumulativo, o *burnout* autista e a exclusão destas crianças na infância retiram-lhes as ferramentas de autodeterminação, empurrando-as, em idade adulta, para a rota da institucionalização forçada e asilar. Isto é o cúmulo de uma lógica capitalista que prefere o isolamento e a segregação de corpos e mentes divergentes à construção de redes de apoio à vida independente.

É esta “crise de direitos e de humanidade” no interior das escolas que a presente moção se propõe combater. Procura fazê-lo através do desenho de políticas públicas intransigentes e de uma tomada de posição firme do nosso partido.

Não há coincidências. Se o LIVRE defende uma sociedade justa, fraterna e assente no cuidado mútuo, não podemos tolerar que o modelo escolar funcione sob as regras da segregação produtivista e da exclusão. Se queremos uma comunidade plural e um ecossistema social verdadeiramente seguro, a luta contra o capacitismo e pelo direito à neurodivergência tem de ser assumida na primeira linha da nossa intervenção política.

Aprovámos o Decreto-Lei 54/2018 com promessas de inclusão plena, mas a prática demonstra que a inclusão ficou apenas no papel. Faltam técnicos, falta formação em direitos humanos e neuroafirmação e, acima de tudo, falta a coragem de erradicar as barreiras que tratam a diferença como um problema a isolar.

Nas palavras do movimento internacional neurodivergente, “nada sobre nós sem nós”. Nesta moção, queremos transformar esse princípio ético em propostas programáticas claras para o LIVRE, salvaguardando o futuro destas crianças fora dos muros da segregação institucional.

A presente moção propõe ao Grupo de Contacto e à Assembleia que:

1. **Defenda ativamente a Tolerância Zero à Violência Escolar:** Exigindo a proibição absoluta de práticas de contenção mecânica/física ou isolamento punitivo nas escolas e propondo a criação de um Canal de Denúncia Independente para maus-tratos e práticas capacitistas no sistema de ensino.
 2. **Exija a Revisão Orçamental do Modelo de Inclusão Escolar:** Batendo-se pela dotação orçamental necessária para a contratação e formação obrigatória de Assistentes Operacionais e Técnicos em literacia neuroafirmativa, desenho universal para a aprendizagem e direitos humanos.
 3. **Combata a Rota da Institucionalização Forçada:** Defendendo o alargamento substancial do financiamento do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) e dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI), garantindo assistência pessoal que assegure a transição da escola para uma vida adulta livre e integrada na comunidade.
- **Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD)**, especialmente os Artigos 7.º (Crianças com deficiência), 15.º (Proteção contra a tortura ou tratamentos cruéis) e 24.º (Educação).
 - **Decreto-Lei n.º 54/2018 (Portugal)** — A lei da Educação Inclusiva (criticando a falta de dotação orçamental para a sua aplicação real).
 - **Relatórios de Monitorização do Comité da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, que expressam recorrentemente preocupações sobre a institucionalização precoce e a falta de assistentes pessoais na Europa.

Proponentes

- Carina Calisto

Subscritores

- André Tenente
- André Dias
- Sandra Tomás
- Maria Esteves Pereira
- Bárbara Ribeiro
- Rúben Vieira

Moção 74

Por um Ensino Superior universal, democrático e de progresso

O ensino superior é a alavanca prometida de uma sociedade em que o conhecimento não é privilégio de quem nasce com ele, mas direito de quem o procura. É o lugar onde uma geração aprende a imaginar o mundo que deseja e a granjear a coragem para o construir.

Em Portugal, o acesso ao Ensino Superior afasta-se gradualmente da universalidade em que se refundou com a instauração da democracia, abalado por obstáculos económicos, sociais e institucionais que todos os anos negam a milhares de jovens o sonho constitucionalmente consagrado (artigo 74.º, n.º2 e 76.º, n.º1 da CRP) da formação académica. Num momento em que o atual Governo procura ativamente o aumento do valor da propina, promovendo uma redução dos ingressos no Ensino Superior, torna-se ainda mais evidente a contradição entre o discurso de valorização da qualificação e a falta de condições materiais que, na prática, restringe o seu acesso e aprofunda desigualdades sociais. Urge, portanto, recentrar o cariz universal do Ensino Superior, tão próximo ao LIVRE, no debate político.

O regime de acesso ao Ensino Superior assenta, de forma determinante, nos exames nacionais como instrumento de nivelamento e seleção, sendo a sua existência frequentemente justificada sob a forma de instrumento de combate à inflação das classificações internas e disparidades entre escolas, encobrendo uma desigualdade estrutural de raiz socioeconómica entre estudantes. O resultado é um sistema que legitima a reprodução do privilégio com a aparência da meritocracia.

Cinquenta anos volvidos da aprovação da Constituição, o Ensino Superior público soçobra na promessa da gratuidade universal. As propinas fixam-se entre 560€ e 697€ por ano no 1.º ciclo de estudos e atingem valores significativamente mais elevados no 2.º e no 3.º ciclo, a que acrescem taxas e emolumentos (incluindo taxas de apresentação de tese e dissertação) que oneram ainda mais os percursos académicos. A tudo isto acresce um sistema de ação social cronicamente insuficiente, que não cumpre a sua função de compensar as desigualdades de origem: as bolsas chegam com atrasos que comprometem o início do ano letivo, os critérios de atribuição deixam de fora estudantes em situação de efetiva vulnerabilidade económica, e os serviços de apoio social das instituições carecem dos meios necessários para responder à escala real do problema.

O custo de vida constitui, aos dias de hoje, uma barreira primordial à frequência do Ensino Superior, com particular incidência nos estudantes deslocados. De acordo com dados divulgados em 2025⁵⁷, um estudante deslocado paga, pelo menos, mais 200€ por mês do que um estudante que estuda na sua área de residência; na comparação entre despesas totais mensais, a diferença média pode chegar aos 349€, com o estudante deslocado a gastar perto de 500€ mensais em alojamento, transporte, alimentação e outras despesas, enquanto o estudante não deslocado não ultrapassa, em média, os 150€ nessas mesmas rubricas. Paralelamente, a taxa de desistência no Ensino Superior tem vindo a agravar-se de forma quase ininterrupta desde 2019/2020, atingindo 11,10% entre

⁵⁷RTP Notícias, “Estudantes deslocados pagam pelo menos mais 200 euros/mês para frequentar Ensino Superior”, 2025.

os estudantes de licenciatura em 2022/2023,⁵⁸ refletindo a pressão económica e social que recai sobre quem tenta manter o percurso académico. Por outro lado, existem muitos estudantes que, por incapacidade económica de se deslocar, permanecem no seu concelho de origem, enfrentando percursos diários longos e penosos até à instituição de ensino. A insuficiência de mobilidade pública adequada transforma estas deslocações numa fonte adicional de desgaste, com impacto direto na saúde mental, no sucesso académico e na integração destes estudantes junto dos seus pares.

O Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES) nasceu como uma promessa de resposta a este défice estrutural. No entanto, em maio de 2025, apenas 11% das camas previstas se davam por concluídas,⁵⁹ apesar da meta de 19 mil camas até março de 2026; em Coimbra, persiste um défice superior a 10 mil vagas face ao número de estudantes deslocados;⁶⁰ a nível nacional, apenas 32% das necessidades de alojamento estudantil estão garantidas⁶¹ – isto é, mais de dois terços dos estudantes que precisam de uma cama pública não a têm.

A esta realidade soma-se a fragilidade democrática da gestão das instituições do Ensino Superior, materializada na insuficiente revisão recente do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), levantando fortes preocupações em relação à participação estudantil na governação das instituições onde aprendem, discutem e participam. A proposta que foi aprovada reduz o mínimo legal de representação estudantil nos processos de decisão, não dando resposta ao designio de uma voz efetiva na definição institucional do seu quotidiano académico. Em vez de ampliar a participação, a revisão aparenta recentrar o poder decisório nos corpos docentes e investigadores, enfraquecendo a representação estudantil e empobrecendo a legitimidade democrática das instituições.

Ademais, acresce a este diagnóstico a urgência de um debate aprofundado acerca do Processo de Bolonha, dado que, mais de duas décadas após a sua implementação, o encurtamento das licenciaturas para três anos provocou uma dependência estrutural de mestrados, que são necessários para que os estudantes tenham competitividade no mercado de trabalho, cujas propinas não são reguladas. Trata-se, à luz da atualidade, de uma promessa de democratização do acesso ao Ensino Superior que se esgota na criação de um segundo patamar de seleção económica no interior do próprio sistema.

Também a saúde mental no Ensino Superior permanece tratada como um problema secundário, apesar da sua escala e impacto no abandono escolar. Em estudos divulgados em Portugal,⁶² 45% dos estudantes da Universidade de Lisboa assumiram já ter ponderado desistir do seu curso e 40% referiram ter vivido episódios de *burnout* ou esgotamento académico ao longo do percurso letivo; noutra inquérito, 204 estudantes da mesma Universidade tinham já ponderado desistir dos estudos por razões associadas ao desgaste psicológico e às dificuldades de vida académica. Os dados nacionais apontam ainda para uma realidade preocupante: entre 42,7% e 55% dos estudantes podem já ter experienciado problemas de saúde psicológica, persistindo uma significativa carência de respostas institucionais adequadas, consultas regulares e recursos mínimos para prevenir o abandono por *burnout*, depressão e outros quadros de sofrimento mental.

A precariedade que atravessa o Ensino Superior agudiza-se significativamente para quem o concilia com atividade profissional ou uma bolsa de investigação. As instituições de ensino permanecem, na generalidade,

⁵⁸ECO, "Taxa de desistência do ensino superior é a mais alta em oito anos", 2024.

⁵⁹CNN Portugal, "Só 11% das camas do plano de alojamento estudantil estão prontas", 2025.

⁶⁰Rádio Universidade de Coimbra, "Falta de camas dificulta acesso ao ensino superior", 2026.

⁶¹PÚBLICO, "Faltam camas para estudantes: só 32% das necessidades estão garantidas", 2024.

⁶²Universidade do Algarve, *Estudar onde é bom viver... Com saúde mental: Boas práticas de promoção de saúde mental*, 2024.

organizadas segundo um modelo de estudante a tempo inteiro, oferecendo escassos mecanismos de flexibilização curricular que reconheçam a condição do trabalhador-estudante, comprometendo a conciliação entre atividade profissional e percurso académico, com reflexos diretos no seu aproveitamento. A esta exigência acresce uma aplicação deficiente do próprio estatuto de trabalhador-estudante: a isenção de trabalho suplementar tende a não vigorar nos períodos sem atividade letiva, expondo estes estudantes ao cumprimento de horas extraordinárias precisamente durante os períodos de avaliação. Também os bolseiros de investigação, em particular os bolseiros de doutoramento, enfrentam uma precariedade análoga, sustentando com o seu trabalho uma parcela significativa da produção científica nacional sem a estabilidade contratual que tal contributo deveria legitimamente assegurar.

A igualdade de género no Ensino Superior é um objetivo proclamado e uma realidade incompleta, manifestando-se de forma particularmente acentuada em relação às estudantes, que ocupam o lugar de maior vulnerabilidade numa hierarquia académica onde a dependência pedagógica (face a professores ou orientadores) pode ser instrumentalizada de formas que raramente chegam a ser denunciadas. Os casos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2022) e do Centro de Estudos Sociais de Coimbra (2023) vieram expor que as experiências de vitimação são atravessadas pela consciência de que denunciar tem consequências académicas custosas, o que explica o grau de subdenúncia que os dados revelam, bem como a insuficiência dos Planos de Igualdade de Género existentes, frequentemente omissos quanto à proteção específica dos estudantes face a situações de assédio por parte de quem detém poder sobre a sua avaliação e progressão académica.

Subjacente às fragilidades descritas acima assume-se o subfinanciamento crónico das instituições de Ensino Superior públicas, obrigando-as a funcionar sistematicamente abaixo das suas necessidades. Sem recursos suficientes para contratar, construir, apoiar e cuidar, as instituições tornam-se reféns de lógicas de sobrevivência que comprometem a sua missão universalista, transferindo para os estudantes, sob a forma de propinas, taxas e serviços degradados, o custo de uma opção política raramente assumida como tal.

Neste sentido, assumindo a índole progressista do LIVRE na persecução de um Ensino Superior universal e democrático, propõe-se:

- 1) Defender a revisão do modelo de acesso ao Ensino Superior e a eliminação progressiva das propinas, taxas e emolumentos no ensino público, garantindo verdadeira igualdade entre estudantes de diferentes contextos socioeconómicos;
- 2) Exigir a execução e revisão do PNAES e a reforma do sistema de ação social, com metas vinculativas, critérios de bolsas mais justos e fim dos atrasos sistemáticos na sua atribuição, bem como o reforço da rede de mobilidade pública destinada aos estudantes que enfrentam diariamente trajetos extensos entre o concelho de residência e a instituição de ensino;
- 3) Promover o financiamento permanente de serviços de saúde mental em todas as instituições de ensino superior público, assegurando a sua continuidade para além do PRR, e a criação de mecanismos efetivos de proteção dos estatutos de trabalhador-estudante e de bolseiro de investigação, enquanto fatores agravantes do desgaste psicológico destes estudantes;
- 4) Opor-se à redução do mínimo legal de representação estudantil nos órgãos de governação introduzida pelo novo RJIES, defendendo o reforço da participação dos estudantes nas decisões que lhes dizem diretamente respeito;

-
- 5) Lançar um debate nacional sobre os efeitos do modelo de Bolonha em Portugal, em particular sobre a relação entre licenciaturas e mestrados e a dependência que esta tem gerado na garantia de competitividade no mercado de trabalho;
- 6) Apoiar a obrigatoriedade de Planos de Igualdade de Género efetivos e auditáveis em todas as instituições de ensino superior público, e exigir, em complemento, a criação de mecanismos de denúncia independentes, confidenciais e acessíveis aos estudantes, dotados de procedimentos de acompanhamento e proteção das vítimas que garantam a ausência de represálias académicas ou profissionais decorrentes da apresentação de queixa;
- 7) Reivindicar o aumento sustentado do financiamento público das instituições de Ensino Superior, em sede de Orçamento de Estado, como condição necessária à concretização de todas as medidas anteriores e ao reforço da sua autonomia institucional, científica e pedagógica face ao Estado e a interesses de mercado.

Proponentes

- Diogo Mota Duarte
- Daniel Ferreira
- Patrícia Gonçalves

Subscritores

- Inês Pires
- Pedro A. Pinheiro
- Rui Jorge Cabral
- Madalena Lemos Lorga
- Mafalda Dâmaso
- Constança Rocha
- Adriana Castro
- Hélder Verdade Fontes
- Tomás Horta
- Alexandre Santos Rodrigo
- Bernardo Marta
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Rafael Triães
- Henrique Longa
- Filipa Pinto
- Teresa Alves
- Sílvia Pais
- André Bonito Ferreira

Moção 75

Habitar é um direito: concretizar o artigo 65.º

A Constituição da República completa cinquenta anos em 2026. Dois dos seus artigos consagraram direitos sociais fundamentais: o artigo 64.º, o direito à saúde, e o artigo 65.º, o direito à habitação. Ao primeiro, a democracia deu resposta três anos depois, com a criação do Serviço Nacional de Saúde. Ao segundo nunca deu resposta institucional equivalente. Meio século depois, a diferença entre um direito com sistema e um direito sem sistema é mensurável; qualquer pessoa sabe a que serviço recorrer quando adocece, enquanto uma família de rendimentos médios não tem hoje forma segura de aceder a habitação nas grandes áreas metropolitanas, e cada vez menos no resto do país.

Os indicadores de 2026 ilustram a dimensão do problema. O preço mediano das casas transacionadas atingiu 2.198 euros por metro quadrado no quarto trimestre de 2025, com uma subida homóloga de 17,5%, a maior da série do INE; em Lisboa, o metro quadrado ultrapassou os 5.000 euros e os preços de oferta atingiram em maio de 2026 um máximo histórico de 3.142 euros por metro quadrado. Arrendar uma habitação de 90 metros quadrados consome 80% do rendimento familiar mediano a nível nacional, valor que sobe para 84% em Lisboa e ultrapassa os 90% no Funchal e em Faro. Os Censos de 2021 registaram 723.215 fogos vagos, cerca de 248.500 dos quais em boas condições e fora do mercado. No final de 2024, 14.476 pessoas encontravam-se em situação de sem-abrigo, mais 34% do que em 2022. Na sondagem ICS/ISCTE de fevereiro e março de 2026, 93% dos inquiridos declararam-se pouco ou nada satisfeitos com a política de habitação, a pior avaliação entre todas as áreas governativas, a par do custo de vida.

Cinquenta anos de programas habitacionais produziram resultados escassos e a explicação não está na falta de iniciativas, que se contam às dezenas, mas na sua natureza: programas avulsos, com calendário eleitoral, extintos ou esvaziados a cada mudança de governo, executados por estruturas sem património próprio, sem corpo técnico estável e sem financiamento plurianual. O país tem hoje menos de 2% do parque em habitação pública, cerca de 120.000 fogos, face a uma média europeia de 9%, que chega a 24% na Áustria e a 29% nos Países Baixos. A Lei de Bases da Habitação, aprovada em 2019, enunciou princípios adequados, mas não criou a estrutura executiva encarregada de os cumprir; na saúde, o equivalente teria sido aprovar a lei de 1979 sem criar o próprio Serviço Nacional de Saúde. O Plano de Recuperação e Resiliência repete o padrão; das 26.000 habitações prometidas até junho de 2026, estavam entregues 17.700 em fevereiro, das quais apenas 1.568 de construção nova.

O que falta à habitação é, portanto, o que a saúde recebeu em 1979, uma criação institucional permanente. Esta moção propõe que o LIVRE assuma como prioridade o Serviço Nacional de Habitação, entidade pública com quatro atributos que nenhum programa anterior reuniu. Primeiro, património: um parque público próprio, com a meta de elevar a habitação pública dos atuais 2% para 10% do parque nacional, iniciada por um programa de 100.000 fogos até 2035. Segundo, autonomia financeira, com um fundo rotativo em que as rendas cobrem a operação e a amortização e financiam construção nova, com dotações do Orçamento do Estado e dos instrumentos europeus em vigor, entre os quais o plano do BEI para habitação acessível, de 6 mil milhões de euros anuais, e o InvestEU. Terceiro, solo; um banco nacional de solos regido por uma regra de ouro, segundo a qual o

Estado e as autarquias deixam de alienar solo urbano público e passam a cedê-lo apenas em direito de superfície, figura prevista no artigo 1524.º do Código Civil. A venda continuada de solo público ao longo de décadas é uma das razões da atual incapacidade de intervenção do Estado, porque o solo alienado não é recuperável. Quarto, horizonte: um mandato legal plurianual, protegido do ciclo eleitoral, com metas definidas e prestação de contas à Assembleia da República.

Nenhuma destas componentes é inédita para o LIVRE, que já falou sobre a importância de se criar o Serviço Nacional de Habitação, e, por isso, propomos que este tema seja divulgado com mais rigor na comunicação social do partido, a fim de que seja incluído como ponto fundamental na agenda política. O LIVRE defende há muito que a habitação é um direito e não um ativo financeiro. Esta moção propõe o passo seguinte. Além das medidas, o sistema que as execute. Em 1979, foi essa a diferença entre prometer o direito à saúde e garanti-lo.

Posto isto, propomos ao LIVRE,

(1) Defender que a criação do Serviço Nacional de Habitação e a regra de ouro do solo público sejam assumidas como prioridades políticas do LIVRE para o ciclo de 2026 a 2030, no quadro dos cinquenta anos da Constituição;

(2) Recomendar aos órgãos nacionais e à representação parlamentar que apresentem na Assembleia da República as iniciativas legislativas correspondentes às oito propostas desta moção, começando pela lei que cria o Serviço Nacional de Habitação, em desenvolvimento da Lei de Bases da Habitação;

(3) Propor que estas propostas sejam tidas em conta, como orientações programáticas do LIVRE, nas negociações orçamentais e legislativas em que o partido participe;

Há cinquenta anos, a Constituição prometeu aos portugueses o direito à saúde e o direito à habitação. O primeiro foi cumprido porque se criou a instituição capaz de o garantir. Esta moção propõe que o LIVRE dedique a próxima década a cumprir o segundo.

À consideração do XVII Congresso do LIVRE,

Almada, 20 de junho de 2026

Proponentes

- Rodrigo Diniz
- Safaa Dib
- Geizy Fernandes

Moção 76

Por uma política de habitação justa entre gerações: apoios à primeira habitação para quem ficou de fora

Princípios-chave:

• **Habitação como condição de autonomia e dignidade.** O acesso à habitação própria ou a uma habitação estável é uma condição essencial para a construção de projetos de vida, para a autonomia familiar e para a coesão social.

• **Habitação, saúde psicológica e bem-estar.** A crise habitacional não tem apenas efeitos económicos ou patrimoniais. A insegurança habitacional, o peso excessivo das rendas ou prestações e a impossibilidade de aceder a uma casa estável têm impacto na saúde psicológica, no bem-estar e na qualidade de vida das pessoas e famílias.

• **Justiça intergeracional.** As políticas públicas de habitação devem reconhecer que existem várias gerações afetadas pela crise habitacional, incluindo quem já ultrapassou os 35 anos, nunca conseguiu comprar casa e não beneficiou de apoios públicos anteriores.

• **Não oposição entre gerações.** A defesa de apoios para quem ficou de fora não deve ser feita contra os jovens. Os apoios aos jovens devem ser preservados, mas devem ser complementados por respostas dirigidas a outros agregados que enfrentam a mesma barreira de acesso à primeira habitação.

• **Primeira habitação própria e permanente.** Os apoios devem concentrar-se em quem procura adquirir a sua primeira habitação própria e permanente, excluindo finalidades especulativas, investimento imobiliário ou aquisição de segunda habitação.

• **Apoios responsáveis e comportáveis.** O apoio público não deve promover endividamento irresponsável nem empurrar agregados para créditos que não conseguem pagar. Deve apoiar quem tem capacidade financeira comprovada, mas não consegue ultrapassar os custos iniciais de acesso à habitação.

• **Critérios sociais, patrimoniais e territoriais.** A política de habitação deve considerar rendimento, composição do agregado, inexistência de património habitacional, preço do imóvel, taxa de esforço e contexto territorial, em vez de depender quase exclusivamente da idade.

• **Papel dos municípios.** Os municípios devem poder contribuir para a resposta à crise da habitação através da redução de custos administrativos, taxas municipais e instrumentos fiscais locais ligados à primeira habitação própria e permanente.

• **Sustentabilidade e avaliação.** Qualquer regime de apoio deve ser monitorizado, financeiramente sustentável e avaliado quanto ao seu impacto no acesso à habitação, no endividamento das famílias e no preço das casas.

Fundamentação:

O acesso à habitação tornou-se uma das principais dificuldades sociais, económicas e geracionais em Portugal. Para muitas pessoas e famílias, o problema já não se resume ao valor da prestação mensal de um crédito.

A barreira começa antes: na entrada inicial, nos impostos, nas taxas, nos custos administrativos, nas exigências bancárias, na instabilidade laboral e na dificuldade de acumular poupança suficiente num contexto de rendas elevadas e custo de vida crescente.

A crise da habitação não pode ser vista apenas como um problema de mercado ou de fiscalidade. É também uma questão de saúde, bem-estar e qualidade de vida. A Ordem dos Psicólogos Portugueses, no seu contributo científico “A propósito do Plano Mais Habitação”, sublinha que a habitação constitui uma preocupação central e transversal da sociedade portuguesa, com impactos na saúde física e psicológica, no bem-estar e na qualidade de vida. O mesmo contributo assinala que a inacessibilidade e a insegurança habitacional se associam a indicadores de dificuldades psicológicas, nomeadamente ansiedade e stresse, e que as dificuldades financeiras para pagar a habitação se associam também a problemas de ansiedade, depressão e diminuição global do bem-estar.

Nos últimos anos foram criados apoios importantes dirigidos aos jovens até aos 35 anos, nomeadamente no acesso à primeira habitação própria e permanente. Esses apoios são relevantes e não devem ser retirados. A questão que esta moção coloca é outra: a política pública de habitação não pode fazer da idade o critério quase exclusivo de justiça, ignorando quem, tendo ultrapassado esse limite, continua sem casa própria, sem património habitacional e sem ter beneficiado de apoios equivalentes.

Existe uma geração que chegou tarde demais para alguns apoios do passado e cedo demais para os apoios atuais. Uma geração que entrou na vida adulta e no mercado de trabalho marcada por precariedade, baixos salários, crise financeira, austeridade, pandemia, inflação, subida das taxas de juro e aumento acelerado do preço da habitação. Muitos não adiaram a compra de casa por escolha; adiaram porque nunca tiveram estabilidade suficiente para o fazer.

Não se pode deixar esta geração, que ficou refém de ter nascido entre apoios, numa situação de abandono institucional. Quando uma geração inteira é sucessivamente empurrada para a instabilidade habitacional, para rendas incomportáveis ou para o adiamento permanente da sua autonomia, o problema deixa de ser apenas económico. Passa a ser também social, geracional e psicológico.

Ao mesmo tempo, não seria responsável defender crédito fácil ou apoios indiscriminados. O objetivo não deve ser permitir que qualquer pessoa se endivida sem condições para pagar. O objetivo deve ser criar instrumentos públicos que ajudem quem tem capacidade financeira comprovada para assumir uma prestação, mas não consegue ultrapassar os custos iniciais que hoje bloqueiam o acesso à primeira habitação.

Uma política pública justa deve, por isso, combinar apoio social, responsabilidade financeira e critério. Deve apoiar quem não tem habitação própria, não adquiriu património imobiliário, não beneficiou anteriormente de apoios equivalentes e pretende comprar primeira habitação própria e permanente, desde que o encargo seja compatível com o rendimento do agregado.

A resposta não deve ser apenas nacional. Os municípios também devem ter um papel mais ativo. Para além das políticas de habitação pública, arrendamento acessível e reabilitação urbana, as autarquias podem contribuir através da redução ou isenção de taxas municipais associadas à primeira habitação própria e permanente, bem como através de instrumentos fiscais locais, dentro dos limites legais e da sustentabilidade financeira municipal.

Esta moção propõe, assim, que o LIVRE defenda uma política de habitação mais justa entre gerações: que preserve os apoios aos jovens, mas que reconheça também quem ficou fora deles; que apoie a primeira habitação, mas sem promover endividamento irresponsável; que envolva o Estado central e os municípios; e que substitua

uma lógica exclusivamente etária por critérios de necessidade, justiça social, capacidade financeira e ausência de património habitacional.

Objetivos específicos/medidas:

As medidas de âmbito local previstas na presente moção deverão ser articuladas, sempre que possível, com os/as eleitos/as locais do LIVRE. Nos municípios onde o LIVRE não disponha de representação autárquica, estas propostas poderão ser promovidas, a título individual, por membros do partido em articulação com o Núcleo Territorial com intervenção no município em causa, junto do respetivo executivo municipal e/ou da Assembleia Municipal.

Caberá à rede de autarcas do LIVRE, ou a outra estrutura que venha a ser criada para o efeito, apoiar a adaptação, divulgação e acompanhamento destas propostas no plano local, garantindo coerência política, partilha de informação e articulação entre os diferentes territórios.

- Defender a manutenção dos apoios existentes para jovens no acesso à primeira habitação, reconhecendo a sua importância no combate à crise habitacional e à dificuldade de autonomização das novas gerações.
- Criar um regime complementar de apoio à primeira habitação própria e permanente para pessoas e agregados que já ultrapassaram os 35 anos, desde que não possuam habitação própria, não tenham beneficiado de apoios equivalentes e cumpram critérios de rendimento, património e capacidade financeira.
- Substituir uma lógica exclusivamente etária por uma lógica combinada de necessidade habitacional, primeira aquisição, rendimento, património e taxa de esforço, assegurando que os apoios chegam a quem efetivamente deles precisa e tem condições para assumir o encargo.
- Prever apoios progressivos e proporcionais, podendo incluir redução ou isenção parcial de impostos associados à primeira habitação, apoio aos custos iniciais, garantia pública limitada ou outros instrumentos equivalentes, sempre com avaliação de comportabilidade.
- Garantir que qualquer apoio ao crédito habitação fica dependente de avaliação rigorosa da capacidade de pagamento, evitando a concessão de crédito a agregados sem condições mínimas para assumir o compromisso financeiro.
- Definir limites ao valor dos imóveis elegíveis, ajustados à realidade dos mercados locais e regionais, para impedir que os apoios públicos alimentem a subida de preços ou beneficiem aquisições de valor desproporcionado.
- Aplicar os apoios apenas à primeira habitação própria e permanente, excluindo a compra para investimento, alojamento local, segunda habitação ou outras finalidades não residenciais permanentes.
- Criar ou reforçar mecanismos municipais de apoio à primeira habitação, incluindo a possibilidade de redução ou isenção de taxas municipais associadas à aquisição, construção, reabilitação ou adaptação de habitação destinada a residência permanente.
- Avaliar a possibilidade de os municípios aplicarem benefícios ou reduções temporárias no âmbito do IMI para primeira habitação própria e permanente, em especial para agregados que não beneficiaram de apoios anteriores e cumpram critérios sociais e patrimoniais definidos.

- Defender que qualquer redução de receita municipal associada a políticas nacionais de apoio à habitação seja acompanhada de avaliação de impacto e, quando necessário, de mecanismos de compensação ou equilíbrio financeiro, para não fragilizar a capacidade de investimento dos municípios.

- Promover medidas específicas para aquisição e reabilitação de habitação em territórios de baixa densidade ou em zonas com perda populacional, articulando o apoio à primeira habitação com políticas de coesão territorial, reabilitação urbana e fixação de população.

- Integrar a dimensão da saúde psicológica, do bem-estar e da qualidade de vida na avaliação das políticas públicas de habitação, reconhecendo que a instabilidade habitacional, o sobre-endividamento, a dificuldade em pagar rendas ou prestações e a impossibilidade de aceder a uma casa condigna produzem impactos sociais e psicológicos relevantes.

- Recomendar ao Grupo Parlamentar do LIVRE que avalie a apresentação de iniciativas parlamentares, perguntas ao Governo ou propostas legislativas, com vista à criação de um regime mais justo, responsável e abrangente de apoio à primeira habitação própria e permanente.

- Monitorizar anualmente o impacto dos apoios à habitação, nomeadamente quanto ao número de beneficiários, perfil socioeconómico, impacto nos preços, sustentabilidade financeira e eficácia no acesso real à primeira habitação.

Proponentes

- Diogo Gil Silva
- Rosa Vale
- Carlos Fragoso
- Jorge Lopes
- Pedro Vale

Moção 77

O Interior não pode esperar

Por um LIVRE enraizado no interior e por políticas que combatam a desigualdade territorial.

1. Um país partido ao meio

Portugal tem dois territórios. Um litoral que concentra investimento e poder de decisão; e um interior que se esvazia — de pessoas, de serviços e de futuro. O paradoxo é flagrante: o interior é extraordinariamente rico em recursos naturais, agrícolas, mineiros e energéticos. O que falta não são recursos — é uma política que permita ao interior fazer uso deles.

Demasiadas vezes os lucros da exploração do nosso solo e subsolo são devidos ao capital estrangeiro, sem contrapartida suficiente para quem aqui vive e trabalha. Esta é uma questão de soberania económica e de justiça territorial que o LIVRE não pode ignorar. Esta moção é um compromisso conjunto de membros do LIVRE do interior de todo o país, que defendem que a coesão territorial é inseparável da liberdade, da igualdade social e da ecologia.

2. Despovoamento e fixação de população

Os incentivos fiscais existentes (IRS, IRC, IMI, derrama) têm revelado eficácia limitada. O LIVRE deve propor medidas genuinamente novas que abordem os fatores estruturais: falta de serviços, ausência de emprego qualificado e défice de infraestruturas. Defendemos ainda:

- Programas de atração de teletrabalho;
- Programa nacional de apoio à reabilitação de casas devolutas e criação de cooperativas de habitação adaptadas ao interior;
- Valorização das culturas e línguas regionais como fatores de coesão e atratividade territorial.

3. Serviços públicos: saúde, educação e transportes

- Reforço das USF, unidades móveis de saúde e incentivos à fixação de profissionais de saúde em zonas carenciadas;
- Não encerramento de escolas sem alternativas validadas pelas comunidades; requalificação do parque escolar e incentivos à fixação de profissionais da educação;
- As redes intermunicipais de transporte são insuficientes — o LIVRE compromete-se a aprofundar as causas e a propor soluções concretas para garantir mobilidade a quem não tem automóvel e a promover a transição verde para veículos elétricos;
- Internet de alta velocidade como serviço público essencial, com cobertura universal.

4. Economia, emprego e soberania produtiva

- Apoio ao cooperativismo e à economia social como motores de desenvolvimento endógeno;
- Valorização dos produtos do interior através de circuitos curtos e denominações de origem;
- Infraestruturas para empresas exportadoras: lotes industriais a custos competitivos e ligações ferroviárias eficientes aos portos nacionais (Sines, Setúbal, Leixões, Figueira da Foz, Viana do Castelo);

- Tarifas energéticas competitivas no interior, aproveitando o potencial de geração renovável local;
- Defesa do Setor Empresarial do Estado como agente ativo de desenvolvimento onde o mercado não responde;
- Revisão dos critérios do PT2030 para acesso equitativo e desburocratizado pelos municípios do interior.

5. Ambiente, floresta, agricultura e soberania sobre os recursos

- Apoio à agricultura ecológica e regenerativa. Fim faseado da agricultura superintensiva nas formas mais predatórias, com obrigação de regeneração dos solos onde a transição não for imediata;
- Política florestal que privilegie espécies autóctones (sobreiro, azinheira, carvalho) em detrimento de monoculturas de alto risco;
- Gestão pública e sustentável dos recursos hídricos, com prioridade ao abastecimento das populações;
- Energias renováveis com benefício direto para as comunidades locais através de cooperativas de energia;
- Exploração dos recursos do subsolo com contrapartidas justas para o território: aumentar encargos de exploração, impostos locais e obrigações de investimento regional.

6. O LIVRE no interior: presença e ação política

- Pelo menos uma atividade política por trimestre em cada região do interior, com a presença de membros do Grupo de Contacto ou deputados;
- Investimento na criação e consolidação de núcleos territoriais no interior, com apoio logístico, nomeadamente na criação de materiais de divulgação adaptados às questões do interior, e também com apoio formativo, como por exemplo formações ao abrigo do protocolo com o Instituto José Tengarrinha que permitam participação online de modo que as pessoas do interior do país possam participar e estar mais perto do Partido;
- Inclusão de um capítulo no programa do partido exclusivamente dedicado ao interior;
- Criação de uma rede LIVRE para o interior, que articule NTs, autarcas, movimentos locais, associações e especialistas. Promovendo partilha de conhecimento, capacitação, formação e ação política coordenada. Esta rede pode funcionar como plataforma permanente de diagnóstico, proposta e acompanhamento de políticas públicas para a coesão territorial, garantindo uma presença enraizada, informada e eficaz do LIVRE em todo o interior do país.

Um Portugal mais livre, mais justo e mais verde não pode ser um Portugal mais desigual. O interior tem história, identidade, recursos e pessoas que merecem ter o LIVRE ao seu lado. Esta moção é um compromisso coletivo: o LIVRE não abandona quem vive longe do centro — o centro da nossa ação política é toda a gente, onde quer que viva. Não largamos a mão de ninguém.

Viva o LIVRE. Viva o interior de Portugal!

Proponentes

- Manuel Muacho
- Gabriela Alonso
- Joana Alves Pereira
- Fausto Fialho
- Isabel Faria
- Rodrigo Teixeira
- Virgílio Bernardino
- Ana Martins
- Glória Franco
- Sílvia Pais
- Duarte Reis
- Rita Pedro

- João Ramos
- Mila Simões de Abreu
- Anabela Correia
- Luís Ramalho
- António Crespi

Moção 78

Pela Criação de um Projeto Piloto de Supermercados Públicos de Bens Essenciais

Proposta:

Que o LIVRE proponha a criação de um projeto piloto de supermercados públicos de bens essenciais, de natureza estatal e sem fins lucrativos, adaptado aos princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e da economia de proximidade.

Enquadramento:

Vivemos um período de aumento generalizado do custo de vida, com particular impacto no acesso a bens alimentares e de primeira necessidade. A forte concentração do setor da grande distribuição alimentar em Portugal, onde dois grupos controlam cerca de metade do mercado, aliada a práticas especulativas, tem contribuído para preços elevados que afetam desproporcionadamente as famílias com menores rendimentos, desperdício alimentar e fragilização dos produtores locais.

Perante esta realidade, o Estado tem o dever constitucional de garantir condições materiais de existência digna a todos os cidadãos, incluindo o direito à alimentação, devendo intervir sempre que o mercado falhe na satisfação de necessidades básicas.

Considerando que:

- A alimentação é um direito humano fundamental, reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem no seu artigo 25.º, e, embora não referido explicitamente na Constituição da República Portugal, está subjacente a direitos como o direito à saúde;
- A Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 81.º, incumbe o Estado de promover a justiça social, assim como de assegurar o funcionamento eficiente dos mercados e prevenir práticas lesivas do interesse geral, nomeadamente formas de concentração monopolista;
- O peso da alimentação no orçamento familiar tem vindo a aumentar significativamente, afetando de forma desproporcional os agregados familiares com menores rendimentos[1];
- A concentração do setor da distribuição alimentar em Portugal é das mais elevadas da Europa, com dois grupos económicos — Sonae (Continente) e Jerónimo Martins (Pingo Doce) — a deter conjuntamente cerca de 50% da quota do mercado[2], o que limita a concorrência efetiva e facilita práticas de preços injustos;
- O LIVRE tem no seu programa a criação do Estatuto de Bem Público, identificado bens de interesse comum e impondo limites explícitos à sua mercantilização;
- Existem ou existiram exemplos de intervenção pública no setor alimentar que demonstram a viabilidade política e económica desta abordagem [complementar, se tiverem surgido exemplos para o enquadramento].

Assim, propõe-se que o LIVRE:

1. Declare como compromisso político a criação, em Portugal, de um projeto piloto de supermercados públicos de bens essenciais, de natureza estatal e sem fins lucrativos, com o fim de:

- a. Assegurar o acesso universal a bens essenciais a preços socialmente justos e controlados;
- b. Contribuir para a contenção e estabilização dos preços no mercado geral;
- c. Reduzir desigualdades sociais e territoriais no acesso a bens fundamentais;
- d. Promover circuitos curtos de comercialização, privilegiando a produção nacional, por pequenos e médios produtores e a utilização sustentável dos recursos ambientais, nutricionais e socioeconómicos.
- e. Combater ativamente o desperdício alimentar;
- f. Reforçar a soberania alimentar e económica do país;

2. Apresente, na Assembleia da República, uma proposta de legislação que enquadre juridicamente a criação e funcionamento de entidades públicas de retalho alimentar:

- a. Definindo territórios prioritários do projeto piloto, garantindo representatividade geográfica e socioeconómica;
- b. Garantindo a gestão pública, a transparência e a participação de conselhos locais (constituídos por consumidores, trabalhadores, produtores);

3. Proponha o financiamento do projeto piloto através do Orçamento do Estado e de fundos europeus para a coesão e a transição ecológica;

4. Promova, no âmbito do projeto piloto, protocolos com pequenos e médios produtores agrícolas nacionais, privilegiando circuitos curtos de comercialização e práticas sustentáveis;

5. Proponha mecanismos de combate ativo ao desperdício alimentar nas unidades, promovendo a articulação das mesmas com associações e organizações locais;

6. Questione o Governo sobre as medidas concretas que prevê para garantir a acessibilidade alimentar dos agregados familiares com menores rendimentos, e sobre os mecanismos de regulação de preços no setor da distribuição alimentar;

7. Garanta que o Projeto-Piloto tenha o financiamento adequado para uma amostra de autarquias e um plano de continuidade.

8. Certifique que a implementação seja feita pelas autarquias locais com gestão por entidade pública, com transparência, controlo democrático e a participação de conselhos locais (consumidores, trabalhadores, produtores)

9. Assegure que a avaliação seja efetuada por um mecanismo independente de avaliação, com relatórios anuais públicos e um relatório final à Assembleia da República para decisão sobre continuidade ou expansão.

Esta iniciativa insere-se no compromisso do LIVRE com a justiça social, a solidariedade, a transição ecológica e o reforço do papel do Estado como garante de direitos fundamentais. O projeto-piloto funcionará não só como rede de abastecimento essencial, mas também como instrumento de regulação indireta do mercado, promovendo um modelo económico mais justo, sustentável e centrado nas pessoas.

[1] <https://eco.sapo.pt/2026/06/17/cabaz-alimentar-interrompe-descida-e-volta-a-encarecer-custa-25768-euros/>

[2] <https://eco.sapo.pt/2026/03/26/no-duelo-de-titas-dos-supermercados-continente-da-mais-uma-dentada-na-quota-de-mercado-da-concorrencia/>

Proponentes

- Gonçalo Mano

Subscritores

- Afonso Ferreira
- André Carvalho
- André Tenente
- António Girão
- Bárbara Ribeiro Soares
- Bernardo Marta
- Bruno Pedrosa
- Bruno Prudêncio
- Carolina Sousa
- Clara Cruz Santos
- Daniel Ferreira
- Filipa Pinto
- Inês Estanqueiro
- Isabel Mendes Lopes
- Jorge Pinto
- Joana Alves Pereira
- Joana Loureiro
- Luís Caetano
- Luís Neto
- Mariana Valente
- Maria João Martins
- Miguel Melo
- Nuno Camarneiro
- Patrícia Gonçalves
- Pedro Cravino Serra
- Pedro Mendonça
- Rita Paixão
- Rodrigo Teixeira
- Ruben Vieira
- Rui Curado
- Vânia Ferreira

Moção 79

Por uma Administração Pública mais transparente na gestão das pessoas: Critérios, mérito e confiança nos procedimentos de mobilidade

Princípios-chave:

Mobilidade como instrumento legítimo. A mobilidade na Administração Pública é necessária para responder às necessidades dos serviços, ajustar recursos humanos, valorizar competências e promover uma gestão pública mais ágil.

Transparência nas ofertas publicitadas. Quando uma oferta de mobilidade é aberta à candidatura de trabalhadores, devem existir regras mínimas de clareza, previsibilidade e comunicação ao longo do procedimento.

Igualdade de tratamento entre candidatos. Os trabalhadores que se candidatam a uma oferta de mobilidade devem ter a expectativa legítima de que a apreciação das candidaturas é feita com base em critérios claros, proporcionais e aplicados de forma equitativa.

Mérito e adequação funcional. A seleção deve atender às competências, experiência, percurso profissional e adequação ao posto de trabalho, evitando perceções de escolha assente em critérios informais ou insuficientemente escrutináveis.

Fundamentação das decisões. Sempre que exista escolha entre vários candidatos, a decisão final deve ser comunicada de forma fundamentada, ainda que sintética, permitindo compreender a razão da seleção efetuada.

Equilíbrio entre flexibilidade e escrutínio. A mobilidade não deve ser transformada num procedimento concursal comum, mas a sua flexibilidade não pode dispensar transparência, prestação de contas e respeito pelos candidatos.

Confiança no Estado e valorização dos trabalhadores públicos. Uma Administração Pública democrática deve tratar os seus trabalhadores com respeito institucional, garantindo que os procedimentos que influenciam o seu percurso profissional são compreensíveis, justos e escrutináveis.

Fundamentação:

Esta moção parte dos procedimentos de mobilidade como exemplo concreto de uma preocupação mais ampla: a necessidade de reforçar a transparência, a previsibilidade e a igualdade de oportunidades nos mecanismos de gestão de recursos humanos da Administração Pública.

A qualidade de uma democracia mede-se também pela forma como o Estado trata quem nele trabalha. Uma Administração Pública moderna, justa e democrática não deve limitar-se a cumprir formalmente a lei; deve agir com transparência, fundamentar as suas decisões e garantir que os trabalhadores compreendem os critérios que orientam os procedimentos que influenciam o seu percurso profissional.

A mobilidade na Administração Pública é um instrumento legítimo, necessário e útil. Permite responder a necessidades concretas dos serviços, ajustar recursos humanos, valorizar competências e promover uma gestão

pública mais ágil. O LIVRE não deve pôr em causa esse instrumento. Pelo contrário, deve defendê-lo quando ele serve o interesse público, melhora o funcionamento dos serviços e contribui para uma Administração mais capaz.

No entanto, a flexibilidade administrativa não pode ser confundida com opacidade. Sempre que uma oferta de mobilidade é publicitada e aberta à candidatura de trabalhadores da Administração Pública, cria-se uma expectativa legítima de igualdade de tratamento, clareza procedimental e fundamentação das decisões. Quem se candidata deve poder saber em que termos a sua candidatura é apreciada, quais os critérios utilizados e de que forma será informado do resultado.

Em vários procedimentos de mobilidade, os candidatos nem sempre conhecem previamente os critérios de seleção, não sabem se existe admissão formal, se haverá avaliação curricular, entrevista ou outro método de apreciação, nem recebem necessariamente uma comunicação fundamentada sobre a decisão final. Esta realidade pode não representar, por si só, uma ilegalidade. Ainda assim, fragiliza a confiança dos trabalhadores nas instituições e alimenta a perceção de que a escolha pode depender de critérios informais ou de decisões insuficientemente escrutináveis, em vez de mérito, competência e adequação ao posto de trabalho.

Uma Administração Pública democrática deve ser exigente consigo própria. Não basta que os procedimentos sejam internamente considerados regulares; é necessário que sejam claros, compreensíveis e escrutináveis para os interessados. A transparência não é um obstáculo à boa gestão pública. É uma condição da sua legitimidade.

O LIVRE tem defendido uma cultura política assente na participação, na confiança nas instituições, na valorização do Estado social e na qualificação da Administração Pública. Essa visão deve incluir também os trabalhadores públicos e os mecanismos que regulam a sua mobilidade, valorização e desenvolvimento profissional.

Defender maior transparência nos procedimentos de mobilidade não significa burocratizar excessivamente a Administração Pública, nem transformar a mobilidade num procedimento concursal comum. Significa garantir regras mínimas de clareza, comunicação e fundamentação quando o próprio Estado decide abrir uma oferta à candidatura de trabalhadores.

Assim, esta moção defende que o LIVRE deve assumir uma posição clara em favor de procedimentos de mobilidade mais transparentes, previsíveis e escrutináveis, compatibilizando a necessária flexibilidade da gestão pública com a igualdade de oportunidades, o mérito e a confiança democrática nas instituições.

Objetivos específicos/medidas:

- Definir critérios mínimos comuns para as ofertas de mobilidade publicitadas por entidades públicas, sem prejuízo da autonomia dos serviços e da natureza própria deste instrumento de gestão de recursos humanos.
- Indicar previamente os critérios de apreciação das candidaturas, sempre que exista seleção entre vários trabalhadores interessados na mesma oferta de mobilidade.
- Confirmar formalmente a receção das candidaturas apresentadas, garantindo aos candidatos informação mínima sobre o desenvolvimento do procedimento.
- Comunicar aos candidatos a sua admissão, exclusão ou não prosseguimento no procedimento, sempre que essa fase exista ou seja aplicável.
- Identificar de forma clara as fases essenciais do procedimento, incluindo eventual análise curricular, entrevista ou outro método de apreciação das candidaturas.

-
- Comunicar a decisão final aos interessados de forma fundamentada, ainda que sintética, quando exista seleção entre vários candidatos.
 - Assegurar aos candidatos o acesso aos elementos administrativos relevantes do procedimento, com respeito pela proteção de dados pessoais de terceiros e pelos limites legais aplicáveis.
 - Publicitar o encerramento dos procedimentos de mobilidade, indicando se a oferta foi preenchida, ficou deserta, foi anulada ou não teve seguimento.
 - Promover orientações comuns através dos organismos competentes, de modo a evitar práticas muito diferentes entre serviços da Administração Pública em procedimentos semelhantes.
 - Recomendar ao Grupo Parlamentar do LIVRE que avalie a apresentação de pergunta ao Governo, sobre os mecanismos atualmente existentes para assegurar transparência, igualdade de tratamento e fundamentação nas ofertas de mobilidade da Administração Pública.
 - Ponderar iniciativas políticas ou legislativas que reforcem a previsibilidade, a justiça procedimental e a confiança dos trabalhadores públicos nos processos de mobilidade, sem retirar utilidade, agilidade ou flexibilidade a este instrumento de gestão pública.

Proponentes

- Diogo Gil Silva
- Rosa Vale

Subscritores

- Jorge Araújo
- Rosa Vale

Moção 80

Pela defesa e valorização das pessoas com doença mental grave

(1) Consideramos a **saúde mental** um pilar essencial da experiência humana plena, na medida em que constitui um garante do exercício da liberdade e torna possível uma participação política efetiva – permitindo a cada um de nós que deseje e que lute, que trabalhe e que crie, que ame e que cuide. Partindo destes fundamentos, concluímos que a **doença mental** pode limitar a individualidade e a autonomia do sujeito – desta forma condicionando a sua capacidade de agir livremente sobre a própria vida e a da sua comunidade. É nossa responsabilidade defender e valorizar as pessoas com doença mental grave de modo a que lhes seja possibilitado um acesso global, fluido e com sentido à concretização maior da sua vida.

(2) Em Portugal cerca de **4%** da população vive com uma doença mental grave¹, destacando-se entre estas a esquizofrenia e a doença bipolar – patologias de início precoce, crónicas e sem cura, associadas a uma carga global de doença desproporcionalmente elevada². Note-se que uma parte substancial destes concidadãos se encontra em situação de particular vulnerabilidade social: em situação de sem-abrigo, desempregados e financeiramente dependentes de terceiros, ou vivendo institucionalizados em unidades residenciais^{3,4,5}. Carecem, portanto, de proteções e respostas adequadas a nível médico, psicoterapêutico, habitacional, laboral, entre outros.

(3) O LIVRE tem afirmado a saúde mental como uma prioridade da sua ação política, através de iniciativas concretas, refletidas e com inegável impacto social. Aqui destacamos:

1. O projeto piloto da ‘semana de quatro dias’, com resultados positivos comprovados ao nível da saúde mental dos trabalhadores nas empresas a que ele aderiram.
2. A defesa de respostas específicas em saúde mental em contextos particularmente exigentes – como os profissionais de saúde, os estudantes e a população prisional.
3. A proposta já materializada de criação de uma Linha Nacional de Prevenção do Suicídio, de carácter público, gratuito e universal.
4. A garantia de financiamento das Equipas Comunitárias de Saúde Mental, através da consagração de verbas específicas no Orçamento do Estado de 2026.
5. A regulamentação do jogo *online*, limitando um mecanismo que fomenta comportamentos aditivos e consequências ruins para os doentes e suas famílias.

Através da globalidade dos espaços de intervenção pública do LIVRE;

Por via dos seus membros, apoiantes e, em particular, representantes políticos;

Tanto a nível local e regional, como nacional;

PROPOMOS:

Prioridade / Assumir como prioridade no programa político de Saúde e na intervenção pública do LIVRE o investimento proporcional, de qualidade, público, universal e tendencialmente gratuito em cuidados de saúde para pessoas com diagnóstico de doença mental grave.

Conhecimento / Solicitar junto das instituições académicas nacionais estudos epidemiológicos rigorosos, detalhados e transversais, para que se conheça de forma aprofundada a população portuguesa com este tipo de diagnósticos, e se adequem as políticas públicas nesse sentido.

Participação / Promover mecanismos de inclusão de pessoas com experiência vivida de doença mental nos processos de planeamento e avaliação dos serviços, acompanhando a tendência estruturada de boas-práticas internacionais na valorização dos seus contributos.

Reabilitação / Reforçar a abrangência e a qualidade da oferta pública nacional de projetos de reabilitação e recuperação (*recovery*) dirigidos a pessoas afetadas destas patologias, com vista a alcançar a sua autonomização no contexto dos seus planos individuais de tratamento.

Habitação / Expandir a oferta pública de respostas habitacionais de cariz terapêutico, permitindo cuidados proporcionais a situações de maior complexidade clínica através de mecanismos estatais, independentes de instituições religiosas ou de organizações privadas.

Emprego / Incentivar a criação e o acesso a empregos protegidos ou apoiados, tanto através de programas públicos como de incentivos a empresas e a instituições de solidariedade social.

Cuidadores / Estudar as necessidades específicas dos cuidadores formais e informais de pessoas com doença mental grave e promover respostas adequadas e dirigidas às mesmas.

Serviços / Apoiar as equipas de tratamento a nível comunitário, assegurando:

- > A sua integração plena no Serviço Nacional de Saúde;
- > Um financiamento completo e previsível;
 - > O recrutamento ativo de profissionais de saúde;
 - > A continuidade e segurança dos respetivos vínculos laborais;
 - > A especialização das equipas através de planos de formação estruturados;
 - > A sua autonomia organizativa, ajustadas às necessidades das respetivas comunidades;
 - > A disponibilidade de instrumentos terapêuticos completos e atualizados – por exemplo, de psicoeducação, terapia ocupacional, reabilitação, etc.

Tratamentos / Garantir o acesso universal no Serviço Nacional de Saúde a todas as modalidades terapêuticas necessárias à abordagem destas condições clínicas, assegurando:

- > A oferta transversal de terapias físicas em todo o território nacional;
- > A disponibilização gratuita de medicação oral específica ao nível dos serviços de psiquiatria e das equipas comunitárias;
 - > A disponibilização gratuita de medicação injetável específica e de última geração em meio hospitalar;

> A gestão adequada dos respetivos *stocks* em todo o território nacional, de modo a que não se comprometa longitudinalmente o plano de tratamento.

Qualidade de vida / Promover o rastreio e tratamento de fatores de risco cardiovascular nestas populações (tendo em conta a redução da esperança média de vida em 10 a 20 anos nas pessoas com diagnóstico de doença mental grave⁶), incluindo intervenções médicas, de enfermagem e de nutrição, programas estruturados de exercício físico e terapia ocupacional.

// Referências

1 – *Estudo Epidemiológico Nacional de Saúde Mental – 1.º Relatório.*

Almeida, J; Xavier, Miguel; Cardoso, Graca; Gonçalves Pereira, Manuel; Gusmão, Ricardo; Barahona Correa, Bernardo; Gago, J; Talina, Miguel; Silva, J. (2013). World Mental Health Surveys Initiative, Lisboa.

https://www.researchgate.net/publication/278786138_Estudo_Epidemiologico_Nacional_de_Saude_Mental_1_Relatorio

2 – *Global, regional, and national burden of 12 mental disorders in 204 countries and territories, 1990–2019: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2019.*

The Lancet Psychiatry, 2022; 9, 137-150.

[https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366\(21\)00395-3](https://www.thelancet.com/journals/lanpsy/article/PIIS2215-0366(21)00395-3)

3 – *Understanding social and clinical associations with unemployment for people with schizophrenia and bipolar disorders: large-scale health records study.*

Chilman N, Laporte D, Dorrington S, Hatch SL, Morgan C, Okoroji C, Stewart R, Das-Munshi J. Soc Psychiatry Psychiatr Epidemiol. 2024 Oct;59(10):1709-1719. doi: 10.1007/s00127-024-02620-6.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38378812/>

4 – *The financial situation before and after first-time psychiatric in-patient diagnosis of schizophrenia spectrum, bipolar, and major depressive disorder.*

Eliason M. Econ Hum Biol. 2023 Apr;49:101231. doi: 10.1016/j.ehb.2023.101231.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36827797/>

5 – *Impact of psychotic disorders on discharge dispositions of adults 65 or older after a general medical inpatient stay.*

Nath SB, Marcus SC. Psychiatr Serv. 2012 Apr;63(4):333-7. doi: 10.1176/appi.ps.201100332.

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22337008/>

6 – *Mortality Associated With Mental Disorders and Comorbid General Medical Conditions.*

Momen NC, Plana-Ripoll O, Agerbo E, et al. JAMA Psychiatry. 2022;79(5):444–453. doi:10.1001/jamapsychiatry.2022.0347

<https://jamanetwork.com/journals/jamapsychiatry/fullarticle/2790723>

Proponentes

- André Bonito Ferreira

Subscritores

- Isabel Mendes Lopes
- Paulo Muacho

-
- Patrícia Gonçalves
 - Jorge Pinto
 - Francisco Costa
 - Ofélia Janeiro
 - Joana Alves Pereira
 - Ana Natário
 - Rita Paixão
 - Rita Farias
 - Diogo Mota Soares
 - Mariana Ferreira
 - Pedro Franco
 - Constança Rocha
 - António Vicente
 - Ângela Pité
 - Ricardo Duarte
 - Ana Quintão
 - Ricardo Luiz
 - Beatriz Corte-Real
 - Manuel Rodrigues
 - Rita André
 - Filipe Valente
 - Maria do Loreto Serra

Moção 81

A Saúde que Defendemos: por um Serviço Nacional de Saúde público, universal, democrático e sustentável

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) é uma das maiores conquistas da democracia portuguesa e uma condição essencial do exercício efetivo da liberdade. Sem saúde não há autonomia, não há projeto de vida, não há cidadania plena. Por isso, para o LIVRE, **o SNS não é negociável**: defendê-lo implica democratizá-lo, valorizá-lo e garantir a sua sustentabilidade financeira, humana e ambiental.

Vivemos, porém, um tempo de risco. O SNS enfrenta um subfinanciamento crónico, uma gestão errática e uma dependência crescente de operadores privados, num quadro de fragilização que pressiona os profissionais e aumenta as desigualdades no acesso. Em vez de uma reforma consistente e planeada, têm sido tomadas decisões avulsas, muitas vezes orientadas por lógicas de curto prazo e por uma visão da saúde como mercado, em detrimento da saúde como serviço público universal e tendencialmente gratuito⁶³.

A evidência é clara quanto ao caminho a não seguir. Uma revisão publicada na *The Lancet Public Health* em 2024 concluiu que a privatização dos cuidados de saúde quase nunca melhora a qualidade, associando-se frequentemente a piores resultados para os utentes e a cortes em pessoal para garantir margens de lucro⁶⁴. Em Portugal, a própria Entidade Reguladora da Saúde, no seu estudo de avaliação das parcerias público-privadas (2016), não encontrou evidência de que a gestão hospitalar em PPP se traduza em melhor desempenho face a hospitais de gestão pública⁶⁵.

Diagnóstico: um SNS sob pressão

A defesa do SNS exige começar por olhar de frente para a sua realidade.

- **Doença crónica em crescimento.** Em 2024, 42,3% dos residentes com 16 ou mais anos reportaram ter doença crónica, face a 32,1% em 2004; entre os 65+ anos o valor sobe para 68,1%. A multimorbilidade (duas ou mais doenças crónicas) atingiu 73,7% da população registada nos cuidados primários em 2024. Portugal está entre os países europeus com maior proporção de pessoas com doenças crónicas.
- **Mais de 1,6 milhões de pessoas sem médico de família.** Em junho de 2025 havia cerca de 1,67 milhões de utentes inscritos sem médico, com Lisboa e Vale do Tejo a concentrar a situação mais crítica (cerca de 1,13 milhões de pessoas sem médico atribuído) e casos extremos como a ULS Estuário do Tejo, onde quase metade dos utentes não têm clínico.
- **Fuga e desgaste dos profissionais.** Entre 2022 e 2024, mais de 2700 médicos pediram à Ordem dos Médicos certidões para exercer no estrangeiro — uma vaga de saída próxima de mil por ano, com impacto que a própria Ordem classifica de "brutal". No final de 2024 havia 713 médicos aposentados a trabalhar no SNS, mais de

⁶³Artigo 64.º, n.º 2, al. a) da Constituição da República Portuguesa.

⁶⁴<https://www.thelancet.com/journals/lanpub/article/PIIS2468-2667%2824%2900003-3/fulltext>

⁶⁵https://www.ers.pt/media/3452/ers_-_estudo_ppp.pdf

metade nos cuidados primários, ao abrigo de um regime excecional sucessivamente prorrogado. Um estudo de 2025 da Universidade do Porto com a FNAM indica que 28% dos médicos apresentam *burnout* elevado e 47% ansiedade elevada.

- **Prevenção subfinanciada.** O Orçamento do Estado para 2026 prevê uma despesa na área da prevenção pouco superior a 1% do total da saúde, quando a média da OCDE ronda os 3%.
- **Governança instável.** Em menos de um ano foram substituídos os conselhos de administração de mais de um terço das ULS do país, num modelo de nomeação criticado pela opacidade, elevada rotatividade e abertura a nomeações político-partidárias.
- **Desigualdades territoriais.** As pessoas residentes no Norte e no Alentejo apresentam cerca de 30% menor probabilidade de realizar os rastreios oncológicos recomendados face a quem vive na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2024, o rastreio do cancro do cólon e reto cobriu apenas 32,5% da população-alvo.

Este diagnóstico não conduz ao derrotismo, mas à exigência: o SNS precisa de uma reforma estrutural, planeada e ancorada no serviço público, não de “soluções de mercado” que agravam os problemas.

Sete eixos para a saúde que defendemos

1. Um SNS público, sem entregar a saúde ao mercado privado

O setor privado não vai resolver os problemas estruturais do SNS. Pelo contrário, tende a agravá-los, produzindo piores resultados em saúde e aumentando as desigualdades. Também é no público que são resolvidas e tratadas as situações de maior complexidade, tantas vezes pouco rentáveis para os privados.

O LIVRE defende **travar a expansão das parcerias público-privadas** e o avanço de modelos como as USF-C, que abrem a gestão de unidades, equipas e listas de utentes a entidades privadas, opção contra a qual alertaram a USF-AN e a Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar, por representar risco de perda de qualidade e aumento das desigualdades. Em alternativa, investir na rede pública e consolidar os modelos que já provaram resultados dentro do SNS.

2. Cuidados de saúde primários sólidos, num sistema integrado

A saúde não se concentra nos hospitais nem nas urgências: um sistema eficiente assenta em cuidados de saúde primários fortes, articulados com os restantes níveis de cuidados. O LIVRE defende a **generalização das Unidades de Saúde Familiar Modelo B** - que a Entidade Reguladora da Saúde reconhece como tendo melhor desempenho na maioria dos indicadores - com recursos humanos e financeiros adequados e um plano que permita a todas as equipas que cumprem os critérios legais transitar para este modelo. Esta aposta tem de vir acompanhada de **maior integração entre cuidados primários e hospitalares** e do uso efetivo e atempado dos sistemas de informação, num sistema hoje ainda demasiado hospitalocêntrico.

A proximidade estende-se ao domicílio e à comunidade: o LIVRE propõem modelos inovadores de **cuidados domiciliários** baseados em equipas multidisciplinares autogeridas e em redes de vizinhança, capazes de reduzir custos e centrar os cuidados na reabilitação e na autonomia das pessoas.

3. Prevenção e promoção da saúde no centro das políticas públicas

Um sistema de saúde sustentável não se pode limitar a responder à doença: deve **colocar a promoção da saúde e a prevenção da doença no centro da sua ação**, atuando sobre os determinantes sociais, ambientais e comportamentais e envolvendo as comunidades. Isto exige que o financiamento, a organização dos serviços e a

atividade assistencial das ULS priorizem efetivamente estas dimensões e não apenas que figurem em documentos estratégicos.

Esta visão preventiva já se traduziu em iniciativas concretas apresentadas pelo LIVRE no parlamento: a **equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos**, com unidades móveis e apoio ao transporte de utentes, o combate aos **comportamentos aditivos sem substância** (jogo e apostas *online*, uso intensivo de ecrãs), num mercado de jogo *online* que bateu recordes, e a **promoção da saúde mental**, incluindo de grupos profissionais de elevado risco.

4. Profissionais valorizados: não há SNS sem quem nele trabalha

Qualquer política de saúde assenta na valorização dos profissionais. Más condições de trabalho e progressão imprevisível empurram os profissionais do SNS para o privado ou para o estrangeiro. O LIVRE tem defendido e continuará a defender **substituir soluções precárias e dispendiosas, como o recurso estrutural a contratos de tarefa, por vínculos estáveis** capazes de fixar profissionais no SNS, e a negociação, com as estruturas sindicais, da valorização de todas as carreiras de saúde.

Esta visão concretiza-se em iniciativas já apresentadas:

- **Valorização da carreira médica**, integrando o internato na estrutura da carreira, reconhecendo o tempo de serviço prestado nos setores privado, social e no estrangeiro, e consagrando tempo protegido, no horário de trabalho, para formação, docência e investigação.
- **Criação da carreira de médico dentista no SNS**, num país onde apenas cerca de 1% dos médicos dentistas trabalha no serviço público e mais de metade da população não tem dentição completa⁶⁶.
- **Justiça remuneratória para os enfermeiros**, garantindo o pagamento integral dos retroativos devidos e o fim das posições remuneratórias "virtuais", uma vitória do LIVRE na anterior legislatura (2024-2025) que pôs fim a esta injustiça, mas que não terminou para todos os profissionais e na qual continuamos a trabalhar.
- **Reforço da formação em cuidados paliativos**, perante o défice de acesso que atinge cerca de 70% das pessoas com necessidades paliativas (90% no caso das crianças).

5. Democratizar a governação do SNS

A governação das unidades do SNS é determinante para o seu funcionamento e estabilidade. O LIVRE defende o **fim da opacidade e das nomeações político-partidárias**, com a eleição dos presidentes dos conselhos de administração das ULS (Unidades Locais de Saúde), pré-selecionados pela CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública) e escolhidos por processo democrático que envolva os profissionais, bem como e o reforço da participação de profissionais e utentes nos conselhos consultivos, com representação significativa e acesso à informação necessária.

6. Transparência e regulação do setor privado

A relação entre o SNS e o setor privado é marcada por profunda assimetria de informação: sobre o SNS existem dados detalhados; sobre o privado, mesmo quando recebe financiamento público, a informação é fragmentada. O LIVRE defende **exigir aos operadores privados um reporte de dados de gestão e atividade equivalente ao do SNS**, como condição de qualquer parceria ou acordo com o Estado. Só com regulação adequada o Estado compreende as lacunas do SNS e age para as colmatar.

⁶⁶<https://observador.pt/2025/11/03/seis-em-cada-dez-portugueses-tem-falta-de-dentes-alerta-barometro>

7. Um SNS ecologicamente sustentável

O setor da saúde é um ator importante na transição ecológica, os sistemas de saúde são responsáveis por cerca de 6% das emissões totais de gases com efeito de estufa nos países ocidentais. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas agravam doenças respiratórias e infecciosas. Seguindo o exemplo do NHS britânico, que reduziu a sua pegada carbónica em 68% face a 1990 e foi o primeiro serviço nacional de saúde a comprometer-se com a neutralidade carbónica, o LIVRE defende a **transição ecológica do SNS**, com metas claras de descarbonização e eficiência energética, energias renováveis, gestão sustentável de resíduos e critérios ambientais nas compras públicas, numa lógica de "Saúde em todas as políticas" que liga ambiente, bem-estar e justiça social.

Compromissos e mandato

Em coerência com esta visão, o Congresso do LIVRE delibera assumir os seguintes compromissos e mandar os seus órgãos e representantes para:

1. **Defender intransigentemente o carácter público, universal e geral do SNS**, rejeitando a celebração de novas parcerias público-privadas e o avanço de modelos de gestão privada dos cuidados, designadamente as USF-C.
2. **Promover o reforço dos cuidados de saúde primários**, através da generalização das USF Modelo B, da maior integração entre níveis de cuidados e do alargamento de modelos inovadores de cuidados de proximidade e domiciliários.
3. **Colocar a prevenção e a promoção da saúde no centro das políticas públicas**, exigindo o aumento progressivo do investimento em prevenção em direção à média da OCDE e a equidade territorial no acesso, designadamente aos rastreios.
4. **Lutar pela valorização de todos os profissionais de saúde**, com vínculos estáveis em substituição da precariedade, carreiras justas (incluindo a carreira médica, a carreira de médico dentista e a justiça remuneratória dos enfermeiros) e formação adequada, designadamente em cuidados paliativos.
5. **Democratizar a governação do SNS**, com a escolha transparente e participada das administrações das ULS e o reforço da participação de profissionais e utentes.
6. **Exigir transparência e regulação efetiva do setor privado da saúde**, com reporte de dados equivalente ao do SNS como condição de qualquer relação com o Estado.
7. **Integrar a dimensão ambiental na política de saúde**, promovendo a transição ecológica do SNS com metas vinculativas de descarbonização.

Proponentes

- Paulo Muacho
- Éleonor Silva

Subscritores

- Silvia Pais
- Joana Alves Pereira
- Rita Farias
- Manuel Muacho
- Nurin Mirzan
- Henrique Longa
- Salomé Gomes

- André Santos
- Filipe Pinto
- Isabel Faria
- Sílvia Vilas
- Pedro A. Pinheiro
- André Tenente
- Inês Pires
- Joana Loureiro
- Rúben Vieira
- Filipe Rodrigues Fonseca
- Rodrigo Teixeira
- António Saraiva Lopes
- Sandra Tomás
- Leonardo Soares
- André Bonito Ferreira
- Denise Viana
- Fausto Fialho
- Jorge Araújo

Moção 82

Por uma prestação social e de coesão que combata a pobreza de forma digna e emancipatória.

A nova Prestação Social Única apresentada pelo governo, apesar de todas as incógnitas que ainda subsistem em aspetos tão essenciais como o valor de referência, ressoa na Lei dos Pobres do período Vitoriano, a que subjaz a ideia da pobreza como um pecado, cujo trabalho compulsório visa penitenciar.

O que está em causa não é a consolidação de várias prestações sociais existentes numa única - uma medida que pode fazer sentido numa lógica de combate à burocracia e facilidade de acesso às prestações sociais -, mas sim as obrigações de realizar “trabalho social”, como contrapartida para que os beneficiários não percam o acesso à mesma. Trata-se de uma medida imoral que, tal como várias investigações indicam, não só estigmatiza a pobreza, como também é um convite à exploração laboral, ao forçar os beneficiários a aceitarem, sem critério, qualquer emprego que lhes apareça, de forma a fugirem ao estigma de que são alvos. De lembrar que mecanismos de reintegração social já estão previstos atualmente em prestações como o Rendimento Social de Inserção, sendo que com a atual proposta de PSU há um claro retrocesso nesse sentido.

Em suma, a PSU, tal como está definida, arrisca-se, não só não fazer com que as pessoas escapem à pobreza, como também a tornar a sua posição ainda mais vulnerável e indigna.

Além disso, promove uma visão meritocrática, que é falsa, segundo a qual todos somos responsáveis pelas posições socioeconómicas que ocupamos, negligenciando o papel da sorte, do património passado (que autores como Thomas Piketty demonstram ser o mais determinante), do capital social de base e, conseqüentemente, da assimetria de poder negocial que daí decorre.

Em oposição, nesta moção propomos uma visão alternativa, assente em três pilares:

1º Generosidade

Consideramos que o valor de referência atual do Rendimento Social de Inserção (247 euros) fica aquém do necessário para suprir as necessidades materiais mais prementes das pessoas, estando abaixo do limiar da pobreza calculado para Portugal, e muito menos para servir de elevador para escapar à pobreza. Nesse sentido, propomos reforçar esse valor, tendo como referência o valor do limiar de pobreza.

2º Menos condicionalidade

A condicionalidade no acesso às prestações sociais afasta as pessoas que delas precisam do seu usufruto (apenas uma minoria da população pobre beneficia do RSI). Além disso, constitui uma invasão da privacidade, dado o volume de dados pessoais que precisam ser expostos. Torna as pessoas reféns da arbitrariedade burocrática e atribui-lhes um rótulo social que as sinaliza como pobres, contribuindo para estigmatizar a pobreza e para minar a autoestima e o respeito próprio dessas pessoas.

Face a isto, propomos que os condicionalismos ao acesso a esta prestação sejam aligeirados e que o processo seja mais simples e célere. Ninguém está mais ciente das suas necessidades do que quem se sente

em privação, não precisando de um Estado paternalista para conferir o estatuto de merecedor ou não merecedor, de bom ou mau pobre.

3º Oportunidades no lugar de punição

Apesar das virtudes da atribuição sem restrições de rendimento às pessoas, estamos conscientes de que despejar dinheiro não é, por vezes, suficiente para resolver todos os problemas relacionados com a pobreza.

Importa que as pessoas sejam acompanhadas de forma digna, com base nos valores da humanidade, da empatia e da sensibilidade perante a voz dos outros.

Com esse intuito, defendemos que devem ser disponibilizadas às pessoas oportunidades de formação e ingresso no mercado de trabalho.

Relativamente a estas últimas, entendemos que o Estado deve criar uma bolsa de empregos públicos, em funções que aportem valor para a sociedade (não exclusivamente valor de mercado), que esteja à plena disposição dos beneficiários da Prestação Social, caso estes decidam exercê-las.

Importa realçar as diferenças fundamentais entre a obrigação de trabalho social, proposta pelo governo, e esta Garantia de Emprego Público que defendemos.

Em primeiro lugar, trata-se de um posto de trabalho, com todos os direitos associados, e, portanto, com um valor nunca inferior ao Salário Mínimo Nacional e com condições de trabalho justas em todas as dimensões. Portanto, o que é proposto é que os beneficiários da PSU possam abdicar da mesma em troca de um emprego com salário (não se exclui uma acumulação inicial com retirada faseada da prestação).

Em segundo lugar, são empregos em que o Estado, e não quaisquer agentes de mercado, é a entidade empregadora. Isto permite, por um lado, que pessoas em situações especialmente vulneráveis não tenham de aceitar exercer qualquer função, com quaisquer condições de trabalho, por mais indesejáveis que sejam, sob pena de perder o acesso à prestação. Por outro lado, obriga os outros empregadores privados a melhorarem as suas condições de trabalho caso queiram contratar alguém, uma vez que as pessoas dispõem de uma alternativa viável.

Em terceiro lugar, os empregos são disponibilizados a título voluntário, e não compulsório. Assim, estes devem ser vistos numa lógica de oportunidades, e não de punição, contribuindo para a autonomia de escolha e para o fomento do respeito próprio das pessoas.

Proponentes

- Ana Machado
- Jorge Pinto
- Hugo Rajão

Moção 83

Uma nova política salarial - Por salários dignos e compatíveis com o custo de vida e os direitos fundamentais

Em Portugal trabalhar a tempo inteiro não significa ganhar o suficiente para pagar as despesas fundamentais das pessoas que trabalham e da sua família. Pelo contrário, *um em cada dois portugueses atualmente empregados sente que o seu salário não cobre todas as suas despesas.* Mais grave ainda, no nosso país, **trabalhar nem sempre evita uma situação de pobreza**, com cerca de 9% das pessoas empregadas a não ganharem acima do atual limiar, estabelecido em 723 euros/mês.

A democracia portuguesa conseguiu praticamente extinguir situações de miséria comuns durante a ditadura. Contudo, a abrangência da pobreza mantém-se elevada e arrasta sensivelmente um quinto da população para longos ciclos de reprodução de condições precárias e lesivas para as pessoas e a sociedade. Simultaneamente, existe uma crescente desadequação da maioria dos salários ao custo de vida e às expectativas das gerações mais jovens que têm, na generalidade, mais escolaridade formal e que exercem profissões com responsabilidades profissionais mais exigentes em relação à geração dos seus pais.

Afirmar que existe um problema salarial grave no nosso país não é hiperbólico. A perda de rendimentos que o primeiro Governo de esquerda, após a crise do subprime, tentou resolver não teve continuidade. A concentração de riqueza cresce sem que sejam criadas medidas de redistribuição. O Salário Mínimo Nacional não garante a autonomia no exercício de direitos constitucionais e os salários medianos e médios estão cada vez mais comprimidos e insuficientes.

Em Portugal vivemos uma situação de perda consistente do poder de compra que se arrasta há demasiados anos e que mantém as pessoas que ganham o salário mínimo nacional muito perto do risco de pobreza (cujo limiar corresponde a 818,80 euros em 2026), e que, simultaneamente, empobrece a níveis inéditos na nossa democracia, uma camada heterogénea da população portuguesa que se identifica como classe média.

Esta fatia numerosa da população portuguesa, que auferir rendimentos medianos, médios e até um pouco acima da média sempre precisou do salário para viver condignamente mas não se via obrigada, até à crise de 2010, a fazer escolhas constantes entre despesas fundamentais, como saúde e habitação, e a contrair, nos números atuais, dívida pessoal no caso de surgirem despesas imprevistas com maior impacto financeiro.

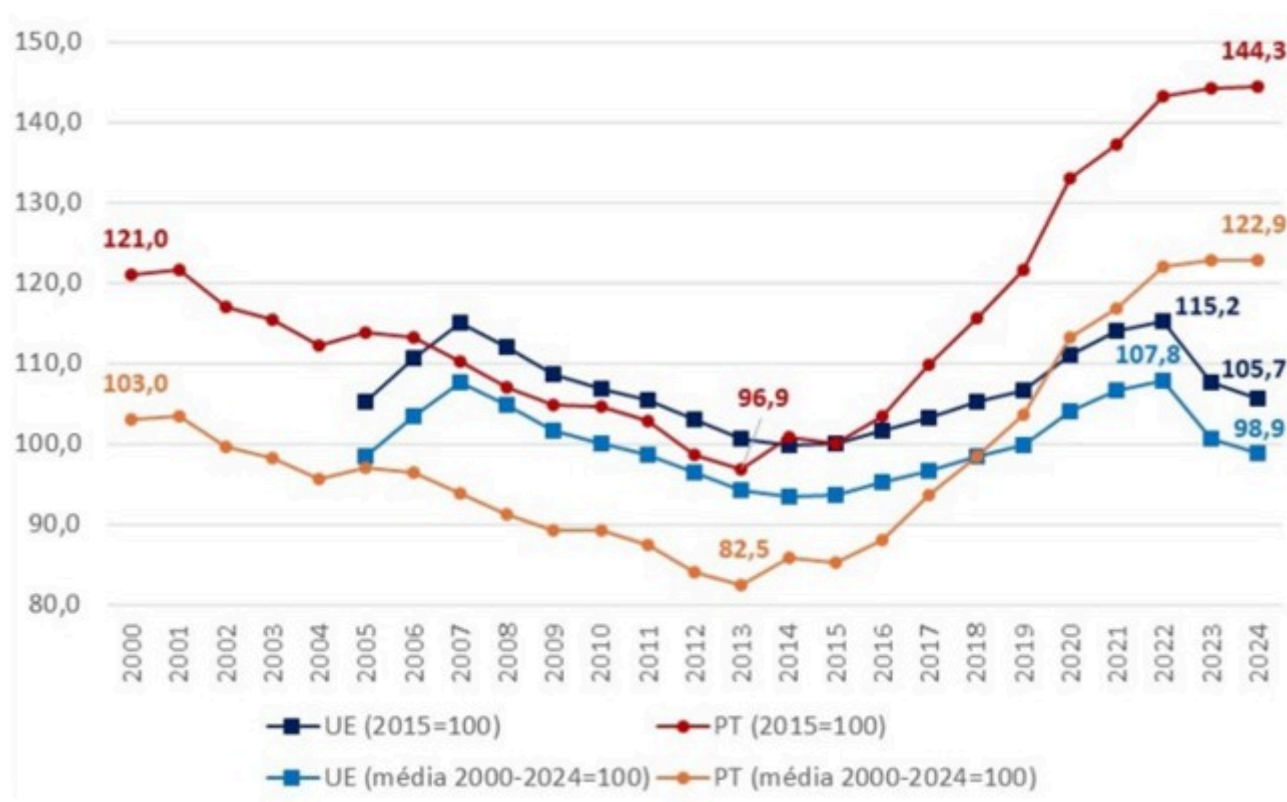
O salário mediano líquido em Portugal situa-se em cerca de 980 euros e o médio em 1200 euros. **A enorme diferença entre o salário mediano e o salário médio demonstra a tremenda disparidade salarial que existe em Portugal**, e o quanto as remunerações da maioria das famílias se afastam dos salários médios.

Quando olhamos para estes valores à luz do atual custo das despesas básicas de qualquer indivíduo ou família facilmente entendemos que a situação da maioria das pessoas, cujos rendimentos superam o limiar da pobreza, mas que não têm folga em relação aos gastos essenciais, é pessoalmente sufocante e insustentável para um sistema político democrático.

A par da desvalorização salarial, o empobrecimento geral das pessoas que têm rendimentos medianos e médios tem-se agravado significativamente com o aumento do custo da habitação que configura, quer no arrendamento quer na compra, a maior despesa familiar.

A provar isso mesmo temos um salário médio português que se mantém 38% abaixo da média europeia, contrastando com o preço da habitação que aumentou cerca de 180% desde 2015 (no resto da UE o aumento durante a mesma década rondou os 60%). Portugal regista assim, a nível europeu, a maior divergência entre o custo da habitação e os salários.

Arrendar um T2 no Porto custa, em média, 1544 euros com os valores mais baixos registados nas plataformas imobiliárias a rondar os 700 euros. Já em Lisboa o arrendamento de uma casa com dois quartos custa em média 2000 euros. **O salário mediano ou médio não chegam sequer para pagar a habitação.**



Fonte: Eurostat - Rácio normalizado entre o preço da habitação e o rendimento (2015=100; média de longo prazo, 2000-2024=100) entre 2000 e 2024: Portugal e UE

Desde 2007 que se iniciou um aumento mais acelerado do salário mínimo nacional em relação às restantes remunerações. Em média, e não contando com os anos de intervenção externa em que os aumentos não existiram, o salário mínimo nacional aumentou 5,25% anualmente entre 2007 e 2026, crescendo de 403 euros para 920 euros.

Contudo, a trajetória de aumento do salário mínimo nacional não tem sido acompanhada do aumento do salário médio, praticado no setor privado e no público.

Recentemente, o Banco de Portugal publicou um comunicado com dados do estudo “Structure of Earnings Survey” do Eurostat que expressava preocupação com a compressão salarial em torno do salário mínimo. Dados

que só vêm traduzir o que **socialmente é evidente, o rácio entre o salário mínimo e o salário mediano agravou-se, para os 91% em 2024. Isto significa que cerca de metade dos assalariados no nosso país está presa entre a remuneração mínima e um salário que se situa acima deste apenas em algumas dezenas de euros.**

Os partidos de esquerda e os sindicatos têm mantido pressão política sobre o aumento do salário mínimo, com propostas de aumentos contínuos reforçados que apontam a meta de 1200 euros até 2030. O LIVRE tem tido no aumento do salário mínimo nacional uma bandeira coerente e consistente. A sua importância para o cálculo das prestações sociais e para a dignidade de quem trabalha assim o exige e é inquestionável. Mas também **precisamos de dar atenção ao enorme problema de asfixia financeira de uma percentagem muito elevada da população que tem salários anteriormente médios, mas agora cada vez menos acima do mínimo.**

A Agenda do Trabalho Digno do último Governo do Partido Socialista decidiu subir um nível remuneratório da Tabela Remuneratória Única para o início da carreira dos técnicos superiores na Administração Pública, pessoas com licenciatura/mestrado. Decisão positiva mas insuficiente e sem continuidade. O Sistema Remuneratório da Administração Pública continua a ser uma referência transversal no mercado de trabalho.

A compressão salarial do salário mediano é um problema que além de complexo não é alheio ao Direito Laboral e à proposta de revisão do Código do Trabalho recentemente chumbada. O aumento da precariedade, a desvalorização da contratação coletiva e das carreiras, a recorrência à subcontratação e a emancipação tardia de jovens adultos resultam em salários mais baixos e maior exploração das trabalhadoras e trabalhadores. **Uma política salarial comprometida com o bem-estar de quem trabalha e com a coesão social não pode manter-se desatualizada em relação ao custo de vida e, conseqüentemente, constituir uma ameaça sobre os direitos fundamentais protegidos pela Constituição da República Portuguesa** ou, ainda, ser proposta à margem de um entendimento sobre os direitos laborais.

À semelhança do que tem sido feito com o salário mínimo é preciso identificar publicamente o problema da compressão salarial de muitas trabalhadoras e trabalhadores, chamar a atenção para o mesmo e estabelecer metas de resposta numa visão integrada de política salarial. O LIVRE deve ter essa prioridade na Assembleia da República.

Os aumentos dos salários nos últimos anos têm sido absorvidos pelo aumento do custo de vida após a pandemia, como consequência da guerra na Ucrânia e, mais recentemente, do ataque dos Estados Unidos da América e de Israel ao Irão com o encerramento do Estreito de Ormuz, o que reforça a importância de propor respostas temporárias e urgentes, mas também de avaliar que políticas públicas do Trabalho e salariais são necessárias para conforto das famílias e a coesão social e política do nosso país e da Europa.

Assim, propomos ao XVII Congresso do LIVRE que aprove as seguintes diretrizes para uma ação política integrada sobre este assunto:

Fazer uma campanha pública sob o tema da compressão salarial e o empobrecimento da classe média, incluindo um debate alargado com sindicatos e outras organizações do Trabalho;

Propor aumentar os salários acima do mínimo ao ritmo atualmente proposto para o salário mínimo nacional, acima da inflação e convergente com o custo de vida;

Reforçar nas propostas do LIVRE a importância da contratação coletiva, da extensão automática das convenções e o estabelecimento de tabelas salariais como pisos legais por categoria profissional;

Propor um salto anual até 2030 do nível de entrada para a carreira de técnico superior - em 2027 passa a nível 17, em 2028 passa a nível 18, etc, além dos aumentos anuais dos vários níveis remuneratórios da Tabela Única Remuneratória da Administração Pública.

Proponentes

- Patrícia Robalo
- João Vasco Gama
- Levi Galaio

Anexos

Anexo à moção 16: *Voto Informado num Partido que Cresce*

O sistema de priorização das perguntas

Como 25 votantes, a partir de 75 perguntas propostas, escolheram as 25 que as candidaturas tiveram de responder. O método de contagem e o resultado.

EM RESUMO

O que aconteceu

Foram apresentadas **75 perguntas propostas**. Um grupo de **25 votantes** priorizou-as: cada votante recebeu um lote de 25 perguntas e ordenou as 5 que considerou mais importantes. Somados os votos segundo o método explicado a seguir, as **25 perguntas mais pontuadas** foram aceites e passaram a constar do questionário respondido por todas as candidaturas. Este documento descreve o método de contagem e o apuramento.



OS CÓDIGOS

Pergunta proposta (PQ) e pergunta aceite (Q)

Cada uma das 75 perguntas propostas tem um código **PQ**, de PQ1 a PQ75. As 25 que foram aceites receberam, além disso, um código de pergunta aceite, de **Q1 a Q25**, atribuído pela ordem do apuramento (a mais votada é a Q1, e assim por diante). Neste documento, sobre a priorização, usamos os códigos PQ. No questionário das respostas usa-se só o código Q da pergunta aceite.

posição	proposta	aceite	apoiantes
1.º	PQ19	Q1	9 votos
2.º	PQ23	Q2	8 votos
3.º	PQ24	Q3	6 votos
4.º	PQ22	Q4	6 votos
5.º	PQ21	Q5	5 votos
6.º	PQ4	Q6	4 votos
...

O MÉTODO

Como se conta cada voto

Cada votante ordena 5 perguntas, da 1.ª (a mais importante para si) à 5.ª. Cada uma dessas escolhas dá pontos à pergunta, segundo a posição em que foi colocada. A pontuação final de uma pergunta é a soma dos

pontos que recebeu de todos os votos. No fim, ordenam-se as perguntas pela pontuação e passam as 25 primeiras.

$$\text{pontos} = 1 + (0,01)^{R+1}$$

em que **R** é a posição da escolha (1 a 5)

Posto por palavras: cada escolha vale **um ponto inteiro**, mais uma fracção minúscula que depende da posição. Como cada escolha soma sempre pouco mais de 1, a parte inteira da pontuação de uma pergunta acaba por ser, simplesmente, **o número de pessoas que a escolheram**. A fracção decimal serve só para desempatar: entre duas perguntas escolhidas pelo mesmo número de pessoas, fica à frente a que foi colocada em posições mais altas.

posição R	conta	pontos
1. ^a	$1 + 0,01^2$	1.0001
2. ^a	$1 + 0,01^3$	1.000001
3. ^a	$1 + 0,01^4$	1.00000001
4. ^a	$1 + 0,01^5$	1.0000000001
5. ^a	$1 + 0,01^6$	1.000000000001

Um exemplo. A pergunta PQ19 foi a mais votada: foi escolhida por 9 pessoas. Cada uma dessas 9 escolhas somou pouco mais de 1 ponto, pelo que a parte inteira da sua pontuação é 9. As posições em que essas 9 pessoas a colocaram determinam a cauda decimal, que aqui dá 9.000100030104. É esse o número pelo qual ficou em 1.º lugar.

Um empate desfeito. As perguntas PQ24 e PQ22 foram ambas escolhidas por 6 pessoas, logo têm a mesma parte inteira. O que as separa é a cauda decimal: PQ24 tem 6.000201010101 e PQ22 tem 6.000200010102, por isso PQ24 fica à frente.

OS VOTOS

O que foi escolhido

Cada um dos 25 votantes ordenou 5 perguntas do lote que lhe foi sorteado. Não se pressupõe aqui qualquer intenção por detrás de cada escolha: os votos são o que são, e o que se segue limita-se a contá-los. Algumas perguntas foram escolhidas por muitas pessoas, outras por poucas, e há perguntas que aparecem repetidas em vários votos. O apuramento que se segue resulta apenas dessas escolhas.

Os 25 votos, um a um, estão no anexo no fim deste documento, para que a contagem possa ser verificada.

O APURAMENTO

























O resultado final

Somados todos os votos, eis a ordenação das 75 perguntas propostas. As **25 primeiras** (a verde) foram aceites e receberam o seu código Q; as restantes ficaram de fora. A barra é proporcional ao número de apoiantes; à direita está a pontuação completa, cuja parte inteira é esse número de apoiantes e cuja cauda decimal desempata.

1	PQ19 Q1		9.000100030104
2	PQ23 Q2		8.000001020104
3	PQ24 Q3		6.000201010101
4	PQ22 Q4		6.000200010102
5	PQ21 Q5		5.000102000101
6	PQ4 Q6		4.0002010001
7	PQ26 Q7		4.000101000101
8	PQ8 Q8		4.000001020001
9	PQ11 Q9		4.000001020001
10	PQ25 Q10		4.000000000301
11	PQ58 Q11		3.0003
12	PQ2 Q12		3.0001010001
13	PQ60 Q13		3.000100010001
14	PQ14 Q14		3.000100010001
15	PQ9 Q15		3.000100000101
16	PQ66 Q16		3.000003
17	PQ10 Q17		3.0000010101
18	PQ3 Q18		3.000000020001
19	PQ20 Q19		3.0000000003
20	PQ63 Q20		2.0002
21	PQ31 Q21		2.000101
22	PQ70 Q22		2.00010001
23	PQ48 Q23		2.00010001
24	PQ16 Q24		2.00000101
25	PQ61 Q25		2.00000002

... linha de corte: as 25 perguntas aceites ficam acima ...

26	PQ6		2.0000000101
27	PQ18		2.0000000101

28	PQ12		2.0000000002
29	PQ13		2.000000000101
30	PQ7		2.000000000101
31	PQ30		2.000000000002
32	PQ27		1.0001
33	PQ69		1.0001
34	PQ67		1.0001
35	PQ41		1.0001
36	PQ45		1.000001
37	PQ71		1.000001
38	PQ68		1.000001
39	PQ32		1.000001
40	PQ62		1.000001
41	PQ59		1.000001
42	PQ5		1.000001
43	PQ1		1.000001
44	PQ17		1.000001
45	PQ35		1.000001
46	PQ47		1.00000001
47	PQ28		1.00000001
48	PQ37		1.0000000001
49	PQ73		1.0000000001
50	PQ64		1.0000000001
51	PQ44		1.000000000001

ESCOLHAS DE PREFERÊNCIA

Os 25 votos, um a um

Para que a contagem possa ser verificada, ficam aqui os 25 votos. Cada votante recebeu um lote de 25 perguntas, aqui dispostas numa grelha de 5x5. As cinco que escolheu estão assinaladas pela posição que lhes deu, de 1 a 5, na mesma escala de cor das outras folhas: a 1.ª escolha no tom mais forte, a 5.ª no mais ténue. As perguntas do lote que não escolheu ficam em tom neutro.

posição: 1 2 3 4 5 não escolhida

Bento Vasconcelos C3

PQ12	4 PQ25	PQ33	PQ72	5 PQ44
PQ5	3 PQ19	PQ39	PQ21	PQ51
PQ9	PQ67	2 PQ45	PQ3	PQ70
1 PQ26	PQ32	PQ53	PQ71	PQ61
PQ34	PQ8	PQ31	PQ50	PQ35

Cláudio Madeira C5

PQ16	PQ38	PQ54	PQ22	3 PQ8
PQ18	PQ14	5 PQ19	PQ58	1 PQ48
4 PQ10	PQ67	PQ44	PQ53	2 PQ2
PQ72	PQ13	PQ61	PQ30	PQ20
PQ52	PQ36	PQ45	PQ33	PQ39

Cristóvão Aldeia C6

PQ62	4 PQ24	PQ39	PQ3	PQ8
PQ48	PQ60	PQ47	PQ61	3 PQ22
PQ49	5 PQ25	PQ35	PQ7	PQ59
PQ56	PQ58	PQ18	PQ55	PQ5
1 PQ69	PQ45	PQ6	2 PQ21	PQ27

Délio Maganinho C8

PQ73	PQ69	PQ67	PQ38	PQ31
PQ3	PQ57	PQ45	PQ63	PQ5
PQ49	PQ50	PQ2	PQ37	PQ7
1 PQ14	PQ34	PQ58	5 PQ24	2 PQ17
4 PQ23	3 PQ18	PQ32	PQ39	PQ47

Eurico Lousada C10

1 PQ27	PQ34	PQ69	PQ31	PQ18
PQ37	PQ53	PQ39	PQ14	PQ11
2 PQ26	4 PQ19	PQ24	PQ72	PQ5
5 PQ22	PQ1	PQ46	PQ71	PQ32
3 PQ47	PQ45	PQ10	PQ50	PQ56

Frederico Infante C11

PQ72	PQ45	PQ14	PQ44	4 PQ37
PQ66	PQ29	PQ56	PQ65	PQ10
5 PQ19	PQ18	PQ11	2 PQ31	3 PQ60
PQ67	PQ41	PQ47	PQ24	PQ28
PQ3	PQ26	1 PQ58	PQ12	PQ23

Gaspar Boaventura C12

2 PQ66	PQ73	PQ55	PQ74	PQ52
PQ44	PQ71	PQ59	PQ70	PQ8
3 PQ19	PQ75	4 PQ20	PQ26	PQ53
PQ43	PQ25	PQ37	1 PQ63	PQ68
PQ7	PQ39	5 PQ23	PQ1	PQ36

Marcelino Vargas C24

PQ65	PQ11	PQ61	5 PQ30	PQ1
PQ58	PQ14	PQ21	PQ38	PQ52
3 PQ3	PQ63	2 PQ5	PQ62	PQ8
PQ51	PQ35	PQ60	PQ39	4 PQ6
PQ43	PQ26	PQ36	PQ41	1 PQ4

Nelson Rebelo C25

PQ70	1 PQ22	4 PQ12	PQ42	PQ5
PQ54	PQ40	PQ28	PQ7	PQ71
5 PQ21	PQ60	3 PQ14	PQ1	PQ30
PQ38	PQ9	PQ27	PQ58	PQ3
PQ23	PQ74	PQ72	2 PQ16	PQ2

Salvador Albergaria C31

5 PQ3	4 PQ2	PQ51	PQ45	PQ72
PQ74	PQ16	3 PQ23	PQ52	1 PQ19
PQ4	PQ49	PQ5	PQ37	PQ11
PQ15	PQ36	PQ64	PQ58	PQ31
PQ65	2 PQ21	PQ55	PQ57	PQ69

Saul Bandeira C32

2 PQ66	PQ17	PQ8	PQ75	PQ58
PQ6	PQ46	3 PQ11	PQ35	PQ34
5 PQ13	4 PQ12	PQ59	PQ68	1 PQ70
PQ42	PQ9	PQ32	PQ5	PQ15
PQ2	PQ24	PQ40	PQ55	PQ23

Vasco Bívar C35

PQ12	PQ11	PQ71	PQ48	PQ8
PQ25	PQ59	PQ4	PQ60	PQ31
PQ41	PQ70	4 PQ20	PQ15	PQ73
1 PQ67	PQ16	2 PQ68	3 PQ28	PQ3
PQ9	5 PQ23	PQ26	PQ64	PQ74

Anselmo Roriz C39

PQ14	PQ46	PQ42	PQ13	PQ24
PQ69	5 PQ19	PQ17	PQ40	PQ49
PQ39	PQ35	1 PQ58	3 PQ70	PQ43
PQ57	PQ50	PQ27	PQ8	2 PQ62
4 PQ73	PQ7	PQ3	PQ75	PQ56

Belmiro Adães C40

PQ67	PQ70	2 PQ4	PQ48	5 PQ11
PQ69	PQ62	PQ51	4 PQ9	PQ17
PQ45	3 PQ8	PQ43	PQ33	PQ47
PQ74	PQ24	PQ56	1 PQ2	PQ20
PQ29	PQ19	PQ52	PQ16	PQ23

Adelaide Quaresma C41

PQ66	PQ67	2 PQ24	PQ47	5 PQ8
PQ36	PQ53	PQ32	PQ20	PQ17
PQ46	4 PQ4	PQ18	PQ44	PQ22
PQ55	PQ48	PQ51	3 PQ3	PQ15
1 PQ60	PQ34	PQ73	PQ13	PQ43

Aurora Bicudo C43

1 PQ21	PQ14	PQ33	PQ54	PQ37
3 PQ24	PQ35	PQ3	PQ72	PQ41
5 PQ26	PQ47	4 PQ25	PQ61	PQ30
PQ1	PQ7	PQ58	2 PQ71	PQ51
PQ5	PQ36	PQ16	PQ28	PQ46

Beatriz Salema C44

PQ18	PQ28	PQ47	PQ59	PQ44
4 PQ21	PQ67	3 PQ19	PQ42	PQ70
PQ6	PQ40	1 PQ31	PQ16	PQ73
PQ50	PQ48	5 PQ22	PQ9	2 PQ35
PQ53	PQ69	PQ43	PQ30	PQ14

Branca Velez C45

PQ48	PQ18	PQ59	PQ43	PQ71
1 PQ4	PQ50	PQ24	PQ21	3 PQ10
PQ28	PQ30	PQ19	PQ29	PQ17
5 PQ14	PQ53	4 PQ26	PQ41	PQ36
PQ35	PQ73	PQ70	2 PQ8	PQ62

Carolina Mourato C46

PQ11	PQ55	1 PQ58	PQ18	PQ25
PQ34	PQ64	PQ57	PQ16	PQ49
4 PQ22	PQ75	PQ45	PQ42	PQ29
PQ3	2 PQ59	5 PQ23	PQ4	PQ54
PQ26	3 PQ61	PQ39	PQ52	PQ38

Delfina Vasques C50

PQ56	PQ67	PQ24	4 PQ13	5 PQ60
1 PQ9	PQ69	PQ46	PQ43	PQ28
PQ48	PQ26	PQ61	PQ21	PQ47
PQ50	PQ65	PQ19	2 PQ10	3 PQ11
PQ37	PQ45	PQ44	PQ55	PQ34

Genoveva Vilares C54

5 PQ19	2 PQ23	PQ65	PQ27	PQ12
PQ2	PQ63	PQ60	PQ32	3 PQ48
PQ21	PQ73	PQ68	PQ51	PQ72
PQ15	PQ35	PQ16	PQ1	PQ4
PQ56	PQ62	1 PQ24	PQ54	4 PQ64

Helena Magano C56

PQ28	PQ45	PQ50	PQ48	PQ66
1 PQ41	5 PQ23	PQ7	PQ17	PQ52
PQ70	PQ10	2 PQ32	PQ47	PQ11
3 PQ61	PQ13	PQ40	PQ6	PQ29
PQ56	PQ3	PQ12	PQ2	4 PQ20

Iolanda Espregueira C57

3 PQ23	PQ33	4 PQ25	5 PQ30	PQ56
PQ38	PQ48	PQ45	PQ49	PQ73
PQ34	PQ4	2 PQ66	PQ51	PQ70
1 PQ63	PQ16	PQ62	PQ52	PQ15
PQ35	PQ44	PQ1	PQ75	PQ50

Isaura Bittencourt C58

PQ48	3 PQ16	PQ57	1 PQ22	PQ10
PQ36	PQ59	PQ70	PQ20	PQ28
PQ38	PQ15	PQ40	PQ42	PQ65
2 PQ11	PQ61	PQ64	PQ45	PQ52
4 PQ18	PQ13	5 PQ7	PQ53	PQ25

Vera Marçal C73

PQ16	PQ31	PQ42	PQ74	PQ11
PQ22	PQ69	PQ37	5 PQ9	PQ67
PQ73	PQ62	4 PQ7	PQ52	PQ56
PQ45	PQ55	2 PQ1	PQ59	3 PQ6
PQ60	PQ40	1 PQ24	PQ72	PQ39

As 25 perguntas vencedoras

1	<p>Q1 C · Dolore adipiscing Ab illo inventore veritatis et quasi architecto, lorem ipsum dolor sit amet.</p> <p>#1 · 9 votos</p>	2	<p>Q2 C · Dolore adipiscing Laudantium totam rem aperiam eaque.</p> <p>#2 · 8 votos</p>	3	<p>Q3 C · Dolore adipiscing Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do, esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur, culpa qui officia deserunt mollit.</p> <p>#3 · 6 votos</p>	4	<p>Q4 C · Dolore adipiscing Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet.</p> <p>#4 · 6 votos</p>	5	<p>Q5 C · Dolore adipiscing Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim, enim ad minim veniam quis nostrud exerci.</p> <p>#5 · 5 votos</p>
6	<p>Q6 A · Consectetur dolor sed Lorem ipsum dolor sit amet, lorem ipsum dolor sit amet consectetur, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.</p> <p>#6 · 4 votos</p>	7	<p>Q7 C · Dolore adipiscing Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.</p> <p>#7 · 4 votos</p>	8	<p>Q8 A · Consectetur dolor sed Sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.</p> <p>#8 · 4 votos</p>	9	<p>Q9 B · Nostrud ipsum Id est laborum perspiciatis unde omnis, do eiusmod tempor incididunt ut labore.</p> <p>#9 · 4 votos</p>	10	<p>Q10 C · Dolore adipiscing Aliqua enim ad minim veniam, esse cillum dolore eu fugiat nulla.</p> <p>#10 · 4 votos</p>
11	<p>Q11 I · Aliqua tempor Sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci.</p> <p>#11 · 3 votos</p>	12	<p>Q12 A · Consectetur dolor sed Deserunt mollit anim id est laborum perspiciatis unde, iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.</p> <p>#12 · 3 votos</p>	13	<p>Q13 I · Aliqua tempor Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.</p> <p>#13 · 3 votos</p>	14	<p>Q14 B · Nostrud ipsum Cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.</p> <p>#14 · 3 votos</p>	15	<p>Q15 A · Consectetur dolor sed Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab.</p> <p>#15 · 3 votos</p>
16	<p>Q16 J · Adipiscing ipsum amet Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.</p> <p>#16 · 3 votos</p>	17	<p>Q17 A · Consectetur dolor sed Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur.</p> <p>#17 · 3 votos</p>	18	<p>Q18 A · Consectetur dolor sed Est laborum perspiciatis unde omnis, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.</p> <p>#18 · 3 votos</p>	19	<p>Q19 C · Dolore adipiscing Cupidatat non proident sunt culpa qui officia, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.</p> <p>#19 · 3 votos</p>	20	<p>Q20 J · Adipiscing ipsum amet Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.</p> <p>#20 · 2 votos</p>
21	<p>Q21 D · Lorem consectetur Enim ad minim veniam quis nostrud, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, in reprehenderit voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur.</p> <p>#21 · 2 votos</p>	22	<p>Q22 L · Elit magna veniam Enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi, velit esse cillum dolore eu fugiat nulla, lorem ipsum dolor sit amet.</p> <p>#22 · 2 votos</p>	23	<p>Q23 G · Consectetur dolor Tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim.</p> <p>#23 · 2 votos</p>	24	<p>Q24 B · Nostrud ipsum Beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.</p> <p>#24 · 2 votos</p>	25	<p>Q25 I · Aliqua tempor Aliqua enim ad minim veniam quis nostrud, tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad, numquam eius modi tempora incidunt.</p> <p>#25 · 2 votos</p>

Matriz de respostas

Candidatura (aleatória)	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
C63 Lídia Lousã	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4	4*	4	4*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	
C20 Justino Vinhais	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4	4	4	4	4*	4*	5*	3*	3	4*	3*	3	4*	4*	4*	4*	4*	5*	3	4*
C39 Anselmo Roriz	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	3	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*
C56 Helena Magano	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	5*	
C4 Caetano Lemos	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	5*	
C5 Cláudio Madeira	3*	0	5*	3*	4*	4*	3	3	3	4*	4*	3*	4*	0	2*	3*	0	0	3*	4*	3*	4*	5*	3*	4*	
C1 Abílio Quaresma	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	
C37 Wilson Carvalhais	4*	3*	5*	3*	2*	4*	4	4*	4	4	4*	4*	5*	3*	4	4	3*	3	5*	4*	3	5*	4*	4*	5*	
C42 Alzira Pestana	3*	3*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	3*	4*	3*	4*	3*	4*	3*	5*	5*	5*	4*	
C48 Clementina Aragão	2*	4*	3*	5*	0*	4*	4*	5*	5*	3*	5*	4*	5*	4*	0*	3*	2*	4*	3*	5*	3*	5*	5*	4*	5*	
C6 Cristóvão Aldeia	4*	2*	4*	3*	2*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	3*	4*	5*	3*	3	4*	5*	3*	5*	4*	3*	4*	
C21 Leonel Estêvão	2*	3*	4*	4*	0*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	4*	4*	3*	0*	3*	3*	4*	3*	4*	3*	5*	4*	4*	4*	
C11 Frederico Infante	4*	3	5*	3	2*	4*	3	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	3	4	0	0	4*	4	4*	5*	5*	4*	5*	
C67 Matilde Carvalhais	4*	2*	5*	3*	2*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	3*	5*	4*	4*	4*	
C26 Norberto Lobato	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4	5*	4	4*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	
C23 Macário Calheiros	4*	3*	4*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	3*	5*	3*	3*	4*	5*	3*	5*	4*	3*	4*	
C54 Genoveva Vilares	2*	0	5*	3*	4*	4*	3	3	3	4*	4*	3*	4*	0	2*	3*	0	0	3*	4*	3*	4*	5*	3	4*	
C57 Iolanda Espregueira	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	5*	4*	5*	5*	4*	4*	3*	4*	5*	3*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*	
C59 Jacinta Sampaio	4*	3*	5*	3*	2*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	3*	3	5*	4*	3*	5*	4*	4*	5*	
C49 Dália Boaventura	4*	3	5*	3*	3	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	3	3*	4*	3*	3	4*	4*	3*	4*	5*	3	4*	
C74 Zélia Tojal	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4	4	4	4*	5*	4*	5*	3*	3*	4*	3*	3	5*	4*	4*	4*	5*	3	4*	
C2 Aníbal Resende	4*	2*	4*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	3*	3*	5*	4*	4*	4*	
C43 Aurora Bicudo	5*	2*	5*	3*	2*	4*	5*	5*	5*	5*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	3*	4*	5*	5*	3*	5*	5*	5*	5*	
C9 Edgar Valadares	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4	4*	4	5*	4*	4*	4*	3*	5*	4*	4*	3	4*	4*	3*	5*	4*	4*	4*	
C41 Adelaide Quaresma	4*	3*	5*	3	3*	3*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	4*	4	3*	3	4*	4*	4*	5*	4*	3*	4*	

Escala: 0 N.R./N.S. 1 Discreto tot. 2 Discreto 3 Neutro 4 Concordo 5 Concordo tot.

Símbolos (canto sup. dir.): * justificação curta + justificação longa (sem curta) * curta e longa

Esta tabela dá uma visão ampla, mas pouco profunda. Este documento foi criado na expectativa de que os votantes vão procurar as justificações dadas pelos candidatos nos documentos que as contêm.

Matriz de respostas

Candidatura (aleatória)	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C73 Vera Marçal	4*	2*	5*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	5*	5*	5*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*
C53 Filipa Lamego	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	3	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C32 Saul Bandeira	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	3*	5*
C25 Nelson Rebelo	2*	5*	4*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	3*	5*	4*	5*	4*	0+	3*	2*	4*	0+	5*	3*	5*	5*	5*	5*
C22 Lourenço Ourique	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	5*
C40 Belmiro Adães	4*	2*	4*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	3*	3*	5*	4*	5*	4*
C72 Sara Espinheira	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*
C29 Quirino Vilar	4*	3*	5*	3*	2*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	3*	3	5*	4*	3	5*	4*	4*	5*
C8 Délio Maganinho	2*	4*	3*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	3*	4*	4*	5*	4*	0+	3*	2*	4*	0+	4*	3*	5*	5*	4*	5*
C61 Laura Calado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C12 Gaspar Boaventura	4*	3	5*	3*	3	3*	4*	4	4	4	5*	4*	4*	3	3	4*	3*	3	4*	4*	3*	4*	5*	3	4*
C51 Eduarda Loureiro	5*	2*	5*	2*	1*	4*	5*	5*	4*	5*	4	3*	4	3*	5*	5*	3*	3	5*	4	3	5*	4*	4*	4
C16 Igor Penedo	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	3*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*
C69 Paula Roriz	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C46 Carolina Mourato	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4	4	4	5*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C10 Eurico Lousada	5*	2*	5*	2*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	3*	3	5*	4*	3*	5*	4*	4*	4*
C24 Marcelino Vargas	4*	2*	4*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	3*	3*	5*	4*	4*	4*
C36 Virgílio Folgado	4*	3*	5*	4*	3*	4*	4*	4	4	4	4*	4*	4*	3*	3*	4	3*	3*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	4*
C52 Emília Frota	4*	3	5*	3	2*	4*	3	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3	3*	4*	0	0	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*
C62 Leonor Mendonça	5*	2*	5*	3*	2*	4*	5*	5*	5*	5*	5*	5*	5*	4*	4*	4*	3*	5*	5*	5*	3*	5*	5*	5*	5*
C33 Sebastião Quadros	2*	3*	4*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	0+	3*	4*	5*	3*	4*	3*	5*	5*	5*	4*
C28 Osvaldo Mascarenhas	3*	3*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	3*	4*	3*	4*	3*	4*	3*	5*	5*	5*	4*
C17 Inácio Cordeiro	2*	5*	4*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	3*	5*	4*	5*	4*	0+	3*	2*	4*	0+	5*	3*	5*	5*	5*	5*
C64 Lúcia Pimenta	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	3*	4*	3*	4*	3*	4*	3*	5*	5*	5*	4*
C30 Reinaldo Frade	4*	3	5*	3	2*	4*	3	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3	3	4	0	0	4*	4	4*	5*	5*	4*	5*

Escala: 0 N.R./N.S. 1 Discreto tot. 2 Discreto 3 Neutro 4 Concordo 5 Concordo tot.

Símbolos (canto sup. dir.): * justificação curta + justificação longa (sem curta) * curta e longa

Esta tabela dá uma visão ampla, mas pouco profunda. Este documento foi criado na expectativa de que os votantes vão procurar as justificações dadas pelos candidatos nos documentos que as contêm.

Matriz de respostas

Candidatura (aleatória)	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	Q6	Q7	Q8	Q9	Q10	Q11	Q12	Q13	Q14	Q15	Q16	Q17	Q18	Q19	Q20	Q21	Q22	Q23	Q24	Q25
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
C19 Joaquim Magalhães	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	3*	4*	5*	4*	5*	4*
C71 Rafaela Brandão	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	2*	3*	2*	4*	3*	4*	3*	5*	5*	4*	5*
C31 Salvador Albergaria	5*	2*	5*	2*	1*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	3*	4*	3*	5*	5*	3*	3*	5*	4*	3*	5*	3*	4*	4*
C15 Heitor Bragança	4*	2*	4*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	3*	5*	4*	4*	4*
C13 Gil Estrela	4*	3*	5*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	3*	4*	3*	3*	5*	4*	3*	5*	4*	4*	4*
C14 Gualter Cavaco	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	4*	4*	3*	3*	3*	3*	4*	3*	4*	3*	5*	4*	4*	4*
C45 Branca Velez	4*	2*	4*	3*	2*	3*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	0	3*	3*	4*	4*	5*	4*	0	0	5*	4*	4*	0
C70 Quitéria Adães	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	4*	3*	4*	5*	3*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*
C7 Dário Quintela	4*	2*	4*	4*	3*	4*	5*	5*	5*	5*	4*	4*	5*	4*	3*	5*	3*	4*	4*	4*	3*	5*	4*	5*	4*
C58 Isaura Bittencourt	2*	3*	4*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	0+	3*	4*	5*	3*	4*	3*	5*	5*	5*	4*
C44 Beatriz Salema	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	5*	4*	5*	5*	4*	5*	3*	4*	5*	3*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	5*
C35 Vasco Bívar	4*	2*	4*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	5*	5*	3*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C34 Teodoro Pimenta	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	3*	4*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*
C55 Gertrudes Quintas	4*	2*	4*	3*	2*	4*	5*	5*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	3*	3*	5*	4*	4*	4*
C60 Júlia Vilanova	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	5*
C66 Mariana Folgado	4*	3*	4*	3*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	3*	4*	4*	3*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*
C65 Madalena Bívar	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	5*	4*	5*	5*	4*	5*	3*	4*	5*	3*	4*	4*	5*	4*	5*	4*	4*	5*
C27 Onésimo Pinhão	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	3*	4*	3*	3*	4*	3*	3*	5*	4*	4*	4*	5*	3*	4*
C18 Ivo Areias	4*	3*	5*	3*	3*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	3*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	4*
C75 Custódia Charneca	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	5*	5*	4*	5*	3*	4*	4*	3*	4*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C38 Xavier Outeiro	4*	2*	5*	3*	2*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	3*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	3*	5*	4*	4*	4*
C68 Núria Outeiro	2*	5*	4*	5*	0+	5*	4*	5*	5*	3*	5*	4*	5*	4*	0+	3*	2*	4*	0+	5*	3*	5*	5*	5*	5*
C3 Bento Vasconcelos	5*	2*	5*	2*	2*	4*	5*	5*	5*	5*	4*	4*	5*	4*	4*	5*	3*	4*	5*	5*	3*	5*	4*	4*	4*
C50 Delfina Vasques	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	5*	4*	5*	4*	5*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	5*
C47 Cecília Brum	4*	2*	5*	3*	3*	4*	4*	5*	4*	4*	4*	4*	5*	3*	5*	4*	4*	4*	4*	4*	4*	5*	4*	4*	4*

Escala: 0 N.R./N.S. 1 Discreto tot. 2 Discreto 3 Neutro 4 Concordo 5 Concordo tot.

Símbolos (canto sup. dir.): * justificação curta + justificação longa (sem curta) * curta e longa

Esta tabela dá uma visão ampla, mas pouco profunda. Este documento foi criado na expectativa de que os votantes vão procurar as justificações dadas pelos candidatos nos documentos que as contêm.

Pergunta 5 de 25

Q5 · tema C · Dolore adipiscing

Q5 Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim, enim ad minim veniam quis nostrud exerci.

5 votos na priorização · posição #5 · média das respostas 2.56 · ordem aleatória das candidaturas

0

7

25

32

2

9

distribuição → cada bloco é n° de candidaturas: 5 · 4 · 3 · 2 · 1 · N.R.

2

Quitéria Adães

Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore veritatis et quasi architecto.

2

Belmiro Adães

Dolore eu fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt.

3

Virgílio Folgado

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

3

Saul Bandeira

Perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium.

2

Custódia Charneca

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

2

Frederico Infante

2

Iolanda Espregueira

Aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci.

4

Lúcia Pimenta

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

3

Dália Boaventura

2

Vasco Bívar

Accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore veritatis et quasi architecto.

3

Adelaide Quaresma

Dolores eos ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam.

3

Delfina Vasques

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

Pergunta 5 de 25

Q5 · tema C · Dolore adipiscing

3	Caetano Lemos Modi tempora incidunt magnam quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit.
2	Gil Estrela Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.
2	Reinaldo Frade Tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco.
3	Júlia Vilanova Beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut.
4	Genoveva Vilares Modi tempora incidunt magnam quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.
2	Jacinta Sampaio Dolore magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris.
2	Emília Frota Unde omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.
4	Rafaela Brandão Elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna.
2	Eurico Lousada Nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione.
3	Justino Vinhais Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.
4	Cláudio Madeira Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.
0	Núria Outeiro
3	Lídia Lousã Beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam quia.
2	Branca Velez Magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris.
2	Marcelino Vargas Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

Pergunta 5 de 25

Q5 · tema C · Dolore adipiscing

3

Lourenço Ourique

Laborum perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium.

4

Alzira Pestana

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

3

Sara Espinheira

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

0

Sebastião Quadros

3

Cecília Brum

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

3

Ivo Areias

Duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse.

2

Edgar Valadares

Ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione sequi nesciunt neque porro.

3

Abílio Quaresma

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

3

Anselmo Roriz

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

3

Zélia Tojal

Incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim.

2

Paula Roriz

Accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore.

0

Isaura Bittencourt

2

Beatriz Salema

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

3

Norberto Lobato

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

0

Laura Calado

Pergunta 15 de 25

Q15 · tema A · Consectetur dolor sed

Q15 Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab.

3 votos na priorização · posição #15 · média das respostas 3.82 · ordem aleatória das candidaturas

11

35

17

3

0

9

distribuição → cada bloco é nº de candidaturas: 5 · 4 · 3 · 2 · 1 · N.R.

4

Carolina Mourato

Nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores.

4

Teodoro Pimenta

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Iolanda Espregueira

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

0

Nelson Rebelo

5

Joaquim Magalhães

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Vasco Bívar

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Quirino Vilar

4

Vera Marçal

Veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi aliquip.

3

Macário Calheiros

Excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia.

3

Lúcia Pimenta

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

3

Oswaldo Mascarenhas

Voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione.

4

Quitéria Adães

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Marcelino Vargas

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

Pergunta 15 de 25

Q15 · tema A · Consectetur dolor sed

4

Madalena Bívar

Architecto beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam.

4

Aurora Bicudo

Consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim.

0

Núria Outeiro

3

Onésimo Pinhão

4

Igor Penedo

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

0

Laura Calado

4

Helena Magano

Nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse cillum.

4

Ivo Areias

2

Genoveva Vilares

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Eurico Lousada

Nostrud exercitation ullamco laboris nisi aliquip ex ea commodo.

3

Gualter Cavaco

Quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

3

Alzira Pestana

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Anselmo Roriz

Eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud.

3

Emília Frota

Eu fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat.

4

Abílio Quaresma

Ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse cillum dolore eu.

Pergunta 15 de 25

Q15 · tema A · Consectetur dolor sed

4

Adelaide Quaresma

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

4

Belmiro Adães

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Delfina Vasques

Eos ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam.

3

Dália Boaventura

Ipsa quae ab illo inventore veritatis et quasi architecto beatae.

2

Cláudio Madeira

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

4

Leonor Mendonça

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Custódia Charneca

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Saul Bandeira

Nisi aliquip ex ea commodo consequat dui aute irure.

3

Gil Estrela

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

4

Bento Vasconcelos

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Xavier Outeiro

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

3

Justino Vinhais

4

Cristóvão Aldeia

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

3

Zélia Tojal

Natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.

0

Délio Maganinho

Pergunta 25 de 25

Q25 · tema I · Aliqua tempor

Q25 Aliqua enim ad minim veniam quis nostrud, tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad, numquam eius modi tempora incidunt.

2 votos na priorização · posição #25 · média das respostas 4.42 · ordem aleatória das candidaturas

31

42

0

0

0

2

distribuição → cada bloco é nº de candidaturas: 5 · 4 · 3 · 2 · 1 · N.R.

5

Frederico Infante

Illo inventore veritatis et quasi architecto beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam quia voluptas.

4

Lúcia Pimenta

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

4

Iolanda Espregueira

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

4

Genoveva Vilares

Sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam eius.

4

Aníbal Resende

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Saul Bandeira

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

4

Sebastião Quadros

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Mariana Folgado

Voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt.

4

Cláudio Madeira

Nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate.

4

Eduarda Loureiro

4

Adelaide Quaresma

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

4

Gaspar Boaventura

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Isaura Bittencourt

Officia deserunt mollit anim id est laborum perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem.

Pergunta 25 de 25

Q25 · tema I · Aliqua tempor

4

Zélia Tojal

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

4

Onésimo Pinhão

Iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam.

4

Dália Boaventura

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Virgílio Folgado

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Sara Espinheira

Quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione.

4

Bento Vasconcelos

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

5

Lourenço Ourique

Commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse.

4

Dário Quintela

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Marcelino Vargas

Fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit.

4

Macário Calheiros

Laborum perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium.

5

Inácio Cordeiro

Sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

5

Emília Frota

Eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim.

5

Filipa Lamego

Omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium.

5

Vasco Bívar

Pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui.

0

Laura Calado

Pergunta 25 de 25

Q25 · tema I · Aliqua tempor

4

Justino Vinhais

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

4

Oswaldo Mascarenhas

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

4

Alzira Pestana

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

5

Paula Roriz

Ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur.

5

Quirino Vilar

Ab illo inventore veritatis et quasi architecto beatae vitae dicta.

0

Branca Velez

4

Gertrudes Quintas

Magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco.

4

Quitéria Adães

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

5

Carolina Mourato

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Abílio Quaresma

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Heitor Bragança

Voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Joaquim Magalhães

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Wilson Carvalhais

Sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam eius.

4

Edgar Valadares

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

5

Helena Magano

Ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam eius modi tempora incidunt magnam quaerat.

Nelson Rebelo

C25

12

5

3

2

0

3

As 25 respostas desta candidatura · média 4.23 · 8 com justificação longa · blocos: 5 · 4 · 3 · 2 · 1 · N.R.

2

Q1 P1 · tema C

Ab illo inventore veritatis et quasi architecto, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 2 · Discordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Ullamco laboris nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore. Reprehenderit voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur excepteur sint.

5

Q2 P2 · tema C

Laudantium totam rem aperiam eaque.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

4

Q3 P3 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do, esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur, culpa qui officia deserunt mollit.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

5

Q4 P4 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna. Est laborum perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem.

0

Q5 P5 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim, enim ad minim veniam quis nostrud exerci.

RESPOSTA 0 · Não Respondo/Não Sei

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et. Sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna.

5

Q6 P6 · tema A

Lorem ipsum dolor sit amet, lorem ipsum dolor sit amet consectetur, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Quasi architecto beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur.

Nelson Rebelo

C25

4

Q7 P7 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

5

Q8 P8 · tema A

Sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

5

Q9 P9 · tema B

Id est laborum perspiciatis unde omnis, do eiusmod tempor incididunt ut labore.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Illo inventore veritatis et quasi architecto beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam quia voluptas aspernatur. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore. Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore veritatis et quasi.

3

Q10 P10 · tema C

Aliqua enim ad minim veniam, esse cillum dolore eu fugiat nulla.

RESPOSTA 3 · Neutro / depende

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

5

Q11 P11 · tema I

Sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Et dolore magna aliqua enim ad minim veniam quis nostrud exercitation.

4

Q12 P12 · tema A

Deserunt mollit anim id est laborum perspiciatis unde, iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

5

Q13 P13 · tema I

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Modi tempora incidunt magnam quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

4

Q14 P14 · tema B

Cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Sunt explicabo nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut.

Nelson Rebelo

C25

0

Q15 P15 · tema A

Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab.

RESPOSTA 0 · Não Respondo/Não Sei

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim.

3

Q16 P16 · tema J

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

RESPOSTA 3 · Neutro / depende

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

2

Q17 P17 · tema A

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur.

RESPOSTA 2 · Discordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Q18 P18 · tema A

Est laborum perspiciatis unde omnis, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa quae ab.

0

Q19 P19 · tema C

Cupidatat non proident sunt culpa qui officia, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

RESPOSTA 0 · Não Respondo/Não Sei

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

5

Q20 P20 · tema J

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

3

Q21 P21 · tema D

Enim ad minim veniam quis nostrud, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, in reprehenderit voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur.

RESPOSTA 3 · Neutro / depende

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

5

Q22 P22 · tema L

Enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi, velit esse cillum dolore eu fugiat nulla, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque.

5

Q23 P23 · tema G

Tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam eius modi tempora incidunt magnam quaerat voluptatem.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore. Ullamco laboris nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate.

5

Q24 P24 · tema B

Beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

5

Q25 P25 · tema I

Aliqua enim ad minim veniam quis nostrud, tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad, numquam eius modi tempora incidunt.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

Delfina Vasques

C50

7

15

2

1

0

0

As 25 respostas desta candidatura · média 4.12 · 3 com justificação longa · blocos: 5 · 4 · 3 · 2 · 1 · N.R.

4

Q1 P1 · tema C

Ab illo inventore veritatis et quasi architecto, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

2

Q2 P2 · tema C

Laudantium totam rem aperiam eaque.

RESPOSTA 2 · Discordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Eius modi tempora incididunt magnam quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Eos ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam. Quisquam dolorem adipisci numquam eius modi tempora incididunt magnam quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore. Error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore veritatis et quasi.

5

Q3 P3 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do, esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur, culpa qui officia deserunt mollit.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Quae ab illo inventore veritatis et quasi architecto beatae vitae dicta sunt explicabo.

3

Q4 P4 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 3 · Neutro / depende

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

3

Q5 P5 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, occaecat cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim, enim ad minim veniam quis nostrud exerci.

RESPOSTA 3 · Neutro / depende

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

4

Q6 P6 · tema A

Lorem ipsum dolor sit amet, lorem ipsum dolor sit amet consectetur, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Eius modi tempora incididunt magnam quaerat voluptatem lorem.

4

Q7 P7 · tema C

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat cupidatat non proident sunt culpa.

Delfina Vasques

C50

5

Q8 P8 · tema A

Sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

4

Q9 P9 · tema B

Id est laborum perspiciatis unde omnis, do eiusmod tempor incididunt ut labore.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

5

Q10 P10 · tema C

Aliqua enim ad minim veniam, esse cillum dolore eu fugiat nulla.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.

4

Q11 P11 · tema I

Sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Laborum perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam.

5

Q12 P12 · tema A

Deserunt mollit anim id est laborum perspiciatis unde, iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt.

5

Q13 P13 · tema I

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

4

Q14 P14 · tema B

Cupidatat non proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

4

Q15 P15 · tema A

Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Eos ratione sequi nesciunt neque porro quisquam dolorem adipisci numquam.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore. Proident sunt culpa qui officia deserunt mollit anim id est laborum perspiciatis unde omnis iste. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua. Nemo ipsam quia voluptas aspernatur aut odit fugit consequuntur magni dolores eos ratione sequi nesciunt neque.

Delfina Vasques

C50

4

Q16 P16 · tema J

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing, quaerat voluptatem lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Ex ea commodo consequat duis aute irure in reprehenderit voluptate velit esse.

4

Q17 P17 · tema A

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor, lorem ipsum dolor sit amet consectetur.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

JUSTIFICAÇÃO LONGA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et. Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore et.

4

Q18 P18 · tema A

Est laborum perspiciatis unde omnis, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut.

4

Q19 P19 · tema C

Cupidatat non proident sunt culpa qui officia, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Totam rem aperiam eaque ipsa quae ab illo inventore.

4

Q20 P20 · tema J

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod tempor incididunt ut labore.

4

Q21 P21 · tema D

Enim ad minim veniam quis nostrud, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit, in reprehenderit voluptate velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Velit esse cillum dolore eu fugiat nulla pariatur excepteur sint occaecat.

5

Q22 P22 · tema L

Enim ad minim veniam quis nostrud exercitation ullamco laboris nisi, velit esse cillum dolore eu fugiat nulla, lorem ipsum dolor sit amet.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do eiusmod.

4

Q23 P23 · tema G

Tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad minim.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Laboris nisi aliquip ex ea commodo consequat duis aute irure.

Delfina Vasques

C50

4

Q24 P24 · tema B

Beatae vitae dicta sunt explicabo nemo ipsam, lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit.

RESPOSTA 4 · Concordo

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Lorem ipsum dolor sit amet consectetur adipiscing elit sed do.

5

Q25 P25 · tema I

Aliqua enim ad minim veniam quis nostrud, tempor incididunt ut labore et dolore magna aliqua enim ad, numquam eius modi tempora incididunt.

RESPOSTA 5 · Concordo totalmente

JUSTIFICAÇÃO CURTA

Perspiciatis unde omnis iste natus error voluptatem accusantium doloremque laudantium totam rem aperiam eaque ipsa quae.

Anexo à moção 19: *Reestruturação dos Círculos Temáticos do LIVRE*

Novos Círculos Temático	Comissões Permanentes	Programa Para Ser Livre
CT Saúde	Saúde (9a comissão)	Proteger o SNS (ponto 3)
CT Educação e Ciência	Educação e Ciência (8a comissão)	Aprender, conhecer e inovar (ponto 4)
CT Habitação e Mobilidade	Infraestruturas, Mobilidade e Habitação (14a comissão)	Construir a comunidade (ponto 6)
CT Ecologia, Desenvolvimento Sustentável e Saúde Animal	Agricultura, Pescas (7a comissão) Ambiente e Energia (11ª comissão)	Proteger o planeta (ponto 7) + Mundo sustentável (ponto 8)
CT Arte, Cultura e Jornalismo	Cultura, juventude e desporto (12a comissão)	Cultura, Jornalismo e Desporto (ponto 5)
CT Assuntos Europeus e Defesa	Negócios Estrangeiros, Comunidades Portuguesas (2a comissão) Assuntos Europeus (4a comissão) Defesa Nacional (3a comissão)	Unir e Defender a Europa (ponto 10)
CT Liberdade, Democracia e Direitos Fundamentais	Trabalho, Segurança Social e Inclusão (10a comissão) Assuntos constitucionais, liberdades e garantias (1a comissão)	Um país sem barreiras (ponto 2) + Um Estado justo e democrático (ponto 9)
CT Economia e Administração Pública	Orçamento, finanças e administração pública (5a comissão) Economia e coesão territorial (6a comissão) Reforma do Estado e Poder Local (13a comissão)	Preparar o futuro (ponto 1) + Soberania Digital (ponto 9-T)
CT Trabalho e Segurança Social	Trabalho, Segurança Social e Inclusão (10a comissão)	Trabalho, Rendimento, Tempo e Protecção Social (ponto 2-C)

Anexo à moção 59: *Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.*

Anexo I - Declaração de utilização de LLM (ChatGPT 5.5)

Moção política - Por uma Inteligência Artificial (IA) ao serviço do trabalho, da democracia e da justiça social.

Declaração ética: a LLM-IA usada (ChatGPT5.5) serviu para procurar informação científica e fidedigna sobre o tema, para traduzir textos escritos em línguas estrangeiras e organizar as ideias. O texto final foi composto a partir das sugestões da IA e reescrito de acordo com a intenção do(os) seu(s) autor(es). Reiteramos toda a nossa disponibilidade para melhorar os uso ético da IA e assumimos todas as consequências da sua utilização. Rejeitamos liminarmente qualquer utilização não ética, sem refletir os nossos ideias e valores de esquerda democrática, progressista, e defensora dos direitos humanos e do trabalho.

Prompt (orientações refeitas a partir das ideias originais):

“Quero que elabores um texto político de elevada qualidade, com a forma de uma moção política, escrito numa perspetiva de esquerda europeia, democrática, socialmente justa e não radical.

A moção deve partir da seguinte ideia central: a inteligência artificial chegou, é uma tecnologia importante e não deve ser rejeitada em si mesma. No entanto, se e quando a IA começar a substituir postos de trabalho de forma significativa, as grandes empresas tecnológicas — sobretudo aquelas que concentram poder económico, dados, infraestruturas digitais e capacidade computacional — devem ser tributadas de forma justa e proporcional, de modo a compensar a perda de emprego, financiar a proteção social, apoiar a requalificação profissional e redistribuir os ganhos de produtividade.

O texto deve deixar claro que não somos contra a inteligência artificial, nem contra a inovação tecnológica. Pelo contrário, reconhecemos o seu potencial para melhorar a sociedade. O que **rejeitamos** é que os benefícios da IA sejam apropriados por um pequeno número de grandes empresas, enquanto os custos sociais — desemprego, precariedade, perda de rendimentos, fragilização da segurança social e necessidade de requalificação — recaem sobre os trabalhadores e sobre o Estado.

A moção deve sublinhar que muitas destas grandes empresas tecnológicas beneficiaram, direta ou indiretamente, de investimento público, investigação financiada pelo Estado, infraestruturas públicas, sistemas educativos públicos, contratos públicos, benefícios fiscais e dados produzidos socialmente. Por isso, quando obtêm lucros extraordinários através da automação e da substituição de trabalho humano, devem contribuir de forma acrescida para o bem comum.

*Quero que o texto seja inspirado no pensamento de **Ljubica Nedelkoska**⁶⁷, nomeadamente no artigo publicado na revista Nature sobre inteligência artificial, trabalho e redistribuição, bem como nas intervenções recentes do **Papa Leão XIV sobre a dignidade humana, o trabalho e os riscos sociais da inteligência artificial**⁶⁸.*

*A moção deve ter um tom **político sólido, humanista, europeu e progressista, evitando radicalismos ou linguagem excessivamente panfletária.** Deve defender uma posição equilibrada: apoiar a inovação, mas exigir*

⁶⁷Nature **654**, 574 (2026), doi: <https://doi.org/10.1038/d41586-026-01877-y>

⁶⁸Encíclica Magnifica Humanitas

justiça fiscal, responsabilidade social das grandes empresas tecnológicas, proteção dos trabalhadores, reforço do Estado social e governação democrática da inteligência artificial.

*Peço que apresentes uma moção completa, bem estruturada, com considerandos, princípios políticos, propostas concretas e uma conclusão forte. Inclui também soluções possíveis, tais como: uma **contribuição sobre lucros extraordinários** associados à substituição laboral por IA; **um fundo europeu para a transição justa digital**; **direito à requalificação profissional**; **negociação coletiva** sobre a introdução de IA nos locais de trabalho; **condicionalidade social dos apoios públicos** às empresas tecnológicas; **proteção contra despedimentos** automatizados; e mecanismos de **redistribuição dos ganhos** de produtividade. O objetivo é produzir um texto politicamente consistente, eticamente sólido e mobilizador, que defenda uma inteligência artificial ao serviço das pessoas, da democracia, do trabalho digno e da justiça social.*

Anexo à moção 60: *Por um software mais soberano e LIVRE*

Neste anexo apresentamos uma lista com alternativas de FOSS que pode ser utilizado pelo LIVRE no seu trabalho político.

Email

O LIVRE usa atualmente o serviço OVH para armazenar e-mails, assim como receber e enviar emails. A empresa está sediada em França, logo os dados estão dentro da alçada da União Europeia. Não se recomenda portanto fazer alterações nesta fase ao servidor de e-mails atualmente usado.

Contudo, o software da empresa não cumpre o requisito do código aberto. Deixa-se por isso outras sugestões a procurar no futuro caso haja uma decisão de mudar o serviço de e-mail:

- Proton Mail: É dos mais conhecidos servidores de e-mail pela sua segurança e transparência. Possui um plano gratuito, vários módulos como calendário e nuvem, encriptação ponta-a-ponta. Está alojado na Suíça. Contudo, no ano passado teve um escândalo internacional. O seu CEO demonstrou publicamente apoio aos Republicanos (EUA); apesar do foco na privacidade, já foram partilhados dados de utilizadores em investigações criminais.
- Tuta Mail: Sediado na Alemanha, é outra opção bem conhecida da comunidade FOSS. Possui a opção de encriptação ponta-a-ponta, e os servidores são alimentados a energia solar.

Reuniões

O LIVRE usa atualmente o Zoom para acolher os plenários da Assembleia e as reuniões públicas. O Zoom é propriedade de uma empresa sediada nos EUA, sem código aberto, e com recolha de dados utilizados para treinar modelos de inteligência artificial. Em suma, tudo o que o LIVRE não deve apoiar.

Por outro lado, os círculos temáticos e os núcleos territoriais usam preferencialmente o Jitsi para reunir. Embora sem tantas polémicas como o Zoom no que toca ao uso de dados, a plataforma também é propriedade de uma empresa sediada na Califórnia, EUA. Contudo, como é uma plataforma em código aberto, o LIVRE pode (e deve) ter um servidor próprio onde os seus membros podem ter reuniões em segurança, sem que os seus dados sejam enviados para o exterior ou lidos por uma ferramenta de IA.

Existem ainda outras plataformas para acolher reuniões e desenvolver trabalho político de uma forma segura que o LIVRE pode usar. Nesse sentido deixamos algumas sugestões:

- Digital Samba: Serviço de videoconferência gratuito, gerido por uma empresa espanhola.
- Infomaniak kMeet: Serviço de videoconferência gratuito, gerido por uma empresa suíça.
- Hostpoint Meet: Semelhante ao anterior.

Chats de mensagens

No LIVRE a comunicação instantânea é feita usando essencialmente duas plataformas. Uma delas é o Whatsapp, uma plataforma controlada pela Meta, sediada nos EUA. Apesar de ser divulgado como uma plataforma segura, o Whatsapp partilha parte dos dados dos utilizadores com empresas de publicidade para oferecer anúncios personalizados.

A outra é o **Signal**, uma plataforma de mensagens gratuita e escrita em código aberto, com encriptação de ponta a ponta e uma das mais seguras. No entanto, é gerida por uma empresa americana.

Embora o Signal seja a opção preferida, o **Element** tem surgido como uma alternativa viável, com a vantagem adicional de ser gerido pela Matrix Foundation, sediada no Reino Unido. Contudo requer um conhecimento mais técnico para instalar a aplicação e criar grupos antes de começar a ser usada em pleno.

Redes Sociais

Muitas das redes sociais são geridas com base em princípios pouco governativos, sociais e até mesmo ambientais. É compreensível que o LIVRE, enquanto partido político, deva estar presente no máximo de plataformas sociais possível para divulgar as suas propostas pelo maior número de pessoas. Mesmo assim, há melhorias que podem ser feitas no sentido de alinharmos os valores do LIVRE com a divulgação das nossas propostas nos meios digitais.

O LIVRE deve dar maior ênfase à sua atividade digital fora da campanha eleitoral em plataformas descentralizadas, geridas por uma comunidade, fora dos algoritmos definidos por um CEO com motivações políticas dúbias. O **Mastodon** destaca-se como a plataforma de excelência onde o LIVRE mais deve apostar uma comunicação mais frequente. Com vários servidores operados em países da União Europeia, cada um com o seu conjunto de regras, o Mastodon não está sujeito à vontade política de um único administrador. Cada utilizador pode juntar-se à comunidade que desejar sem comprometer o seu contacto com outras páginas que queira seguir.

Alternativamente, o LIVRE pode aumentar a sua atividade digital em plataformas que, apesar de serem proprietárias, estão sediadas na União Europeia. Apesar desta realidade ainda não ser viável à data da submissão desta moção, está atualmente em curso o desenvolvimento de plataformas sociais alojadas na União Europeia com o objetivo de rivalizar as plataformas americanas. O exemplo mais mediático é a **rede social W**, cuja fase beta está agora aberta ao público.

Vídeo

O LIVRE tem utilizado predominantemente o YouTube como plataforma de divulgação audiovisual. O YouTube é gerido pela Alphabet, uma empresa americana que também controla a Google. Embora o YouTube seja a escolha de excelência atual para divulgar e ver vídeos, existem outras plataformas mais em linha com os valores defendidos pelo LIVRE e os regulamentos da União Europeia.

Paralelamente ao Mastodon, o **PeerTube** é uma plataforma semelhante ao YouTube no que toca à partilha de conteúdo audiovisual. O PeerTube é gratuito e escrito em código aberto, e desenvolvido pela Framasoft, uma organização francesa. Adicionalmente, por pertencer ao Fediverso, tal como o Mastodon, ambas as plataformas têm formas de engajamento interligadas, o que facilita a divulgação de conteúdo. Como sugerido anteriormente para o Jitsi e o Mastodon, o LIVRE pode criar a sua própria instância com canais para cada núcleo territorial ou círculo temático, onde o conteúdo é divulgado.

Slack

O Slack é o canal preferencial utilizado para comunicar com os dirigentes do partido, sobretudo com os dirigentes dos Núcleos Territoriais. Infelizmente o Slack é detido pela Salesforce, uma companhia sediada na Califórnia. Para além de ser uma das maiores companhias americanas, esteve envolvida em controvérsias que envergonhariam qualquer membro do LIVRE.

Há alternativas de gestão interna significativamente mais alinhadas com os valores do LIVRE, a começar pelo próprio **Ponto LIVRE**, que possui todas as ferramentas necessárias para garantir as comunicações internas do partido através de canais privados. Fora do Ponto LIVRE, alternativas de código aberto e alojadas na União

Europeia são a **Stackfield** e a **Mattermost**. Para chats em grupo, Element é uma excelente opção, ou até mesmo o próprio Signal já usado pelo LIVRE.